

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ANA ELISA SANTIAGO

**As forças de paz ou a paz à força:
etnografia de uma missão de paz da ONU no Haiti**

São Carlos
2022

ANA ELISA SANTIAGO

**As forças de paz ou a paz à força:
etnografia de uma missão de paz da ONU no Haiti**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anna Catarina Morawska Vianna

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Frank Seguy (Université d'État d'Haïti)

Prof.^a Dr.^a Kelly Silva (UnB)

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP)

Prof. Dr. Piero Leirner (UFSCar)

Suplentes:

Prof. Dr. Rodrigo Charafeddine Bulamah (Unifesp)

Prof.^a Dr.^a Vanessa Perim (UFSCar)

São Carlos
2022

Santiago, Ana Elisa

As forças de paz ou a paz à força: etnografia de uma missão de paz da ONU no Haiti / Ana Elisa Santiago -- 2022.
209f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Anna Catarina Morawska Vianna

Banca Examinadora: Prof. Dr. Frank Seguy (Université d'État d'Haïti), Prof.^a Dr.^a Kelly Silva (UnB), Prof. Dr. Rodrigo Charafeddine Bulamah (Unifesp), Prof. Dr. Piero Leirner (UFSCar)
Bibliografia

1. Antropologia. 2. Haiti. 3. Operação de paz. I. Santiago, Ana Elisa. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Ana Elisa Santiago, realizada em 22/11/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar)

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner (UFSCar)

Profa. Dra. Kelly Cristiane da Silva (UnB)

Prof. Dr. Franck Seguy (UEH)

Prof. Dr. Rodrigo Charafeddine Bulamah (UNIFESP)

Agradecimentos

Escrever uma tese, em qualquer época, é uma tarefa árdua. Mas este ofício se apresentou especialmente desafiador entre 2018-2022, momento de grandes tensões no cenário político do Brasil. O governo que se instalou no poder em 2018 promoveu sucessivos cortes de verbas na educação, perseguiu acadêmicos e ameaçou dismantelar políticas públicas de longa data no ensino superior. O período ainda foi atravessado pela pandemia de Covid-19. E não haveria pior gestão para se enfrentar uma crise mundial. A imposição do isolamento, as incertezas decorrentes de uma doença ainda desconhecida, o clima fúnebre de contagem diária de mortos, a apreensão pela chegada das vacinas, e a falta de gerência do governo tiveram um impacto significativo nesta escrita. Desde a redemocratização, a vida nunca esteve tão ameaçada. O negacionismo do presidente e de seus apoiadores desvelou a face mais cruel da necropolítica atual. Em um período em que a ciência é menosprezada e colocada em xeque, fazer pesquisa, seja ela em qualquer área, é um ato de resistência. E como a resistência é sempre um ato coletivo, estes agradecimentos se fazem especialmente necessários.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2017/03654-2, que garantiu as condições materiais de realização deste trabalho, apesar de tantos desmontes da educação. Sou grata especialmente ao parecerista que contribuiu generosamente com seus comentários e sugestões, que procurei dar conta nestes anos de escrita.

Agradeço à UFSCar e ao PPGAS. Em 2022, completo 15 anos nesta Universidade e posso dizer que a finalização desta tese é como debutar na academia. Tenho muito orgulho de fazer parte desta comunidade acadêmica, com suas qualidades e suas imperfeições. Sou grata a todos os professores que contribuíram para meu crescimento intelectual e pessoal. Marina Cardoso, Geraldo Andrello, Karina Biondi, Felipe Vander Velden, Jorge Vilela, Piero Leirner, Pedro Lolli. Todos tiveram enorme importância, mas devo citar com todo carinho Clarice Cohn, com quem dei os primeiros passos na Antropologia.

Não posso deixar de direcionar um agradecimento especial à minha atual orientadora, Prof^a. Dr^a Catarina Morawska, pelas inúmeras leituras e debates ao longo destes anos. Pela paciência com as minhas teimosias, pela generosidade e pelo empenho em me mostrar possibilidades, em me dar ferramentas para experimentações, e em acreditar no meu potencial. Graças à sua confiança em meu trabalho, eu pude atravessar fronteiras e que privilégio poder contar com sua orientação nesses caminhos internacionais.

Estendo aqui a minha gratidão ao Dr. Mark Schuller, meu supervisor na Northern Illinois University (NIU), que acolheu a mim e à minha pesquisa muito generosamente desde nosso primeiro contato. Seu trabalho já me inspirava e sinto-me privilegiada por ter contado com sua leitura atenta e precisa (apesar dos meus erros básicos de inglês), e suas sugestões que se mostraram tão produtivas. Espero que esta tese não encerre nossos diálogos, pelo contrário, que ela amplie e que abra mais possibilidades de produções futuras.

Aos amigos e interlocutores do Haiti que me mantêm informada e me fornecem material inesgotável para escrever mais três teses. Boumba, Jean Jores, David, Djems, Carole, e Laurence, a primeira a me acolher quando cheguei à vila de Jacques Bartoli, a quem também agradeço pela estadia e por estar sempre disposto a me apresentar pessoas que contribuiriam para esta pesquisa.

Para chegar a este resultado final, tive o privilégio de contar com a colaboração dos Professores Piero Leirner e Omar R. Thomaz na banca de qualificação, e a eles agradeço pelas críticas e sugestões tão construtivas. Se o texto não cresceu em extensão, certamente ele cresceu em profundidade graças às indicações tão potentes que eles me apresentaram. Agradeço também à Prof. Dr^a Kelly Silva e ao Prof. Dr. Franck Seguy, seus trabalhos inspiraram minha escrita, e sinto-me honrada por terem aceitado o convite para participar da banca. Estendo meus agradecimentos ao Rodrigo Bulamah, suplente, pelas aulas e pelos diálogos ainda na época de isolamento que estimularam minha mente a se manter produtiva.

Sou grata ao Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) pelas nossas reuniões, leituras coletivas, seminários, e eventos que tanto potencializam nossa criatividade e nossa escrita ao longo destes anos. Toda minha admiração e carinho pelos colegas Alessandra Santos, Ana Cecília Campos, Bruno Cardoso, Carlos Paulino, Jacqueline

Ferraz, Pedro Mourthé, Ion Fernández, Bruna Potech, Gabriel Lino, Tainá Santos, e André Moreira. Agradeço especialmente à Vanessa Perin por também ter aceitado ser suplente na banca e espero que este texto amplie nossos diálogos. Estendo ainda minha gratidão à querida Bárbara, cuja parceria ultrapassa os limites acadêmicos, pela presença tão doce e afetuosa, pela companhia nos cafés, nos bares, nas praças e na praia.

O PPGAS também trouxe os melhores amigos que eu poderia querer e que estiveram presentes em momentos diferentes dessa trajetória, mas que a despeito das distâncias de hoje, eu guardo imenso carinho: Adla, Ana Luiza, Amanda Danaga, Amanda Marqui, Jacque, Luzinele, Marina, Maurílio, Maurício, Paula, Tamires, Thais, nossos encontros, debates, e risadas fizeram da antropologia um espaço de aprendizados e de conforto. Sou grata à querida Camila, desde os tempos do mestrado, das viagens para Altamira, por nossos papos sempre tão afetuosos e divertidos, pela leitura do texto, pelas questões e sugestões sempre pertinentes. Ao Tullio, meu amigo-irmão, com quem dividi o apartamento e continuo dividindo a vida apesar do fuso horário e do Oceano Atlântico. Agradeço pela presença tão gentil e musical em nossa casa, pelas refeições compartilhadas, pelas leituras, pelo *help* em inglês, pela escuta paciente e generosa, pelos conselhos sensatos (que eu insisto em não seguir), por ter colocado mais leveza e bom humor nos meus dias rabugentos, agradeço sobretudo por ter me acolhido e me escolhido também como sua *sister*.

A todos os amigos acadêmicos de outras áreas, pela disponibilidade de partilhar comigo momentos importantes desse caminho e por ouvir sobre meu trabalho sempre com atenção e apreço. A minha turma de Dekalb, Ranan, Flávia, Pablo, Frank, e Pooja, cuja ajuda foi fundamental também para meu retorno ao Brasil. Aos queridos de São Carlos e região: Natália, pela dança moderna e pelo vinho ainda no período do isolamento, pelas nossas conversas divertidas e sem hora pra acabar que nos revigora e estreita nossos laços; ao Jr, O Antônio, pela presença sonora e por reverberar as mesmas indignações, além de partilhar um senso de humor muito peculiar para as análises da atual conjuntura; à Luiza, a mais jovem e mais recente companhia em minha rotina, pelo pilates e pelo café matinal; ao Bruno, meu veterano e mais antigo amigo na UFSCar por quem tenho muita consideração; à Aline Atássio pelas primeiras conversas sobre esta tese desde o projeto até sua finalização. Sou grata também aos queridos filósofos, Capela e Felipe. Capela pelas divagações a respeito de temas tão diversos, sempre permeados por

tantas referências que aumentam minha bagagem intelectual e ao mesmo tempo contrasta com nosso espírito ébrio e desvanecido. Ao Felipe, que tanto me ajudou no meu retorno a São Carlos e que também me proporcionou conversas densas e cultas, sem nunca deixar de ser divertidamente metódico em suas explicações. Em extensão, claro, à Cuca por me acolher e me receber tão bem em sua casa. Ao Willians, que chegou na reta final dessa travessia e causou alvoroço entre alegrias e medos juvenis que desafiaram a (real)idade. Nos últimos meses *corremos* paralelamente nos nossos planos pessoais. Paralelamente comemoramos nossas conquistas. Se o teorema diz que as paralelas só se tocam no infinito, meu afeto traça transversais, forja pontos de encontro e sorri agradecido nessas intermitências.

Não posso deixar de agradecer às amigas para além da UFSCar, que também me ofereceram refúgio para momentos em que a cabeça pedia uma trégua. Às queridas Adriana e Keilla, mulheres superinteligentes e dedicadas, mães batalhadoras, leia-se, sobrecarregadas, que ressignificam a maternidade com firmeza e ternura. À Telma e Nilde, igualmente batalhadoras, que me acolheram em DeKalb, que me deram suporte sempre que precisei, tornando minha estadia mais fácil e mantendo o coração aquecido mesmo no frio de -30°C. À Raika e à Cris, que animam as noites mais comuns de São Carlos. Que sorte a minha conviver com mulheres tão diversas!

Também devo agradecer aos amigos e colunistas da Coluna de Terça, veículo de informação independente que resiste apesar de tantos ataques que sofre diariamente nas redes sociais. Tenho imenso carinho por todos, mas devo mencionar nominalmente Lídia Órphão, Fillipe Caetano, Claudio Brites, e Samuel Narciso pela prazerosa companhia nas noites isoladas de sexta. Minha gratidão, com todo carinho, principalmente ao Anderson França, Dinho, por ter reunido tanta gente boa nesta rede de cuidados tão fundamental nestes últimos anos. Tenho profundo respeito e admiração pelo seu senso de humor, pelo modo genial como escreve, e pela resiliência com que enfrenta as adversidades. Sua luta me inspira e me fortalece. Seguiremos juntos, Dinho.

Agradeço às amizades de Mococa, minha cidade natal. Mirela, que reencontrei e re-conheci depois de muitos anos, que feliz surpresa que ainda tenhamos tanto em comum. Talita, pelos nossos carnavais, sambas, festivais e festas, pela nossa cumplicidade, mesmo com a presença tão inconstante, e pela admiração mútua que nutrimos. Alessandra, pelo acolhimento gentil e escuta sempre tão sensível. À Dani pelos

assuntos aleatórios e muito divertidos. Ao Frevo (Fernando), amigo de longa data com quem partilho a vida, as angústias, as alegrias, as conquistas, mas também o desespero e o desencanto diante do mundo.

Por fim, e mais importante, agradeço à minha família. À minha tia e madrinha Milena, pelas risadas nos almoços de domingo, embora muito mais raros do que eu gostaria. À minha tia Marcela, que primeiro fez eu resumir minhas histórias e mal sabia eu que já estava aprendendo ali a fazer uma síntese. Ao Beto, que chegou para somar na família e, ainda bem, torce para o mesmo time. Ao pequeno Caetano, que nasceu e cresceu com essa tese, cuja infância eu acompanho de longe pelas determinações da escrita, do tempo, do espaço. Espero que ele herde de mim o prazer pelos estudos, que ele vá ainda mais longe, mas que ele saiba melhor que eu expressar o carinho por nossa família que é tão bonita, com todas as suas imperfeições. Agradeço à minha avó, cuja idade eu também não vi passar. Para mim, continua a mesma, no cantinho do sofá ou sentada na cama, sempre com um livro na mão. Minha avó é uma ávida leitora. Por isso, enquanto escrevia, confesso, tentei muitas vezes tomar o cuidado de conciliar a profundidade acadêmica com um estilo simples que permitisse que ela também pudesse ler o resultado final.

Agradeço, sobretudo, aos meus pais, Mônica e Paulo, a quem todas as linhas de expressões de afeto não seriam suficientes. Eles me ensinaram através do exemplo e da palavra a enfrentar nossas condições materiais sempre com braveza. Com eles aprendi que a vida exige coragem e muita força, e que a mansidão é um privilégio daqueles que já têm as melhores oportunidades. Mesmo assim, nos forjamos na sensibilidade e na alegria. Somos bravamente alegres, porque o bom humor também faz parte da nossa resistência. Endurecemos, sim. Mas nunca nos faltou amor e um jeito torto de demonstrar. Meus pais me ensinaram a sonhar sonhos possíveis. E até hoje eles trabalham duro para alargar as minhas possibilidades. Eu sou porque eles são. Dedico a eles esta tese, com todo meu carinho, amor, gratidão.

*Atrevemo-nos a ser livres.
Sejamos assim por nós mesmos
e para nós mesmos.
Jean Jacques Dessalines*

RESUMO

Ao longo do último século, o Haiti passou por sucessivas intervenções internacionais em nome da paz. Alegando que a instabilidade interna do país ameaçava a segurança internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) empreendeu operações de paz no terreno e instalou aparelhos administrativos para garantir o bom funcionamento das instituições democráticas, avaliadas por critérios institucionalmente estabelecidos. Esta etnografia da MINUSTAH – *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* – explora como a produção de dados sobre os índices de violência no país constrói um consenso de intervenção que mobiliza um aparato burocrático internacional, cujo papel é produzir ainda mais dados para criar o que eu chamo de “paisagem estatizada”. A pesquisa de campo foi realizada entre os documentos, entre os burocratas, entre os movimentos sociais haitianos e entre os militares brasileiros que participaram da missão. A pesquisa entre especialistas da ONU e militantes haitianos evidencia um descompasso entre o Haiti inscrito nos documentos da cooperação internacional e o Haiti reiterado nas narrativas locais sobre a nação. Ao contrastar a produção da “história oficial” com as narrativas “não oficiais” haitianas, lanço luz sobre as relações de poder envolvidas na produção dos fatos históricos. Já o trabalho de campo entre os militares evidenciou a relevância da participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH. Através da experiência de combate adquirida no Haiti, e também no treinamento burocrático exigido pela missão, as Forças Armadas melhoraram suas técnicas de gestão do terreno e das pessoas e reiteraram, então, sua posição de guardiãs da estabilidade – no país e no exterior – manipulando recursos legais para ganhar controle sobre a população, engendrando efeitos na política interna e escalando um poder conservador e autoritário no Brasil.

Palavras-chave: ONU, Haiti, Revolução, Cooperação Internacional, Operações de Paz.

ABSTRACT

Over the past century Haiti has experienced successive international interventions in the name of peace. By alleging that Haiti's internal instability threatens international security, the United Nations (UN) has undertaken peace operations in the country and installed administrative apparatuses to guarantee the proper functioning of democratic institutions, assessed by institutionally established criteria. This ethnographic analysis of one of the peace operations in Haiti – MINUSTAH – explores how the data production on the levels of violence builds an intervention-legitimizing consensus that mobilizes an international bureaucratic apparatus, whose role is to produce even more data in order to create what I call a "statecrafted landscape". I carried out the field research among the documents, among the bureaucrats, among the Haitian social movements, and among the Brazilian military that participated in the mission. Empirical evidence from fieldwork among UN experts and Haitian activists suggest a mismatch between the Haiti inscribed in UN documents and the Haiti reiterated in local stories about the nation. By contrasting the production of 'official history' as a truth and 'unofficial' Haitian narratives, I will shed light on the relations of power involved in the enactment of historical facts. Field work among the military highlighted the relevance of the Brazilian Army's participation in MINUSTAH. Through combat experience acquired in Haiti, as well as the bureaucratic training required by the mission, the Armed Forces have improved their techniques for managing the territory and people, and have then reiterated their position as guardians of stability - at home and abroad - by manipulating legal resources to gain control over the population, engendering effects on internal politics and escalating a conservative and authoritarian power in Brazil.

Keywords: UN, Haiti, Revolution, International Cooperation, Peacekeeping Operations.

Lista de Figuras

Figura 1: Mural Guerra no saguão da Assembleia Geral da ONU.	17
Figura 2: Mural Paz no saguão da Assembleia Geral da ONU.....	17
Figura 3: Sequência simplificada de documentos e reuniões que precedem a MINUSTAH.	43
Figura 4: Relatório A/58/800.....	47
Figura 5: Relatório A/59/288.....	52
Figura 6: Reprodução de manifestação na Tribune Libre del Caribe.	103
Figura 7: Reprodução de documento de manifestação das organizações sociais haitianas.	103
Figura 8: Reprodução do slide apresentado na palestra do Tenente Coronel C.....	138
Figura 9: MINUSTAH deployment Aug, 2004.....	151
Figura 10: MINUSTAH deployment Jan, 2014.....	152
Figura 11: Reprodução da imagem da palestra final do I Encontro Anual da REBRAPAZ.	167
Figura 12: Natureza e responsabilidades nas ativ., tarefas e ações nas fases da Op Pac.	176

Lista de Siglas e Abreviações

ACISO	Ações Cívico Sociais
BINUH	Bureau Intégré des Nations Unies en Haïti
BOI	Board of Investigation
BRABAT	Brazilian Infantry Battalion
BRAENGCOY	Brazilian Engineering Company
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CS	Conselho de Segurança
CVR	Community Violence Reduction
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DPKO	Departamento de Operações de Paz
DPPA	Department of Political and Peacebuilding Affairs
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
IOT	Integrated Organizational Team
ITF	Integrated Task Force
JOC	Joint Operation Center
MINUJUSTH	Mission des Nations Unies pour l'appui à la Justice en Haïti
MINUSTAH	Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti
MoU	Memorandum of Understanding
OCHA	Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNH	Polícia Nacional Haitiana
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QIP	Quick impact projects
R2P	Responsibility to Protect
RoE	Rules of Engagement
SoFA	Status of the Force Agreement
SMSG	Special Representative of Secretary General

Sumário

Introdução	16
Parte I - O <i>terreno</i> da burocracia e a burocracia do terreno	34
Capítulo 1. O Haiti caracterizado pelos documentos.....	39
Capítulo 2. Rotinas burocráticas na paisagem estatizada	59
Parte II - Do <i>terreno</i> para o campo	82
Capítulo 3. Elementos não estatais na paisagem estatizada haitiana	86
Capítulo 4. A paz enquanto operação de silenciamento das perspectivas haitianas.....	100
Parte III - O componente militar	122
Capítulo 5. A paz como técnica ou a técnica de pacificação.....	133
Capítulo 6. Efeitos no Brasil.....	169
Considerações finais	185
Referências	199

Introdução

No início da década de 50, Cândido Portinari foi escolhido pelo governo brasileiro para pintar uma obra que seria dada de presente à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Durante quatro anos, o pintor se dedicou à obra Guerra e Paz¹, que consiste em dois grandes murais de 14x10 metros cada um, finalizada em 1956. Os murais decoram a entrada da Assembleia Geral e estão dispostos de lados opostos e de modo que, quando se entra no saguão, primeiro se vê a Guerra; e, na saída, se vê a Paz. O pintor afirmava que havia um simbolismo na escolha dessa disposição: os líderes mundiais entrariam na Assembleia com a missão de solucionar conflitos e deveriam sair de lá com soluções pacíficas. A cerimônia de inauguração, realizada em setembro de 1957, em plena Guerra Fria, não contou com a presença de Portinari, que não foi convidado por conta de sua ligação com o Partido Comunista do Brasil. Ele foi representado pelo Embaixador Cyro de Freitas-Valle, que lamentou sua ausência e afirmou: “o Brasil está oferecendo hoje às Nações Unidas o que acredita ser o melhor que tem para dar”.

¹ Sobre as obras: <https://artsandculture.google.com/project/portinari> . Consultado em: 24/05/2022.

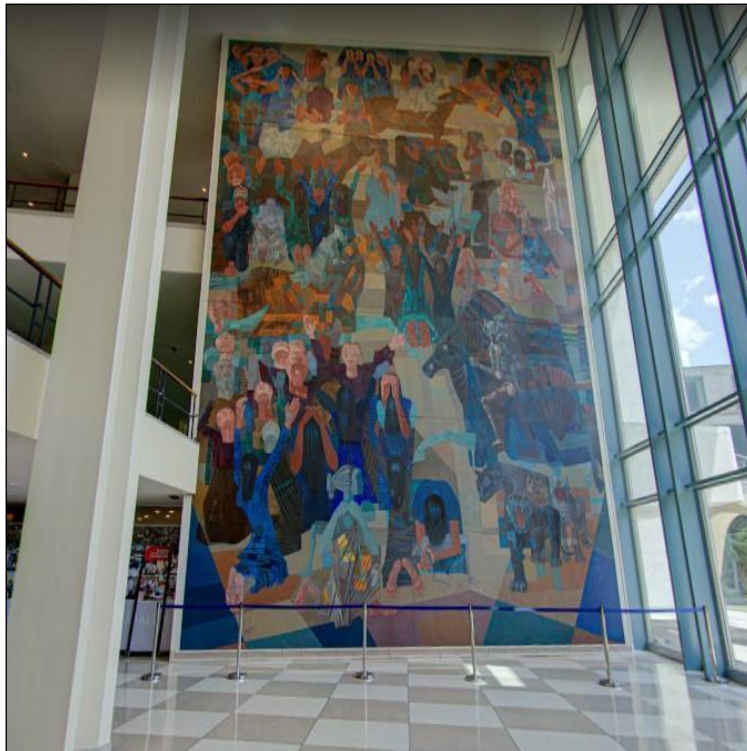


Figura 1: Mural Guerra no saguão da Assembleia Geral da ONU.
Fonte: <https://arteforadomuseu.com.br/guerra-e-paz/>



Figura 2: Mural Paz no saguão da Assembleia Geral da ONU.
Fonte: <https://arteforadomuseu.com.br/guerra-e-paz/>

Portinari traz no grande mural da Paz a mensagem que já havia endereçado à Conferência Cultural e Científica para a Paz Mundial, em 1949, ocasião em que ele também não pôde estar presente por conta da sua posição política: “A luta pela paz é uma decisiva e urgente tarefa. É uma campanha de esclarecimento e de alerta que exige determinação e coragem”. A mensagem ressoava o propósito da fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), em outubro de 1945, como responsável por “trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundial”. Para tanto, foram criados seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

No momento de sua criação, pós Segunda Guerra Mundial, a Organização tinha como objetivo garantir as relações amistosas entre os países e evitar a deflagração de novos conflitos que pudessem se tornar mundiais. Mas além disso, ela também passou a atuar no sentido de garantir a estabilidade intranacional, isto é, em países que apresentam conflitos internos de ordem política, religiosa, territorial, etc. Desde então, lança mão de sua autoridade – reconhecida por todos os seus 193 membros – para intervir em contextos considerados *instáveis* através de um aparato burocrático e bélico chamado de Missões de Paz. Nas palavras da própria Organização:

As atuais operações multidimensionais de manutenção da paz são chamadas não somente a manter a paz e a segurança, mas também a facilitar os processos políticos, proteger os civis, ajudar no desarmamento, desmobilização e reintegração dos ex-combatentes; apoiar os processos constitucionais e a organização de eleições, proteger e promover os direitos humanos e ajudar no restabelecimento do Estado de direito e na ampliação da autoridade legítima do Estado.²

Instituir governos, facilitar processos políticos, garantir a autoridade do Estado e monitorar o cumprimento de direitos humanos significa, em grande medida, criar um aparato institucional que a cooperação internacional reconhece como legítimo e que é considerado essencial para a boa governança, para a estabilidade, e para o desenvolvimento de um país.

² Fonte: <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security> . Acesso em 23 de maio de 2022.

Desde 1955, o Brasil é responsável pelo discurso de abertura da reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas³, momento em que os países membros se reúnem para discutir questões, avaliar os avanços e firmar compromissos na área de direitos humanos, desenvolvimento e democracia. Na abertura da 62ª Assembleia Geral em setembro de 2007, o discurso do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrou os 50 anos da obra do pintor brasileiro e lembrou que:

[A paz] pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza. Não é por acaso que o mural Guerra está colocado frente para quem chega, e o mural Paz para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas. O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne definitivamente realidade.

Uma das maneiras que o Brasil encontrou para materializar essa expectativa foi através da presença nas missões de paz promovidas pela ONU. A participação brasileira aconteceu desde a década de 60, em missões de observação, até a participação efetiva das tropas e de generais no comando do componente militar no início dos anos 2000. Se em 1957 o melhor que o Brasil poderia oferecer era uma obra de arte, 50 anos depois o país exportava soldados de artilharia.

Esta tese é uma etnografia da Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti (MINUSTAH), a última operação de paz militarizada instalada no terreno haitiano em 2004, que teve generais brasileiros como Force Commanders – isto é, no comando das tropas da ONU – durante os treze anos da missão, encerrada em 2017. A pesquisa foi realizada em momentos e lugares muito distintos: nos documentos da biblioteca digital da ONU, nos escritórios da sede em Nova Iorque, em Porto Príncipe, entre os militares brasileiros, e também nos documentos que eles produziram enquanto atuavam no terreno. Através da análise das narrativas produzidas em cada um desses campos, pretendo evidenciar como o Haiti é produzido institucionalmente enquanto um espaço de intervenção e como as instituições efetuam a operação de modo a promover a *estabilização* almejada pela ONU. Dessa forma, pretendo mostrar como a *paz* é produzida conceitualmente por meio da articulação de técnicas de governança que

³ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=btz0-aC-mel>. Acesso em 24 de maio de 2022.

consistem na multiplicação de dispositivos de controle do *terreno* e que desenham ali uma paisagem burocraticamente *estável*.

Cândido Portinari, que nunca escondeu o caráter político de suas obras, afirmou que “(...) a pintura atual procura o muro. O seu espírito é sempre um espírito de classe em luta. Estou com os que acham que não há arte neutra”⁴. Em suas obras, retratou os trabalhadores da terra e os sofrimentos que assolavam o povo e demonstrou o seu compromisso político para com aqueles que não faziam parte das elites. Embora fossem as elites que encomendassem e pagassem pelas suas obras, eram os pobres, os retirantes, e a classe trabalhadora que ele pintava. Na sua primeira exposição individual na França, perguntado pelo Duque de Windsor se havia um quadro com flores, ele respondeu “lamento muito, meu senhor, mas tenho apenas miséria para vos mostrar”⁵. Inspirada pela posição crítica do pintor, esta tese traz a etnografia da MINUSTAH com o intuito de refletir sobre a interferência da comunidade internacional no Haiti de modo a apresentar imagens diferentes daquelas produzidas no seio de uma elite tecnoburocrata que se autointitula responsável pela garantia do desenvolvimento, da democracia e da paz mundial.

Contudo, ao contrário do pintor, não reproduzo aqui imagens das misérias do Haiti, senão quando elas aparecem pelos próprios documentos da ONU. Como já mostrou Trouillot (1990), a excepcionalidade haitiana é construída de modo a esconder os efeitos nefastos da racionalidade ocidental que tenta projetar valores como o cristianismo, o capitalismo e a branquitude. Pretendo mostrar, então, como essa imagem é produzida pelos organismos internacionais de modo a legitimar estratégias de intervenção em nome destes valores que são atualizados nos discursos e nas práticas institucionais. O efeito da intervenção é a criação do que eu chamo de “paisagem estatizada” de modo que suas estruturas funcionem conforme uma racionalidade específica, que muitas vezes está descolada das perspectivas locais sobre o ideal de

⁴ “Portinari, paulista de Brodowski, vae [sic] mostrar a S. Paulo os seus últimos trabalhos”. Folha da Noite, São Paulo, 20 nov. 1934. Fonte: https://issuu.com/ritaguiar/docs/catalogo_portinari. Acesso em 24 de maio de 2022.

⁵ “O duque de Windsor e Cândido Portinari”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 10 nov. 1946. https://artsandculture.google.com/asset/o-duque-de-windsor-e-candido-portinari/fAH_OGbW74qUOw?hl=pt-br. Acesso em 24 de maio de 2022.

governo, estabilidade e progresso. As representações sobre o terreno haitiano partem de fontes diversas, como a ONU, as ONGs estrangeiras, e os próprios haitianos, em espaços como os movimentos sociais, a academia, ou mesmo o governo. Nesse sentido, a análise joga luz sobre a produção dos elementos que compõem essa paisagem e evidencia que o Haiti é uma totalidade política em disputa.

O Haiti – pelos documentos, pelos burocratas, pelos haitianos e pelos militares brasileiros

A história recente do Haiti é marcada por sucessivas intervenções internacionais. Sob o pretexto de que a instabilidade interna do país constitui uma ameaça para segurança internacional, desde a década de 90 a Organização das Nações Unidas (ONU) instala seu aparato⁶ em nome da restauração da estabilidade, a fim de garantir não só o bom funcionamento das instituições, mas também dos instrumentos que permitem o controle e a aferição do desenvolvimento econômico e social.

Criada pela Resolução 1542/2004, sob a égide das missões *multidimensionais*, isto é, com a presença dos componentes civil, militar e policial trabalhando em conjunto, seu *Mandato* apresentava objetivos diversos que abrangiam desde ajuda humanitária e promoção de eleições livres e diretas, até a retomada das áreas ocupadas por grupos armados e treinamento da Polícia Nacional Haitiana. Segundo os relatórios do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, todas as ações deveriam ser planejadas e direcionadas para aquilo que a cooperação internacional chama de *consolidação da paz duradoura e autossustentável*.

Durante os treze anos da missão (2004 – 2017), foram publicadas centenas de documentos que reportavam o planejamento, monitoramento e a avaliação das ações realizadas no *terreno*. Entre os documentos estão transcrições de reuniões, materiais cartográficos, declarações para a imprensa, cartas, relatórios e resoluções.

⁶ De acordo com o site do Conselho de Segurança da ONU, apenas na década de 90 foram realizadas quatro missões consecutivas no país, a saber: *United Nations Mission in Haiti* (1993-1995; 1996-1999); *United Nations Support Mission in Haiti* (1996-1999); *United Nations Transition in Haiti* (1996-1999) e *United Nations Civilian Police Mission in Haiti* (1996-1999; 2000-2003). Fonte: http://www.un.org/en/sc/repertoire/subsidiary_organisations/peacekeeping_missions.shtml#reg28.

Através dos arquivos públicos e acessíveis na biblioteca online da ONU, procurei inicialmente compreender a estrutura institucional a partir dos termos burocráticos próprios da cooperação internacional, tomando-os como campo discursivo e produtor de narrativas, relações e agências. A produção da máquina burocrática é constante para reportar o planejamento, o monitoramento e as avaliações das ações realizadas antes, durante e mesmo depois de uma operação de paz.

A exploração deste conjunto e dos efeitos que ele engendra será feita à luz do conceito de governamentalidade (Foucault, 1978) definido como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 1978, p. 292).

Este conceito é importante à medida que dá conta de uma análise crítica que empreendo neste trabalho sobre o uso de dispositivos de segurança e tecnologias de governo dos quais a cooperação internacional lança mão em uma operação de paz. Neste processo, chamo atenção para a intensa prática dos burocratas no aprimoramento de técnicas de coleta de dados, produção de indicadores, realização de cálculos, e combinação de metas, para exercer o melhor controle sobre territórios e populações. Essa análise será feita a partir de autores que também bebem da fonte foucaultiana e que compõem o campo da Antropologia do desenvolvimento (Ferguson, 1990; Scott, 1998; Harper, 1998; Escobar, 2005; e Li, 2007; Antropologia dos documentos e da burocracia (Riles, 2001, 2006; Gupta, 2012, Hull, 2012; e Stoler, 2009) e, também, com o campo da Antropologia dos dados (Biruk, 2018; Merry, 2016; e Murphy, 2017).

No caso do Haiti, não são poucos os efeitos dos diagnósticos sociais elaborados pelos técnicos e burocratas a partir de indicadores de educação, renda, qualidade de vida, desenvolvimento social, violência e de funcionamento da democracia. Por ser descrito sempre em termos de crises econômicas, extrema pobreza da população, baixa expectativa de vida e crises políticas, com sucessivos golpes de estado e períodos ditatoriais violentos, o Haiti é considerado pela comunidade

internacional como um país *instável* e, portanto, suscetível a intervenções para que a ordem seja restabelecida, segundo os critérios das organizações internacionais. Tal diagnóstico ressoa em grande medida nas narrativas sobre o país após a Revolução, baseadas na construção desse estereótipo de violência e constante ameaça, que culminou também no chamado anti haitianismo (Sagás, 1993; Tavernier, 2009; Moya Pons, 2013).

De modo a levar adiante uma análise sobre a MINUSTAH atenta aos elementos sempre reiterados nas narrativas sobre o país que justificam as contínuas intervenções por forças armadas estrangeiras, realizei pesquisa nos documentos da ONU produzidos e publicados durante a missão, entre militares brasileiros que estiveram no Haiti, entre burocratas da ONU alocados tanto nos escritórios do Haiti quanto na sede da Organização, em Nova Iorque, e também entre haitianos membros de movimentos que se posicionavam contrariamente à presença de tropas estrangeiras no país. A análise realizada nesta tese evidencia o aparato institucional erguido em torno das operações de paz, os espaços e práticas institucionais, e as dinâmicas burocrática da ONU, que é precisamente o padrão de excelência em *eficácia* e *eficiência* reiterados no discurso da cooperação internacional na construção do que é conhecido como o Estado democrático de direito.

Kelly Silva (2012) realizou uma etnografia da pacificação e construção do Estado-Nação em Timor Leste, também mediado pelas negociações diplomáticas da ONU. A autora argumentou que no início dos anos 2000 a expertise estrangeira da cooperação técnica internacional assumiu a administração do país nas esferas jurídica, executiva e legislativa através do aparato das missões de paz. Entre os objetivos expressos da cooperação, Silva mostrou que estava a construção e fortalecimento das capacidades institucionais leste-timorenses de modo que pudesse haver então a passagem da administração pública para o Estado recém-criado. Matthew Hull (2012) realizou uma etnografia dos documentos que constituíam as bases das políticas da cidade de Islamabad, no Paquistão. O autor investigou como estes documentos moldavam a vida da cidade através do planejamento e do controle regulatório do ambiente e como eles se engajavam (ou não) com pessoas, lugares e ‘coisas’ para fazer

(outros) objetos burocráticos. Trago estes dois contextos diversos para dizer que atividade burocrática se constitui, portanto, como um instrumento essencial de gestão que exporta as bases do Estado moderno (ocidental) enquanto um ideal de governança, estabilidade e desenvolvimento.

Para entender o lugar no qual os documentos da MINUSTAH foram produzidos e a realidade da qual eles falavam, foi fundamental a realização de pesquisa de campo tanto no Haiti quanto nos escritórios da ONU, entre os agentes que estiveram direta ou indiretamente envolvidos na missão. Nos anos de 2018 e 2019, me dediquei a fazer contatos e agendar entrevistas com o objetivo de acessar estas diversas perspectivas. Através da pesquisa entre os técnicos da ONU e também entre os movimentos críticos à intervenção internacional no Haiti, pretendo evidenciar ao longo deste trabalho a política de produção de dados como tecnologia de governo, ou seja, o modo de definição burocrática do *terreno* – descolado da perspectiva haitiana – como estratégia de intervenção para modificá-lo.

A pesquisa inicialmente realizada nos documentos produzidos durante a MINUSTAH fez ver não apenas a estrutura e o funcionamento de uma operação, mas também (e sobretudo) como o terreno haitiano era burocraticamente definido. O elemento que se fez visível e foi tomado como fio condutor para a análise é a maneira como a ideia de *terreno* aparece no mundo institucional, nos documentos e nas estratégias de intervenção. Fazer ver esta relação permite pensar como um se inscreve no outro continuamente, através de intervenções e métodos de avaliação próprios da cooperação internacional.

Nesse sentido, eu mantenho as duas expressões em inglês – *on the ground & in the field* – pois diferenciá-las parece fundamental para marcar minhas posições na escrita deste texto, com a intenção de manter separados o *ground* dos meus interlocutores burocratas do *field*, enquanto campo da Antropologia. Os documentos e os burocratas da ONU definiam o Haiti como um lugar de intervenção. A expressão *on the ground* (no terreno) é frequentemente usada para se referir ao lugar onde seriam desenvolvidas as ações da MINUSTAH, por isso, uso a palavra *terreno* em itálico para indicar o espaço tal qual definido pela burocracia. Ao longo do texto, mantive todos os

conceitos usados pela burocracia internacional também grafados em itálico, seguidos pela tradução em português quando necessário, já as falas e expressões dos meus interlocutores, bem como os trechos de documentos, e referências bibliográficas serão grafadas entre aspas.

Uma segunda distinção importante diz respeito ao uso dos nomes próprios de meus interlocutores ao longo do texto. Pretendo me espelhar no Castelo, de Franz Kafka, e utilizar apenas a letra inicial dos nomes dos burocratas, uma vez que eles ocupam uma posição institucional e o trabalho técnico independe da pessoa que o realiza, restringindo-se a um conjunto de procedimentos esperados para sua função. Dentro e fora do mundo institucional, os nomes próprios têm diferentes sentidos. Em um mundo onde importa família, parentesco, relações pessoais (Bersani, 2015; Bulamah, 2013, 2018; Marcelin, 2012; Thomas, 2005, Neiburg [org], 2019) os nomes adquirem outra relevância. Por este motivo, os nomes dos haitianos serão grafados por completo, uma vez que obtive autorização deles para tal.

A tese se divide em três partes, com dois capítulos cada. A partir da etnografia da burocracia, na primeira parte procurarei entender como o *terreno* é definido pelos documentos da MINUSTAH. A intenção é descrever como o *Haiti* era concebido tecnicamente como um espaço de intervenção e evidenciar os instrumentos desenvolvidos para realizar tal intervenção, bem como os resultados alcançados, nos mesmos termos técnicos. Adi Ophir (2010) chama de “discursive catastrophization” o processo de produção de um terreno em que a catástrofe é iminente, e que carece, portanto, de uma intervenção para evitá-la. Esta descrição produz um tipo de governança que usa a linguagem burocrática para transformar qualquer evento em fatos que possam ser mensurados e comparados. No primeiro capítulo, então, pretendo trazer os documentos da ONU que precederam e acompanharam a MINUSTAH, a fim de analisar como o Haiti era concebido tecnicamente como um lugar passível de intervenção. Isso significa compreender a engenharia social que faz do país mais do que uma unidade imaginada pelos burocratas. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que produz realidade em canais institucionais, isto é, mobiliza recursos humanos e financeiros em torno de ações e estabiliza conceitos, como desenvolvimento,

democracia, boa governança, dentre outros no léxico da cooperação internacional. Nesse sentido, proponho evidenciar etnograficamente como aquilo que se produz como dado – por exemplo, a violência no Haiti – provoca efeitos institucionais e mobiliza um aparato burocrático internacional que tem como principal atividade produzir ainda mais dados.

Essa atividade faz parte de um ideal de sociedade que opera de acordo com uma forma de legitimação do poder que Weber (2012)⁷ identificava como “racional-legal”. Assim, a produção de dados ocorre dentro de intuições que fazem parte do horizonte visível aos olhos da ONU, o que eu chamo de “paisagem estatizada”. Neste caso, pensar o Estado também no sentido weberiano do termo – enquanto conjunto de instituições jurídicas, econômicas e políticas que regem a vida social – ajuda a jogar luz sobre a construção desta paisagem. Ao longo do primeiro capítulo, pretendo evidenciar o esforço da ONU em construir essas instituições no terreno haitiano, pois a *falta* delas é que determinaria, do ponto de vista internacional, a instabilidade do país pela ausência de instrumentos de regulação da vida social. Isso significa que a burocracia enxerga como *caos* todo o espaço onde não identifica o método racional legal de gestão.

Além disso, outro aspecto fundamental do Estado trazido por Weber (2012) é o monopólio legítimo da violência. Uma vez instituída, a MINUSTAH carregava o componente militar, que detinha o monopólio legítimo da força, enquanto durasse a missão. O autor não deixou de pontuar que o uso da violência pelo Estado não era gratuito, e que ela deveria ser direcionada apenas na medida necessária para garantir a segurança da sociedade. No caso da Missão, isso fica claro nos acordos de *proporcionalidade* do uso da força bélica pelo componente militar. Os acordos admitiam o uso da força apenas na legítima defesa das tropas e, claro, na defesa da população civil não envolvida no conflito. Todos os atos violentos perpetrados por agentes armados que não fizessem parte da instituição que possuía o seu monopólio poderiam e deveriam ser punidos para garantir o cumprimento do Mandato. O componente militar era o responsável por manter o controle dos níveis de violência, porque se eles se

⁷ WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa; rev. Téc. Gabriel Cohn, 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2012.

ampliassem, colocariam em risco a legitimidade do Estado – que ainda estava sendo construído com a ajuda da Missão – como instituição que protegeria os indivíduos e garantiria a coesão social.

A etimologia da palavra “estado” apontada por Leirner (2012, p. 62) também orienta e justifica o uso do termo paisagem estatizada para designar o trabalho de engenharia social da ONU no Haiti. O autor mostra que o verbo vem do grego “fazer ficar em pé” e do latim “estar”. Desta raiz, surgem as variações estátua, Estado, status, estável. Este último era justamente o objetivo final do mandato da missão instalada no país, seja por meio de instituições governamentais ou não-governamentais, haitianas e internacionais.

Nesse sentido, apenas quando a paisagem estatizada estivesse completa, com a presença e o funcionamento das instituições jurídicas, um governo soberano eleito democraticamente, e uma polícia capaz de manter o monopólio da força, a Missão teria cumprido seu objetivo. Os capítulos 1 e 2 evidenciam, então, um experimento social realizado pela ONU na formação e/ou reforma de um tipo específico de Estado reconhecido como legítimo pela comunidade internacional.

Na parte 2, pretendo dar continuidade à análise da intervenção através do contraste das narrativas produzidas pela MINUSTAH sobre o Haiti com as narrativas próprias dos haitianos sobre política, nos termos de ruptura e revolução. Assim, minha intenção é olhar para o terreno para além da burocracia da cooperação internacional. Estive em Porto Príncipe duas vezes, nos meses de outubro e novembro 2018 e também entre maio e junho de 2019, com o objetivo de tentar acessar o(s) ponto(s) de vista haitiano(s) sobre a ajuda internacional e a possibilidade de participação local no monitoramento e na avaliação dos resultados da operação de paz. A pesquisa de campo no Haiti procurou estabelecer contatos, identificar as limitações (institucionais, burocráticas, idiomáticas), mapear agentes, organizações governamentais e não-governamentais que fizeram parte da MINUSTAH. Para tanto, foi planejada uma agenda de visitas e entrevistas que facilitaram o entendimento sobre os termos burocráticos em que se estruturava a missão em seu componente civil, em especial no que se refere à (in)existência da participação haitiana nos processos de avaliação e decisão. Além disso,

pude conhecer e ter acesso aos registros dos movimentos sociais do país, com atuações diversas, mas com especial atenção àquelas que estiveram fortemente voltadas para a contestação da MINUSTAH, enquanto ela ainda estava no país, e para a reparação dos danos causados, mesmo após o final da operação.

O campo no Haiti, portanto, começou com o foco no componente civil da MINUSTAH, que compreendia as agências e os programas da ONU, bem como as Organizações Governamentais do país⁸. Segundo o Relatório S/2004/300 que recomenda o tamanho e a estrutura da missão, o componente civil deveria “criar as condições necessárias para o funcionamento da democracia bem como para o estabelecimento e fortalecimento das autoridades locais” (UN, 2004, p. 26). Para tanto, o chamado escritório de assuntos civis (*civilian affairs office*) deveria trabalhar em colaboração direta com as organizações de base (*grassroots*) da sociedade civil e com as autoridades locais. Isso significava criar uma rede institucional voltada para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela ONU no Mandato da Missão. Assim como Silva (2012) apontou para o Timor Leste e Pandolfi (2010) para os Balcãs, pretendo também mostrar como o Haiti se constituiu um laboratório de intervenção da cooperação internacional que articulou estas diversas organizações para estabelecer⁹ o Estado chamado “democrático de direito”.

Em Porto Príncipe, também pude perceber que não havia consenso no ponto de vista haitiano sobre a operação, e duas perspectivas evidenciaram essa disparidade. A parte 2 desta tese é dividida em dois capítulos para dar conta dessas divergências. De um lado, as ONGs (haitianas e estrangeiras, mas com funcionários haitianos em suas equipes) e as agências da ONU que desenvolveram projetos conjuntamente durante a MINUSTAH, como mostrarei no capítulo 3. De outro, os movimentos contra a Missão e, junto com eles, um aparato jurídico internacional – como o Bureau des Avocats Internationaux (BAI) e o Institute for Justice & Democracy in Haiti (IJDH) – que ajudam a

⁸ Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais poderiam estabelecer conexões com a MINUSTAH, mas não faziam parte da estrutura da missão.

⁹ Leirner (2020b, p. 122) explica a interligação etimológica dos termos institucionais como estado, estável, estar, status, ideia que merecerá maior atenção ao longo do texto.

levar adiante diversas denúncias, inclusive, sobre a negligência da ajuda internacional no país, como ficará evidente no capítulo 4.

Emergem deste campo os contrastes nas narrativas dos militantes haitianos e dos burocratas da ONU a respeito da atuação da missão. Aquilo que era visto como *deterioração* da situação econômica e social, que resultava em uma ameaça à paz e segurança mundiais, para os haitianos era uma brecha histórica com potencial revolucionário, uma chance para a mudança de um sistema. Mais que uma disparidade entre perspectivas hierárquica e politicamente desiguais, as diferentes temporalidades – da ONU, das ONGs, dos haitianos – mostram diversas representações do tempo e espaço haitiano, permeados pela ideia de Revolução. Koselleck (1985) chama de “espaço de experiência” o passado, tomado como mais que memória (memory); e de “horizonte de expectativas” o futuro, tomado como mais que esperança (hope). Dessa forma o autor concebe passado e futuro como categorias de tempo e espaço, mas de modo a afastar a noção positivista de progresso, constituindo assim uma alternativa nos modos de se conceber a história. No caso haitiano, a ideia da Revolução é o que mantém a potência e a coerência dessas escalas temporais.

Com efeito, no campo que realizei em Porto Príncipe, foi recorrente a alusão à narrativa de origem da nação – a Revolução Haitiana. O discurso histórico, assim, configura o que Harry West (2005) chamou de uma linguagem de poder que se mantém estável através do tempo e confere um quadro de inteligibilidade aos eventos à medida em que se desenrolam. No caso de Moçambique etnografado por West, a linguagem de poder se situa no discurso da *uwavi* (feitiçaria), que ao longo do tempo tornava inteligíveis tanto elementos das reformas socialistas quanto das neoliberais no país. No Haiti o vodu também opera como elemento estruturante na sociedade haitiana, como já mostraram muitos autores (Metraux, 1995 [1958]; Dalmaso, 2009; Ramsey, 2011; Bulamah, 2015). Como o ativista haitiano David Oxygene me disse em 2019: “o vodu sempre foi uma arma para nos defender contra os inimigos, contra o imperialismo”. Neste trabalho, contudo, o foco não será propriamente o vodu, mas outra linguagem de poder igualmente importante que circula no cotidiano das pessoas: o gênero discursivo histórico. Como pretendo mostrar no capítulo 4, a Revolução Haitiana oferece um

quadro de inteligibilidade à história recente e, simultaneamente, opera como modelo e vetor de eventos futuros.

Se há um imenso desencontro entre as narrativas produzidas pela burocracia internacional da ONU e pelos haitianos sobre a história do país, há também divergências sobre aquilo que se imagina (ou se espera) para o futuro. Olhar para o que constitui o espaço da experiência e o horizonte de expectativas da militância haitiana e da ONU permite elaborar uma análise histórica para além do contraste óbvio entre estas perspectivas. Pretende-se, com isso, contribuir para uma crítica etnográfica à construção de conceitos etnocêntricos como democracia, direitos humanos, liberdade, Estado.

Said (2003 [1978]) chamou de Orientalismo o modo ocidental de definir o Oriente, e mostrou que essa definição parte de noções estigmatizadas que reproduzem preconceitos e legitimam as narrativas da superioridade ocidental. Ugo Mattei (2010), inspirado pelos estudos de Said, voltou os olhos para o campo do Direito, e apontou que os discursos produzidos pelo Ocidente a respeito de outras culturas (consideradas não-ocidentais) nos termos de “falta”. O autor argumenta que a narrativa da burocracia ignora que os conceitos institucionais se encontram enraizados em uma determinada tradição e por isso não considera outras formas possíveis de organização da sociedade. Dessa forma, a ausência de “estado de direito” é interpretada como ausência de “direitos”. A partir da identificação da falta de elementos institucionais, é criada uma narrativa de situação de emergência e, conseqüentemente, uma demanda de introdução das bases da civilização – a Ocidental. Mattei e Nader (2008) mostram então como a retórica do desenvolvimento e do estado de direito carrega consigo as também as bases do capitalismo moderno, já que este é o modelo econômico estabelecido no Ocidente. Essa ideia ajudará a pensar na operação de paz como mediadora da criação de Estado e também de mercado, e será desenvolvida no decorrer dos capítulos, sendo um tema que atravessa todos eles.

Para a criação dos dispositivos que vão compor a paisagem institucional de um país é preciso primeiro que ele esteja *estabilizado*, ou seja, que os conflitos entre grupos armados em seu território estejam controlados. Por conta disso, o Secretário

geral da ONU Dag Hammarskjöld¹⁰ afirmou que “a operação de paz não é um serviço para soldados, mas apenas eles podem fazê-la”. A frase foi proferida nos eventos promovidos pelos militares e citada pelo General Pujol em entrevista para Adriana Marques (Castro e Marques, 2020, n.p.) mostrando a relevância da presença da força bélica. Na terceira parte, pretendo explorar o componente militar da missão, ao qual caberia dar suporte aos componentes civil e policial para conter o que a comunidade internacional entendia como *violência* no Haiti.

Durante toda a missão, generais brasileiros desempenharam papel de Force Commander, ou seja, comandaram as tropas dos capacetes azuis, como são chamados os soldados de diversos países que prestam serviço à ONU. A intenção é abordar a atuação do Exército Brasileiro no terreno haitiano, sob a racionalidade de uma operação de paz de caráter humanitário, com foco na proteção de civis e restabelecimento do Estado de Direito. Paula Vasques Lezama (2010) mostra que mesmo que a expressão “compassionate militarization” pareça um oxímoro, as forças militares e humanitárias compartilham traços comuns. Ambas têm a mesma temporalidade, a da emergência, e ambas agem sob a mesma premissa moral, a da neutralidade.

Apesar de ser considerada uma missão multidimensional, por contar com a presença dos três componentes, “a MINUSTAH era uma missão bem tradicional, na verdade”, como me disse um dos burocratas da ONU apontando para o fato de que o componente militar era o maior e mais presente no terreno. A bibliografia sobre antropologia da guerra e dos militares (Castro, 2004; Leirner, 2020a, 2009) é relevante no sentido de atentar para a ideia de que, como defende Leirner (2009), “a guerra opera como cultura”. Assim, nos capítulos que compõem a parte 3, pretendo mostrar como a *paz* parece operar como cultura para os militares brasileiros no Haiti. Esta concepção emerge de um discurso tomado como hegemônico e (quase) inquestionável no vocabulário da cooperação internacional. Não raro a expressão *cultura de paz* é encontrada nos documentos do Conselho de Segurança da ONU e nos relatórios da operação enquanto estava em andamento. Os sentidos que esta expressão adquire, os

¹⁰ Secretário-geral da ONU entre os anos de 1953 até 1961, quando faleceu.

conceitos que mobiliza e os efeitos que ela produz serão, assim, importantes objetos de análise nestes capítulos.

O campo com os militares brasileiros em *workshops* e eventos celebrativos permitiu observar os aspectos voltados ao plano teórico da missão, tanto no que tange a seus marcos normativos, quanto aos documentos que devem ser produzidos, desde o planejamento estratégico até a justificativa das ações tomadas no terreno. Pretendo mostrar no capítulo 5, portanto, que em uma operação de paz, os militares cumprem não apenas atividades relacionadas à força bélica e tarefas de coordenação junto com os demais componentes, mas também a constante produção de materiais remetidos aos níveis superiores para que realizem o monitoramento e o controle de suas ações. Tal monitoramento não passa pelo escrutínio público, a quem são reservadas, nas cerimônias comemorativas, as narrativas *de sucesso* sobre a experiência do Exército Brasileiro no Haiti.

No capítulo 6, pretendo mostrar como os militares brasileiros introjetaram em suas práticas as lógicas de coordenação e diplomacia exigidas na operação de paz, e tomaram posse de um arcabouço ideológico e doutrinário em que cabe a eles o papel de garantir a estabilidade do país, bem como o Estado democrático e liberal. Esta análise evidencia as consequências da participação das forças armadas no Haiti para a política nacional do Brasil, que na hipótese de Piero Leirner “abriu a janela para algo maior: a ‘mobilização’ para a guerra híbrida” (2020b, p. 231, grifos do autor). Neste tipo de guerra ficam borradas todas as fronteiras entre civis e militares, diplomacia e conflitos, de modo que as batalhas se dão principalmente no campo da cognição. Leirner mostra que o uso dessas estratégias garantiu que os militares alcançassem o poder em 2018 e, mais que isso, que se mantivessem como guardiões da democracia, ainda que pareça uma contradição entre termos.

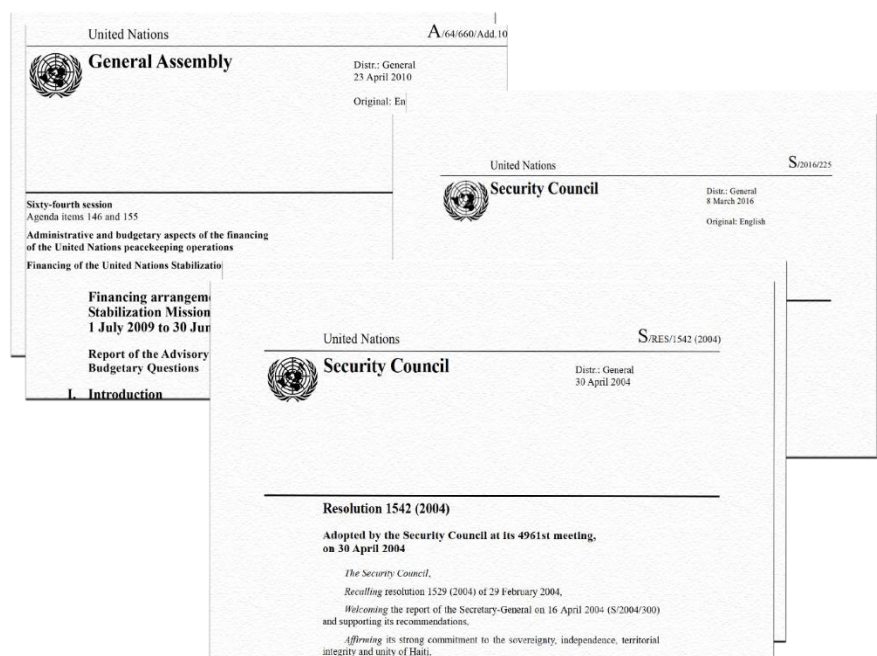
A tese se organiza, então, nestas três grandes partes que estão divididas em dois capítulos cada. O argumento comum que perpassa as três partes é que o conceito de *paz* mobiliza um arcabouço burocrático que define o *terreno* e, assim, estabelece as bases para a construção de estruturas institucionais identificadas como indispensáveis para o desenvolvimento de um sistema político e econômico que garantem a

estabilidade de um país. A etnografia dos documentos da ONU joga luz sobre um modo particular de construir o que eu chamo de paisagem estatizada, de acordo com as definições ocidentais sobre o seu bom funcionamento. O contraste com as perspectivas haitianas sobre a presença de um aparato estrangeiro no país, bem como as disparidades nas expectativas a respeito do futuro que vislumbram, evidencia as limitações da cooperação internacional em estabelecer um diálogo horizontal com a população a quem pretende proteger. Já a pesquisa entre os militares brasileiros que fizeram parte da Missão mostra o aperfeiçoamento de uma racionalidade que legitima as Forças Armadas enquanto garantidoras do estado democrático de direito, o que produziu efeitos não apenas no Haiti sob a égide da ONU, mas também no Brasil.

Parte I

O terreno da burocracia e a burocracia do terreno

Folha A4 branca. Cabeçalho. Fonte Times New Roman. United Nations no canto superior esquerdo, tamanho 14. Logo abaixo encontra-se a insígnia da organização. Diametralmente oposta, encontra-se a identificação do documento codificada como uma sequência de letra(s), barra, letra(s), barra, número, barra, ano, em tamanho 12. Linha separadora simples horizontal cortando a página. Alinhado à direita, em tamanho 10, a distribuição (geral ou restrita), data e idioma da publicação original. Seis espaços verticais simples. Mais uma linha separadora horizontal em negrito, encerrando o cabeçalho. Título do documento, em negrito, tamanho 14. Na linha seguinte, em tamanho 12, espaçamento simples, texto.



A estética comum aos documentos da ONU foi uma visão constante do meu trabalho de campo. Apesar de estruturados a partir do mesmo padrão, os documentos produzidos e publicizados pelos diferentes órgãos da ONU durante os treze anos de duração da MINUSTAH (Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti) eram individualizados a partir de uma numeração que os identificavam dentro da burocracia. Tratava-se de transcrições de reuniões, materiais cartográficos, declarações para a

imprensa, cartas, relatórios e resoluções. Além deles, outros inúmeros relatórios periódicos (por vezes, diários) foram produzidos por cada componente da missão, com circulação restrita, aos quais eu tive acesso somente após os contatos com os agentes do componente civil e militar da missão.

Tendo por base o material etnográfico que emergiu do trabalho de campo na máquina burocrática da MINUSTAH, explorarei nos capítulos 1 e 2 os termos relacionados ao terreno no Haiti – *ground, terrain, area, target* – bem como os adjetivos usados para sua definição – todos relacionados à violência, instabilidade, ameaça internacional, tráfico, entre outros. Além disso, abordarei os termos relacionados às ações da ONU – *assist, support, concern, ensure, build, promote, finance* e os fins que eles pretendem alcançar – democracia, estabilização, desenvolvimento, garantia de respeito dos direitos humanos.

A proposta segue certa literatura em antropologia do desenvolvimento que busca etnografar comunidade de experts (Mosse, 2006) e os conceitos mobilizados por eles na elaboração e implementação de projetos. Este é o caso da já mencionada obra clássica de Ferguson (1990), em sua etnografia a indústria do desenvolvimento em Lesotho e evidencia o aparato que se ergue em torno desta noção e em nome do combate à pobreza. Da mesma forma, Englund (2006) mostra o que é mobilizado pelo conceito de *liberdade*, em Malawi, no discurso dos direitos humanos e em nome da democracia emergente nos países da África. Escobar (2005) examina o *desenvolvimento* como discurso e como ele compartilha traços dos discursos colonizadores, enquanto parte de um conjunto de relações de poder. Em comum, as etnografias apontam para as complexidades das análises a respeito das práticas burocráticas e da produção de conhecimentos, políticas e documentos voltados para o que eles chamam de *desenvolvimento* (por muitas vezes acompanhado do adjetivo *sustentável*).

A área relativamente recente da antropologia dos dados também inspira e fundamenta as análises empreendidas nestes dois primeiros capítulos. Importante apontar desde já que ao contrário de Biruk (2018), Merry (2016), Murphy (2017), não acompanhei a coleta de dados a respeito do Haiti. No entanto, a partir dos documentos

que trazem os dados já prontos, pretendo evidenciar como são interpretados os indicadores de *instabilidade, insegurança, risco, colapso* no terreno haitiano.

Como apontam os trabalhos nesta área, dados e indicadores não são politicamente neutros, como os técnicos e burocratas querem dar a entender. Biruk (2018) etnografou como os dados eram coletados e interpretados pelos pesquisadores locais e estrangeiros no Malawi, e como um suposto conhecimento neutro era forjado nesse processo. A autora argumentou que uma vez que os dados eram gerados dentro de um conjunto de práticas culturais e técnicas de coleta, eles carregavam consigo valores de quem os produzia e expressavam um certo tipo de entendimento sobre o quê deveria ser registrado e como deveriam ser sistematizados os resultados quantitativos daquelas pesquisas. Merry (2016) mostrou que os indicadores, por sua vez, usavam os dados para criar e definir o fenômeno social que eles pretendiam medir e, ao fazê-lo, eles produziam um conhecimento que seria utilizado para informar decisões, definir objetivos e, finalmente, produzir novos indicadores. A autora argumentou que “os indicadores não revelam a verdade, eles criam a verdade”. Como parte integrante daquilo que Strathern (2000) chamou de “cultura de auditoria”, Merry argumenta que existe uma “cultura de indicadores” que se constitui como uma tecnologia de governança através da criação de métricas que permitem estabelecer rankings de violência, corrupção, democracia, desenvolvimento, ou qualquer outro fenômeno social que se deseja observar.

No caso do Haiti, os documentos da ONU apresentam uma narrativa prévia à missão que fala sobre um ambiente *instável, inseguro* e tão *violento* que constitui uma *ameaça internacional*. São mobilizados dados sobre a pobreza, índices de violência, número de mortes por perseguições políticas, falta de observância do funcionamento das instituições democráticas, para corroborar a narrativa que apontava para a necessidade de intervenção. Assim, emerge na prática burocrática um *terreno* inscrito nos documentos que, ao ser amarrado a conceitos e procedimentos padronizados, permite criar atividades (planejamentos/estratégias) que, por sua vez, se voltam para promover mudanças, que posteriormente, serão quantificadas e qualificadas novamente em termos de melhorias (*improvements*) no terreno.

Através da etnografia da burocracia pretendo, então, evidenciar a política de produção de dados como tecnologia de governo. Isso significa argumentar que o próprio modo de definição burocrática do *terreno* se constitui como uma estratégia de intervenção para modificá-lo, através de dispositivos técnicos que aparecem frequentemente descolados de questões estruturais. Olhar etnograficamente para estas inscrições técnicas – na forma de dados, de números, de indicadores – permite explorar como o Haiti e os haitianos são retratados nos documentos, de modo a fazer ver que a operação de estabilização expressa mais significados sobre a ONU do que sobre o próprio Haiti, embora ela seja alocada neste país.

No primeiro capítulo, analiso a relação dos documentos e suas fontes, o fluxo de informações sobre o Haiti na máquina da cooperação internacional, e a produção de uma realidade passível de intervenção. Pretendo mostrar como os dados levantados no terreno haitiano formam um quadro de *violência, colapso, crise*, de forma que legitima a interferência internacional. Neste primeiro momento, pretendo dialogar com a bibliografia da Antropologia do Desenvolvimento como Richard Harper (1998, 2000), Arturo Escobar (2005), Tania Li (2007), em especial a discussão sobre documentos e burocracia, como Annelise Riles (2001, 2006) Akhil Gupta (2012), Matthew Hull (2012) e Ann Laura Stoler (2009), Castilho et al. (2014).

O capítulo 2 trata do que chamo “paisagem estatizada”, que se refere àquela produzida pelos aparatos institucionais instalados no Haiti para controlar os quadros desenhados anteriormente. Nesse sentido, pretendo evidenciar as percepções dos tecnoburocratas da ONU cujo trabalho é produzir incessantemente imagens do terreno, seja *in loco*, no país, seja na sede da ONU em Nova Iorque. Nesta paisagem, também surgem efeitos indesejados e, para analisá-los, pretendo jogar luz sobre as camadas institucionais que produzem mais camadas a partir das respostas do terreno às atividades de interferência que ele recebe, discussão essa que será feita à luz de James Ferguson (1990), James Scott (1998) e Kelly Silva (2012).

Capítulo 1. O Haiti caracterizado pelos documentos

“(...) deterioração da situação política, de segurança e humanitária e seu efeito desestabilizador na região”; “sucessivas crises políticas”; “lacuna na estabilidade”; “lacuna do direito”; “lacuna de progresso e de prestação de contas”; “lacunas (gaps) no quadro institucional”; “deficiências na capacidade de absorção”; “insurgência armada”; “próximo ao colapso”; “crime organizado”; “tráfico de drogas”; “ausência do estado de direito”; “corrupção endêmica”; “carência de recursos financeiros”; “falta de pessoal qualificado e de equipamentos básicos”; “fraqueza das instituições”; “incapacidade de estabelecer um programa político social concreto”, “extrema pobreza e vulnerabilidade da população”; “ameaça à paz e à segurança internacional, a estabilidade no Caribe, especialmente através da migração (outflow) em potencial para outros Estados e sub-regiões”.

Estas eram algumas das expressões usadas para descrever o Haiti nos documentos que precederam a instalação das forças de paz da ONU no início do ano de 2004. Em resposta à *deterioração* da situação no país, a MIF – Multinational Interim Force – tinha como objetivo conter a *onda de violência*, facilitar/garantir o acesso da população à ajuda humanitária e preparar um relatório com a descrição do *terreno* – a esta última atividade se dá o nome de *assessment*. Isso significava avaliar o tamanho do conflito e da crise social e, em seguida, mensurar as forças necessárias para controlar a situação.

Quando estive em Porto Príncipe, em 2018, conversei com G., representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU no Haiti, o órgão regional responsável por promover e garantir os direitos humanos de acordo com a legislação internacional. Os escritórios regionais promovem cooperação técnica aos Estados e à sociedade civil através de serviços de consultoria especializada, workshops, treinamentos com vistas ao fortalecimento das instituições nacionais e a capacitação de pessoal¹¹. Na entrevista, G. se dedicou a descrever o que a sua divisão faz em um país *instável*, me explicou os processos institucionais que devem ser seguidos, e falou das

¹¹ Fonte: <https://www.ohchr.org/en/about-us> consultado em 7 de novembro de 2018.

particularidades encontradas no Haiti. Segundo ele, o trabalho começa tentando entender o que está acontecendo no terreno, porque mesmo com os melhores relatórios e entrevistas anteriores, não é possível compreender profundamente a situação sem estar presencialmente no país¹². Então é realizado um primeiro *assessment* (avaliação) com a equipe *on the ground* (no terreno).

No que diz respeito à Seção de Direitos Humanos, G. contou que os *assessments* são realizados com a equipe composta por técnicos estrangeiros que vão até o país *em conflito* para produzir os documentos que devem ser encaminhados ao Human Rights Office, na sede da ONU em Nova Iorque, onde outros técnicos devem ler e ratificar as informações ou sugerir mais investigações e alterações. Ele explicou que este processo é importante porque pode haver algumas questões que também fogem aos olhos de quem está no terreno, como questões políticas regionais ou conflitos em localidades diversas que acontecem concomitantemente sem que os analistas tomem conhecimento. Desta forma, segundo ele, o terreno é observado de diversos pontos, a fim de garantir uma imagem completa que dê conta de todas as necessidades que devem ser contempladas na análise dos técnicos. Uma vez que o *assessment* é concluído – e G. ressaltava que “isso significava ser validado pelo Human Rights Office” – o documento segue para o Secretário Geral da ONU, responsável por fazer as recomendações de intervenção ao Conselho de Segurança.

Um exemplo de *assessment* é encontrado no Relatório S/2004/300 de 16 de abril de 2004, que apresentava a situação do Haiti, as ações que já haviam sido tomadas e a recomendação de novas ações, sendo a mais importante a implantação da MINUSTAH. É a partir deste documento que comecei a investigação sobre a definição do *terreno*. Para definir o Haiti, o Relatório retomava sua história desde 1993 – quando se instalava uma força multinacional para “restaurar a legitimidade das autoridades haitianas e garantir o desenvolvimento do estado de direito no país”. Assim, o que se tornava primeiramente perceptível é que a história do Haiti começava a ser narrada a

¹² A necessidade de estar no terreno é percebida de maneiras distintas pelos vários técnicos da ONU, como pretendo abordar adiante.

partir das intervenções já feitas no país e que buscavam resolver os mesmos problemas que se apresentavam novamente.

O que se observa neste documento (e em outros que se seguem) era o Haiti apresentado nos termos de ausência, incapacidade, carência e crise. Eram apresentadas lacunas (*lacks, gaps, absences*) na estabilidade, no progresso, na prestação de contas, na entrega de serviços públicos e na proteção aos direitos humanos. Eram listadas as incapacidades em consolidar a democracia e a *boa governança*. Considerava-se que a população haitiana era “insuficientemente envolvida com o desenvolvimento do país” e se reconhecia que a ajuda internacional também foi “incapaz de mobilizar os atores da sociedade civil” (ONU, S/2004/300, tradução minha).

Também era recorrente a menção aos grupos armados, crime organizado, tráfico de drogas, violência generalizada, roubos, assaltos, pilhagens. A situação humanitária era considerada *quase em colapso* devido às denúncias de perseguições políticas, sequestros e estupros. O sistema de justiça era considerado *frágil* e tomado como causa e consequência da impunidade no país. A Polícia Nacional Haitiana (PNH) era apresentada como *ineficiente* e com poucos recursos humanos e materiais para cumprir o que se esperava de sua função.

Dados sociais e demográficos também foram apresentados no relatório, com especial ênfase comparativa. Afirmava-se, assim, que em 2004 o Haiti era o país menos desenvolvido do Ocidente, 52% da população vivia abaixo da linha da pobreza; que a expectativa de vida era de apenas 54 anos; que a mortalidade materna e infantil era uma das maiores do mundo; que 51% das crianças sofria de desnutrição crônica, 2/3 das crianças de até cinco anos de idade sofria de anemia e o índice de vacinação era de apenas 16%; que o número de casos de HIV/AIDS na população também era o maior do fora da África (cerca de 2 a 3%). No que diz respeito à educação, o relatório afirmava que cerca de 50% das crianças não estavam matriculadas nas escolas primárias e o índice de analfabetismo na população adulta seguia a mesma proporção; e que os casos de violência e exploração sexual de crianças e mulheres eram muito altos. A respeito do meio ambiente, era mencionada a deterioração do solo e a produção insuficiente de alimentos. Por fim, o documento ainda discorria sobre os movimentos migratórios

dentro do país, que causavam o rápido e desordenado crescimento urbano e o desemprego em massa; e também para fora do país um alto índice de pessoas que cruzavam ilegalmente as fronteiras em busca de uma vida melhor.

A etnografia de Gupta (2012) entre os oficiais responsáveis por coordenar programas de desenvolvimento em Uttar Pradesh, na Índia, mostrou que existe uma arbitrariedade institucionalizada na prática burocrática de tratamento dos dados estatísticos que normaliza a pobreza, a violência estrutural e acaba por despolitizar o Estado. No Haiti, o conjunto de dados sobre as ausências, as fraquezas e as incapacidades institucionais, era tomado como a causa da *deterioração* da situação política, econômica e social do país e legitimava a classificação do país como uma *ameaça internacional* – que era justamente a condição para implantação de uma operação de paz da ONU.

Os documentos criavam uma sequência de inscrições autorreferenciadas que desenhavam uma imagem do país sob intervenção por meio de *assessments* e *accountabilities*. O Relatório S/2004/300, além de trazer um *assessment* do Haiti e a recomendação da implementação da MINUSTAH, ainda definia seu formato, tamanho, objetivos e descrevia detalhadamente as responsabilidades de cada componente e os objetivos que eles deveriam alcançar – conjunto que recebe o nome de *Mandato*.

A cada indicador negativo identificado nas primeiras seções do relatório, relacionava-se o seu equivalente positivo nas recomendações. Por exemplo: para responder à ausência de democracia, era proposta a promoção de eleições livres e diretas; para combater os grupos armados, era planejada uma política de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); à ineficiência da Polícia Nacional Haitiana, era previsto o treinamento, capacitação e aparelhamento da instituição. Além disso, o documento já apontava os responsáveis por comandar cada ação (componentes civil, militar, policial) e o modo como eles deveriam se integrar. Apareciam, assim, organizações nacionais, regionais e internacionais, o governo de transição do Haiti, as agências da ONU e os financiadores, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano, e o Fundo Monetário Internacional. Antes de haver as estruturas físicas dos escritórios e dos prédios no terreno para sua operacionalização, essas instituições e seus ocupantes

apareciam nos documentos que faziam um esboço do que viria a ser essa paisagem no Haiti. Dessa forma, começava a se desenhar um povoamento institucional primeiramente no campo da burocracia que descrevia o país.

No dia 30 abril de 2004, na Reunião do Conselho de Segurança registrada pelo documento S/PV.4961, com a participação de um representante do governo do Haiti, sem direito a voz e a voto, foi publicada a Resolução 1542/2004, que instituiu oficialmente a MINUSTAH. Curioso notar a transcrição da reunião S/PV.4961, que se iniciou às 12:35 p.m. e terminou às 12:40 p.m.: apenas 5 minutos para cancelar os destinos de uma nação.

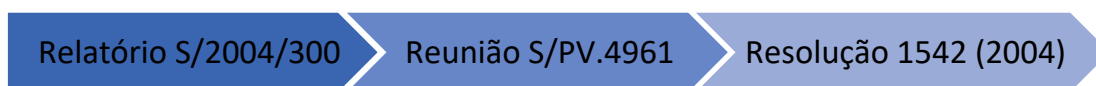


Figura 3: Sequência simplificada de documentos e reuniões que precedem a MINUSTAH.

Fonte: autora

Apesar da curta duração da reunião, o processo decisório é muito mais demorado e complexo. O representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU me explicou que após analisar as necessidades do *terreno* descritas e mensuradas em um relatório (no caso, o R/2004/300), o Conselho de Segurança passa a fazer contato com os países membros para negociar o envio de tropas e de equipamentos operacionais de acordo com suas possibilidades. Já o componente policial deve ser do próprio país que recebe a operação, cabendo à equipe local informar seu contingente, bem como sua possibilidade de atuação. O componente civil fica por conta das agências da ONU que vão atuar junto às organizações governamentais e não-governamentais do país. Sendo assim, o que G. me dizia era que todas estas negociações eram feitas e acordadas entre as partes antes mesmo de se tomar a decisão de instalação da missão. Quando o Conselho de Segurança decidia pela criação, sua estrutura já estava pronta para começar a funcionar. Isto explica a relativa rapidez da reunião a que me referi anteriormente.

Os dados são sempre formados temporalmente, como mostra Boellstorff (2013). Mais do que perceber a temporalidade dos dados, o autor pede para que os

antropólogos atentem para como os dados são organizados para produzir novas temporalidades. Esta sugestão inspira minha leitura dos documentos no sentido de perceber que uma vez instituída a operação, o *terreno* passava a ser sucessivamente (re)definido de acordo com as ações que nele eram inferidas, monitoradas, avaliadas e redefinidas periodicamente através da mobilização de recursos, agentes, organizações governamentais e não-governamentais e instituições financiadoras em torno dos objetivos do Mandato.

Quando estive na ONU em Nova Iorque, em 2019, pude conversar com duas integrantes da equipe do Haiti (que é parte do Regional Office for Latin America and the Caribbean). Uma delas, B., fez um grande resumo da estrutura da operação a partir de um organograma esboçado em sua agenda, em que ela expressava o fluxo das informações do terreno, ou seja, dos escritórios do Haiti, para a sede da Organização e vice-versa, além de apontar o povoamento da paisagem institucional que é desenhada pelos técnicos ao mesmo tempo em que eles participam dela.

Então, B. desenhava no topo o Special Representative of Secretary General (SRSG), abaixo dele os dois Deputies, e abaixo deles os *chief of staff* (chefes de equipes). Para descrever o caminho de uma informação, ela me explicou primeiramente o papel dos *chief of staff* que é de coletar os dados no terreno, organizar, analisar e enviar um *draft* (rascunho) ao Integrated Organizational Team (IOT) – responsável por fazer circular os relatórios relevantes para que sejam lidos e revisados pelas unidades de cada competência nos *headquarters*. A este movimento é dado o nome de Integrated Task Force (ITF). Neste momento, a equipe dos *headquarters* faz comentários e sugestões a respeito das atividades desenvolvidas no terreno. O relatório, então, também através do IOT, volta para a missão (no terreno) para que seja feita a segunda revisão, de acordo com as recomendações mencionadas no primeiro *draft* (rascunho). Os técnicos no terreno trabalham nestas revisões e uma segunda versão do *draft*, agora revisada, segue para os escritórios do SRSG, de onde poderia seguir finalmente para o Secretário Geral.

Como a MINUSTAH era uma missão multidimensional, B. aponta que o ciclo não se encerrava ali. O Secretário Geral deveria assinar o relatório e enviá-lo ao Conselho de Segurança, e só então ele se tornava um documento publicável, uma vez

que já não havia mais alterações na escrita. Este processo tinha a periodicidade de 60, 90 ou 120 dias, de acordo com o Mandato que estava em vigência e com os acontecimentos do terreno. B. me diz que em tempos mais calmos, havia um intervalo maior e em tempos mais conturbados, como à época do terremoto (em 2010), o intervalo era menor devido ao tempo de monitoramento e resposta das ações no terreno.

Ainda na sede da ONU, em Nova Iorque, conversei com L., membro da equipe da África Oriental, que naquele momento trabalhava nos *headquarters*, mas possuía também experiências *on the ground*, nos escritórios dos países que recebiam operações. As falas de L., que participou da missão do Kosovo (UNMIK) e do Mali (MINUSMA), evidenciaram uma padronização das ações em todas as missões, principalmente no que se refere ao fluxo de informações sobre o *terreno*. A atuação de L. na área de *political affairs* na UNMIK, se resumia em receber as informações e produzir análises mais complexas para o componente civil da missão. Já no Mali, ele fazia parte do Joint Operation Center (JOC) e sua função era essencialmente a coleta e consolidação dos dados para formar uma “figura do terreno” nos termos que ele mesmo utilizou. Já na sede da ONU na cidade de Nova Iorque, o trabalho de L. era no Integrated Operational Team (IOT) e ele tinha a função de manter os *Seniors* e *Leaders* atualizados sobre o desenvolvimento das atividades no terreno e prover análises mais profundas em assuntos mais sensíveis, por exemplo, eleições e acordos políticos. Além disso, também havia a produção de relatórios chamados *talking points* (pontos para conversa) que são os *briefings* (instruções) fornecidos aos *heads* (líderes) antes de reuniões importantes realizadas em campo ou em Nova Iorque. As experiências de L., juntamente com a descrição de B., jogam luz sobre a padronização de práticas de aferição do *terreno* e a constante circulação de dados através de documentos que informam as tomadas de decisões dos técnicos em diferentes níveis de hierarquia.

No caso do Haiti, os documentos que seguiam na esteira da operação, eram cartas certificando o recebimento e ciência dos relatórios e resoluções anteriores, e as nomeações para os altos cargos da MINUSTAH, nas quais não constava nenhum haitiano, além de chamadas para reuniões da Assembleia Geral e Conselho de

Segurança. Stoler (2009) mostra como a produção e circulação de arquivos se constituem como atos de governança, com efeitos violentos no processo de colonização etnografado pela autora. No caso da MINUSTAH, o fluxo dos documentos opera como tecnologia de governo (com efeitos não menos violentos) na criação de um Estado fomentado pela engenharia social da ONU.

Para a criação deste Estado, é fundamental a construção de uma infraestrutura que garanta seu bom funcionamento, ou seja, tal qual esperado pelos padrões da burocracia internacional. Além de implicar recursos humanos, financeiros, logísticos e materiais, essa infraestrutura requer principalmente a disseminação de uma tecnologia de governo que tem como base a incessante produção de dados e indicadores que permitem aferir o grau de operacionalidade das instituições.

Garantir a criação e o funcionamento destas instituições, portanto, exige o desenvolvimento de uma racionalidade própria que é transcrita em forma de tabelas, alíneas, distribuição de recursos e muitos cálculos. O Relatório A/58/800 (produzido pela Assembleia Geral), também baseado no S/2004/300, apresenta o orçamento detalhado para contratação de pessoal, aquisição de material, despesas logísticas e construção de infraestrutura. É proposto o número de pessoal para cada componente da missão, as necessidades de infraestrutura, como construção de prédios, abrigos e escritórios, e também com transportes terrestre, aéreo e naval – número e tipos de carros, caminhões, escavadeiras...; número e tamanho de aviões e helicópteros; número de navios e equipamentos para patrulha marítima dos portos. O documento traz também diversas tabelas com estimativas de número de agentes, listas de equipamentos de comunicação, como telefones fixos, celulares, rádio, instalação de base de satélites, rede de internet e recursos relacionados e seus respectivos custos em dólares.

III. Resource requirements

A. Financial resources

(Thousands of United States dollars)

Category	1 May to 30 June 2004	1 July to 31 December 2004	Total
	Cost estimates	Cost estimates	
Military and police personnel			
Military observers	—	—	—
Military contingents	13 484.0	65 371.1	78 855.1
Civilian police	461.2	17 532.5	17 993.7
Formed police units	1 065.4	5 197.1	6 262.5
Subtotal	15 010.6	88 100.7	103 111.3
Civilian personnel			
International staff ^a	3 473.7	21 882.6	25 356.3
National staff ^b	216.8	4 090.7	4 307.5
United Nations Volunteers ^c	76.7	1 988.4	2 065.1
Subtotal	3 767.2	27 961.7	31 728.9
Operational costs			
General temporary assistance	—	—	—
Government-provided personnel	—	—	—
Civilian electoral observers	—	—	—
Consultants	—	—	—
Official travel	251.1	412.5	663.6
Facilities and infrastructure	10 018.9	54 586.8	64 605.7
Ground transportation	5 707.3	16 938.5	22 645.8
Air transportation	729.5	4 493.2	5 222.7
Naval transportation	—	1 011.7	1 011.7
Communications	6 653.5	10 655.8	17 309.3
Information technology	3 725.4	6 335.8	10 061.2
Medical	532.1	2 376.2	2 908.3
Special equipment	97.7	1 250.8	1 348.5
Other supplies, services and equipment	2 736.5	708.3	3 444.8
Quick-impact projects	30.0	720.0	750.0
Subtotal	30 482.0	99 489.6	129 971.6
Gross requirements	49 259.8	215 552.0	264 811.8
Staff assessment income	387.0	2 827.5	3 214.5
Net requirements	48 872.8	212 724.5	261 597.3
Voluntary contributions in kind (budgeted)	—	—	—
Total requirements	49 259.8	215 552.0	264 811.8

Figura 4: Relatório A/58/800. Fonte: UN Digital Library.

O fluxo de dinheiro carrega consigo a necessidade de monitoramento, que é feito através de relatórios que vão constantemente aferir dados que expressem os objetivos alcançados e os que ainda precisam de atenção. A própria estrutura de comunicação evidencia a preocupação com a circulação destes dados e com a emergência de um tipo específico de governança. Desta forma, este conjunto vai desenhando uma paisagem que seja reconhecível à cooperação internacional. A esta nova configuração do terreno, se dá o nome de *resultado*.

Nos escritórios da ONU em Nova Iorque, tive a oportunidade de conversar com D., que trabalhava no setor financeiro e me falou sobre a estrutura de distribuição de recursos para o financiamento das operações de paz e de outros setores. Interessante notar a partir da fala de D. que o setor financeiro é responsável pela análise não apenas quantitativa, mas qualitativa, de todos os relatórios apresentados por todas as agências, organizações, programas e operações da ONU. Segundo ela, o setor recebe os relatórios de prestação de contas de recursos utilizados pelas agências, programas e missões, e verifica a realização de todas as atividades, não isoladamente, mas de maneira conjunta, verificando o quanto aquilo representa no andamento da ação proposta inicialmente, no caso da missão de paz, isto se refere ao *mandato*. Ela me diz em termos de porcentagem “se a gente verifica que está com 75% do trabalho concluído, então a gente já tem uma ideia de quanto de recurso vai precisar para o próximo ano, a gente transforma esses dados em termos de montantes de dinheiro e vice-versa”. Anualmente, é feito o orçamento para todos os órgãos, de acordo com o saldo disponível. O setor financeiro estuda o orçamento, faz a distribuição e encaminha as recomendações ao Conselho de Segurança e/ou à Assembleia Geral, a quem cabe a revisão e a assinatura final.

Harper (1998) apontou, em sua etnografia com as equipes do Fundo Monetário Internacional (FMI), que as atividades dos técnicos não se resumiam à coleta de dados (números), que supostamente expressavam uma certa realidade, mas na sua combinação com informações sobre como entender ou interpretar tais números. Na ONU, assim como no FMI, os dados estão sempre postos à prova através de avaliações e sanções técnicas a partir das quais eles se tornam mais ou menos “utilizáveis” em tarefas analíticas que, aí sim, passam a expressar a realidade do terreno para a comunidade internacional.

O que se observa, então, é que no momento de instalação da missão, o Haiti se fez presente nos *assessments* enquanto um lugar *violento e caótico*. Contudo, os relatórios de operacionalização que apresentam os dados técnicos de mobilização de recursos humanos, financeiros, logísticos e de infraestrutura, não mostram aquele terreno *instável, violento, inseguro* que havia sido descrito anteriormente, mas sim as

ferramentas necessárias para modificá-lo, bem como seus custos operacionais. Esta paisagem institucional é majoritariamente ocupada por técnicos estrangeiros treinados e capacitados para dar conta do planejamento, da execução e do monitoramento das atividades, nos termos exigidos pela burocracia internacional, com vistas a alcançar os objetivos definidos no Mandato. O que se apresenta até aqui, então, são modos de aferição do terreno a partir de certos termos, o que Scott (1998) definiria como as tentativas de fazer uma sociedade legível.

Nesta paisagem – povoada por estrangeiros – os haitianos aparecem primeiramente como beneficiários das ações de melhoria do terreno, como a população que merecia estar protegida das ameaças iminentes daquele ambiente hostil descrito nos primeiros documentos. Na esteira dessa produção de dados, com a criação de aparatos institucionais, os haitianos ganham também uma alínea orçamentária própria, chamada *national staff*. Na sede da ONU, em Nova Iorque, B. me explicou o papel dos haitianos na missão. Ela dizia que embora houvesse a preocupação com a imparcialidade e com a neutralidade da missão, era importante e necessária a participação de representantes locais para facilitar a comunicação entre a missão e a sociedade civil haitiana, e também com membros do governo. Contudo, eles não participavam dessas reuniões de equipe, uma vez que eram reservadas apenas aos *heads of units* (chefes de unidade). O papel da equipe (que poderia incluir ou não haitianos) era preparar seus *heads* para a reunião com o maior número de dados e análises possível. Assim, o que se evidencia nesse processo é que a relação entre o mundo institucional e o *terreno* é construída pela circulação de documentos, através dos quais os burocratas enxergam o mundo e tentam então moldá-lo à imagem e semelhança de seus princípios, conceitos e instituições.

Merry (2016) chama de “expertise inertia” o uso de habilidades e experiências de técnicos estrangeiros, frequentemente oriundos de países ricos, do chamado Norte Global, treinados em ciência política, economia e estatística. A presença destes *experts* não privilegia os conhecimentos locais dos países menos ricos e faz com que os indicadores sejam moldados e replicados de acordo com aquilo que é reconhecido como ideal e desejável pelo padrão internacional, o que ela chama de “data

inertia”. Ambos os conceitos são usados para explicar porque é tão difícil para pessoas de fora desse sistema influenciar a produção de indicadores e de conhecimentos. Na ONU, em Nova Iorque, o membro da equipe da África Oriental me explicou que a presença de representantes locais era sempre valorizada, uma vez que eles poderiam contribuir com a melhor coleta de dados ou indicar as fontes confiáveis para conseguir as informações desejadas. Contudo, ele admitia que essa presença era menos comum no nível de *political affairs*. No caso do Joint Operation Center (JOC), não havia membros locais, pois, segundo ele, isto poderia comprometer a confidencialidade das informações trocadas. Além disso, a presença de *national staff* se dava apenas nos escritórios regionais. Contudo, ele desconhecia a presença de representantes dos países africanos nos escritórios da sede.

A participação majoritária de estrangeiros na missão, principalmente nos altos cargos decisórios, causava resistências por parte da população haitiana e tal fato era percebido até mesmo pelos técnicos. Na seção do Haiti, em Nova Iorque, A. me disse que “muitas vezes, os haitianos só veem a ONU como uma força de ocupação, eles pensam que nós temos interesses ou somos influenciados por quem tem”. Contudo, ela ressalta que existe um esforço da instituição em ouvir o que a população tem a dizer ao longo do processo de estabilização. Além disso, A. afirmou que há a presença de haitianos nas equipes *on the ground*, que costumam trabalhar de maneira próxima com os chefes de estado locais, como em qualquer operação de paz, a fim de decidir as responsabilidades de cada elo da cadeia institucional. Neste sentido, ela dizia que “idealmente os haitianos deveriam ver a ONU como parceira” para alcançar certos objetivos, como mais *estabilidade, progresso, desenvolvimento* e até mesmo a “melhoria da imagem internacional do país”, nas palavras da técnica.

A melhor imagem do país, então, seria construída a partir da mudança da racionalidade haitiana que deveria estar voltada para a participação e gestão de uma paisagem institucionalizada – reconhecível aos olhos das organizações estrangeiras – que se organiza a partir de categorias específicas. É o que se observa no Relatório A/59/288, produzido também pela Assembleia Geral e divulgado quatro meses depois do início da missão, em 20 de agosto de 2004. Neste documento, as ações em curso no

terreno são agrupadas em cinco categorias, sendo elas: 1) Secure and Stable Environment, 2) Political Process, 3) Human Rights, 4) Humanitarian and development coordination, e 5) Support. Cada uma é sistematizada em quadros que elencam objetivos esperados, os indicadores de realização e os resultados (*outputs*).

Os quadros apresentados neste documento se assemelham à matriz de projeto, que Morawska (2014) descreveu quando realizou a etnografia da capacitação de técnicos de uma agência de desenvolvimento internacional. Este é um exercício próprio da cooperação internacional e, embora apresente muitas estéticas – quadros, diagramas, tabelas, relatórios –, tem por objetivo comum sistematizar problemas, objetivos, indicadores e resultados, de modo que eles sejam inteligíveis para certos leitores, quais sejam, os técnicos e burocratas responsáveis por monitorar, analisar e inferir o sucesso dos projetos. A técnica da matriz de projeto permite ações subsequentes e, portanto, alimenta o fluxo de documentos que constroem a paisagem do Haiti, tanto materialmente (por meio das infraestruturas) quanto como projeção, sendo este *terreno* esboçado pelos técnicos a partir dos dados inscritos em documentos.

Em sua etnografia, Merry (2016) argumentou que os indicadores criam e definem fenômenos sociais dando a eles nomes/rótulos e “colando-os” aos dados que garantem sua mensuração. A informação fornecida através de um indicador é que vai pautar os objetivos e os resultados a serem atingidos e avaliados pelos *assessments*. Essa análise ajuda a jogar luz sobre os quadros do Relatório A/59/288 onde consta o detalhamento das ações, como segue no exemplo abaixo, do componente 2, Processo Político:

Component 2: Political process	
Expected accomplishment	Indicators of achievement
2.1 Progress towards national dialogue and reconciliation in Haiti	2.1.1 The Transitional Government establishes a Justice, Truth and Reconciliation Commission at central and local levels
	2.1.2 The Transitional Government appoints a facilitator for the National Dialogue process
Outputs • Weekly high-level consultations with Haitian government officials, political groups and civil society organizations, including women's organizations, in support of the political process • Good offices in support of the political process through mediation, consultation and confidence-building with all political actors and civil society to achieve understanding of, and consensus on, issues necessary to move the political process forward • Three reports of the Secretary-General to the Security Council on Haiti • Weekly meetings with representatives of the diplomatic and donor community, United Nations funds, programmes and agencies, and regional and subregional organizations to discuss mission implementation and enhance the effectiveness of international response in Haiti • Monthly meetings of the "Core Group", comprising senior MINUSTAH leadership, representatives of regional and subregional organizations, international financial institutions and other key international stakeholders to ensure effectiveness of the international response • The establishment of a Justice, Truth and Reconciliation Commission facilitated at the central and local levels through sharing "lessons learned" from other similar mechanisms, and discussions and consultations with local community leaders, human rights actors and civil society, including religious groups and women's organizations	

Figura 5: Relatório A/59/288. ONU, 2004.

Neste documento, o terreno *instável* de antes é obliterado e, no seu lugar, aparece a operacionalização da missão. Emergem aqui o desenho e o povoamento desta paisagem institucional, através de dispositivos técnicos de inferência baseados em uma *expertise* muito particular que forma um conjunto de conhecimento sobre o *terreno*. Esse espaço que se define burocraticamente será continuamente revisitado para monitorar o andamento das atividades e informar as próximas ações. Desta forma, a burocracia cria uma imagem controlada do Haiti que, no limite, indicará sua *estabilização*.

O representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos no Haiti, G. me disse em entrevista que a sua seção trabalhava com uma lista de prioridades. E no Haiti elas se referiam principalmente ao sistema prisional e judiciário. Segundo ele, os principais problemas eram as situações precárias das cadeias e a falta de julgamento dos infratores – considerada uma grave violação dos direitos humanos. A situação foi

detalhada por P., coordenador de projetos na ONG Viva Rio, que me contou sobre a precariedade das prisões e centros de detenção provisória. Segundo ele, não havia alimentação para os presos, sendo de responsabilidade da família a entrega de comida para seus encarcerados. Também não havia banheiros, nem chuveiros, nem colchões, e as celas estavam sempre superlotadas. Muitas vezes, nos centros de detenção provisória, as celas eram ao ar livre, como uma jaula em um pátio, onde os presos ficavam sob sol e chuva até o seu julgamento.

Mas para além do monitoramento do sistema prisional e judicial, G. contou que a seção de Direitos Humanos realiza também o monitoramento de eleições, casos de violência contra a mulher e questões relacionadas aos direitos econômicos e sociais. Tais elementos fazem parte de uma ideia de governabilidade ideal de um país, que contrasta justamente com a imagem de um país “ingovernável” (Schuller, 2018; Beckett, 2019), que justificava a necessidade de uma intervenção internacional. O aparato que se instala no Haiti, então, tem a intenção de transformar um *terreno* visto como perigoso e sempre à beira do colapso, em um país com estruturas identificáveis como de uma democracia representativa e liberal – como mostrava o quadro do Processo Político, em que aparecia um governo de transição e a perspectiva de realização de eleições livres e diretas. O que se desenha neste campo é um trabalho de engenharia social bastante apurado. Um experimento de criação de um tipo específico de Estado, feito com a intervenção contínua da ONU. Os objetivos de cada fase da missão permitem ver a criação e o monitoramento destas estruturas de governo que diz respeito à materialidade das instituições reconhecidas pelo sistema internacional.

G. conta que, no início da missão, em 2004, o principal desafio era o restabelecimento da democracia, já que houve a “renúncia” do Presidente Aristide e as disputas entre grupos políticos opostos se acirravam. O componente militar deveria garantir a segurança para que o processo eleitoral ocorresse com tranquilidade e o componente civil e policial deveriam garantir o estado de direito (*rule of law*), para que as eleições fossem consideradas legítimas. Assim, para cada um dos elementos que compõem a engenharia social necessária para a boa governabilidade do país, é preciso criar novos órgãos de fiscalização e controle. Segundo G., a garantia do estado de direito

do país é função da polícia civil, que foi inclusive capacitada nos termos direito civil e também treinada pelas tropas militares da MINUSTAH. E, citando números, ele fala que em 2004 havia no Haiti apenas seis mil policiais sem qualquer possibilidade de atuação, já que lhes faltavam equipamentos, treinamento e legitimidade. Um dos objetivos da missão era, então, aumentar o número de oficiais e capacitá-los para sua melhor atuação. O que, segundo ele, aconteceu, já que no final da Missão a PNH já apresentava um contingente maior de recursos humanos e equipamentos para a sua atuação.

No relatório S/2004/698 de 30 de agosto de 2004 era descrita a implementação do mandato da MINUSTAH. Também ali eram sistematizados os dados de seu desenvolvimento e reiterados os objetivos a serem atingidos. Neste documento, o *terreno* – inseguro, instável, violento – volta a emergir. A presença dos componentes civil e militar é descrita em números de oficiais e na sua distribuição pelo país. As seções que se referem à situação política e social do Haiti retomam dados dos relatórios anteriores – e caracterizam o *terreno* ainda com violência, mas apontam que as patrulhas feitas pelos soldados da MINUSTAH resultaram na diminuição das gangues de rua, assaltos e pilhagens. Atos de maior violência entre grupos armados e a polícia aparecem como isolados (em contraposição à situação de violência generalizada que era apresentada meses antes). Os dados sociais são apresentados novamente para caracterizar o estado de *pobreza* e *vulnerabilidade* da população haitiana como causa da violência e *instabilidade* do país.

Enfim, são sistematizados de forma mais objetiva e sucinta os elementos já descritos no relatório de monitoramento anterior. Os termos relacionados ao Haiti aparecem em menor grau. O que toma mais espaço no relatório são os termos da ajuda internacional – *assistir, apoiar, promover, construir, garantir, desenvolver* – bem como os conceitos atrelados aos objetivos da missão como *democracia, boa governança, fortalecimento institucional, direitos humanos*.

Esta é a dinâmica padrão observada na sequência burocrática da operação. Identificação e avaliação do *terreno*, sistematização dos dados, estratégias de intervenção, mobilização de recursos humanos, financeiros, e logísticos, reuniões, redação de cartas, aprovação do Conselho/Assembleia, ações no terreno, relatórios de

monitoramento, sistematização dos resultados, ferramentas para (nova) avaliação do *terreno*. Neste modelo de sistematização dos dados, também se apresenta uma narrativa sobre o *desenvolvimento* do país atrelado aos estágios de desenvolvimento da missão nas tabelas de descrição sobre as atividades no terreno. Roe (1991, p. 320) aponta que “o desenvolvimento de um projeto pode ser mais adequado às necessidades de um determinado país, aprendendo-se primeiro como manipular melhor as narrativas de desenvolvimento que apoiam esses projetos”.

O *terreno* aparece como o lugar onde serão inscritas as ações, contando com o apoio das tropas militares para controlar a violência e a insegurança verificadas anteriormente, e garantir o trabalho dos outros componentes. Importante notar que o *terreno* – este em itálico – é definido continuamente pelos técnicos nos termos que justificam a intervenção internacional. Assim, o *Haiti* era revisitado nos mesmos termos ao longo de toda a operação a fim de produzir imagens de estabilização – o fim último da MINUSTAH.

Em minha conversa com as técnicas da seção do Haiti na sede da ONU em Nova Iorque, perguntei qual era a frequência de visitas ao país. A. me disse que não esteve lá muitas vezes, pois a equipe *on the ground* (que também é chamada de *country team*, ou seja, aquela alocada no país) tinha a função de comunicar tudo o que acontecia através de relatórios diários. As visitas da equipe dos *headquarters* aconteciam em momentos específicos que exigiam uma coordenação mais próxima, como no caso de monitoramento de eleições ou então em ocasiões de treinamentos, workshops, ou encontros pontuais com membros de governo do Haiti, para ter uma ideia ampla da situação, e formalizar certos acordos. Sendo assim, segundo B., a missão era o próprio meio de comunicação entre o Haiti e os *headquarters*. Ela me explicou que existe todo um sistema para garantir a boa comunicação entre todas as partes da missão. Além dos relatórios, que eram os produtos finais, eram feitas reuniões periódicas por VTC (*video teleconference*) e trocados *code cables* com a equipe local. A técnica B. afirmou que a produção incessante de relatórios diários e semanais, que circulam através de *code cables*, é o *standard* (padrão) do trabalho da ONU. No entanto, isso nem sempre é tão rigoroso, já que outras formas de comunicação podem ser usadas para acessar os dados

do terreno – como redes sociais e whatsapp –, o que ambas apontam que não consideram muito saudável, pois “não são canais oficiais”.

Este padrão na rotina de comunicação entre equipes locais e *headquarters* apareceu também na fala de V., que coordenava a seção da África Oriental na sede da ONU em Nova Iorque. Ela me contou que em um dia comum de trabalho, ela costuma ler as notícias da região, acompanhar os *code cables* enviados pelas equipes *on the ground*, revisar as ações que estão em andamento e dar as diretrizes para sua continuidade ou para planejar novas atividades. O processo de decisão, no entanto, é feito pelo componente civil da missão, através da figura do Special Representative of the Secretary General (SRSG) e apoiado pelo Department of Political and Peacebuilding Affairs (DPPA), que acompanha o trabalho diário baseado nos *c-cables* que, nos termos de V., “alimentam as máquinas burocráticas” de acordo com os temas sugeridos pela agenda do momento.

As integrantes da equipe do Haiti apontaram que apesar de todos os dispositivos disponíveis, muitas vezes a comunicação ainda falha. Segundo B. ainda faltava uma maior integração entre o que acontecia no terreno e como o mandato da missão estava sendo implementado, porque muitas vezes os relatórios “pareciam falar sobre situações muito diferentes, mesmo se tratando do mesmo lugar”. Além disso, ela menciona que os projetos implementados pela missão deviam considerar a realidade social do Haiti na sua perspectiva histórica, que carrega o desafio de lidar com os seus altos níveis de pobreza. Sendo assim, uma vez que a missão garantiu o ambiente seguro e estável, os projetos das demais agências e organizações no Haiti deveriam enfrentar o desafio de garantir o *desenvolvimento sustentável* do país. Esta foi a primeira vez que ouvi uma técnica mencionar, ainda que rapidamente, os problemas estruturais do Haiti e sua relevância para o desenho da missão e da integração entre a ONU e outras agências de desenvolvimento no terreno.

Ela acrescenta que os projetos de infraestrutura, que teriam efeitos no sistema político do país, são pouco visíveis, e tanto no Haiti quanto em outros países que recebem missões de estabilização existe uma questão de visibilidade: “todo mundo quer que seu trabalho seja visível, e há mais investimento em projetos de resultados

rápido, como a construção de uma escola, ou algo que eles possam tirar uma foto”. Schuller (2009) faz a mesma observação para os projetos desenvolvidos no país por ONGs com financiamentos internacionais. O autor cita que a coleta de lixo, uma atividade necessariamente diária, não produz o mesmo senso de satisfação que a construção de uma escola ou de uma clínica de saúde, quando é possível ver o trabalho concretizado em um prédio novo.

É interessante notar as semelhanças entre as falas das duas técnicas da equipe do Haiti e do técnico da África, e o conteúdo dos documentos. Isso mostra o forte alinhamento do discurso institucional e a padronização em seus trabalhos. De modo que o trabalho desenvolvido na sessão da África ou do Haiti ocorre da mesma maneira, tal qual descrito pelos técnicos em suas rotinas. A sensação, a princípio incômoda, de que eu estava lendo um documento, e não falando com pessoas, traz uma questão interessante no campo da Antropologia da burocracia e dos burocratas. Os documentos e os técnicos falam do *Haiti* e formulam representações que se tornam o próprio *terreno* onde eles desenvolvem sua atuação.

Butler (2010) chama atenção para o cuidado que se deve ter ao tratar dos modelos que são apresentados em qualquer campo de estudos, de modo a identificar as escolhas políticas dos interlocutores e torná-las claras no exercício da descrição. Ao longo da narrativa dos meus encontros com os burocratas que trabalham na ONU, tentei mostrar que existe uma narrativa, muito bem elaborada através dos instrumentos burocráticos, a respeito da criação e funcionamento de um tipo ideal de governo. As estruturas institucionais através das quais ele deve operar são apreendidas e constantemente reproduzidas nos discursos dos funcionários com quem tive contato – que, por vezes, pareciam apenas vocalizar aquilo que eu já havia lido. Neste sentido, “a performatividade começa a descrever um conjunto de processos que produzem efeitos ontológicos, ou seja, que trabalham para criar certos tipos de realidades” (Butler, 2010, p. 147). Assim, o modo de representação do local se torna o próprio local – o *terreno* – para os técnicos, e isto é parte do que a burocracia faz em qualquer instância, ou seja, um trabalho incessante de construção de realidades e de estruturas institucionais que

deem conta de possíveis falhas que se apresentem no seu campo de atuação, o que Butler chamaria de desarranjos (*misfires*).

No caso do Haiti, dados a respeito da violência tornam o país *violento, inseguro, instável*, sobretudo pela falta de mecanismos de controle, de regulação, de prevenção e, também, de punição. Nesse sentido, a cooperação internacional, por meio da operação de paz, entra com seu aparato para estabilizar o *terreno* e estabelecer ali as bases de ordem legislativa, jurídica e executiva que permitam sua boa governança. A produção de documentos sobre a situação no terreno pauta a produção de instituições para seu controle, que por sua vez vão realizar diagnósticos, sugerir mudanças, reportar suas atividades, avaliar os resultados em outros documentos e, assim, alimentar esse ciclo incessante da burocracia. O resultado é a formação do que eu chamo de “paisagem estatizada” – ou seja, aquela onde estão presentes as bases que formam o Estado moderno. Essa paisagem é habitada pelos técnicos que a desenham e incrementam continuamente. Por isso mesmo é verificada a repetição no conteúdo de seus discursos.

No próximo capítulo, pretendo discorrer sobre o que acontece na paisagem estatizada que é construída pela missão. Para tanto, analiso as falas de técnicos da ONU no Haiti e em Nova Iorque a respeito dos principais efeitos engendrados pela presença da cooperação internacional no país. Tais efeitos podem ser tanto aqueles previstos nos objetivos do Mandato, considerados positivos, quanto outros chamados indesejados ou negativos, mas que também decorrem da própria presença da missão no terreno.

Capítulo 2. Rotinas burocráticas na paisagem estatizada

A atuação da MINUSTAH foi ao longo dos anos sendo inscrita em documentos e o Haiti sendo constantemente transformado em dados e pelos dados. Objetivos não alcançados eram registrados não como fracassos, ou falhas, mas denominados como *desafios* a serem superados em uma próxima fase da atuação internacional. Assim, eram criadas mais camadas institucionais a partir de cada novo indicador negativo (inesperado) que se apresentava no *terreno*.

Alguns desses indicadores negativos eram causados pela própria presença das forças estrangeiras no Haiti, o que Laurence McFall (2010) chama de violência iatrogênica, ou seja, “a ruptura social e a violência política que resultam de intervenções externas (militares e/ou humanitárias) que pretendiam cessar ou prevenir tal violência” (p. 219, tradução minha).¹³ O movimento social haitiano denunciou repetidas vezes (e denuncia até hoje) os casos de violência das tropas, os casos de abuso e exploração sexual de meninas e mulheres haitianas e a responsabilidade da ONU no surto de cólera que assolou o país em 2010.

Em minhas conversas com membros da equipe do Haiti que trabalhavam na sede da ONU em Nova Iorque, perguntei como eles lidavam com as críticas recebidas devido aos efeitos negativos da MINUSTAH. Uma das técnicas me respondeu que eles não podiam ficar presos aos *efeitos colaterais* da missão, já que outras coisas aconteciam no *terreno* e eles tinham que dar conta de muitas demandas ao mesmo tempo, apelando mais uma vez para a noção de emergência do/no *terreno*. Segundo a técnica A., são conhecidas algumas consequências negativas da missão – como os casos de abuso e violência sexual e o surto de cólera – porém ela indicava que existiam mecanismos apropriados para lidar com essas questões, como a criação de escritórios,

¹³ O termo “iatrogênico” vem da área da medicina, e indica uma condição ou doença desenvolvida em decorrência da própria intervenção médica. Ela difere de efeito colateral uma vez que este é entendido como algo imprevisível. Já o efeito iatrogênico é conhecido e o risco é assumido como um “mal menor” diante da intervenção médica necessária para a cura de alguma condição de doença.

mobilização de equipes de pesquisa, e encaminhamento de verbas para a operacionalização das reparações e/ou de desenvolvimento de ações para evitar novos casos. A resposta que ela me dava, portanto, mostrava que a cada fator novo que se apresentava no *terreno*, a máquina burocrática reagia criando mais camadas institucionais para fechar as lacunas encontradas na estrutura anterior. Neste capítulo, vou evidenciar como esses efeitos colaterais também moldam a paisagem estatizada no Haiti, uma vez que exigem a criação de novas estruturas institucionais para responder aos problemas que decorrem da própria presença da missão.

Em minha primeira visita a Porto Príncipe, em outubro de 2018, conversei com C., funcionária da ONU que à época era chefe do Centro de Coordenação das ONGs, que se dedicou a dar algumas orientações técnicas que, segundo ela, deveriam delinear melhor meu trabalho. Ela começou alertando, por exemplo, que eu deveria diferenciar o que é trabalho de Agências da ONU – que se refere a uma atuação permanente no país –, e o que era próprio da Missão – que em geral se referia a projetos que atendiam ao *Mandato* da operação. Ela advertiu que por vezes estes trabalhos se sobrepunham e que alertou para a dificuldade de fazer uma separação, embora fosse fundamental identificar estas diferenças. Em seguida, C. também indicou a necessidade de identificar as fases da operação – primeiro *peacekeeping*, depois *peacebuilding* – pois isso definiria as capacidades institucionais a serem criadas ou fortalecidas através da área de *civil affairs*.

Todos estes esforços do componente civil para criar essa paisagem estatizada, segundo C. eram parte da fase de *peacebuilding* – quando o terreno já estaria *estabilizado* (ou seja, com os níveis de violência controlados). A partir de então, o objetivo principal seria desenvolver ações conjuntas com instituições do governo do Haiti a fim de construir e fortalecer o Estado de Direito no país. Conforme tenho argumentado neste capítulo, este é o resultado de uma engenharia social que prevê, passo-a-passo, a criação de um tipo específico de Estado, com certas estruturas que, uma vez identificadas como funcionais, permitem classificar o terreno como *estável*.

A respeito do trabalho que C. desenvolvia naquela ocasião, ela me contou que estava alocada no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

que tinha alguns projetos pontuais em parceria com a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH, missão que sucedeu a MINUSTAH). Um deles era o financiamento para aquisição de equipamentos para a polícia científica em um montante de 50 mil dólares, bem como treinamento para 300 agentes de investigação. Outro projeto tinha como objetivo o fornecimento de materiais operacionais, como computadores, redes de internet, placas solares, para os novos treze espaços de acolhimento de vítimas de exploração sexual, construídos com financiamento da Noruega. Este tipo de cooperação entre as agências era feito também durante MINUSTAH, mas fazia parte de um esforço contínuo da ONU no país. E, segundo ela, é importante que os técnicos haitianos estejam capacitados para se apropriar destes processos e do funcionamento destas instituições. A capacitação de agentes locais nas funções do Estado é um objetivo da cooperação técnica internacional, como também mostrou Silva (2012) para o caso de Timor Leste. A autora argumenta que este processo expõe a “dimensão civilizatória” da ONU uma vez que parte do pressuposto da incapacidade local para dar conta da administração pública e, portanto, há uma necessidade de treinamento nos moldes daquilo que se entende como uma gestão eficiente do Estado.

Isso fica evidente na fala de C. quando ela afirma que o principal “ganho da missão é uma mudança na racionalidade das instituições locais”. Para dar um exemplo, ela conta que a Polícia da ONU realizou cursos para capacitação técnica da Polícia Nacional Haitiana (PNH). Elas produziram três Planos Estratégicos com as bases de atuação da PNH. O primeiro plano estratégico, do ano de 2006, foi feito por mãos estrangeiras. Mas os seguintes foram feitos em conjunto e com cada vez menos participação internacional. Dessa forma, ela argumentava que já era possível perceber que a PNH se apropriou de uma visão programática que antes não tinha. Isso que ela chama de *qualificação estratégica* seria mais um exemplo da articulação entre os componentes da missão e as agências da cooperação internacional.

As falas de C. evidenciaram a articulação entre o terreno e o mundo institucional das Nações Unidas. O que ela mostra é que uma missão pode ser considerada tão mais bem-sucedida quanto melhores forem seus *instrumentos técnicos*,

sejam eles burocráticos (documentos), humanos (os agentes devem ter boa formação) e materiais (infraestrutura e equipamentos que permitam desenvolver bem suas funções). Sobre o discurso institucional que define sucessos e fracassos, Scott (1998) aponta que ambos podem ser tributados à padronização orientada para mercado – no caso haitiano, os chamados *doadores* internacionais – e à homogeneidade burocrática. A engenharia social da ONU prevê que as estruturas do chamado Estado de Direito sejam apropriadas pelos haitianos de modo a fazer parte de seu repertório institucional. Repertório este que envolve uma racionalidade própria, expressa nas visões programáticas, na expectativa de qualificação estratégica dos gestores, nos padrões técnicos e na estética exigida pela comunidade internacional para formar a paisagem estatizada que venho argumentando aqui.

Morawska (2014) mostra que grande parte do tempo e do esforço dos técnicos da cooperação internacional são voltados para a capacitação dos funcionários que vão atuar no *terreno*. Assim, faz parte da cultura institucional a que C. se referia a familiarização com o conjunto de conhecimentos necessários para garantir o sucesso na implementação destas ações. Tais conhecimentos, no entanto, têm menos a ver com aquilo que se experiencia no *terreno* e mais com as ferramentas e técnicas exigidas pela burocracia para promover o fortalecimento institucional dos elementos que compõem aquela paisagem.

É interessante notar que do ponto de vista da burocracia, os entraves que podem ocorrer na articulação entre as diversas organizações têm a ver com o desencaixe entre os procedimentos adotados por cada uma delas. Sendo assim, segundo as colocações de C., era preciso garantir um alinhamento de racionalidades para garantir o bom funcionamento dos trabalhos, o que ela chamava de *cultura institucional*. Nas operações de paz, havia técnicos capacitados em questões burocráticas e jurídicas, mas não para sua implementação, porque faltaria a eles visão programática e articulação institucional no terreno. Por outro lado, faltaria aos agentes no terreno – haitianos e estrangeiros – uma visão sistêmica a respeito do que seria o fortalecimento institucional nos padrões estabelecidos pela ONU. Colocar os dois para trabalharem juntos era o desafio da cooperação internacional no país.

Um exemplo disso era o caso da aprovação da Lei de Assistência Legal, de 2018, cujo objetivo era ampliar e garantir o acesso dos mais pobres à assistência jurídica no Haiti. Para tanto, um Conselho Nacional de Assistência Jurídica prestaria apoio legal gratuitamente àqueles que não possuísem condições. Mais que isso, a Assistência Legal visava tornar a justiça acessível e melhorar a compreensão da lei através da conscientização da população sobre seus direitos.¹⁴

Para garantir a aprovação, C. explica que foi preciso fazer um *lobby* – que significa uma pressão política exercida sobre um grupo para influenciar uma decisão. Ela conta que houve um compromisso de colocar o projeto de lei para votação no parlamento haitiano – isto era algo que estava ao alcance dos técnicos da cooperação internacional. Contudo, eles não poderiam garantir que o projeto teria aprovação dos parlamentares. Segundo C. “felizmente a lei foi aprovada”. Para ela, isso demonstrava uma mudança positiva na racionalidade institucional, o que evidencia o que eu chamo aqui de engenharia social envolvida na criação de estruturas desejáveis para o fortalecimento do chamado Estado de Direito e consequentemente da paisagem estatizada do Haiti.

A Lei de Assistência Legal respondia a um dos objetivos da MINUJUSTH, que já vinha sendo trabalhado desde a MINUSTAH. Quando conversei com o G., representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU no Haiti, ele apontou que logo no início da MINUSTAH foram identificadas questões relativas ao descumprimento dos direitos humanos no país. Dentre elas, ele mencionou que o sistema de justiça e prisional precisava de especial atenção, isso porque havia nas cadeias muitas pessoas presas sem julgamento. Tal condição feria os artigos 10 e 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁵ que versam sobre a presunção de inocência e garantem o direito a um julgamento justo e imparcial, asseguradas as

¹⁴ A lei foi aprovada juntamente com um fundo financeiro para sua operacionalização. Fonte: <https://lenouvelliste.com/article/194734/justice-une-nouvelle-loi-sur-lassistance-legale-entree-en-vigueur>. Consultado em 07 de junho de 2019.

¹⁵ Fonte: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Consultado em 14 de fevereiro de 2020.

condições necessárias à sua defesa. A Lei aprovada em 2018 veio a responder e garantir o cumprimento desta diretriz internacional.

Todos os assuntos relacionados à assistência humanitária são centralizados no OCHA – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Segundo G., a equipe técnica do OCHA se reunia periodicamente com o(a) chefe da missão de paz e com chefes de outras agências para trocar informações, avaliar o andamento das ações no terreno, bem como fazer novas recomendações. Durante a MINUSTAH a ajuda humanitária era financiada por diversas agências, tanto da ONU quanto de outras organizações internacionais. Para trazer exemplos desta coordenação de esforços para ações humanitárias, C. usou a distribuição de vacinas como um caso interessante que mostra essa integração. Ela explicou que a UNICEF – que é uma agência da ONU – era responsável por comprar os lotes de vacinas; algumas ONGs ou mesmo agências do governo local prestavam assistência para sua distribuição (elas identificavam a quantidade necessária, encaminhavam para os pontos de maior necessidade, promoviam as campanhas). Eventualmente, os militares também participavam das ações dando suporte na logística e na segurança do transporte de equipes de saúde que entregavam vacinas e medicamentos. Outro exemplo da coordenação com o componente militar, neste sentido, aconteceu após o Furacão Matthew, que atingiu o país em 2016. Baseados em análises meteorológicas precisas verificadas por equipamentos que apenas eles possuíam, os militares brasileiros já estavam cientes da magnitude do furacão, então eles foram mobilizados para os pontos críticos para ajudar no resgate de possíveis vítimas, para limpar as ruas, e reabrir as estradas que estivessem interditadas por conta de alagamentos ou deslizamentos de terras a fim de facilitar o transporte de alimentos, medicamentos e água a quem precisava.¹⁶

As falas de C. evidenciam mais uma vez o exercício da cooperação internacional no preenchimento da paisagem institucional no Haiti e seu povoamento

¹⁶ As narrativas que contestam a relevância da cooperação internacional atribuída nesses discursos oficiais serão abordadas no Capítulo 2. Contudo, já convém lembrar das análises de Bersani (2015), Seguy (2014) e Thomaz (2011) que mostram que à época do terremoto que atingiu o país, em 2010, as principais redes de apoio se formaram a partir dos próprios haitianos que se organizaram para retirar os corpos de mortos, cuidar dos feridos e alimentar os desabrigados, tudo isso antes mesmo da ajuda internacional chegar até eles.

técnico. Quero com isso dizer que havia um esforço em garantir o funcionamento de estruturas de controle e monitoramento da população, das catástrofes naturais e também das próprias organizações que trabalhavam no país através da capacitação técnica de profissionais – estrangeiros ou haitianos – que lá atuavam.

Para manter todas estas estruturas trabalhando, era fundamental o monitoramento das fontes de recursos financeiros utilizados nos projetos desenvolvidos pelas agências da ONU e também pelas ONGs – que era exatamente o campo de trabalho de C. àquela época. Ela dizia que certas organizações integravam uma “blacklist” (lista negra)¹⁷, devido ao nível muito baixo da escrita de projetos, bem como da entrega dos relatórios de acompanhamento e prestação de contas. Tal observação remetia à baixa qualidade técnica na gestão dos recursos financeiros para desenvolvimento de projetos no Haiti, o que não era exclusividade de ONGs haitianas. Pelo contrário, segundo ela, este era um problema generalizado das organizações internacionais que se instalavam no país. Segundo C., havia muitas formas de realizar o monitoramento das atividades no terreno e isso dependia de cada financiador do projeto, ou seja, faltava uma padronização dos processos. Quando os recursos são da Assembleia Geral da ONU há um formulário detalhado para preenchimento, o que facilitava sua verificação. Mas no geral, cada organização tinha uma metodologia, o que dificultava o acompanhamento preciso das ações. Ela dizia que essa falta de padronização resultava muitas vezes na duplicação de esforços e desperdício de dinheiro por falta de comunicação e coordenação entre as organizações.

Interessante notar que a questão da articulação institucional era objeto de preocupação dos escritórios no Haiti aos de Nova Iorque. A mesma questão foi levantada também pelas técnicas da seção do Caribe quando estive com elas na sede da ONU. Todas elas mencionaram a importância do trânsito de informações, através de *code cables* e relatórios, de maneira a garantir uma visão ampla da situação no *terreno* a fim de melhor calcular os resultados e prever as ações subsequentes.

¹⁷ Apesar da conotação racista, mantenho o termo usado por ela e pela imprensa internacional ao reportar o caso.

Contudo, fatos indesejados também estão suscetíveis a acontecer no terreno e a burocracia deve estar preparada para lidar com aquilo que lhe escapa (ou o que pode lhe escapar). Para tanto, são construídas mais camadas institucionais para dar conta de responder àquilo que se considera como *efeitos negativos* ou *danos colaterais* da missão. Tais efeitos decorrem exatamente da presença da cooperação internacional no país e frequentemente são tomados pelos críticos da intervenção para questionar as narrativas de sucesso divulgadas pela ONU. No caso da MINUSTAH, existem três consequências indesejadas que foram alvos de denúncias internacionais por parte dos movimentos sociais haitianos: as denúncias de violência das tropas, os casos de abuso e exploração sexual de haitianas, e o surto de cólera que assolou o país em 2010.

Pretendo, no capítulo 4, aprofundar a análise sobre o ponto de vista haitiano especialmente no que tange às suas críticas à missão e àquilo que eles consideram como danos causados pela cooperação internacional. Por ora, trago estes casos na medida em que – mesmo negativamente – fizeram parte da construção da paisagem estatizada no Haiti e incitaram a criação ou ampliação de canais e instrumentos técnicos de controle e de prevenção que passaram a fazer parte de diretrizes de atuação da ONU.

Quando estive na sede da ONU em Nova Iorque, em janeiro de 2020, a técnica A. falava que era de seu conhecimento alguns movimentos de resistência haitiana à presença estrangeira. Mencionei uma reunião que havia acontecido no Haiti, em dezembro de 2019, onde movimentos sociais haitianos, com apoio de outras organizações internacionais, estavam discutindo os efeitos negativos da MINUSTAH – violência das tropas, casos de abuso e exploração sexual, e a cólera. A técnica reagiu dizendo “para mim, esta não é uma questão de opinião pública”. E então começou a apontar as principais ações da ONU para lidar com estes casos no Haiti. Contudo, ela advertiu que existem protocolos que devem ser seguidos na apresentação de denúncias e pedidos de investigação e reparação.

Em primeiro lugar, é preciso apontar que essa fala revela que a burocracia tem formatos muito específicos para receber e responder questões a respeito da (má) conduta dos chamados *peacekeepers* ou mesmo sobre um problema de saúde pública (como a cólera) que também decorriam da presença estrangeira no terreno. Para serem

reconhecidas, as reclamações devem seguir um caminho institucional – dentro da paisagem – de modo que possam ser lidas pelos técnicos responsáveis e então encaminhadas para investigação e elaboração de uma resposta. Segundo A., é difícil discutir os efeitos colaterais da MINUSTAH porque tais reclamações (*claims*) não são encontradas nos arquivos oficiais. Ela explica que se alguém se sentiu prejudicado pela missão, então “esta pessoa deveria apresentar a queixa à ONU, com o maior número de provas possível, e a unidade de investigação chamada BOI (*Board of Investigation*) iria verificar a credibilidade da queixa e então endereçar a reparação, se fosse o caso”¹⁸. Isso evidencia a criação de diversas camadas institucionais que se sobrepõem para lidar com os efeitos indesejados da presença da operação no Haiti e que ameaçam os indicadores de sucesso da intervenção.

A respeito dos casos de violência das tropas, a técnica A. diz que era muito complicado de responder, uma vez que certas ações faziam parte do Mandato e a pacificação do terreno envolvia confrontos com grupos armados aos quais a tropa precisava rebater na mesma medida. No entanto, como veremos na parte 2, existem denúncias do uso indiscriminado e desproporcional do poder de fogo que resultou em pessoas mortas e feridas nas áreas de conflito. Tais denúncias evidenciariam que a série de documentos que versam sobre os limites do uso da força bélica, como mostro na parte 3, não foi suficiente para tais danos causados pelo componente militar. Contudo, segundo os relatórios dos comandantes das tropas, as ações respeitavam o princípio da proporcionalidade, e eles apenas respondiam aos ataques que lhes eram infringidos e na perspectiva da defesa do cumprimento do Mandato.

A despeito das contestações apresentadas pelos movimentos sociais haitianos, as operações realizadas pelo componente militar sempre foram consideradas bem-sucedidas pelos técnicos e gestores estrangeiros. Isso se deve ao fato de que elas eram descritas e justificadas em relatórios produzidos pelos próprios comandantes das tropas no formato e na linguagem reconhecível pela máquina burocrática e que,

¹⁸ Esta fala será retomada na segunda parte desta tese. Os processos movidos pelo Bureau des Avocats Internationaux contra a ONU ainda estão em andamento.

portanto, respondiam às prerrogativas internacionais e sempre logravam aprovação dos níveis superiores de coordenação da missão.

No que diz respeito aos casos de abuso e exploração sexual, foi criado no Haiti o Victims Rights Office, um escritório para assistência às vítimas, e este foi o tema da minha conversa com C. na segunda vez que estive no país, em junho de 2019. Logo no início, C. advertiu que muita coisa havia mudado em seu trabalho desde a última vez que havíamos nos encontrado. Ela agora atuava em uma nova seção da ONU prestando assistência às mulheres vítimas de abusos cometidos pelos agentes da própria organização, os chamados *peacekeepers*.

Para explicar o contexto de sua criação, ela contou que em 2003 foi feito um Protocolo chamado Tolerância Zero, que se referia aos abusos e exploração sexuais cometidos por agentes das Nações Unidas. Foi criada na época uma Unidade de Conduta e Disciplina para investigar estes casos e garantir as devidas punições aos *peacekeepers* infratores. Contudo, percebeu-se que este instrumento ainda não era o suficiente, pois se tratava de uma política focada apenas na punição dos agressores. Em 2017, sob a gestão do Secretário Geral Antonio Gutierrez, foi publicado o segundo Protocolo de Tolerância Zero, sendo que neste último o foco é a assistência às vítimas. Em agosto de 2018, Gutierrez criou esta seção para implementar a política nas Missões de Paz.

No Haiti, C. era a responsável pelo escritório e seu trabalho era acompanhar as chamadas “crianças da MINUSTAH” – ou seja, as filhas e filhos de mulheres abusadas pelos soldados da missão. Os dados oficiais até aquele momento contabilizavam 32 crianças, filhos e filhas de 29 homens estrangeiros e 26 mulheres haitianas. Estes homens foram membros do componente militar e do componente policial, de nacionalidades diversas¹⁹. Os casos que C. lidava ocorreram em Port de Paix, Les Cayes, Jeremie, Port Salut e Port au Prince.

Segundo C., havia muitas dificuldades envolvidas nos processos de reconhecimento de paternidade e pedidos de reparação. Em primeiro lugar, havia a dificuldade de encontrar os agressores devido ao corporativismo das instituições

¹⁹ C. mencionou que estava trabalhando com casos de paternidade de 14 países: Chile, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Sri Lanka, Ruanda, Níger, Nigéria, Guiné, Senegal, Benin, Camarões e Mali.

militares e policiais. Em seguida, o desafio era submetê-los aos exames de DNA, que muitos se negavam a fazer ou demoravam muito para entregar suas amostras. Por fim, a própria dificuldade de estabelecer a responsabilidade da reparação e qual seria o seu montante financeiro.

Em uma missão de paz existem dois tipos de contratos entre o país hospedeiro e os países que enviam seus soldados e policiais, eles são chamados de *Troop Contributing Country* (país contribuinte de tropas) e *Police Contributing Country* (país contribuintes de policiais). Nestes contratos são definidas as obrigações de cada país e também suas normas de conduta. Segundo estes acordos, os casos de problemas disciplinares envolvendo os militares seriam resolvidos nos seus respectivos países de origem. Sendo assim, para os casos de abusos e exploração sexual, não são as regras das Nações Unidas que se aplicam em casos de crimes cometidos, mas a lei do país de origem do indivíduo.²⁰ O problema que decorre desses acordos é que as queixas devem então ser apresentadas no país de cada indivíduo acusado pelos crimes.

Para lidar com os casos que chegavam em suas mãos, C. explicou que teve de conhecer a legislação a respeito de abuso e exploração sexual de todos os 14 países com cidadãos envolvidos nas denúncias para conhecer os caminhos que deveriam seguir os processos judiciais que ela dava entrada. Para tanto, ela teve de mobilizar uma rede internacional de assistência jurídica. Dentre as instituições contatadas estavam faculdades de Direito, colégios de advogados da Argentina, Uruguai e Chile, Associações de Mulheres Juristas e Redes de Advogadas Feministas.

Segundo C., pouco importa se os soldados foram punidos ou não em seus respectivos países. Era preciso, sobretudo, garantir assistência às mães e às crianças. Ela me disse que desde 2018, a ONU dava apoio para 25 mães e 31 crianças, custeando escola e plano de saúde. Para 18 delas, as mais necessitadas, ainda era garantido o direito a um alojamento. Este tipo de assistência era inédito e começou a ser feito no Haiti. A partir de então, a ONU começaria a abrir novos escritórios nos países da África

²⁰ O governo do Sri Lanka foi o primeiro a enviar a *ex-gratia* (um montante em dinheiro para garantir o sustento da criança até sua maioridade) para uma mãe haitiana, no valor de 45 mil dólares que deveria suprir os gastos com a criança até sua maioridade. Sabendo que este valor não é suficiente, C. afirma que o processo continuará a correr para que a mãe não fique desassistida.

que também recebiam missões de paz e que também já contavam com casos reportados de abuso e exploração sexual. A técnica C. reconhece que ainda não era suficiente, mas que já era um começo importante.

Apesar de C. me falar sobre os 29 casos conhecidos que ela atendia, os documentos de militantes haitianos e as matérias na imprensa internacional contavam centenas de casos de mulheres abusadas e crianças abandonadas pelos pais²¹. Antes mesmo que eu perguntasse, C. alertou que seu trabalho não era de investigação e que a ela cabia somente o acolhimento às vítimas que procuravam a ONU, bem como a assistência jurídica para tentar garantir uma reparação justa às mulheres e crianças.

O abuso e a exploração sexual não eram efeitos inesperados da intervenção internacional. Estes casos aconteciam e eram reconhecidos em outros países que recebiam soldados estrangeiros desde o início dos anos 2000, quando foi divulgado o primeiro protocolo de Tolerância Zero, que trazia os modelos de conduta para os *peacekeepers* e as possíveis punições em caso de transgressão das regras. Nesse sentido, eles deveriam atender a treinamentos para conhecerem as orientações do Protocolo, de modo a estarem cientes das sanções que poderiam sofrer em caso de não cumprimento das regras. No entanto, tudo isso ainda não havia sido suficiente para evitar novos casos, muito menos para acolher as mulheres abusadas. O segundo protocolo de Tolerância Zero veio a preencher esta lacuna, no sentido não só de prevenir novos casos, mas também de garantir a reparação às vítimas e abrir precedentes de punição aos infratores.

Mais que um efeito negativo, trago este caso para mostrar mais uma instituição que passa a fazer parte da paisagem estatizada construída pela ONU no Haiti. O trabalho de C., no Victims Rights Office no Haiti, reivindicava a devida reparação para as haitianas, que deveria ser feita não pela ONU, mas pelos homens que cometeram os abusos. Importante reiterar que no que diz respeito ao campo burocrático, a metodologia para dar conta de tudo o que lhe escapa é sempre construir mais camadas

²¹ Os documentos fornecidos pela imprensa haitiana, juntamente com a ação do IIDH já reportavam centenas de casos de abusos dos *peacekeepers*. Posteriormente, em dezembro de 2019, foi divulgado um extenso estudo acadêmico reportando estes números com maior precisão. Ver mais em Lee, S., & Bartels, S. (2019).

institucionais. Isso aponta para a tentativa constante de preencher as lacunas (*gaps*) entre o terreno e o mundo institucional de modo que se reforcem os mecanismos de controle das Nações Unidas também em seus canais internos.

Conforme mostrou Morawska (2014) os projetos serão considerados mais bem-sucedidos quanto melhor se adequarem às projeções previstas inicialmente, incluindo aí o mapeamento de riscos exigido nessas situações. Isso porque são desconhecidas as contingências na realização do trabalho no dia a dia, mas admite-se que elas podem acontecer. São elaboradas, portanto, cada vez mais estratégias para lidar com as contingências do terreno. Interessante apontar que no campo da burocracia internacional, existe uma padronização de modelos de conduta de modo que tais estratégias serão replicadas em diferentes contextos.

O último exemplo de efeito negativo da MINUSTAH que incitou a criação de mais camadas institucionais foi o surto de cólera, em 2010. Segundo dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), estima-se que mais de 800 mil pessoas tenham sido infectadas e que cerca de 10 mil tenham morrido.²² Seitenfus (2019) afirma, no entanto, que levando em conta os estudos de epidemiologistas independentes a contagem de mortos alcançaria cerca de 50 mil pessoas. A epidemia, que começou em outubro de 2010 (mesmo ano do grande terremoto que devastou Porto Príncipe), mobilizou efeitos não apenas no campo burocrático e no terreno haitiano, mas também na área científica e acadêmica, e aqui vale tecer algumas observações a este respeito.

A cólera é uma doença causada pela bactéria *Vibrio cholerae* quando ingerida por meio de água e/ou alimentos contaminados. Uma vez no organismo, a bactéria atinge o intestino, onde produz uma toxina que causa diarreia aquosa e que pode levar à desidratação aguda e ao óbito em questão de horas. O tratamento é relativamente simples, com a reidratação da pessoa contaminada por via oral ou venosa e administração de antibióticos. Por se tratar de uma doença de transmissão fecal-oral – ou seja, as fezes de uma pessoa portadora da bactéria contaminam a água que é

²² Fonte: <https://reliefweb.int/report/haiti/haiti-cholera-figures-26-december-2018>. Consultado em 10 de maio de 2019.

consumida por outras – medidas relacionadas ao saneamento básico e higiene são fundamentais para a sua prevenção.

No início de novembro de 2010, o médico epidemiologista Renaud Piarroux foi convidado pela ONU para realizar um estudo dos casos de cólera que haviam sido reportados na região central do Haiti. A preocupação principal, à época, era que a bactéria causadora da doença tivesse atingido o rio Artibonite, um dos principais rios do país, e que os casos pudessem se multiplicar na capital. Os efeitos do terremoto do mês de janeiro ainda eram vistos em Porto Príncipe, onde as pessoas se concentravam em grandes campos de desabrigados, com pouca ou nenhuma condição de saneamento básico.

Felizmente, segundo o médico epidemiologista, os casos na capital estariam relativamente controlados, uma vez que o abastecimento destes campos não provinha dos rios, mas sim da distribuição de organizações internacionais que realizavam a entrega de água potável. O médico então partiu para a região central do país, a fim de buscar a origem da doença. No campo epidemiológico, encontrar o ponto de origem é fundamental para desenvolver medidas de vigilância e contingenciamento. Piarroux chegou a Mirebalais, onde foram reportados os primeiros casos de cólera no começo de outubro de 2010. A região é banhada pelo rio Meille, afluente do rio Artibonite, localizado na planície central onde os casos se multiplicaram consideravelmente ainda no mesmo mês.

Na região de Mirebalais, estava localizada a base de Annapurna que acabara de receber cerca de 400 soldados nepaleses para atuar na MINUSTAH. Piarroux (2019) conta que já havia tomado conhecimento de um surto de cólera em Katmandu, mais ou menos na mesma época. Assim, foi uma questão de tempo relacionar cientificamente a presença dos soldados com a contaminação do rio, fato que já era apontado pela própria população haitiana, que havia denunciado o despejo do conteúdo das fossas sépticas da base de Annapurna no rio Meille. Amostras da água contaminada revelaram que a cepa da bactéria era semelhante à encontrada no sul da Ásia, o que comprovaria não apenas a origem da doença, mas também exigiria uma responsabilização por parte da ONU.

Contudo, conforme o médico mostra em seu livro, esta hipótese – que já era de conhecimento dos haitianos e que agora estava sendo veiculada na mídia nacional e internacional com embasamento científico – era preocupante demais na medida em que poderia fomentar a revolta da população contra a presença da MINUSTAH e gerar movimentos de instabilidade que colocariam em xeque as narrativas de sucesso produzidas pela ONU. Segundo Piarroux, iniciou-se então uma “operação de desinformação” com o objetivo de produzir outras teorias a respeito da origem do surto.

A saber, duas outras possibilidades foram levantadas por grupos de cientistas também renomados internacionalmente. A primeira delas dizia respeito a uma origem climática, ou seja, a cepa da cólera seria autóctone e teria surgido em decorrência dos efeitos do aquecimento global, mudança de temperatura e pH da água; e a segunda sustenta que a bactéria teria se deslocado a partir do golfo do México devido ao movimento das placas tectônicas após o terremoto de janeiro e o furacão Thomas no início de outubro. Piarroux (2019) mostra que os resultados dessas pesquisas foram publicados em artigos por revistas científicas importantes e jornais internacionais, porém tais hipóteses não se sustentavam. O médico, então, evidencia que apesar dos argumentos serem cientificamente inconsistentes, eles eram politicamente convenientes para a narrativa da cooperação internacional. E afirma que:

A ONU e a administração dos EUA também manipularam a perícia científica, mas usando sua posição dominante e influência sobre as principais agências envolvidas na vigilância epidemiológica e na coordenação de ações humanitárias. (2019, p. 79)

Como venho argumentando desde o início deste capítulo, o caso dos estudos sobre as origens da cólera no Haiti mostra que os dados não são neutros, nem mesmo os científicos, como é comumente considerado pelo conhecimento ocidental. A hipótese ambiental (ou climática) ganhou força e legitimidade no meio acadêmico e também no campo da burocracia internacional, que financiou mais estudos para comprová-la. Piarroux, no entanto, se dedicou a apresentar as falácias nas quais os dados se baseavam, que iam desde a inconsistência nas datas e locais em que foram reportados os primeiros casos até mesmo às explicações científicas sobre alterações do pH da água como fator para reprodução ou mesmo mutação do *Vibrio Cholerae*.

Uma vez plantada a dúvida a partir do que Piarroux (2019) chama de “operação de desinformação”, já não importava mais qual seria a verdadeira origem da cepa. A qualquer questionamento, a organização respondia que a prioridade era tratar os doentes e evitar novos surtos. Reconhecer que os soldados nepaleses entraram contaminados no Haiti significava reconhecer a negligência da ONU em aferir as condições de saúde dos soldados que serviam em missões de paz e de manter as condições básicas de saneamento em suas instalações. Assim, a Organização teria de se responsabilizar pelas vítimas da doença, garantindo uma reparação financeira às famílias dos mortos e principalmente aos sobreviventes, algo que os movimentos sociais haitianos pedem até os dias de hoje.

A técnica da seção do Haiti na ONU com quem conversei em Nova Iorque apontou que “embora os relatórios científicos tenham sido inconclusivos sobre a origem da doença no país, o então secretário geral Ban Ki-moon reconheceu a responsabilidade moral da Organização”. Ela se referia ao pronunciamento realizado em dezembro de 2016 na reunião da Assembleia Geral, ocasião em que Ban Ki-moon manifestou suas desculpas em crioulo haitiano, francês e inglês.²³

Contudo, a fim de evitar implicações maiores que a responsabilidade pela epidemia carregaria, como a indenização individual às vítimas, as Nações Unidas já haviam evocado sua imunidade diplomática, garantida pela Convenção de Privilégios e Imunidades, aprovada em Londres em 1946. Em entrevista concedida em novembro de 2020, Ricardo Seitenfus, ex-representante da OEA no Haiti, me explica que isso significava mais uma manobra jurídica, pois a Convenção de Londres foi redigida antes mesmo de haver operações de paz e se referia aos funcionários civis da ONU, não aos militares. Ademais, segundo o diplomata, não se tratava de culpar os soldados, mas sim a negligência da Organização no monitoramento da saúde dos mesmos.

Juntamente com o pedido de desculpas e o lamento pelas vidas perdidas, Ban Ki-moon anunciou a criação de um fundo de \$400 milhões de dólares para financiamento de projetos de infraestrutura voltados para prevenção de novos casos –

²³ Transcrição do discurso completo: <https://www.un.org/press/en/2016/sgsm18323.doc.htm>. Acesso em 18 de junho de 2020.

o que no campo da epidemiologia é chamado de medidas de vigilância. Nesse sentido, também foi designada uma enviada especial residente no Haiti que tem a função de acompanhar e reportar a efetividade de tais medidas, de modo a produzir periodicamente uma imagem da situação epidemiológica do país. Segundo A., “era mais interessante desenvolver ações como estas, de melhoria de infraestrutura, do que pensar em indenizações individuais, o que seria obviamente impossível de realizar”.

Os casos que trago aqui como implicações negativas da Missão mostram que a resposta da burocracia internacional para lidar com os efeitos de sua própria presença no terreno é garantir ainda mais sua presença. Assim, multiplicam-se certas expertises – por exemplo, a vigilância constante de técnicos estrangeiros capacitados para coletar e monitorar dados –, bem como multiplicam-se elementos de infraestrutura – como a rede de saneamento de esgoto, de tratamento de água, e diversos órgãos subsidiários que posteriormente viriam a ser geridos pelo governo haitiano. Esse processo faz parte daquilo que é chamado de *capacity building*, ou seja, a ação da cooperação internacional na criação e no fortalecimento das estruturas institucionais do país, bem como no treinamento dos recursos humanos para sua gestão.

Tudo isso significa a proliferação de camadas e de dispositivos de controle sobre o terreno haitiano que joga luz sobre o que tenho argumentado até aqui a respeito da produção dos dados como tecnologia de governo. A missão é tão mais bem-sucedida quanto mais numerosos forem os aparatos criados para compor a paisagem estatizada que a organização internacional pretende construir ali. Uma vez instalados no terreno, esses aparatos passam a produzir e sistematizar dados periodicamente em relatórios que devem indicar o grau de cumprimento dos objetivos do Mandato. Os objetivos, por sua vez, serão revisados e atualizados conforme as respostas do terreno às atividades que lhes são inferidas. Do ponto de vista institucional, então, o sucesso da missão é verificado à medida que o Haiti vai se tornando mais próximo à imagem projetada de si a partir desses próprios aparatos.

Os relatórios semestrais do Secretário Geral sobre a MINUSTAH (*Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti*) traziam a sistematização e análise dos dados em seções e subseções que eram geralmente

apresentadas na mesma ordem. Elas versavam sobre atualizações no campo político e de segurança, andamento das ações humanitárias, acompanhamento das atividades do componente militar no terreno, resultados dos projetos de rápido impacto (*quick impact projects*), coordenação da Missão com a equipe local (*country team*) e com outras instituições e agências, aspectos financeiros e, finalmente, observações e recomendações, em que eram apontados os passos para o próximo semestre de atividades no país.

Esses relatórios fazem ver a paisagem estatizada através das estruturas construídas pela Missão e do seu constante monitoramento e ajustes. As expressões *support their policy goals to strengthen institutions, improve the rule of law and promote sustainable development*, indicam a formação e o fortalecimento das capacidades de governança no país, naquele momento mediada pela presença internacional que instala seu aparato e sua metodologia (racional e burocrática) para a gestão do terreno. No campo político, a principal preocupação era com a consolidação da democracia. Assim, era prevista a criação de conselhos eleitorais, de grupos de trabalho para observação das eleições, e também para o monitoramento dos resultados. Tensões políticas internas entre grupos opostos eram expostas e a resolução dos impasses envolvia a mediação técnica internacional na elaboração de acordos que, na forma de leis ou emendas, aos poucos formavam um novo campo legal. Tudo isso significava também a importação de modelos tomados como ideais para a administração do país e compunha a paisagem que se pretendia desenhar.

Merry (2016) argumenta que os indicadores produzem um conhecimento usado para a formulação de políticas, embora se coloquem acima do aspecto político no sentido ideológico, por terem caráter técnico, pragmático e instrumental. Ferguson (1990) já havia chamado de máquina anti-política a prática de tratar questões de ordem estrutural de modo técnico, promovendo a sua despolitização. Mas a autora mostra que, mais que isso, mesmo a produção técnica de indicadores replica a ideologia daqueles que os formulam. E assim eles constroem uma sucessão de decisões interpretativas baseada em um conjunto de conhecimento específico. A análise dos documentos da Missão que realizo aqui tem como objetivo evidenciar a lógica da burocracia

internacional na resolução de conflitos entre grupos políticos opostos, na criação de novas estruturas de governo, e na própria administração pública haitiana. Do ponto de vista institucional, este conjunto indicaria avanços nas *capacidades* dos instrumentos do Estado na medida em que os fazia visíveis aos olhos da cooperação internacional, que só enxerga aquilo que é produzido nos seus próprios termos.

Embora os relatórios indicassem progressos importantes no campo das instituições, eles ainda traziam dados na área da segurança e do desenvolvimento econômico e social que não refletiam melhorias substantivas. Os documentos apresentavam os números de homicídios e de sequestros em comparação com o mesmo período de anos anteriores e atribuíam suas causas a fatores de ordem interna, como as disputas de gangues pelo controle de território ou fatores socioeconômicos. O Relatório S/2012/678 indicava que “o mês de julho de 2012 foi o mais violento desde o terremoto de janeiro de 2010” e que o número de homicídios havia crescido 25% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O Relatório S/2014/617 informava que a taxa de homicídios havia novamente crescido praticamente na mesma proporção (24%) em comparação com o mesmo período do ano de 2013. O que mostrava uma tendência crescente de criminalidade, especialmente na capital, Porto Príncipe. Segundo o Relatório, o número de homicídios decorria da “fraqueza das instituições de Estado, de incertezas políticas, e da extrema pobreza que a população ainda vivia”. Os desafios para conter essa situação justificariam a renovação da Missão, uma vez que o país ainda não tinha as capacidades institucionais suficientes para tal. Nesse sentido, era contabilizada a entrada de novos policiais para a Polícia Nacional Haitiana, a aquisição de equipamentos, bem como os treinamentos oferecidos pela UNPol e também pelo componente militar da MINUSTAH.

Ainda no Relatório de 2014, era registrado um aumento de 31% nos protestos de rua da população devido a reivindicações socioeconômicas, sendo que das 194 manifestações, 53 foram consideradas violentas, o que significava um aumento de 96% em comparação aos eventos de 2013. Já o Relatório S/2016/753 trazia dados sobre as condições de vida da população, mas não em números absolutos ou

comparativamente aos dos anos anteriores, como aqueles sobre violência. A desigualdade social é mostrada em termos gerais como:

“Social inequalities remain highly visible in a context where the poorest 40 per cent of the population have access to 9 per cent of national resources and 60 per cent of the population lives below the poverty line” (Report S/2016/753).

Na mesma seção, aparecem os dados sobre a força da moeda haitiana (o gourde), sobre as reservas cambiais do país, e sobre o produto interno bruto. Do ponto de vista da cooperação internacional, “as fraquezas e incapacidades do Estado haitiano em gerenciar a economia de modo a garantir o seu desenvolvimento, resultavam na pobreza de seu povo” (Report S/2016/753). Além disso, o Relatório trazia também informações sobre a (falta de) credibilidade do Haiti no cenário internacional²⁴. Mais uma vez, o cenário de incertezas políticas e a corrupção aparecem como as causas da falta de confiança no país pautada pelo modelo neoliberal de negócios.

Desta forma, de acordo com a identificação das necessidades do *terreno*, era decidida a continuidade da Missão (na seção de observações e recomendações), juntamente com a sua reconfiguração que detalhava, por exemplo, a maior ou menor presença do componente militar, bem como dos componentes policial e civil, e o devido orçamento para viabilizar as ações dos próximos meses.

A despeito de todas as ações levadas a cabo pelos componentes da MINUSTAH, os documentos que acompanhavam a missão até seu encerramento, em 2017, indicavam que pouco ou nada mudava no país. De acordo com os dados do PNUD, em 2004, o Haiti tinha o IDH de 0,436, ocupando a 153ª posição em um ranking de 177 países. O Relatório S/2016/753 trazia a informação que 60% da população vivia abaixo da linha da pobreza, mas já não relacionava este dado com os índices de violência no país. Em 2017, o país ocupava o 168º lugar com um IDH de 0,498 em um ranking de 188 países.²⁵

²⁴ Fonte: “World Bank Report Doing Business ranked Haiti 182nd out of 189 countries” (Report S/2016/753).

²⁵ Fontes: https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/265/hdr_2004_complete.pdf e https://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf. Acesso em 23 de abril de 2022.

Os documentos também informavam sobre o funcionamento das instituições do estado democrático de direito recém estabelecido com o apoio da Missão. Alguns critérios que evidenciavam o funcionamento do Estado tal qual esperado nos objetivos do Mandato, como a realização de eleições, o reconhecimento e estabelecimento do governo e dos governantes eleitos, a criação de dispositivos legais para administração pública, e também o aumento das forças de segurança do país, explicitado na contagem de oficiais da Polícia Nacional Haitiana, bem como no seu aparelhamento e capacitação. Ou seja, apresentava-se uma paisagem com instituições reconhecidas internacionalmente, através das quais era possível continuar o monitoramento de dados sobre o *terreno*, esse em itálico, que é exatamente o que a burocracia enxerga.

Assim, se trata mais da estabilização dos dados, do que do terreno, em si. A paisagem é estatizada nos documentos e no próprio terreno - onde encontram-se os prédios de polícia, o escritório de direitos humanos, as divisões das agências da ONU, etc. Nesta paisagem, também circulam os técnicos estrangeiros experts que visitam o terreno para realizar consultorias, avaliações, ou cursos de capacitação para os haitianos. Mas quando os dados são sistematizados, eles ainda apontam que pouca coisa mudou, como admitem os relatórios que citei aqui. Contudo, do ponto de vista da cooperação internacional, a instalação desse aparato tende a ajudar a controlar os episódios de violência, a alcançar o fortalecimento institucional para os haitianos assumirem a administração do país, e a melhorar os indicadores sociais. Existe, portanto, um conjunto de expectativas que só pode ser verificado pela presença constante da ONU e de seus técnicos no país.

Nesse sentido, do ponto de vista da burocracia, a pacificação do *terreno* depende sobretudo da presença de instrumentos de controle, de governo, e também de repressão. A sistematização dos dados que expressavam o grau de cumprimento do Mandato evidenciava a articulação através da qual esperava-se atingir o objetivo de estabilização do Haiti. Os próprios relatórios descreviam a situação do país como de “relativa estabilidade”, apesar dos dados sobre desigualdade e violência continuarem em níveis altos. O que muda, conforme se caminha para o fim da missão, é a

interpretação desses dados e a perspectiva de melhoria baseada no controle e no fortalecimento institucional proporcionado pelos dispositivos da paisagem estatizada pela Missão, fazendo com que o país não mais fosse considerado uma ameaça internacional.

É interessante notar que mesmo quando a experiência é considerada bem-sucedida, são previstos mais e mais instrumentos para manter os resultados positivos. No caso da MINUSTAH, em 2017, a ONU considerou que o mandato da missão estava cumprido. O Relatório S/2017/223 indicava que a democracia havia se restabelecido, os grupos armados tinham sido controlados, a Polícia Nacional Haitiana estava devidamente reequipada e treinada, e o país já experimentava a estabilização prevista como o objetivo da missão. Contudo, cessar todas as intervenções no país não estava entre as opções possíveis. Ao contrário, eram previstos outros tipos de intervenção. Como argumenta Chowra Makaremi (2010) o “gerenciamento da desordem” é também uma tecnologia de governo, que envolve modos de intervenção sob a bandeira da segurança humana e do policiamento da violência.

Em sua sessão final, o Relatório que previa o final da MINUSTAH trazia recomendações para a realização de um novo Plano de Avaliação Estratégica do terreno para a instalação de uma nova missão, desta vez sem o componente militar. A missão que começaria a seguir deveria lidar com as *necessidades residuais* de estabilização no país. Assim, a ONU deu início ao mandato da MINUJUSTH (Mission des Nations Unies pour l'appui à la Justice en Haïti) uma operação sem o componente militar e que tinha como principal objetivo restabelecer o sistema judiciário haitiano. A MINUJUSTH durou dois anos e foi seguida pela BINUH (Bureau Intégré des Nations Unies en Haïti), em 2019, com o objetivo de garantir o apoio contínuo ao governo haitiano nas ações de desenvolvimento a longo prazo.

A pesquisa no campo burocrático, tanto entre os documentos quanto entre as pessoas que trabalham na ONU, mostrou o aparato institucional que começou a ser construído na MINUSTAH e continuou a operar nas missões seguintes, de modo a apontar como esta operação fala mais sobre a própria ONU do que sobre o Haiti, embora ela esteja alocada neste país. Estas estruturas revelam um exercício incessante de

engenharia social que modifica (mas também é modificada) continuamente pelo *terreno*.

Procurei ao longo deste capítulo mostrar os processos de engenharia social que preveem a criação e o reconhecimento do Haiti como uma totalidade política, nos termos da burocracia da cooperação internacional. Contudo, as representações estão em disputa, e elas podem partir de fontes diversas: seja da ONU, das ONGs, do governo, dos críticos acadêmicos e dos próprios haitianos. O que está em jogo não é uma dicotomia entre um Haiti real e um imaginado, mas é uma disputa de versões e de legitimidade sobre o quê/quem fala do Haiti. Considerando que todos os “Haitis” adquirem existência nos locais diversos onde são produzidos – seja nos escritórios da ONU, seja na própria ilha – é sobre este terreno que me debruço nos capítulos da segunda parte.

Parte II

Do *terreno* para o campo

Nesta segunda parte, pretendo analisar o que encontrei no Haiti para além de como ele era retratado nos documentos. A pesquisa de campo na capital do país, Porto Príncipe, se deu em dois momentos, entre os meses de outubro e novembro de 2018 e entre maio e junho de 2019. Enquanto estive no país, pude ter contato com diversos interlocutores que apresentaram outras narrativas do Haiti distintas das narrativas do terreno tal qual apareciam nos documentos da MINUSTAH. Para o período de permanência em campo, foi planejada uma agenda de visitas e entrevistas que facilitariam o entendimento sobre os termos burocráticos em que se estruturava a missão no âmbito civil. Assim, foram acessadas primeiramente duas ONGs (uma internacional e uma haitiana) que tiveram a oportunidade de desenvolver atividades junto ao componente civil da MINUSTAH. Este será o foco do capítulo 3, em que pretendo jogar luz sobre as práticas das ONGs, estrangeiras e haitianas, para a formação da paisagem estatizada vislumbrada pela cooperação internacional no país.

Além disso, em Porto Príncipe, também pude conhecer e ter acesso aos registros da atuação dos movimentos sociais haitianos, que estiveram fortemente voltados para a contestação da missão, enquanto ela ainda estava no país, e para as demandas de reparação dos danos causados, mesmo após o seu encerramento. Como mencionado no capítulo anterior, durante os treze anos da missão (2004 – 2017), foram publicadas centenas de documentos oficiais que reportavam o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações realizadas no *terreno*. Paralelamente, por outros meios, também circulavam outras centenas de documentos que manifestavam o descontentamento de certos setores da sociedade com a interferência estrangeira no país, denunciando suas ineficiências e arbitrariedades.

No capítulo 4, então, trago a pesquisa entre movimentos críticos à MINUSTAH no Haiti para evidenciar que a política de produção de dados como tecnologia de governo, ou seja, o modo de definição burocrática do *terreno*, acontece de maneira descolada da perspectiva haitiana. Neste capítulo, minha intenção é evidenciar o descompasso entre entendimentos e metodologias dos técnicos da

cooperação internacional e dos militantes haitianos para alcançar o ideal de estabilidade e desenvolvimento no Haiti.

A pesquisa de campo revelou que não havia consenso no ponto de vista haitiano sobre a operação de paz, e duas perspectivas evidenciaram essa disparidade. James (1938) já apontava que desde a Revolução, as perspectivas haitianas apresentavam divergências de ordens tática e estratégica que provocavam clivagens e disputas internas. Sendo parte constitutiva da sociedade haitiana, as classes, divididas, expressam opiniões diferentes em relação ao aparato internacional que se instala no país. A favor da missão, estavam as ONGs (haitianas e estrangeiras) e as agências da ONU com funcionários haitianos em seus quadros, que geralmente já faziam parte de uma elite graduada do país e com poder e influência para mobilizar parte da opinião pública. Contra a MINUSTAH, estavam os movimentos sociais organizados em torno da luta de classes e contra a opressão estrangeira, que contavam também com o apoio de aparatos jurídicos internacionais – como o Bureau des Avocats Internationaux (BAI) e o Institute for Justice & Democracy in Haiti (IJDH) – e que ajudam a levar adiante suas denúncias a respeito da negligência da ajuda internacional no país. Ambas as partes se diziam comprometidas com a emancipação e com o desenvolvimento do Haiti. Não obstante, elas divergiam fortemente quanto aos métodos para alcançar tais objetivos.

No curto período de pesquisa de campo que realizei em Porto Príncipe, pude conversar com os militantes haitianos que faziam menções recorrentes à Revolução Haitiana enquanto narrativa de origem da nação. Inspirada pela análise de Harry West (2005) considero também aqui que o discurso histórico configura aquilo que o autor chamou de uma “linguagem de poder”, que se perpetua através do tempo e se atualiza conforme acontecem novos eventos. Na etnografia de West (2005) a *uwavi* (feitiçaria) é tomada então como a linguagem de poder que oferece inteligibilidade aos processos de reformas socialistas e, posteriormente, de reformas liberais em Moçambique.

A associação mais imediata, neste sentido, seria com o vodu, que também opera como elemento estruturante na sociedade haitiana, como já mostraram diversas etnografias como as de Metraux (1995 [1958]), Dalmaso (2009), Ramsey (2011) e Bulamah (2015). No entanto, a partir das conversas que tive com os militantes haitianos

percebi a estruturação de uma outra linguagem de poder igualmente potente para análise: o gênero discursivo histórico. Na segunda parte deste capítulo, portanto, pretendo evidenciar como as narrativas dos movimentos sociais de resistência à interferência internacional atualizam a ideia de Revolução e oferecem uma interpretação aos fatos da história recente do país. Assim, estas estruturas operam simultaneamente como modelos de experiências bem-sucedidas no passado e que, portanto, devem ser tomadas como vetores para vislumbrar eventos futuros.

Além disso, buscarei apontar como a máquina burocrática da cooperação internacional continua operando silenciamentos para desmobilizar e deslegitimar tais movimentos mantendo-os na ordem do *impensável*. Por um lado, os atos de resistência haitianos são tomados pela comunidade internacional como provas de que este seria um país ingovernável, e que, portanto, deveria estar sob constante monitoramento, o que faz multiplicar estruturas institucionais de controle no Haiti. Por outro, como pretendo sugerir ao longo do texto, eles mostram principalmente a incapacidade da mesma comunidade internacional em estabelecer um diálogo e uma cooperação efetiva com diferentes setores da sociedade haitiana.

Como mostrei nos capítulos anteriores, os dados produzidos pelos organismos internacionais alimentam certas narrativas sobre a situação do Haiti e são utilizados para produzir o consenso necessário para legitimar as intervenções da ONU. Michel-Rolph Trouillot (2016 [1995]) mostrou como o poder precede as narrativas e produz silenciamentos na história. O autor indaga “o que se não a própria historicidade torna algumas narrativas, em detrimento de outras, poderosas o bastante para se tornarem a história aceita?” (2016, p. 27). Para compor uma outra narrativa da Revolução Haitiana, o autor se dedicou a um trabalho arquivístico a fim de justapor o clima na época, textos de historiadores e elementos da história mundial. No capítulo 4, inspirada pela provocação do autor e pelo seu método, pretendo jogar luz sobre narrativas outras – aquelas do movimento social haitiano – que também não logram o mesmo sucesso em se tornar *oficiais*.

Capítulo 3. Elementos não estatais na paisagem estatizada haitiana

O componente civil da MINUSTAH compreendia as agências, os programas e a polícia civil da ONU. As Organizações Governamentais (OGs) e Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais poderiam vir a atuar junto à MINUSTAH através do financiamento de projetos específicos que estivessem alinhados com os objetivos da missão, voltados para a redução da violência e para a construção de mecanismos de fortalecimento institucional. Segundo o Relatório S/2004/300, que recomendava o tamanho e a estrutura da missão, o componente civil deveria “criar as condições necessárias para o funcionamento da democracia bem como para o estabelecimento e fortalecimento das autoridades locais” (UN, 2004, p. 26). Para tanto, o chamado *civilian affairs office* (escritório de assuntos civis) deveria trabalhar em colaboração direta com as organizações de base da sociedade civil e com as autoridades locais. Para efeitos de análise nesta tese, isso significa operacionalizar elementos que compõem a “paisagem estatizada” que tenho argumentado até aqui. Nesta paisagem, são encontrados não só aparatos do estado, mas também diversas instituições que operam na mesma lógica racional-legal, ainda que fora dele, como as ONGs e os movimentos sociais. No caso do Haiti, tudo isso implicava na criação de uma rede institucional voltada para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela ONU no Mandato da missão.

Meu primeiro contato com uma organização que desenvolveu atividades junto ao componente civil da MINUSTAH foi através da Viva Rio, uma ONG brasileira que atua no Haiti desde 2005. Acessei a ONG primeiramente por seus canais institucionais (website e e-mail) e fui encaminhada para o coordenador de projetos, com quem pude conversar antes mesmo de ir a Porto Príncipe e uma das primeiras pessoas que encontrei ao chegar lá.

No dia seguinte à minha chegada, logo pela manhã, P. me buscou e fomos para o escritório da ONG Viva Rio, no bairro Delmas 65. Além desse, há outro espaço

chamado Kay Nou (Nossa Casa, em crioulo) localizado em Bel Air e que infelizmente não teve oportunidade de conhecer, pois segundo me informaram, havia acabado de acontecer alguns incidentes que culminaram em ‘episódios de violência entre *bases* (baz) rivais’²⁶, de modo que Kay Nou estava temporariamente fechada mesmo para as atividades desenvolvidas diariamente naquele espaço.

P. me explicou que a ONG Viva Rio foi convidada pela ONU a atuar no Haiti na seção de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). A ONU já havia constatado que o contexto haitiano era diferente de outros lugares onde havia operações de paz. No Haiti, segundo os relatórios dos técnicos da cooperação internacional, havia um forte componente político, misturado às ações de grupos armados (*baz*) sem comando centralizado, praticamente autônomas entre si, o que, para eles, lembrava muito as facções criminosas e grupos armados das favelas latino-americanas, como as do Rio de Janeiro. Justamente por esse motivo a Viva Rio foi convidada a conduzir uma consultoria no Haiti, nos anos de 2005 e 2006, dado que a ONG já tinha atuação nas favelas cariocas e possuía o “conhecimento necessário” para ajudar a desenvolver programas para a redução da violência e a manutenção da paz que não fossem baseados apenas naqueles instrumentos tradicionais – leia-se militarizados – de missões anteriores.

Interessante mencionar que do ponto de vista institucional, uma experiência pode ser replicável em diversos contextos tanto mais eles se pareçam segundo as definições burocráticas. Portanto, a ideia de que uma ONG como a Viva Rio tenha expertise para trabalhar no Haiti evidencia a noção de replicabilidade e transposição de experiências institucionais para contextos diferentes. A atividade burocrática de produção de dados envolve técnicas de padronização que tem como objetivo tornar estes dados quantificáveis, comparáveis e transponíveis. Sobre esse processo, Emery M. Roe (2005) observa que não se trata tão somente de transpor estruturas e dados de um

²⁶ Braum (2014) mostra que base (baz) é o termo haitiano para se referir a grupos de amigos, organizações políticas, comitês de rua, grupos culturais diversos e gangues. As relações de sociabilidade que definem uma base são conjunturais, e envolvem confiança, amizade e alianças políticas.

lugar para outro, mas também (e principalmente) de manipular as narrativas de desenvolvimento que apoiam esses projetos de modo a torná-las afirmações plausíveis.

Vanessa Perin (2022) também mostrou como o ProSavana²⁷ mobilizou conceitos e noções que apontavam para supostas semelhanças entre o cerrado brasileiro e a savana do norte de Moçambique para a implementação do Programa naquele país. Segundo a autora, o foco nas semelhanças como a localização na mesma latitude e a existência de terras vastas e inutilizadas foi usado para vender a ideia de que o Corredor de Nacala seria um grande Mato Grosso fora do Brasil, com potencial agrícola para melhorar as condições de vida da população e também para garantir um grande volume de exportação.

No caso da Viva Rio, foi construída uma narrativa das favelas de Porto Príncipe e das favelas do Rio de Janeiro de modo a evocar as similaridades entre os *terrenos*, e, portanto, chegar aos mesmos diagnósticos. O procedimento objetivava legitimar a asserção de que a Viva Rio estaria, assim, mais apta a desenvolver projetos também em Porto Príncipe. Gois (2019) também mostrou como a ideia de “laboratório” começou a fazer parte do léxico das agências e organizações que trabalhavam no Haiti e como este conceito alimentou a retórica da replicabilidade das experiências como uma via de mão dupla. Assim, ela serviu para justificar a capacidade da Viva Rio para atuar em Porto Príncipe e, posteriormente, para aplicar o *know-how* adquirido na operação de paz nas experiências de pacificação no Rio de Janeiro.

O programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) tinha como objetivo negociar o fim das hostilidades entre as partes do conflito (as bases armadas), a entrega das armas e, também, promover a reintegração ou reinserção dos envolvidos. No caso do Haiti, eram oferecidas bolsas de estudos profissionais e uma quantia em dinheiro para a criação de microempresas para aqueles que devolviam suas armas e se comprometiam com o fim das disputas.

A partir desta experiência, a ONU inaugurou o que se conhece como a “segunda geração” dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

²⁷ ProSavana é um projeto de cooperação técnica entre Brasil, Japão e Moçambique para o desenvolvimento agrícola na região conhecida como Savana Tropical, ao norte de Moçambique.

(DDR) – baseados na ideia do contato permanente com as lideranças locais e no fomento de programas de empreendimento e criação de emprego e renda. Para tanto, foi criada uma agência dentro da ONU chamada Community Violence Reduction (CVR) e realizada uma grande pesquisa sobre a violência na grande Bel Air. De acordo com P., em Porto Príncipe, à época, três áreas eram identificadas como mais violentas – Bel Air, Martissant e Cité Soleil. A MINUSTAH começou suas ações em Bel Air, por ser considerada um reduto político do antigo presidente Jean Bertrand Aristide²⁸, onde as lideranças locais eram consideradas muito politizadas e onde os conflitos eram mais intensos logo após o golpe sofrido pelo presidente. Os batalhões de infantaria brasileiros eram responsáveis pela manutenção da segurança neste bairro. Sua função era conter as manifestações populares e impedir que elas se tornassem conflitos de grandes proporções entre apoiadores e opositores de Aristide. Cité Soleil, a princípio, ficou sob a responsabilidade dos soldados jordanianos, mas posteriormente passou também para o comando dos brasileiros.

O primeiro projeto desenvolvido pela Viva Rio no Haiti, em 2007, se chamava Onè Respè pou Belè – Honra e Respeito por Bel Air – e era considerado um *projeto guarda-chuva* porque abrigava outros projetos menores que funcionavam de maneira integrada, sendo eles o Dlo, Famn, Santé (Água, Mulheres e Saúde), Tanbou Lapè (Tambor da Paz) e Fatra Pa Gen Piè (Lixo não tem pé). É importante mencionar que os projetos tiveram financiamento principalmente de agências da Noruega e do Canadá, com as quais a Viva Rio já mantinha parcerias de longa data (Gois, 2019). Isso ajuda a entender o que C., funcionária da ONU no Haiti, havia me falado quando perguntei sobre as ações do componente civil e sobre o papel das ONGs. Ela me alertava que tais organizações não faziam parte do componente civil da MINUSTAH, embora pudessem desenvolver projetos em prol do cumprimento dos objetivos previstos no mandato. Para tanto, a ONG poderia contar com o apoio da Missão no que se referia ao apoio com recursos logísticos, materiais e humanos. Neste caso, a Viva Rio estabeleceu parceria

²⁸ Jean Bertrand Aristide tem uma longa história política no país. Sua trajetória merecerá maior atenção adiante. Por ora, é suficiente pontuar que ele foi eleito em 2001 e, após denúncias de corrupção, foi deposto por um golpe de estado, com apoio dos EUA, em fevereiro de 2004. Sua renúncia acirrou os conflitos violentos no país, o que justificou a interferência internacional com a criação da MINUSTAH, em abril do mesmo ano.

com o componente militar que garantia a segurança do terreno onde as ações sociais e de infraestrutura iriam se desenvolver.

O trabalho da Viva Rio, portanto, ajudava a cumprir os objetivos da Missão, entendidos aqui como os elementos que compõem a paisagem estatizada que era continuamente construída no Haiti. Segundo P., a visão da ONG é que “só se conquista segurança com desenvolvimento, e ter segurança significa morar em um bairro com serviços que funcionem minimamente bem, com infraestrutura e que proporcione atividades culturais, esportivas e escolares”. Assim, a organização trabalhava no sentido de retirar o foco da repressão e procurava desenvolver estratégias diversas para lidar com o problema da violência e envolver a população local em atividades integradas. De acordo com a contabilização da Viva Rio, o projeto *Fatra pa gen pyè* (Lixo não tem pé) gerou cerca de 300 empregos para limpeza das ruas e coleta de lixo. O *Dlo, Fanm, Santè*, por sua vez, era um projeto de saúde e distribuição de água potável, através do qual a Viva Rio teria construído nove pontos de distribuição de água, sistemas de captação de água da chuva e cisternas em nove escolas da região de Bel Air, e disponibilizado em cada uma delas uma equipe de médicos, enfermeiros e agentes de saúde que atendiam no local. Além destes, P. ainda conta que tinham diversos projetos de cultura, como o *Timou Soldad*, com aulas de capoeira, música e dança para jovens e crianças, principalmente aqueles que “orbitavam nos grupos armados”, isto é, tinham proximidade com os indivíduos que controlavam o tráfico nos bairros e poderiam ser cooptados para participar de atividades criminosas.

Por fim, P. discorreu sobre o *Tanbou Lapè*, um projeto próprio da área de segurança e parte do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Através dele, a Viva Rio distribuía bolsas de estudo, organizava festejos nas ruas, e sorteava motocicletas, notebooks e bolsas de estudos para celebrar os acordos de paz e a redução de homicídios em Bel Air. Segundo ele, os dados da segurança pública eram mal aferidos e pouco divulgados, então a ONG teve que criar seu próprio sistema de acompanhamento e de pesquisa de homicídios na região, para saber, a cada mês, se este número aumentava ou diminuía. Paralelamente, em 2006, no governo de Renè

Preval²⁹, foi criada uma Comissão Nacional para Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (CNDDR), com o objetivo de dar continuidade aos esforços da MINUSTAH no plano governamental haitiano. No ano de 2010, em meio à crise econômica e a despeito da emergência de novas disputas entre bases armadas, a CNDDR foi desfeita em 2010, logo no início do governo do Presidente Michel Martelly³⁰. Enquanto eu estava em campo, em junho de 2019, P. me contou que a Comissão estava sendo formada novamente.

No Projeto *Tanbou Lapè*, eram realizados Acordos de Paz anualmente. Eles eram assinados pelos líderes comunitários, pelos chamados “agentes de liaison” da CNDDR, e também por representantes da Polícia Nacional Haitiana, da MINUSTAH e pela coordenação da Viva Rio. O Acordo era redigido pelos líderes comunitários em conjunto com a coordenação da ONG. Nos documentos eram descritas as cinco principais formas de violência, sendo elas: as provocadas por armas brancas (facas, punhais, bastões, machete, pedras, etc.); provocadas por armas de fogo (revólveres, fuzis, explosivos, etc.); os estupros; a brutalidade conjugal; a violência contra as crianças; e a morte por *lougawou*³¹ (Braum, 2014, p. 406), e era feito o compromisso de evitá-las.

Ele dizia que o foco principal de violência era a disputa entre as bases armadas, mas após o advento dos Acordos de Paz, a situação começou a mudar. Foram abertos mais canais de diálogo entre a população e as instituições, multiplicaram projetos sociais que fomentavam geração de emprego, e os líderes das bases armadas passaram também a ser *mediadores* do processo de pacificação. Segundo P., a Viva Rio formou dezenas, talvez centenas, de lideranças armadas em cursos que ensinavam a escrever projeto e davam noções de administração, orçamento, prestação de contas,

²⁹ Renè Preval foi o primeiro presidente eleito depois do início da MINUSTAH. Ele já havia sido Primeiro-Ministro do governo de Jean-Bertrand Aristide e eles eram de partidos aliados, por isso contou com grande apoio das bases de Bel Air.

³⁰ Michel Martelly é um famoso cantor conhecido pelo nome artístico de Sweet Micky. Ele foi eleito presidente em 2010, com uma campanha que prometia reconstruir o país após o terremoto de 12 de janeiro. Seu governo foi marcado pela abertura econômica (“Haiti is open for business”, ele dizia) e pelas denúncias de corrupção, especialmente aquelas ligadas com a má gestão dos recursos da PetroCaribe. Ver em https://www.cadtm.org/spip.php?page=imprimer&id_article=17221.

³¹ Os *lougawou* são seres com poderes mágicos que se alimentam de crianças e de sangue humano. Algumas mortes que ocorreram em 2013 foram atribuídas a eles, o que desencadeou uma caçada a estes seres, que levou à morte de sete mulheres acusadas de bruxaria (Braum, 2014).

técnicas de mediação de conflito, etc., ao ponto de as próprias bases armadas (*baz*) expulsarem membros que não aderissem ao programa DDR e aos Acordos de Paz: “não por acaso, integrantes das bases se vangloriam até hoje de terem “feito a paz” e não exatamente os capacetes azuis das Nações Unidas.” (Braum, *in* Neiburg, 2019, grifos do autor n.p.).

No início do Tanbou Lapè, as lideranças que assinavam os Acordos de Paz eram poucas. Por exemplo, o primeiro Acordo teve apenas 11 assinaturas, todas ligadas ao movimento armado. Mas com o tempo, isso foi mudando. Uma vez que o ambiente já estava mais estabilizado, lideranças não ligadas aos grupos armados foram surgindo, e começaram a ser discutidas outras questões ligadas à saúde, escolas, igrejas, e políticas de gênero. Assim, em 2011, o Acordo contou com 113 assinaturas. Para a cooperação internacional, aquele foi o momento de fortalecer o Estado, para que voltasse a oferecer os serviços públicos que são de sua responsabilidade. Contudo, a extensão dos projetos foi diminuindo com o tempo, o que é saudável e desejável, segundo ele, pois indicaria que o governo teria condições de assumir novamente estas funções. É interessante notar aqui que tanto os agentes da ONG quanto os técnicos da cooperação internacional partilham do princípio de *capacity building* – ou seja, prezam pela capacitação dos haitianos no domínio de instrumentos institucionais para o exercício da boa governança, aos moldes do que é legítimo e reconhecido internacionalmente.

Gois (2019) argumenta que a Viva Rio foi bem-sucedida na articulação com parceiros institucionais, tais como as agências doadoras, a ONU, e os militares brasileiros que também atuavam na Missão. O autor mostra a relevância destes últimos, inclusive, citando as próprias palavras de Rubem César Fernandes, criador da ONG, que afirmou que o Tambor da Paz “representa um resultado consistente com a doutrina do exército brasileiro de ‘braço forte, mão amiga’” (Fernandes, 2017 apud Gois, 2019, p. 85). A ação conjunta desses diversos atores evidencia a técnica de engenharia social necessária para o controle dos conflitos e para a gestão da população de Bel Air. Essa articulação institucional oferece, portanto, uma imagem da paisagem estatizada que venho argumentando até aqui.

Segundo P., durante alguns anos a Viva Rio atuou “quase como um governo local ao oferecer serviços básicos no bairro, como coleta de lixo, acesso à água potável, atendimentos de saúde, atividades esportivas e culturais e apoio à segurança local”. Tudo isso garantiu à ONG uma capacidade de gestão e de interlocução muito grande no seu raio de atuação. Além disso, P. ressaltou a relação orgânica construída com a *população local*, porque além de ter vários haitianos trabalhando na ONG, inclusive em cargos de coordenação, a maioria deles são “crias das próprias comunidades”.

Schuller (2007, 2009) faz uma leitura crítica sobre o papel que as ONGs desenvolvem no Haiti e aponta que, ao contrário do que expressa o discurso da cooperação internacional, elas acabam por reforçar uma lógica neoliberal que enfraquece o estado. O autor argumenta que as ONGs estrangeiras tentam preencher lacunas onde ‘falta o estado’ e para isso elas recebem grandes montantes de recursos financeiros. A circulação desses recursos potencializa, ainda que involuntariamente, as desigualdades sociais do país, uma vez que fomentam a contratação de especialistas estrangeiros e também de haitianos que já fazem parte de uma elite qualificada aos moldes das exigências internacionais. Em geral, segundo o autor, estes indivíduos estão pouco comprometidos com a mudança do status quo e o trabalho que eles desenvolvem nas ONGs não promove mudanças estruturais significativas.

A mesma crítica é encontrada no trabalho de Seguy (2014). Ao analisar as propostas do Comitê Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT), o autor mostra o lugar ocupado pelos “internacionais” na estrutura das ONGs haitianas e argumenta que os salários são até três vezes maiores que aqueles pagos aos trabalhadores haitianos. Contudo, ele aponta também que muitas vezes esses funcionários internacionais são também haitianos da diáspora, ou seja, homens e mulheres que emigraram para cumprir seus estudos ou adquirir experiência de trabalho em países estrangeiros e que tempos depois voltam ao Haiti teoricamente mais capacitados para cumprir certas funções nessas instituições internacionais.

No caso da Viva Rio, os coordenadores me mostravam que havia uma forte preocupação com a criação de laços com a comunidade atendida pela ONG. De acordo com P., no Tanbou Lapè, a Viva Rio liderava o processo, com diversos parceiros locais,

com suporte da polícia haitiana, da Comissão Nacional do Desarmamento, da ONU e da MINUSTAH, mas a partir de 2012, a ONG se dedicou a lidar mais com as agências estatais haitianas e com as lideranças das comunidades. Segundo ele, em 2012 começava uma segunda etapa do trabalho da Viva Rio no Haiti. Ele me contou então do Projeto *Rapprochement* – que visava a criação de uma polícia comunitária em Bel Air e Cité Soleil e a promoção da autonomia das instituições locais, por isso ele era categorizado como parte do *Statebuilding* (formação de estado). As atividades eram voltadas para formação de policiais, estratégias de implantação da polícia comunitária e suporte logístico e financeiro para aquisição de equipamentos como computadores, impressoras e materiais de escritório que garantissem o bom funcionamento das atividades administrativas da polícia.

Neste sentido, eram feitas formações e fomentados fóruns de debates sobre políticas públicas de segurança, projetos culturais educacionais, atividades com escolas, igrejas, associações de bairro, de mulheres e de jovens. Tudo isso, ressalta P., acontecia no terreno, mas em um âmbito mais *estratégico*, havia a tentativa de se pensar qual o papel da polícia comunitária, e de advogar em favor de outra racionalidade policial, voltada para o controle social, com respeito aos direitos humanos, com diálogo bem próximo à sociedade civil, pois é isso que “cria mais responsabilidade institucional”.

P. sempre me advertia sobre as especificidades dos trabalhos já realizados pela organização, salientando que naquele momento eles viviam uma situação bem diferente. Alguns conflitos já haviam sido resolvidos, enquanto outros novos surgiam, e eles continuavam com os trabalhos voltados para a redução de violência e mediação de conflitos através do diálogo com as lideranças locais e bases armadas. Interessante notar que a Viva Rio, assim como outras organizações do componente civil, desenvolvia este papel de ligação entre o terreno e os canais institucionais da cooperação internacional. Segundo seus gestores, o trabalho desenvolvido foi eficiente, o que significa que foram alcançados os resultados desejados pelo Mandato da missão.

O que a história e o trabalho da Viva Rio nos mostram é que as ONGs operam a partir da mesma lógica e dos mesmos procedimentos que descrevi no Capítulo 1. Sua atuação está assentada no método racional-legal, que lida com documentos, recursos

financeiros, produção de dados, e fluxo de informações que servem para avaliar as atividades e desenvolver novos projetos. Ao se comprometer com a redução da violência nos bairros de Porto Príncipe, a Viva Rio ajuda a cumprir com os objetivos da MINUSTAH e, dessa forma, também compõe a “paisagem estatizada” que é um dos efeitos da missão, como tenho argumentado até aqui.

Ainda em campo no Haiti, pude conhecer Louis-Henri Mars, haitiano coordenador da Lakou Lapè, uma Organização não-governamental haitiana. Seus membros vêm de uma variedade de setores da sociedade, incluindo comunidades de base, setor privado e outras organizações sociais. Através do site, soube que se tratava de uma ONG que também se dedica a “construir a paz e a reconciliação através da promoção de encontros e formações para processos de diálogos e mediação de conflitos”³². Interessante observar que noções e conceitos são repetidos, reiterados, e circulam nas organizações como forma de adequação a editais para acesso a recursos. Não surpreende, assim, que a noção de *paz* circule também entre ONGs haitianas que pretendiam estabelecer parcerias com os órgãos e agências que faziam parte da MINUSTAH.

Mars relatou que nos anos de 2012 e 2013 a ONG contou com o financiamento da MINUSTAH através do programa de Community Violence Reduction (CVR), que era de responsabilidade do componente civil da missão. Ele continuou em vigor no mandato da MINUJUSTH e tem como foco as iniciativas que fortaleçam o Estado de Direito, a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e o respeito aos direitos humanos. O projeto envolveu a criação de *grupos de diálogo* – incluindo representantes do setor religioso, setor empresarial, e mesmo de gangues armadas – para a realização de atividades de interesse de todos, com o objetivo de reduzir a violência. Segundo ele, a ideia era desenvolver um “senso de comunidade” (para usar seus próprios termos) naquela vizinhança através de atividades como treinamentos, oficinas culturais, conversas, grupos de estudos e esportes.

³² Fonte: <http://lakoulape.org/>, consultado em 12 de novembro de 2018.

Os grupos de diálogo definiram quais seriam os componentes no projeto. Um deles era “Atividades culturais”. No bairro havia muitos artistas, então eram organizados festivais de bandas, oficinas de pintura, artesanato, de modo que se garantia a oportunidade para as pessoas expressarem seus talentos, segundo Mars. No componente de “atividades físicas”, eram promovidos jogos de futebol. No componente de “negócios” foram feitos treinamentos e conversas com os comerciantes do bairro. Assim, de acordo com Mars, foram criadas e fortalecidas muitas relações de vizinhança e pertencimento à comunidade.

Ele dizia que foi um bom projeto. Mas para uma mudança substancial era necessário mais que o “senso de comunidade”, uma ideia comumente presente em projetos desse aparato institucional com grupos de base ou com moradores. As condições econômicas e políticas do país eram difíceis e a crise era profunda. Infelizmente, segundo ele, algumas pessoas deixaram de se dedicar às atividades do bairro para buscar emprego ou simplesmente por não se sentirem motivadas.

Perguntei sobre o monitoramento do projeto. Ele me contou que foi feito um acompanhamento pela MINUSTAH, com dois agentes da CVR (ou seja, do componente civil) que visitavam Saint Martin duas vezes por mês, acompanhavam as atividades culturais, os jogos de futebol e produziam relatórios, aos quais ele nunca teve acesso. O que evidencia, mais uma vez, uma lógica de produção de dados e de tomada de decisões que seguem canais institucionais aos quais os haitianos não têm acesso, nem mesmo quando fazem parte da execução das atividades.

Para ele, os principais desafios para conter a violência no bairro era melhorar as condições socioeconômicas e superar a mentalidade individualista. Ele contou que nesse projeto (e em outros que a ONG desenvolvia) estavam envolvidos alguns grupos armados, mas outros continuaram no caminho da violência e não havia como mudar isso porque era um caminho lucrativo. Outro problema era a incompreensão do projeto enquanto uma ação coletiva. Segundo Mars, as pessoas queriam ter benefícios financeiros individuais e era compreensível que elas esperassem por isso. Afinal, se tratava de um bairro muito pobre. “As pessoas estão procurando trabalho e não há

trabalho suficiente. Então elas ouvem ‘projetos’ e entendem ‘empregos’, mas os projetos são pontuais, não são permanentes, então isso é um problema”, ele finalizou.

A questão da inconstância dos projetos também apareceu enquanto eu estive na Viva Rio. Segundo J., um dos funcionários brasileiros, a ONG pretendia se tornar uma *empresa social*, porque assim seria possível sair da “lógica dos projetos” para criar meios mais autônomos de geração e circulação de renda. Schuller (2016) argumenta que os projetos desenvolvidos pelas ONGs no Haiti estão sempre atrelados a uma agenda de interesses dos *donors* (financiadores). Assim, cria-se uma lógica em que os beneficiários são colocados em uma posição passiva, na qual não lhes cabe o poder de decisão no estabelecimento de prioridades para a aplicação dos recursos. E, além disso, estes recursos são limitados ao tempo de duração do projeto, o que não garante a estabilidade daqueles que são atendidos por ele.

Em nossa conversa, J. me contava que a Viva Rio estava investindo em um projeto piloto para a confecção e silkagem³³ de camisetas: “Aqui no Haiti eles fazem camiseta pra tudo, então a gente compra as peças da produção local, dá o curso para as pessoas aprenderem a silkar e vendemos as camisetas silkadas. Elas ficam com o dinheiro de parte das vendas, enquanto outra parte é reinvestida em comprar mais camisetas.” O que J. tentava dizer quando pontuava que “deveriam sair da lógica de projetos”, tinha a ver com a criação de mecanismos que permitissem geração mais autônoma e permanente de renda, sem depender de doadores internacionais.

Seguy (2014) também analisa a atuação de ONGs haitianas chamadas progressistas, com projetos de desenvolvimento considerado “alternativo”. Segundo o autor, estes novos movimentos – mesmo os mais radicais – acabam por reproduzir a lógica sistêmica de gestão de projetos e pouco ou nada contribui para a emancipação da população a qual pretende atender, uma vez que não gera renda ou autonomia no uso dos recursos financeiros. Isso se deve ao fato de que o dinheiro para financiamento de projetos ainda provém da mesma fonte, os doadores internacionais, o que contribui

³³ A silkagem (ou serigrafia) de camisetas é um processo de impressão de texto ou figura em uma superfície, usando uma trama de nylon vazada, esticada em um quadro de madeira ou alumínio. Com a pressão de um rodo ou puxador sob a tela, a tinta é passada e transferida para a malha ou tecido da camiseta revelando assim a sua estampa.

para a reprodução de uma lógica neoliberal no país. Seguy ainda afirma que o trabalho dessas ONGs – desde as organizações urbanas até o próprio movimento camponês – se constitui em sua maior parte na educação dos membros para uma atuação institucional, ou seja, em treiná-los para que realizem suas reivindicações frente ao governo ou às demais organizações.

As falas de J. e de Mars e também o trabalho de Seguy (2014) apontam para os limites do financiamento internacional, ao mesmo tempo que localizam as ONGs em uma paisagem estatizada em que poderiam operar de maneiras diversas, mas ainda de acordo com uma lógica institucional e dentro de um sistema econômico. As experiências da Viva Rio e da Lakou Lapè evidenciam que ambas compartilham, assim, de uma mesma linguagem que a ONU reconhece como legítima, pois lida com os mesmos artefatos e mobiliza os mesmos termos de um léxico racional-legal. Todos estes elementos circulam pelos mesmos canais institucionais e vão ao encontro dos objetivos estabelecidos pela MINUSTAH, o que corrobora uma determinada narrativa que se deseja produzir sobre o *terreno*.

Em seu argumento sobre a construção de fatos históricos, Trouillot mostra que “quando a realidade não coincide com crenças profundamente enraizadas, os seres humanos tendem a compor interpretações que forçam a realidade a caber no escopo dessas crenças” (2016 [1995], p. 124). Tais interpretações são capazes de silenciar ativamente outras tantas versões possíveis sobre um mesmo evento. Como solução para os silenciamentos, o autor propõe a fusão das duas tradições historiográficas, quais sejam: a do Haiti e a dos especialistas estrangeiros. O autor se refere a “especialistas estrangeiros” como aqueles que têm o poder de escrever a História (enquanto disciplina). Aqui pretendo usar o mesmo termo tanto para os historiadores ocidentais, quanto para os técnicos burocratas que fazem parte da produção dos documentos no âmbito da cooperação internacional. Isso porque são estes documentos que ganham maior relevância e estatuto de verdade, uma vez que se encontram assentados nas mesmas premissas ontológicas de produção de verdade do método científico ocidental. Em outras palavras, são estes documentos que vão servir de fontes para a elaboração

dos fatos, que é a primeira fase da construção de narrativas históricas, conforme mostrou o autor (Trouillot, 2016, p. 58).

Atendendo ao chamado de Trouillot, pretendo mostrar no próximo capítulo parte da narrativa haitiana que traz consigo elementos que há muito são silenciados no processo de produção histórica do Haiti e, igualmente, não compõem a história que se conta (e que se contará) sobre a estabilização do país.

Capítulo 4. A paz enquanto operação de silenciamento das perspectivas haitianas

Cheguei em Porto Príncipe pela primeira vez no dia 17 de outubro de 2018, um feriado nacional no Haiti que marca o aniversário de morte de Jean Jacques Dessalines, um dos líderes da revolução pela independência haitiana, sempre lembrado com grandes celebrações. As ruas da capital estariam fechadas por conta de grandes manifestações contra a suspeita de corrupção do governo nos fundos da PetroCaribe, cujos detalhes explorarei adiante. Ao sair do aeroporto de moto, eu pude ver o rastro deixado pelos protestos. Blocos de cimento e muitas pedras se espalhavam pelo asfalto, barricadas de lixo e pneus queimando também e dificultavam a passagem, obrigando o piloto a fazer um zigue-zague para desviar de todos os obstáculos. Cheguei ao local onde eu me hospedaria e logo comecei a conversar sobre a manifestação com uma vizinha que me mostrava empolgada fotos e vídeos que recebia de amigos em seu celular. Logo no início da conversa, fui me dando conta que aquele cenário inicial, que poderia muito bem se encaixar na descrição de um Haiti violento, tal qual aparecia nos documentos oficiais, relacionava-se muito mais a um modo de fazer política inspirado em uma determinada narrativa sobre resistência e revolução, que eu passei a atentar a partir de então.

Naquele momento, completava-se um ano do encerramento oficial da MINUSTAH e um outro vizinho chamado Boumba dizia que o país atravessava uma crise política a qual a operação não havia conseguido evitar, tão pouco resolver. Em seguida, ele logo se comprometeu a me enviar os documentos de movimentos sociais que contestavam os resultados oficiais divulgados pela ONU. Enquanto ele falava dos legados negativos da Missão, perguntei qual seria então o papel da comunidade internacional, ao que ele me respondeu “nenhum!”. E completou: “O Haiti tem sim seus conflitos internos, eu sei, mas o Haiti se resolve sozinho. Nós fomos os primeiros a fazer

uma revolução de escravos e conseguir nossa independência no Ocidente, nós sabemos o que fazer sozinhos”.

A mesma incredulidade das elites estrangeiras que James (1938) mostrou em relação à revolta de escravos que acontecia na ilha de Santo Domingos, pode novamente ser observada quando voltamos atenção para a chamada cooperação internacional e a constante vigilância empregada no país. Apesar da Revolução ter acontecido e hoje ser reconhecida, a comunidade internacional parece ainda não acreditar na capacidade de gestão e emancipação do povo haitiano, que por sua vez conhece muito bem e se orgulha de seus feitos históricos. Tais feitos chegam até os dias de hoje, como mostra Braum (2019) quando discorre sobre a adesão aos programas de desarmamento e reintegração em Bel Air, que apesar de serem do mandato da MINUSTAH, foram apropriados pelas bases (baz) de modo que “na voz de seus integrantes, foram eles, e não a ONU, que promoveram a pacificação do bairro” (Braum, *in* Neiburg, 2019, n.p).

A ideia de que “o Haiti se resolve sozinho” é o que faz com que os frequentes protestos dos haitianos sejam encarados, de um lado, como indícios de desordem e ameaça internacional e, de outro, como uma forma legítima de manifestação política, análoga ao ideal da Revolução Haitiana sempre repetido nas narrativas dos movimentos sociais. Quando estive de volta ao Haiti, em maio de 2019, pude observar mais uma onda de protestos deflagrados, desta vez, pela publicação da auditoria das contas da PetroCaribe, com as provas de que houve corrupção nos fundos financeiros do programa.

Os movimentos que tomavam as ruas mobilizavam formas de expressão que nada tinham a ver com desordem, como era comum segundo o julgamento de técnicos estrangeiros que trabalhavam no país e também na imprensa internacional. Se havia instabilidade, ela era muito anterior aos protestos e eles aconteciam também para exigir o restabelecimento da ordem. Porém não aquela almejada pelos organismos internacionais. É sobre isso que me debruço na próxima seção.

4.1. Revolução – passado e futuro no presente haitiano

Para tratar dos legados da MINUSTAH sob a perspectiva haitiana, analisei primeiramente as dezenas de documentos, enviados por Boumba, que apresentavam denúncias a respeito da presença da Missão no país. Meu parco conhecimento do crioulo ainda me impedia de ler todo o material com fluência, mas consegui identificar três grandes temas de denúncias relacionadas à missão: 1. A epidemia de cólera que tomou conta do país depois da missão; 2. O uso excessivo da violência em determinadas incursões em Cité Soleil e Bel Air; 3. Os abusos sexuais cometidos pelos soldados. Além dos documentos escritos, havia uma produção audiovisual no formato de documentário jornalístico.

Os documentos escritos tinham formatos diversos, entre textos para jornais locais, panfletos, manifestos, além de entrevistas com lideranças de movimentos sociais e cartas a dirigentes políticos internacionais – como Lula, Dilma, uma carta ao parlamento argentino e outra para o Conselho de Segurança da ONU. A maior parte dos arquivos tinha formato de manifesto ou notas públicas, escritos em crioulo haitiano. Mas também havia alguns escritos em inglês, espanhol e francês. Muitos deles dedicavam seus primeiros parágrafos para lembrar e enaltecer a história do Haiti, tomando a Revolução Haitiana como um ponto de partida para chamar a mobilização popular. Outros apresentavam o descontentamento com o contexto recente do Haiti, os principais problemas e tudo aquilo que se queria denunciar – a situação de extrema pobreza do país, os casos de corrupção política, a epidemia de cólera, os casos de violência das tropas, casos de estupros, etc. Logo em seguida eram expostas suas demandas, como a mobilização contra MINUSTAH, pela soberania do país, pela retirada da ocupação estrangeira, pela indenização das vítimas da cólera, pela condenação dos soldados envolvidos nas denúncias. Por fim, encontravam-se palavras de ordem, como “Viva o Povo Haitiano”, “Viva a Soberania Nacional”, “Viva a Revolução, Abaixo a Ocupação”, “Abaixo a MINUSTAH”, “Abaixo todos os colonos negros e brancos” – com letras maiúsculas, em negrito, centralizadas na página, com fonte maior que o resto do texto e muitas exclamações.

**Déclaration de la
Coordination pour un PT-A,**

**POZISYON KODINASYON POU METE KANPE PTA
PATI TRAVAYE AYISYIEN
SOU SITYASYON LA VI PEP LA JOUNEN JODIA)**

Potoprens, jou ki 26 sektanm 2012 lan

Tou patou nan peyi a, pèp la kòmanse rele anmwè kont grangou, lavi chè, ak la mizè sou tout fòm kap koupe

Kodinasyon pou mete kanpe PTA ap denonse zak briganday la polis ak MINUSTAH te fè sou manifestan yo jou kite 21 sektanm pase a nan okap- Ayisyien, kote pèp tap ekzije otorite leta kreye bon jan travay ak desann pri pwodui premye nesèsite ki moute tet neg.PTA ki se pati travayè Ayisyien apiye san rezev tout manifestasyon kap fet sou tout peyi pou ekzije yon lavi miyo pou popilasyon an, kote leta dwe kreye wout bay elektisite ak enfrastrikti ki se yon dwa sakre jan konstitisyon ane 87 la mande sa. PTA Kwe batay sa a dwe marye ak batay kap mennen nan peyi kont MINUSTAH pou mandel kite peyi san peditan, paske MINUSTAH pote kolera, vyol ,vol ak tiye moun.
Nan sans sa PTA made inite nan pep ak nan klas travayè

Pawol Karayib - Tribune Libre del Caribe - Open Forum Caribbeans - Tribune Libre des Caraïbes

pou fose otori leta yo pran mesi sa yo:

- 1- depa prese pre MINUSTAH andann peyi a
- 2- Pou leta ekzije ONU reparasyon pou tout viktim kolera yo
- 3- fè eskolarizasyon vinn yon reyalye jan konstitisyon mande sa
- 4 - kreyasyon bon job pou pep la ka travay nan diyite
- 5 - pran bon jan mezi pou pep la rale yon souf ak grangou.

PTA kwe se sel tet ansanm poun rive jwen sa nap chache ,nan mobilizasyon, ak inite

pwodiksyon nasyonal la dwe vinn yon reyalye, yon fason pou konbat grangou ak lamizè

Viv yon Ayiti lib, souverin e demokratik.

Viv lit pep Ayisyen an

Viv PTA

Aba okipasyon

Figura 6: Reprodução de manifestação na Tribune Libre del Caribe.
Fonte: arquivo da autora.

Se Convoca a las organizaciones populares a defender la independencia y la dignidad de nuestro país. Luchemos juntos contra la militarización del continente y la ocupación de Haití.

¡VIVA UN PUEBLO HAITIANO LIBRE EN UN PAÍS SOBERANO!

¡VIVA LA SOBERANÍA NACIONAL Y AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS!

VIVA CUBA REVOLUCIONARIA

VIVA LA CONTINUIDAD DE LA REVOLUCIÓN BOLIVARIANA

VIVA UNA REFORMA AGRARIA POPULAR

¡ABAJO LA OCUPACIÓN! ¡ABAJO LA MINUSTAH!

¡ABAJO MONSANTO Y TODAS LAS MULTINACIONALES!

Firmas

ANTÈN OUVRIYE Antena Obrera; **FEJA** Federación de Periodistas de Artibonite; **KPN** Convite Campesino de Nipes; **KROS** Coordinación Regional de Organizaciones del Sur Este; **MODEP** Movimiento Democrático popular; **MOREPLA** Movimiento Reivindicativo Campesino de Artibonite; **MPNKP** Movimiento Campesino Nacional por el Congreso de Papaya; **MPP** Movimiento Campesino de Papaya; **PAPDA** Plataforma Haitiana de Cabildeo para el Desarrollo Alternativo; **PLAN PÉP**; **PREPLA** Plataforma Reivindicativa Campesina de Artibonite; **REFRAKA** Red de Mujeres de Radios Comunitarias Haitianas; **RENASSA** Red nacional de seguridad y de soberanía alimentaria;; **TK** Cabezas Unidas de Pequeños Campesinos Haitianos;

Figura 7: Reprodução de documento de manifestação das organizações sociais haitianas.
Fonte: arquivo da autora.

É interessante comparar a circulação de cartas, convocações e manifestos no Haiti contra a MINUSTAH com a mobilização dos movimentos sociais de Moçambique contra o Projeto ProSavana, proposto pela parceria entre Brasil, Japão e o governo moçambicano (Perin, 2022). Em Moçambique esses documentos eram produzidos com o objetivo de buscar informações sobre o projeto ProSavana, ou seja, mais “transparência” (para usar os termos dos próprios projetos), e garantir que sua implantação respeitasse os modos de cultivo dos camponeses do Corredor de Nacala. No Haiti, por sua vez, os movimentos divulgam suas intenções mais radicalmente e os documentos não pretendem entrar na lógica e na estética institucional. Antes, eles apresentam uma recusa a estes modelos e exigem a retirada total das tropas. No caso de Moçambique, os movimentos críticos conseguiram incorporar algumas modificações ao conceito inicial do Programa. Contudo, havia diferenças inegociáveis entre o modelo de agronegócio para exportação e os chamados modelos de subsistência, de modo que a finalidade do ProSavana se encontrava em disputa. Valendo-se dos dispositivos institucionais, a luta dos movimentos sociais conseguiu, em 2016, suspender o ProSavana, exigindo maior transparência e horizontalidade nas discussões e processos de decisões que impactariam principalmente a vida dos moradores daquela região.

Já no caso do Haiti, as demandas políticas dos movimentos sociais não apareciam apenas na forma de documentos, mas também marcavam presença ostensiva em diversas expressões artísticas, tal como as exploradas por Kivland (2012) em Bel Air. A autora mostra como os grafites e as letras de músicas de carnaval e do Rara (festa popular haitiana) expressavam o descontentamento da população com a MINUSTAH. A este processo, ela dá o nome de “soberania vernacular”, que não diz respeito somente à resistência, mas a um espaço que emerge de forças divergentes que emanam de diversas fontes e apresentam uma tentativa de convergência em para uma relação política mais coerente e compreensiva. Penso que a estética própria dos documentos da militância haitiana – tão diversa daquela forma padronizada que eu observava nos documentos oficiais da ONU – também expressam a soberania vernacular que Kivland aponta. Esses tipos de enunciados que não estão na disputa institucional

compõem o gênero discursivo histórico como uma linguagem de poder reiterada pelos movimentos sociais haitianos quando chamam pela ruptura e pela revolução.

Os manifestos, notas coletivas e cartas endereçadas aos chefes executivos anunciavam, desta forma, o descontentamento dos movimentos sociais haitianos com as forças estrangeiras e com a cooperação internacional. O ano de 2014 marcou os 10 anos de Missão e nesta ocasião foram enviadas cartas aos governos estrangeiros e também à ONU com o pedido para que ela não fosse renovada. Os textos denunciavam que 10 anos depois de seu início, o país ainda não estava estabilizado, pelo contrário, eles estavam enfrentando um aumento da violência, do tráfico de drogas, agravamento da crise institucional, além de uma epidemia de cólera, com mais de 700 mil pessoas infectadas e 9 mil mortes. Em uma das cartas, enviada à ONU³⁴, eles se referem à missão como um processo de recolonização e pedem solidariedade aos governos da América Latina (responsáveis pela maior parte do contingente da MINUSTAH) e do Caribe, para a retirada das tropas. Por fim, pedem a libertação do povo haitiano dessa nova forma de dominação e conclui que “o Haiti precisa, acima de tudo, da liberdade e da independência para que suas forças populares construam a democracia haitiana e distribuam a riqueza de seu país.”³⁵

A partir destes documentos, mapeei os movimentos sociais e entrei em contato com Didier Dominique e David Oxygène dois importantes líderes com longa trajetória política e militante em Porto Príncipe, coordenadores da Organização Batay Ouvryie³⁶ e do Mouvement de Liberté d'Égalité des Haïtiens pour la Fraternité

³⁴ A carta é assinada por Jubilé Sud/Amériques, Jubilé Sud Brésil, Instituto de Alternativas Políticas para o Cone Sul (RJ/Brasil), Diálogo 2000 - Jubileu Sul da Argentina, Comitê argentino de solidariedade pela retirada das tropas haitianas, Adolfo Pérez Esquivel (vencedor do Prêmio Nobel da Paz), Nora Cortiñas e Mirta Baravalle, fundadoras do movimento Mães da Plaza de Mayo e Serviço de Paz e Justiça da Argentina.

³⁵ Fonte: Lettre de rejet de la prorogation du mandat de la MINUSTAH à Haïti, 2014. Tradução minha.

³⁶ Organização Batay Ouvryie, que reúne sindicatos e associações de trabalhadores operários em todo o país para melhoria das condições de trabalho e defesa dos trabalhadores. A organização presta um serviço de conscientização dos operários através de cartazes, boletins informativos e notas de imprensa no rádio. Além disso, também organiza piquetes na entrada de fábricas ou de prédios do governo para fazer com que suas queixas e demandas sejam ouvidas. A Batay Ouvryie ainda realiza um trabalho de base com os jovens através de três ações principais: lutas concretas, desenvolvimento de conhecimentos e lazer instrutivo, em que os jovens podem aprender as primeiras noções de computação, elétrica, culinária e panificação.

(MOLEGHAF)³⁷, respectivamente. É importante ter em mente que David e Didier me apresentavam a perspectiva haitiana a partir da classe trabalhadora, dos camponeses e das massas populares contra a burguesia. Suas falas apontam para o que Cedric Robinson (2000) chamaria de “tradição negra radical” e apresentam uma versão da história do país que se aproxima de uma historiografia crítica (Trouillot, 1995) que reflete os efeitos políticos das narrativas, que pretendo chamar atenção aqui. Ao esboçar aqui a *istwa*³⁸ do Haiti, tal qual eles me contaram, pretendo evidenciar como a narrativa elaborada na voz da militância é relevante para informar e situar suas bases de atuação de acordo com suas posições políticas. Além disso, localizar estes pontos de vista é essencial também porque ajuda a descentralizar a ideia de perspectiva haitiana como se fosse única e expõe os contrastes das classes sociais no Haiti.

Thomaz (2005) analisou a percepção das elites haitianas sobre a pobreza no país e mostra que elas apresentam um projeto de civilização que é bem diferente daquele pretendido pelas classes trabalhadoras. Segundo o autor, as elites têm um senso de “missão” para com o Haiti, qual seja, promover a cultura ocidental entendida como a única capaz de garantir as liberdades individuais e a superação da lógica colonial. Esta é uma visão muito diferente da que será apresentada pelos militantes que entrevistei. Para eles, a cultura ocidental é justamente o que sempre manteve o Haiti na posição de exploração, e que continua o fazendo, inclusive forjando alianças com novas elites, acirrando cisões internas, e mantendo a condição colonial do país.

Ao apresentar minha pesquisa a ambos, tentei fazê-lo em crioulo, apelando para o espanhol e para o inglês devido ao meu domínio limitado da língua, que eu ainda estava aprendendo. Ressaltei que eu estava buscando explorar os contrastes possíveis entre o discurso da ajuda internacional e dos haitianos, de modo a contemplar tudo aquilo que ficava de fora dos quadros burocráticos. Assim, apesar de ter um roteiro pré-

³⁷ David Oxygene se apresenta como um militante trotskista, integrante da seção haitiana da 4ª Internacional e coordenador do Mouvement de Liberté d'Égalité des Haïtiens pour la Fraternité (MOLEGHAF), composto por estudantes, trabalhadores e moradores de bairros pobres, que propõe uma “mudança radical nas coisas doentes que impedem os haitianos de progredir” nas palavras de David.

³⁸ Em crioulo *istwa* significa História (history), no sentido acadêmico, da narrativa oficial dos fatos do passado, e histórias (story) contadas por qualquer pessoa. Para mais sobre o uso deste termo ver Bel (2001) e Schuller (2007, 2012).

estruturado de tópicos, quase não foi necessário utilizá-lo, uma vez que os próprios militantes conduziram o nosso diálogo de acordo com aquilo que achavam relevante aparecer na minha pesquisa, “isso você tem que escrever”, diziam eles.

Ambos iniciaram suas considerações a partir de elementos históricos, especialmente no que se refere à Revolução Haitiana. Didier, com quem conversei primeiro, fez uma retomada histórica da formação econômica e social do país e das forças de repressão que sempre acompanharam a formação do Estado haitiano. Neste sentido, sua narrativa evidenciou como o aparelho repressor sempre esteve sob domínio externo, de modo a garantir que o Haiti estivesse sempre a serviço das grandes potências imperialistas. Com a MINUSTAH não seria diferente. Para David, com quem conversei em seguida, a missão chegou ao Haiti “para fazer a guerra contra uma classe social, os pobres”. Assim como Didier, ele observa que as forças da ONU estavam no país para repreender qualquer tentativa de levante popular contra a exploração e contra a miséria. Para ambos os militantes, é muito claro que se tratava de uma guerra de classes.

A leitura de ambos aponta para a posição do Haiti e do caribe no cenário internacional, tal qual já o fez Eric Williams (1942). O autor explora como a escravidão foi mantida (e abolida) nas colônias britânicas por fatores essencialmente econômicos. Segundo esta análise, os lucros obtidos com o comércio de pessoas no Atlântico geraram a primeira acumulação de capital que financiou a Revolução Industrial na Inglaterra. Apesar de centrar o foco na infraestrutura mais que na superestrutura, Williams não deixou de levar em consideração o papel das lutas pela independência, especialmente da haitiana, uma vez que esteve informado pelo seu mentor C.L.R. James. Assim, o autor chamou de “partido escravo” a união dos negros que promoveram os grandes levantes pela libertação na região caribenha.

Didier falava que a Revolução Haitiana pode sustentar esse nome porque promoveu rupturas na lógica de acumulação do capital e na ordem política vigente até então baseada no comércio da mão de obra de pessoas negras. Contudo, o preço da vitória foi alto. Ao final de tantas batalhas, o país estava destruído e sem capital produtivo. Novas classes dominantes surgiram, se organizaram e começaram a

reproduzir a lógica de exploração que reconheciam como modelo de sucesso, vinda das metrópoles. Diante disso, muitos dos trabalhadores fugiram para viver nas montanhas, onde desenvolveram um modo de produção feudal, de pequena escala. A classe dominante que tentava se impor e consolidar seu poder acabou por importar produtos básicos e exportar o pouco que podia produzir. Somado a isto, segundo ele, ainda houve um empenho internacional em concentrar a produção açucareira na República Dominicana, para onde eram deslocados camponeses haitianos, o que causou grande desequilíbrio na mão de obra interna do país.

David Oxygene lembra que mesmo após a independência, o país sofreu com sucessivas ocupações internacionais. Em sua narrativa, a primeira delas aconteceu em 1915, pelos EUA, e teve duração de 19 anos³⁹. Em um intervalo de instabilidades internas, na década de 50, François Duvalier faz uma campanha baseada em noções nacionalistas e de cunho revolucionário, como mostra Bulamah (2018) quando argumenta que as elites também conseguiram mobilizar tais elementos para chegar ao poder. Dessa forma, François Duvalier, conhecido como Papa Doc, foi eleito pelo voto popular em 1957.

Contudo, como apontava a narrativa de Didier, ao contrário do que prometera para o povo, Duvalier estreitou os laços com os EUA, a fim de bloquear a influência das forças comunistas de Cuba. Ao mesmo tempo, o novo presidente constituiu uma milícia fiel, os Tonton Macoute, que reprimia com violência qualquer tentativa de oposição e seu governo logo se transformou em uma ditadura. Após a morte de Papa Doc, seu filho Jean Claude Duvalier, conhecido como Baby Doc, assume a cadeira da presidência, dando continuidade à ditadura da família e empenhado em realizar o que ele considerava uma revolução econômica, que nada mais era que a

³⁹ Nesta ocasião, os soldados norte-americanos não só invadiram o Haiti, como tomaram as reservas de ouro que o país tinha no Banco Central Haitiano. Lembrei-me então do que havia acontecido em fevereiro de 2019, quando mercenários também norte-americanos tentaram retirar o dinheiro da PetroCaribe do Banco Central, mas foram interceptados a tempo pela Polícia Nacional Haitiana. Estes eventos aparecem como atualização da teoria de Marx (1852) em que a história acontece primeiro como tragédia, e depois como farsa.

inserção do Haiti no neoliberalismo internacional, mantendo a mão de obra barata para a produção de bens para exportação com preços supostamente competitivos.

Assim, Didier apresentava uma visão crítica da história, mostrando como se deu a entrada do país no mercado internacional moderno: através do oferecimento da mão de obra barata como uma vantagem estratégica para investimento estrangeiro. Cedric Robinson (2000 [1983]) traz o conceito de “black radical tradition” – tradição radical negra – para abarcar a questão racial dentro da teoria marxista da luta de classes e questionar o caráter progressista do capitalismo e da burguesia para a sua própria erradicação. Robinson se apoia nas teorias de três autores que ele identifica como aliados na tradição radical negra, sendo eles, W.E.B. Dubois, C.L.R. James e Richard Wright, para trazer a dimensão da raça para a origem e manutenção do capitalismo e da luta de classes fora da Europa, ou seja, para além do contexto previsto por Marx e Engels. A leitura de Didier compõe com esta perspectiva no sentido de mostrar que o exército de reserva que se forma no Haiti continua pautado pelo racismo como tecnologia de poder, ou seja, o sistema capitalista moderno continua dependente de uma imensa quantidade de mão de obra de pessoas negras superexploradas.

A situação de extrema pobreza, somada à falta de capacidade do estado para suprir serviços básicos à população, criou um ambiente propício à insurreição popular apoiada pela memória da Revolução, em que os haitianos se livraram da opressão dos colonos. Para conter um potencial levantamento das massas populares, segundo Didier, as forças de repressão tinham de ser apoiadas também pelo capital estrangeiro, já que eram as únicas aliadas da burguesia haitiana recém-formada.

Também como mostra Bulamah (2018), a linha que separa a resignação e a revolta é tênue. E a despeito da extrema violência dos Tonton Macoute, o exército de Papa Doc, houve um grande levante popular ao final da década de 80 que retomou o sentido da Revolução, enquanto ruptura com um sistema opressor, e colocou fim ao longo período de ditadura no Haiti. Esta foi a chamada *Revolisyon 1986*, em crioulo. Na narrativa de David, a Constituição de 1987 celebrou o pacto democrático e deu início a este novo modelo político.

O estabelecimento de uma nova Constituição representava um momento de consolidação do horizonte de expectativas políticas dos haitianos que vislumbravam um projeto de nação baseado na soberania popular. Na análise de Mamyrah Prosper (2015), a Constituição é um produto discursivo que não necessariamente reflete a necessidade e a realidade da população que pretende governar, mas que apresenta um conjunto de visões idílicas do que pode vir a ser o estado-nação. A autora argumenta que a promulgação de novas constituições na América Latina e no Caribe no final dos anos 80 representava a disseminação de um tipo de governança do estado moderno ocidental, acompanhada de aparatos que sustentam também um modelo específico de desenvolvimento econômico, o neoliberal. No caso do Haiti, a Constituição de 1987 sinalizava internacionalmente as capacidades do país de se modernizar e se desenvolver, ao mesmo tempo que garantia a soberania e a equidade social.

O primeiro presidente eleito após o novo pacto constitucional de 1987 foi Jean-Bertrand Aristide, no ano de 1990. Ele era um ex-padre ligado à teologia da libertação e com fortes ligações com as organizações de base. Segundo Didier, por conta de medidas progressistas que ele tentava tomar, acabou sofrendo um golpe logo no seu primeiro ano de governo, sendo obrigado a sair do país. A retirada de Aristide se deu um dia depois de seu discurso épico em que mobilizava elementos nacionalistas como a bandeira, o idioma (o crioulo), e a própria Revolução, a fim de promover a união das massas contra a burguesia e chamar o povo haitiano a lutar contra qualquer ameaça à democracia recém estabelecida no país. A revolução é, portanto, parte constitutiva da gramática política haitiana. Ela está sempre presente, e é lembrada seja para ruptura, seja para a manutenção do regime vigente. Elementos do discurso do presidente, no entanto, foram interpretados como um chamado à violência

“[...] se vocês pegarem alguém que não devia estar onde está, não hesitem em dar a ele o que ele merece. Com seus instrumentos nas mãos, com sua Constituição nas mãos! Não hesitem em dar a ele o que ele merece. [...] Sozinhos nós somos fracos, juntos somos fortes. Juntos! Juntos! Nós somos a enxurrada!”⁴⁰

⁴⁰ Braum (2014, p. 372) traz a transcrição deste discurso histórico que está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=MQt8tFzFA8>. Acesso em 20 de junho de 2020.

Por conta das diversas manifestações pela sua volta, foi instalada uma missão comandada por Estados Unidos, Canadá e França. Na narrativa de David, esta foi a segunda ocupação estrangeira no país. Aristide retorna ao Haiti em 1994 para terminar seu mandato e ainda consegue eleger como presidente seu candidato, Renè Preval⁴¹, nas eleições seguintes. Apesar das eleições terem se dado dentro dos moldes do que se considera democrático, com o voto livre e direto, e sendo reconhecidas como legítimas pelos organismos internacionais, a falta de um exército nacional (que havia sido dissolvido por Aristide no seu primeiro ano de governo) se tornou um argumento para justificar a contínua presença das forças da ONU no país, sob a justificativa de garantir a *estabilidade* e prevenir grandes manifestações populares que ameaçassem o novo regime.

No ano 2000, Aristide ganhou mais uma eleição. Mas denúncias de corrupção fomentadas pela oposição enfraqueceram seu governo e, em fevereiro de 2004, aconteceu um novo golpe, em que ele foi obrigado a assinar uma renúncia e sair do país. David conta que a oposição se tratava de uma elite burguesa que não estava sendo beneficiada pelas medidas populares de Aristide. Mais uma vez, a ruptura – mobilizada por diferentes setores da sociedade haitiana – se colocava como uma saída para uma crise política e institucional. A situação de extrema polarização entre seus aliados e opositores criou um ambiente que a comunidade internacional considerava *instável* e, meses depois, foi então criada a MINUSTAH.

Sobre esta sequência de eventos, Didier afirma que da mesma forma que a elite burguesa chamou o capital internacional para perpetuar seu domínio econômico, ela também chamou as forças de repressão externas para garantir seu domínio político. Esta narrativa histórica enfatizava como a luta de classes no Haiti mobilizava também aliados internacionais. Ele me explica que sem a capacidade para governar com apoio das massas, a classe dominante haitiana se entregava econômica, política, militar e ideologicamente aos estrangeiros. David considera então que esta é a terceira ocupação estrangeira no Haiti. Ele lembra que de acordo com a Constituição de 1987 a soberania

⁴¹ Preval havia sido Primeiro-Ministro de Aristide e se elegeu pela primeira vez em 1995. Em 2006, ele concorreu novamente na primeira eleição após a instalação da MINUSTAH. Mais uma vez ele se elegeu com grande apoio principalmente das bases populares de Bel Air, reduto político de Aristide.

do país deveria ser garantida e soldados estrangeiros com armas não poderiam adentrar o território. Assim, ambos apontavam que a própria ONU feria o princípio de soberania ao colocar suas tropas no terreno.

Interessante notar o caminho argumentativo que meus interlocutores fizeram até situarem a MINUSTAH em suas narrativas. Ao evocar os eventos históricos de formação da sociedade haitiana em ciclos atravessados por rupturas e por novos pactos, eles mostram uma perspectiva a partir da luta de classes. Nestes ciclos, sempre aparecem elementos da burguesia, do capital internacional e da dominação estrangeira no país. Nesse sentido, o “passado de experiência” haitiano é atualizado e os novos elementos que surgem vão sendo enquadrados nessa mesma chave explicativa. A MINUSTAH é uma força de ocupação que aparece junto à burguesia e ao capital, em uma ordem que não corresponde ao “horizonte de expectativas” dos militantes.

Ao soletrar o significado de cada letra da sigla MINUSTAH – *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*, David chamou atenção para a “estabilização” e explicou que este não é um verbo de ação, porque não promove grandes mudanças. É muito significativo perceber que para ele, estabilizar significava “mudar as estruturas sociais que causam sofrimento na população – como a miséria, a fome e a sede”. Mas durante os 13 anos de ocupação, muito pouca coisa (ou quase nada) melhorou. De acordo com a narrativa dos militantes, em termos de luta de classes, a MINUSTAH representava a estabilização de uma ordem que privilegiava uma classe política dominante pertencente à extrema direita, aumentava a miséria para os trabalhadores e a riqueza para a burguesia local, e promovia grandes massacres nos bairros mais pobres, especialmente aqueles que eram importantes bases de apoio de Aristide, que denunciavam o golpe e exigiam sua volta.

Após definir a estabilização, David partiu para outro objetivo expresso no Mandato da MINUSTAH que era o desenvolvimento do Haiti. Ele começou afirmando que o desenvolvimento é da ordem da “mente e da memória do povo”, sem isso não se pode ter um projeto de país. Enquanto Cedric Robinson (2000 [1983]) falava das “estruturas da mente” de modo a conferir uma soberania metafísica sobre o materialismo dentro da tradição negra radical, a dimensão material aparece na fala de

David de maneira indissociável do campo das ideias. O militante haitiano continuou dizendo que *desenvolver* depende de “compreender o outro, compreender o sistema, compreender também os seus inimigos”. Como um resumo, ele pediu que eu anotasse, para desenvolver um país, deve-se mudar estas três grandes áreas, que ele reúne aos pares: 1. Econômica e Social, 2. Política e justiça; 3. Ideológica e cultural.

Dentro dessa estrutura narrativa, David conta que no primeiro campo, da economia, uma tentativa de desenvolvimento do país começou a se desenhar com a PetroCaribe – um acordo de cooperação entre Venezuela e Haiti para fornecimento de petróleo e energia com preços subsidiados e taxas muito baixas se comparadas ao resto dos mercados. Aqui é necessário atentar para o modo como ele fala sobre este Acordo. Isso porque sua explicação evidencia mais uma vez como os eventos recentes são interpretados à luz de uma narrativa histórica e a Revolução aparece como parte da gramática que fundamenta este gênero discursivo.

David remontou então a história de Simon Bolívar e de como ele contou com o apoio militar de Alexander Petion, que organizou e disponibilizou um exército de soldados haitianos para lutar pela independência da Venezuela. Em troca, Petion teria pedido simplesmente que Bolívar extinguisse a escravidão por todo o território conquistado. Desta forma, a Venezuela teria uma dívida histórica para com o Haiti que participou ativamente de sua emancipação. Quando David evoca a memória enquanto instrumento de desenvolvimento, ele joga luz mais uma vez no passado de experiência que dá inteligibilidade aos eventos presentes e pode informar eventos futuros. Hugo Chaves – presidente que ele considera um grande estadista e aliado na luta ao lado das classes populares – reconhecia a importância dessa história e o acordo seria parte de uma cooperação entre os países do Caribe contra a dominação norte-americana.

Segundo David, quando o acordo começou, em 2006, o governo de Préval estava a “fazer política com coisa que devia ser economia”. E, ele explica, quando se faz política com uma coisa que deveria ser econômica, é possível promover mudanças estruturais no campo social. Mas os EUA não queriam que a Venezuela ajudasse o Haiti. Nas eleições seguintes, eles apoiaram Michel Martelly, que gastou o dinheiro do acordo

e não fez nada pelo país. E depois ainda ajudaram a eleger Jovenel Moïse em mais uma eleição fraudulenta, com conivência da OEA e da ONU.

David contou que o movimento de oposição ao presidente começou perguntando “Kot kòb Petrocarib a?” (Onde está o dinheiro da PetroCaribe?), nas manifestações que acompanhei em outubro de 2018. Mas após a auditoria⁴² divulgada em fevereiro de 2019, foram comprovadas as ligações do presidente com a corrupção, a pergunta foi respondida, e o programa foi temporariamente suspenso⁴³. Ao todo, estima-se que Martelly e Moïse desviaram um montante de aproximadamente 3,8 bilhões de dólares, e pouco (ou nada) foi aplicado nas obras de infraestrutura prometidas. Naquele momento, o povo estava nas ruas para pedir a saída do então Presidente Jovenel Moïse⁴⁴.

Didier me explica que a situação do Haiti após o fim da MINUSTAH era de completa falta de governo – o que contrasta com a “paisagem estatizada” repleta de instituições voltadas para garantir a boa governança do país. Até mesmo os setores dominantes estavam descontentes com a administração de Moïse e tudo isso alimentava os movimentos muito diversos que tomavam as ruas. Mas havia um problema nessa luta atual, David advertiu: havia também setores da burguesia nas manifestações, supostamente junto com o povo. E, para David, se o povo quer mudar sua vida, não pode se misturar com a burguesia. Segundo ele, “isso é um dano para a

⁴² A auditoria foi elaborada pela Suprema Corte de Assuntos Administrativos do Haiti. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b9f2b7c3917ee4972f3f2d0/t/5c53bdabee1a194097d4a44/1548991930156/PETROCARIBE++31+JANV.+19.pdf>, consultado em 28 de agosto de 2019.

⁴³ Didier menciona que também contribuíram para esta situação a própria crise política e econômica em que a Venezuela se encontrava e o fato de Jovenel Moïse ter reconhecido publicamente Juan Guaidó como legítimo presidente da Venezuela, em janeiro de 2019.

⁴⁴ O mandato de Jovenel Moïse se encerrou no dia 7 de fevereiro de 2021. Contudo, ele usou de diversos artifícios inconstitucionais para permanecer no poder. O ex-presidente fechou o Parlamento – composto pela câmara dos Deputados e o Senado –, mandou prender seus principais opositores e governou por decretos a partir de janeiro de 2020. Ele pretendia ainda realizar um referendo para votar mudanças na Constituição de 1987. As mudanças propunham a dissolução do Senado, o fim do cargo de Primeiro-Ministro, a possibilidade de disputar a reeleição, e a tipificação de atos terroristas que permitiriam criminalizar movimentos sociais. A oposição denunciava um golpe em curso no país e manifestações tomaram as ruas mesmo em meio a pandemia de Covid 19. Jovenel Moïse foi assassinado em sua casa na noite de 7 de julho de 2021 por um grupo de mercenários americanos e colombianos. Sua esposa também foi baleada, mas sobreviveu. As investigações sobre os motivos do crime ainda estão em andamento. (<http://patrialatina.com.br/a-estranha-ou-talvez-nao-tanto-participacao-de-mercenarios-estrangeiros-no-assassinato-do-presidente-do-haiti/>). Acesso em 17 de julho de 2022.

classe popular, trabalhadora, para as massas, pois a vitória será mais uma vez apropriada pelas classes dominantes”.

A aversão de David à participação das elites nos protestos encontra novamente paralelos históricos importantes. James (1938) mostrou como as tentativas de alianças de L’Ouverture com a elite francesa determinaram seu fatídico desfecho. Coube a Dessalines a continuidade da Revolução e é a ele que David brada em certo momento de nossa conversa, quando fala da urgência do rompimento total e definitivo com a burguesia. Mais uma vez, a ruptura aparece como a única saída política possível para resolver uma crise de representação política institucional. A linguagem política mobilizada pelos militantes passa por promover grandes manifestações que expressem seu descontentamento com a ordem vigente. Assim como C.L.R. James, David se apresenta como um militante trotskista, e suas falas apontam para um "estado de revolução permanente" – algo que está sempre para *vir a ser* realizado, e que depende substancialmente da não repetição de erros do passado.

Didier e David apresentam uma visão sistêmica e localizada junto às classes trabalhadoras e desmistificam as narrativas de sucesso da missão. Para eles, as poucas obras que a MINUSTAH realizou, como limpeza de canais, coleta de lixo e reparação de estradas apesar de importantes, não promoveram mudanças estruturais do sistema. Ao contrário, por ser conivente com a corrupção da burguesia, a operação de paz é enquadrada como mais uma força opressora para os haitianos. Para eles, este momento extraordinariamente polarizado só poderá se resolver “com uma organização política concreta para derrubar o sistema”. De acordo com a estrutura narrativa que eles me apresentavam, momentos como este, de grandes tensões, guarda grande capacidade revolucionária, por isso não era de se admirar que causasse tanto medo nos dirigentes internacionais que continuavam trabalhando para barrar a influência do Haiti sobre toda a região do Caribe, como faziam desde a Revolução.

Interessante notar que tudo aquilo que a comunidade internacional e os documentos da ONU enxergam como *caos, quase colapso, deterioração*, os haitianos percebem como uma brecha revolucionária. Assim, mais do que simplesmente narrar a história recente do Haiti, a estruturação das falas das lideranças dos movimentos sociais

joga luz sobre os modos como as narrativas históricas, especialmente relacionadas à Revolução Haitiana, são importantes elementos para a atualização da atuação política dos militantes. Assim, os eventos recentes eram pensados a partir dessa grande narrativa que expressa uma dinâmica política própria que atravessa as falas das pessoas e constitui uma linguagem de poder dentro de um gênero discursivo histórico.

Sentados em uma pequena viela, em Fort National, David Oxygene fez questão de ressaltar que “o Haiti não é um país pobre, mas um país que os países estrangeiros colocam nessa situação, já que sua riqueza foi roubada”. A fala de David compõe com as análises de Walter Rodney, de modo que soa quase como um argumento de sua obra “Como a Europa Subdesenvolveu a África” (1975), pois também trata do legado drástico da colonização no Caribe. Ambos apontam que o progresso das metrópoles dependeu única e exclusivamente da exploração e expropriação de riquezas das colônias e do trabalho escravo. Apesar da mudança de regime econômico, as estruturas de dominação continuam a comprometer o desenvolvimento das chamadas periferias. De modo que Rodney argumenta que só é possível um desenvolvimento se o país tiver autossuficiência para que a economia possa garantir também o progresso social.

Para David, neste sentido, desenvolver um país significa mudar as instituições de poder, aquelas que pertencem à burguesia, aos estados tradicionais, aos estados imperialistas e suas instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial. Apenas uma aliança revolucionária entre a classe trabalhadora, os camponeses e as massas populares vai trazer a “vitória científica”, David me diz. “É preciso que se forme uma frente popular unida, anti-imperialista, anti-ocupação, anti-dominação, anti-miséria, anti-burguesia, essa é a solução”, ele finaliza.

Os protestos que acompanhei enquanto estava em Porto Príncipe, e os outros tantos que se seguiram e que acompanhei pelas redes sociais e por mensagens de amigos haitianos, trazem sempre a marca do descontentamento dos manifestantes com a cooperação internacional que, segundo eles, impõe sua agenda neoliberal que não atende às mudanças estruturais que o país necessita. Além disso, eles também denunciam que o sistema das Nações Unidas criminaliza os atos de resistência da

população, enquanto é conivente com os abusos da Polícia Nacional Haitiana cuja profissionalização era um dos objetivos da MINUSTAH.

Sempre inspirados nas lutas dos fundadores da pátria e carregando seus nomes em bandeiras e lemas – como “somos filhos de Dessalines”, “Viva L’Ouverture”, “Viva Petion” – os movimentos sociais não se intimidam diante das repressões. Os protestos mais recentes, como os de outrora, exigem a troca do Presidente, uma vez que o ocupante do cargo não representa os interesses do povo. E os manifestantes exigem o direito de fazê-lo pelo voto. Ao contrário do que aparece nos relatórios de organismos internacionais e na imprensa, então, a democracia do Haiti não é frágil. Ela é fragilizada intencionalmente por forças externas que não deixam de interferir no país.

As grandes manifestações nas ruas e as cartas divulgadas nos meios de comunicação são a expressão do apreço pelo Estado Democrático de Direito. Assim como no passado, quando os haitianos exigiam a completa realização dos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, eles requerem também hoje a consumação da *democracia* no sentido completo do termo: governo do povo haitiano. A cooperação internacional continua, no entanto, subestimando estas capacidades, mantendo-as no campo do *impensável* por não reconhecer como legítimas as formas haitianas de fazer política fora dos termos e métodos institucionais.

4.2. Novas formas de silenciamento

Em janeiro de 2020, pouco mais de um ano depois de minha pesquisa de campo no Haiti, consegui também visitar os escritórios da ONU, em Nova Iorque, onde pude entrevistar duas técnicas da divisão do Haiti e que trabalharam junto à MINUSTAH. As entrevistas ocorreram em dias diferentes, e tal qual os militantes haitianos, ambas estruturaram suas falas de acordo com o que julgavam ser essencial mencionar no meu trabalho. O foco da conversa convergiu, então, para as rotinas administrativas e burocráticas da missão, muito do que eu já conhecia através dos documentos oficiais que havia consultado.

Após ouvir atentamente a descrição que elas faziam do próprio trabalho, perguntei sobre a relevância da opinião pública especialmente no que se refere às

críticas aos resultados da missão Ambas as técnicas disseram que não era novidade que a ONU não tinha uma boa imagem no país, mas em geral os relatórios apontavam que as pessoas se sentiam sim mais seguras após a MINUSTAH, a despeito do sentimento de perda de soberania nacional, o que, segundo elas, era observado também em outros países que recebem forças estrangeiras.

Como já mencionei no Capítulo 1, a técnica A. afirmou ter tomado conhecimento das principais críticas do movimento social haitiano, porém, uma vez que as reclamações não haviam sido endereçadas aos canais apropriados para garantir sua apreciação, elas não eram reconhecidas oficialmente. Isso significa que existe um problema de legitimidade dos discursos haitianos diante da máquina burocrática. A depender do modo como eles apresentam suas demandas, elas não são consideradas legítimas. Assim, os movimentos sociais que tomavam as ruas, as cartas endereçadas à comunidade internacional, os inúmeros abaixo assinados, as reportagens na imprensa, nada disso seria considerado válido se não entrasse por uma porta institucional específica, que inclusive, é de muito difícil acesso a qualquer civil, mesmo os mais familiarizados com os procedimentos burocráticos.

No Capítulo 1, a etnografia nos documentos da MINUSTAH revelou os modos de representação do terreno que apresenta o Haiti, que enfatizam um suposto caráter *frágil* da sociedade e seus conflitos internos, que a deixaria sempre *à beira do colapso*. Trouillot (1990) afirma que por trás da ideia de excepcionalidade haitiana existe uma agenda intelectual e política que deve ser observada, não porque o país não seja excepcional e único, mas sim porque essa singularidade histórica é tomada como um escudo para esconder os efeitos negativos de poderes chamados ocidentais no Haiti, como o cristianismo, o capitalismo e a branquitude (p.7). Mais que esconder o passado, essa ideia molda o presente e oblitera também o futuro, de acordo com a agenda da cooperação internacional, como tenho argumentado até aqui.

O autor também aponta que no processo de produção da história é preciso conceber “fórmulas para reprimir o impensável e trazê-lo de volta ao âmbito do discurso aceitável” (Trouillot, 2016 [1995], p. 124). As perspectivas de movimentos sociais apresentadas aqui mostraram que ainda estão vivas as narrativas haitianas que almejam

a ruptura do sistema. Do ponto de vista institucional, no entanto, a possibilidade de rupturas é considerada uma ameaça à paz e à estabilidade no nível internacional, que faz com que a ONU seja chamada a intervir com o seu aparato civil e militar para que sejam instituídos os mecanismos de controle e sistemas políticos reconhecidos como legítimos pela comunidade internacional. Apesar de a Revolução Haitiana já ter saído da ordem do impensável, diversos dispositivos de silenciamento continuam a ser operados cada vez que surge uma ameaça de ruptura.

Assim, a etnografia da MINUSTAH revela que a estabilização, aos moldes empreendidos pela ONU, opera também estratégias de longa data para manter tudo aquilo que lhe parece inconcebível como fatos isolados. Porque “reconhecer a resistência das massas seria reconhecer falhas no sistema” (Trouillot, 2016, p.142).

Ao contrastar os mesmos períodos narrados pela burocracia da ONU e pelos militantes haitianos, o que emerge é mais que a disparidade entre perspectivas hierárquica e politicamente desiguais. As diferentes temporalidades – da ONU, das ONGs, dos movimentos sociais – evidenciam representações diversas do tempo e espaço haitiano. A etnografia dos documentos da missão mostrou que existia uma definição do *terreno* em termos de *falta, desgoverno e caos*. Do ponto de vista da cooperação técnica, a situação exigia medidas institucionais para a *pacificação* do país. Essas medidas envolviam uma sequência de atividades com cronograma definido, com mobilização de recursos financeiros e humanos, e com métodos próprios da burocracia que devem reportar os resultados de cada etapa com o objetivo de avaliar e planejar o que vem a seguir. O resultado, como argumentei nos capítulos anteriores, é a criação de uma “paisagem estatizada”, com instituições que permitam exercer o controle do *terreno* de acordo com métodos importados da cooperação internacional para alcançar aquilo que entendem como estabilização.

Da mesma forma, como mostrei no Capítulo 3, as atividades das ONGs também partem de uma noção sobre o terreno que aponta para faltas e deficiências, e a partir daí mobilizam também agentes estrangeiros e locais, e as instituições de financiamento (doadores) em torno de projetos para suprir necessidades básicas mais urgentes, promover a participação popular nas atividades, e garantir a estabilidade

daquela área atendida. O trabalho das ONGs também depende de uma lógica que envolve a documentação das ações no terreno de maneira muito semelhante àquelas observadas no Capítulo 2. Em ambos os casos, os haitianos aparecem como a população a ser atendida e beneficiada pelas ações que vêm de fora para dentro do país. No entanto, também se apresenta como desejável que eles tomem posse de um conhecimento técnico para que continuem a desenvolver tais ações por conta própria. Assim, se observa também uma preocupação constante com a capacitação da população local nos termos institucionais (*capacity building*) de modo que eles possam gradativamente assumir o controle dos aparatos que compõem a paisagem estatizada.

Já os movimentos sociais haitianos apresentam uma estrutura narrativa que mobiliza elementos muito diferentes daqueles da burocracia. Nesta perspectiva, os haitianos aparecem como agentes de mudanças que nada têm a ver com aquelas propostas por projetos internacionais. Pelo contrário, eles pretendem justamente realizar uma *ruptura* com uma lógica que enxergam como colonizadora, uma vez que não promove mudanças nas estruturas que geram a pobreza da população haitiana.

Como mostrei ao longo deste capítulo, os militantes haitianos apontam uma relação de continuidade entre a lógica da colonização e o sistema capitalista e neoliberal que foi instalado no país. Na fala deles, não existe uma agenda ou uma sequência de atividades definidas – o tempo é aquele necessário para realizar as transformações no sistema. Nesse sentido, eles tomam a Revolução Haitiana como modelo de ruptura e também como vetor de futuras mudanças que desejam levar a cabo no país.

Parece interessante, então, olhar para esta narrativa a partir dos conceitos propostos por Koselleck (1985) que afastam uma noção positivista de progresso e evolução social. Para o autor, o passado é mais que a memória, é um espaço de experiência que aponta para um horizonte de expectativas (o futuro), de modo que explica e atualiza também os eventos no presente. A noção de Revolução que os militantes dos movimentos sociais me apresentaram mantém a potência e a coerência das escalas temporais nessa narrativa.

As análises realizadas neste capítulo jogaram luz sobre o imenso desencontro entre as estruturas discursivas produzidas pelos técnicos da ONU, pelos

agentes das ONGs, e pelos movimentos sociais haitianos, a respeito da História do país e também sobre aquilo que se imagina (ou se espera) para seu futuro. A pesquisa de campo no Haiti colocou em evidência a diversidade das perspectivas haitianas, bem como as vozes obliteradas nos discursos e nas práticas das instituições.

Parte III

O componente militar

Ao longo dos capítulos, venho reiterando o caráter multidimensional da MINUSTAH entendido como uma *inovação* tanto pelos burocratas quanto pelos militares e acadêmicos desta área de estudos. A passagem das operações tradicionais (de primeira geração) para as multidimensionais (de terceira geração) é tomada como algo muito positivo, sendo visto inclusive como uma evolução na área de resolução de conflitos (Seitenfus, 2004, 2008; Kenkel, 2013). Enquanto as missões tradicionais lidavam com os conflitos usando primariamente a força bélica, as missões multidimensionais se propõem a “*atacar as raízes estruturais dos problemas*”, conforme mencionou o Coronel G. em um dos eventos promovidos pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Isso significava que a construção da paz (*peacebuilding*) se daria não apenas pela imposição da força bélica, mas através do fortalecimento de capacidades institucionais do Haiti, como venho mostrando até aqui com a formação de uma paisagem estatizada.

Contudo, G., o representante do Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU no Haiti e Chefe da Seção de Direitos Humanos da MINUSTAH afirmou em nossa conversa em outubro de 2018 que “esta missão era, na verdade, muito parecida com uma missão tradicional”, pois o componente militar era o maior e mais presente nas atividades no terreno. Ele me explicou que no caso da MINUSTAH, mesmo sendo uma operação multidimensional, as tropas militares concentravam o maior número de recursos humanos, e esta era a maneira mais tradicional possível de uma operação de paz ser desenhada: o componente militar dando apoio (*support*) às ações dos componentes civil e policial. Os termos *assist* e *support* são recorrentes nos documentos que definem as responsabilidades de cada componente no terreno. Segundo G. essa era uma das coisas mais discutidas durante a escrita dos planejamentos. Apontando para o copo de suco que estava na mesa à minha frente, ele disse: “pegue este copo e beba”, e quando atendi ao comando, ele segurou o copo junto comigo – e concluiu: “isso é *support*”. Depois ele falou: “pegue o copo e beba o suco” e ainda acrescentou “com a mão direita” – e eu o fiz sozinha, de acordo com sua ordem, então completou: “isso é *assistance*”. Ele contou que estes termos geram muita discussão na elaboração dos

documentos, pois são eles que definem as responsabilidades institucionais de cada componente no desenvolvimento das ações no *terreno* e isto é fundamental para o andamento da missão. E concluiu dizendo que geralmente, o componente militar é responsável pelo apoio (*support*) às ações no terreno, no seu *nível tático e operacional*, e deu como exemplos a segurança na entrega de mantimentos e serviços. A seção de Direitos Humanos e outras agências do componente civil, por outro lado, ficam responsáveis pela assistência (*assistance*) que corresponde à análise de uma situação e indicações *estratégicas* para intervenções.

Essas divisões de função são explicitadas também documentos produzidos por órgãos do sistema da ONU, mas também por órgãos externos, como é o caso do documento JIU/REP/95/11 produzido em 1995 pela Joint Inspection Unit (Unidade de Inspeção Conjunta), único órgão de supervisão externa independente do sistema das Nações Unidas responsável por conduzir investigações, identificar as melhores práticas, propor parâmetros de referência e facilitar o compartilhamento de informações entre as organizações do sistema da ONU⁴⁵. Em linhas gerais, o documento em questão define como nível *estratégico* a direção política da missão, em que o Mandato da missão será elaborado de acordo com as “vontades da comunidade internacional” (p. 12, 1995). No nível *operacional*, encontram-se as funções de executivas e de controle, que devem intermediar a comunicação entre o nível estratégico e operacional, fazendo do Mandato “um plano exequível” (p. 12, 1995). Por fim, o nível *tático*, também chamado de *comando no terreno*, é responsável pelo desdobramento das atividades – bélicas ou não – no país onde se realizará a intervenção. O Force Commander, ou seja, o General que vai estar à frente do comando das tropas, tem a função de “traduzir” as prerrogativas do Mandato, que são definidas no nível estratégico, em ações no terreno, segundo me explicou o Tenente Coronel A..

O Brasil atuou como Force Commander durante os treze anos da MINUSTAH, o que até então era um fato inédito nas operações de paz. Isso porque a ONU prevê a troca de comandantes a cada seis meses, bem como a rotatividade das tropas no terreno. O acordo sobre este período de tempo também está descrito no documento

⁴⁵Fonte: <https://www.unjiu.org>. Consultado em 22 de janeiro de 2020.

JIU/REP/95/11, o que é justificado por motivos como a preocupação com o condicionamento físico e também psicológico dos soldados que ficam muito tempo longe de seus países. Contudo, o relatório “excepcionalmente encoraja aqueles que estão dispostos e aptos a estender suas viagens a fim de realizar economias financeiras e ganhos de eficiência em benefício das Nações Unidas” (ONU, p. 21, 1995). No caso do Brasil, as tropas cumpriam o Mandato de seis meses e não mais que isso. Já os generais (Force Commanders) atuavam de seis meses a um ano, tendo seus mandatos eventualmente renovados.

Conforme os generais contaram nas entrevistas concedidas para Castro e Marques (2020), a escolha para ocupar o cargo de Force Commander se dava por meio de indicação que primeiro partia do próprio Exército. Em seguida, os nomes indicados eram entrevistados pelos burocratas da ONU em Nova Iorque e no Haiti. Em abril de 2022, pude entrevistar o General Ajax Porto Pinheiro que confessou que este foi “o pior processo seletivo” do qual já participou. O general contou que eram muitas perguntas, todas em inglês, que tinham como objetivo avaliar a capacidade estratégica do aspirante ao cargo. Nesse sentido, os burocratas da ONU procuravam saber das suas experiências anteriores, desde a missão de observação em El Salvador, ainda na década de 90, até a atuação como comandante de batalhão no Comando do Sul, quando monitorava e garantia a segurança das fronteiras entre Brasil e Paraguai. Além disso, eles também perguntavam sobre o seu conhecimento a respeito do Haiti e das prerrogativas da operação de paz. Após ouvir os três candidatos, o Conselho de Segurança da ONU selecionava aquele com melhor desempenho para comandar a missão e ele deveria partir imediatamente para assumir sua posição.

No “Simpósio Internacional Brasil no Haiti: um caso de sucesso”, realizado Comando Militar do Planalto, em Brasília, nos dias 18 e 19 de outubro de 2017, um Coronel explicou que a escolha de generais brasileiros para o comando das tropas se deu pelas boas relações que o país tinha com o Haiti, além do Exército apresentar uma *tradição pacifista*⁴⁶, sem nenhum conflito de grandes proporções (interno ou com países

⁴⁶ A suposta tradição pacifista dos militares brasileiros era fortemente contestada pelos haitianos, que questionavam se o Brasil estava moralmente apto para assumir a estabilização do Haiti baseado na alta de taxa de homicídios do nosso país e também no racismo policial das ações levadas a cabo especialmente

vizinhos), o que para eles era um fator indicativo da capacidade diplomática dos comandantes brasileiros.

Além disso, havia ainda o rumor de que a ONU passaria por uma reforma e seriam abertos novos assentos permanentes no Conselho de Segurança. O presidente Lula, à época, esperava com isso colocar o Brasil em uma dessas cadeiras. Em 2004, então, após as negociações com o Conselho de Segurança, foi enviado o primeiro General brasileiro ao Haiti, Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Sob seu comando estariam 6700 soldados, sendo 1500 brasileiros e o restante de diversas nacionalidades. A reforma não aconteceu até hoje. Contudo, o Brasil foi membro não-permanente por duas vezes (2004-2005 e 2010-2011), o que significava um maior reconhecimento de sua atuação no cenário internacional. O mandato de cada General, bem como das tropas brasileiras, tinha duração de seis meses. Passaram pela MINUSTAH, ao todo, 11 Generais e aproximadamente 37 mil soldados brasileiros, em 26 contingentes de Infantaria e de Engenharia (Instituto Igarapé, 2017).

Esta terceira e última parte também se encontra dividida em dois capítulos. No capítulo 5, pretendo mostrar o que se esperava do componente militar em uma missão de paz multidimensional, como as tropas se organizavam no terreno, as atividades que desenvolveram e também como se dava a preparação dos soldados para participar da missão. Para tanto, descreverei sua organização hierárquica, bem como os treinamentos burocráticos e bélicos que os soldados devem atender antes da missão. Por treinamentos burocráticos são entendidos aqueles voltados ao plano teórico da missão, com seus marcos normativos, e à produção de documentos, desde o planejamento estratégico até a justificativa das ações – belicosas ou não – no terreno. Pretendo ao longo do texto descrever as atividades desenvolvidas nos workshops que participei, analisar os documentos dos contingentes brasileiros aos quais tive acesso, e explorar narrativas celebradas nos eventos comemorativos promovidos pelo Exército Brasileiro.

nas comunidades do Rio de Janeiro. Ver mais em: <http://www.canada-haiti.ca/fr/content/haiti-premiere-victime-de-la-tentation-imperiale-du-bresil>.

Como mostrei no Capítulo 1, a missão é estruturada e se mantém em funcionamento através de documentos, que, em conjunto e dialogando entre si, conformam um guia para a realização de intervenções no *terreno*. No componente militar não seria diferente. Segundo o Capitão V.⁴⁷, os escritórios de Nova Iorque faziam o acompanhamento diário das atividades. Mesmo quando não havia intercorrências, era exigido que o relatório NTR (*nothing to report*) fosse enviado ao final do dia. Relatórios diários eram agrupados semanal e mensalmente fazendo uma descrição detalhada de tudo o que ocorria no terreno. Ao final dos seis meses do exercício do Contingente era produzido um relatório final a ser enviado para os níveis tático e estratégico, que ficavam em Nova Iorque. Além disso, os militares também prestavam conta ao governo brasileiro, enviando os documentos para o Ministério da Defesa. Tive a oportunidade de acessar todos os relatórios semestrais dos Batalhões de Infantaria e de Engenharia de 2004 até 2017⁴⁸. Espera-se, por meio destes documentos, compreender as atividades desenvolvidas, bem como os recursos materiais e logísticos que elas exigiam.

Quando iniciei essa pesquisa, em 2017, a MINUSTAH já estava com a data marcada para seu fim, sendo que os contingentes brasileiros já estavam sendo retirados gradualmente do Haiti. Assim, os primeiros eventos que pude participar junto com os militares, foram o “Encontro Anual da Rede Brasileira de Estudos de Paz (REBRAPAZ)”, que aconteceu no dia 13 de junho de 2017; e em seguida, o “Simpósio internacional Brasil no Haiti: um caso de sucesso”, realizado em Brasília, nos dias 18 e 19 de outubro de 2017. Este evento marcava a retirada dos últimos contingentes do território haitiano e debatia as “lições aprendidas” durante a missão. Além dos militares, estiveram presentes acadêmicos, gestores, representantes de ONGs e Institutos de Pesquisa e membros da sociedade civil. Divididos em grupos de trabalhos todos apresentavam artigos sobre áreas diversas da atuação do Exército no Haiti. O encontro, então, marcava a colaboração entre várias expertises que se dedicavam à avaliação das experiências adquiridas no Haiti, e também (e principalmente) às possibilidades da aplicação desse *know-how* em outros contextos, inclusive o brasileiro.

⁴⁷ Entrevista concedida durante o Workshop de Proteção de Civis, em julho de 2017.

⁴⁸ Os arquivos foram gentilmente cedidos pelo Chefe de Doutrina do CCOPAB e a utilização do conteúdo respeitará as regras de confidencialidade acordadas no documento assinado por mim naquela ocasião.

Esses eventos são importantes momentos de visibilidade e de validação das narrativas de sucesso divulgadas pela ONU e pelos militares brasileiros. Ao longo dos capítulos anteriores, mostrei como os dados sobre a missão são produzidos para construir o consenso necessário para legitimar intervenções no terreno. Neste capítulo, pretendo mostrar como os dados sobre estas atividades também foram produzidos para construir narrativas que ultrapassassem os limites do Haiti e *disparassem* efeitos também no Brasil. O uso da metáfora bélica é proposital e eu pretendo torná-la clara ao longo da minha escrita.

A pesquisa de campo entre os militares nos *workshops* promovidos pelo CCOPAB, nos eventos de celebração e também entre os documentos dos contingentes aos quais tive acesso, permitiu ter um olhar abrangente sobre a operacionalização das missões de paz. Estive atenta principalmente ao modo como eles mesmos percebiam suas posições na MINUSTAH diante da série de responsabilidades que lhes eram atribuídas, com o intuito de apreender, no conjunto de termos mobilizados, um fio condutor que evidenciasse seus modos próprios de atuação, ou seja, de pensar e agir enquanto cumpriam o seu trabalho em um país estrangeiro. Desta forma, pude perceber também como eles se apropriaram dos conhecimentos adquiridos na operação para *engatilhar* projetos e estratégias de atuação também no contexto brasileiro que vieram a se concretizar principalmente após 2018.

O mandato da MINUSTAH tinha como principais objetivos a proteção de civis; o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de membros de grupos armados; e o suporte a um processo eleitoral legítimo. Para alcançar esses objetivos era preciso construir e manter uma rede de governança no Haiti. De acordo com a explicação dos palestrantes no encontro da REBRAPAZ, as tropas militares deveriam *apoiar (support)* esse processo primeiramente garantindo a estabilidade do terreno através do desarmamento dos indivíduos e desmobilização de grupos armados (as chamadas *gangs*), para que então o componente civil pudesse promover as atividades de reintegração destas pessoas à sociedade, por meio da promoção de emprego e renda. As atividades de DDR envolviam então a participação de militares, de agências da ONU, de ONGs como a Viva Rio, e de setores do governo haitiano. Neste sentido, os

oficiais brasileiros tiveram que colocar em prática não só suas habilidades de combate, mas também aprimorar a coordenação entre os diferentes agentes, além de gerenciar a proteção (ou o controle) da população local.

Ainda dentro do mandato, era prevista a promoção do desenvolvimento social e econômico e o combate à pobreza. Para tanto, muitos documentos posteriores trouxeram planejamentos para construção, reformas e manutenção da infraestrutura do Haiti. Assim, eram previstas e desenvolvidas atividades não só de fortalecimento institucional, mas também de construção das suas instalações físicas, como prédios, abertura de estradas, perfuração de poços artesianos, pavimentação e iluminação de ruas. Sob a perspectiva da burocracia da ONU, a (re)construção do Estado haitiano teria de ser completa, das estruturas físicas até as institucionais.

O Exército Brasileiro enviou Companhias de Engenharia (BRAENGCOY) para contribuir com estes processos. Através dos documentos que acessei, pude observar que as companhias realizaram diversas obras de base. Os relatórios de Engenharia eram os mais completos em relação às condições físicas do terreno, porque o entendimento destas características era fundamental para o planejamento e desenvolvimento dos trabalhos. Além de obras estruturais, os contingentes brasileiros também promoviam as chamadas Ações Cívico Sociais (ACISO), oferecendo atendimentos de saúde, corte de cabelo, e outros serviços sobre os quais pretendo discorrer adiante. Por ora, menciono as ACISO pois elas faziam parte da estratégia brasileira para, como os militares disseram em suas palestras, “ganhar mentes e corações”, com o intuito de diminuir a resistência da população à presença das tropas estrangeiras, o que, acreditava-se, poderia vir a contribuir para o aumento do controle de sua *área de responsabilidade*.

O desenvolvimento de todos esses projetos – seja no que diz respeito às ações bélicas, seja nas ações sociais – exigia o conhecimento minucioso do terreno. Os militares brasileiros se dedicavam a produzir mapas e descrever o seu espaço de atuação de maneira a tornar possível uma visão ampla e ao mesmo tempo detalhada que permitisse a melhor elaboração de suas estratégias. Ao longo do capítulo, pretendo mostrar que essa é uma maneira de ordenar o território de modo a aperfeiçoar sua capacidade de governo sobre ele. Scott (1998) discorre sobre o desenvolvimento de uma

leitura cartesiana para organização de uma floresta em esquadros e métricas que buscavam privilegiar uma visão daquelas árvores e animais em índices econômicos. O exercício incluía tanto uma visão em túnel de todas as espécies quanto a construção de tabelas e cálculos voltados para o seu rendimento comercial, alcançando assim uma visão sinóptica da floresta (1998, p. 15). O aperfeiçoamento da técnica levaria a uma tentativa mais precisa de organização através do cultivo das plantas cada vez mais controlado. O autor mostra que era prevista a distribuição em fileiras e a manipulação de menos espécies de modo que “a própria floresta não precisaria nem ser vista; poderia ser “lida” com precisão a partir das tabelas e mapas no escritório do guarda florestal” (1998, p.18). Esta é precisamente a lógica de governança que permite ao estado ver um *terreno*.

Pretendo argumentar que o exercício de tornar o terreno igualmente *legível* pôde também ser observado nos documentos escritos pelos militares. Contudo, neste caso, tratava-se de um espaço urbano de Porto Príncipe, que seria impossível reordenar, tal qual a floresta. O exercício de *peace enforcement*, ou seja, de imposição da paz, exigia impor uma ordem ao que era definido como *caos* através de técnicas cartesianas. Assim, eles quadriculavam o espaço urbano, separavam-no em regiões, distribuía alfinetes coloridos e etiquetas de identificação, que indicavam por exemplo, a classificação das ruas de acordo com a largura de cada uma para definir por onde passariam carros, tanques, motos ou apenas pessoas. Os mapas eram acompanhados por legendas e por textos de suporte com os elementos que julgavam ser essenciais para garantir o melhor domínio sobre as áreas e a proteção (leia-se, controle) da população. Com isso busco mostrar que todos estes exercícios permitiam aos oficiais brasileiros “ver como o Estado”.

A racionalidade dos processos que envolviam proteção humana e que exigiam a coordenação entre os diversos elementos da missão, permitiu que os militares desenvolvessem uma grande expertise não só na gerência de conflitos no terreno, mas também nas atividades diplomáticas. Leirner (2020a) afirma que “não há como reduzir os exércitos ao modelo de “racionalidade institucional” proposto por Douglas, pois parece-nos que a guerra conduz a uma racionalidade específica” (p. 20, grifos do autor).

Argumento, aqui, que a *paz* também conduz a uma racionalidade específica que, aliada à racionalidade institucional que a ONU exigia, conforma um conjunto de estratégias para melhor governar o terreno, o que significa, no limite, exercer o controle sobre uma população.

Pretendo então, no Capítulo 6, mostrar como os militares articularam as técnicas de governança adquiridas durante a MINUSTAH para produzir efeitos também dentro do contexto nacional brasileiro – desde a participação do Exército nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) até a ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente. Se por um lado a proteção dos civis é imprescindível dentro da doutrina da ONU, por outro os cidadãos das áreas mais pobres – tanto nas favelas de Porto Príncipe quanto nas do Rio de Janeiro – são vistos como potenciais causadores de instabilidade e, portanto, devem ser constantemente monitorados. O problema que surge desta incongruência é verbalizado pelo General Heleno quando afirma em uma entrevista que “no calor do momento, no meio da intervenção, a gente não sabe quem é quem”⁴⁹.

Graham (2017) mostra como os dispositivos militares adentraram os espaços urbanos, desde a arquitetura para melhorar a vigilância, até os drones que aumentam a precisão de ações nos territórios desconhecidos. O autor analisa então este processo que ele chama de “militarização das cidades” para evidenciar como a suposta desorganização urbana e das próprias populações são consideradas potencialmente perigosas – leia-se: geradoras de instabilidades – especialmente onde a desigualdade social é maior. Assim como já havia mostrado Scott (1998), a análise de Graham (2017) também evidencia a tentativa incessante de tornar estes espaços mais visíveis e inteligíveis, portanto, mais governáveis. Este argumento é a base para a construção de narrativas que justificam e legitimam as intervenções de diversos tipos em territórios nacionais e internacionais.

A pesquisa entre os militares e entre os documentos produzidos por eles permitiu a observação deste mesmo *modus operandi* – desenhar mapas, construir tabelas, produzir inventários –, tudo para melhor desenvolver as estratégias de

⁴⁹Fonte: <https://memorial.org.br/curso-gratuito-debate-seguranca-e-defesa-nacional-na-america-latina/>. Consultado em 29 de outubro de 2020.

ocupação do terreno. Na segunda parte deste capítulo, argumento, então, que a partir da missão no Haiti, os militares brasileiros aperfeiçoaram a capacidade de “ver como o Estado”, inclusive se aproveitando de brechas nos mecanismos de controle vigentes no governo brasileiro, como aponta Adriana Marques (2020), para produzir efeitos também no seu próprio território nacional. O General Ajax reforçou em nossa conversa que eles permanecem como instrumentos do estado e a Missão aperfeiçoou a doutrina aprendida nos quartéis para melhor servir ao país, independente do governo que esteja no poder. Ainda que essa afirmação aponte para um caráter supostamente neutro das forças armadas, a análise da atuação do Exército mostra que sua articulação política esteve para muito além dos quartéis. Nesse sentido, pretendo evidenciar que a junção da experiência na MINUSTAH com a tradição militar já antiga, de se pensar como uma elite que detém o poder intelectual e bélico para proteger os cidadãos e governar um país, contribuiu para que eles se sentissem capacitados para deixarem de ser apenas instrumentos do Estado e passarem a atuar como agentes de governo.

Capítulo 5. A paz como técnica ou a técnica de pacificação

Em um determinado momento do “Workshop Integrado de Proteção de Civis (IPoC)”, realizado na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 7 de julho de 2017, um Coronel disse: “é mais fácil fazer guerra do que fazer a paz, porque fazer a guerra é só ir lá e atirar, mas para fazer a paz a gente tem que trabalhar mais”. Ao proferir esta afirmação, o Coronel se referia ao número de processos que deveriam ser cumpridos e às estratégias que deveriam ser desenvolvidas quando estão em exercício em uma operação de paz multidimensional – ou seja, todos os recursos mobilizados – instituições, pessoas, documentos, materiais. Nesta seção, pretendo explorar os aspectos metodológicos da atuação dos militares brasileiros. O campo realizado nos workshops, cursos e eventos comemorativos, somado à análise dos relatórios a que tive acesso, irão evidenciar a racionalidade própria da operação de paz, bem como o arcabouço técnico exigido pelo aparato institucional que se ergue em torno da *paz*.

Aqui também é interessante atentar para a coordenação militar com outros atores que sustentam divergências entre si. Esse é o caso de Organizações não governamentais que preferem não desenvolver seus trabalhos em conjunto por considerarem que isso poderia ferir os seus princípios de neutralidade e imparcialidade. Fassin (2010) chama atenção para este caso, mas indica que agentes humanitários e militares compartilham da mesma “temporalidade da emergência” que em grande medida justifica a lógica da intervenção. Neste sentido, o *desdobramento* militar no terreno é mais que a mobilização de tropas, é também sobre encontros e disputas com diferentes métodos e abordagens. Através dos relatos dos militares, tanto nas palestras que acompanhei quanto nas entrevistas em outros meios, é possível perceber como se dava a coordenação destes dois componentes, bem como as tensões dessa atuação conjunta, que é preconizada no advento das operações multidimensionais.

A primeira coisa que me chamou atenção foram as narrativas históricas a respeito das Operações de Paz invocadas pelos militares. Tais narrativas apresentavam caráter temporal, com uma sequência de documentos, convenções, normas, notas técnicas, resoluções e protocolos que compunham a estrutura burocrática responsável por operacionalizar as missões de paz, desde as chamadas *tradicionais* até as mais recentes, ou seja, as *multidimensionais*. Esta era uma esteira cronológica que a princípio parecia óbvia (até pelo nosso modo ocidental de organizar a história), mas ao olhar com atenção essa organização falava mais sobre os militares brasileiros, do que sobre as operações.

Estas narrativas de caráter temporal eram repetidamente acionadas pelos palestrantes que faziam questão de retomar os mesmos marcos históricos para compor suas falas. Leirner (2020a) mostra que no treinamento militar a repetição é importante para inculcar a doutrina até que ela se torne naturalizada. Esta premissa é observada tanto nos treinamentos físicos quanto nos teóricos. Apresento aqui brevemente as passagens das operações tradicionais até as multidimensionais, assim como descritas por eles, para evidenciar a doutrina transmitida e repetida nessa narrativa histórica.

As duas Guerras Mundiais e a criação da ONU eram geralmente os pontos de partida das falas dos palestrantes militares. Após a assinatura da Carta da ONU e de diversos acordos que visavam evitar novos conflitos entre países, a organização passou a centrar a atenção nos conflitos intraestatais. O Capítulo 1º do documento discorre sobre o direito (e o dever) da ONU em intervir nos cenários considerados *em crise*. Ao assinarem esta Carta, os países se comprometiam não apenas a cumpri-la, mas também a aceitar as ações que poderiam vir a ser tomadas em nome da *paz* dentro de seus territórios. Sendo assim, o princípio da soberania nacional estaria preservado uma vez que os signatários já teriam dado seu consentimento, em caso de necessidade de interferência.

As primeiras operações, chamadas tradicionais, tinham como objetivo cessar fogo em áreas onde era identificada uma guerra civil em curso ou evitar o confronto quando ele estava ainda na iminência de acontecer. Sob a bandeira das Nações Unidas, eram *desdobradas* tropas multinacionais para mediar o cessar fogo e

então abrir espaço para negociações políticas. Segundo os palestrantes, as operações desta época eram essencialmente militares, e dos soldados era exigida a tarefa de conter os lados do conflito *by all necessary means* (por todos os meios necessários), expressão importada do Capítulo VII da Carta da ONU e que eles utilizam em inglês (e assim eu a mantenho) para dizer que não havia restrições para o uso da força bélica no terreno. Assim, o que eles expressavam era que havia uma total autonomia para tomada de decisões, que incluía a *neutralização dos elementos* causadores do conflito, embora fazendo a ressalva de que o ideal era sempre zelar pela integridade física de todos os envolvidos, visando reduzir as *perdas humanas*.

Segundo os palestrantes, entre as décadas de 80 e 90, as operações ganharam mais corpo documental, para dar conta de cessar os conflitos e preservar a vida de civis. O conceito *by all necessary means* passou a ser utilizado apenas em situações limite e a ele foi adicionado o Princípio da Proporcionalidade. Os oficiais brasileiros exemplificaram esta passagem da seguinte forma: no nível tático, ao serem atacados com tiros de calibre 38, as forças armadas podem responder com tiros do mesmo calibre (de modo proporcional) ou com tiros de fuzil (ou seja, com um nível acima de força). Este princípio vale para autodefesa, mas também se aplica para as ações que visavam a proteção de civis.

Assim, pouco a pouco, a proteção das populações passa a ser também função das tropas da ONU, uma vez que considerava-se que os Estados estavam sem capacidades institucionais, ou seja, sem recursos humanos, técnicos e materiais para fazê-lo. Como pretendo argumentar adiante, esta ideia encontrou uma boa ressonância na tradicional doutrina criada e sustentada pelas Forças Armadas Brasileiras que se entendiam como instrumentos para tutelar a população (Atassio, 2012; Castro, 1995, 2012; Domingos Neto, 2005; Mathias, 2004, 2014; Leirner, 1997, 2020b).

Na década de 90, mesmo com todo o arcabouço burocrático erguido em torno de operações de resolução de conflitos intraestatais e proteção de civis das áreas de confronto, a ONU fracassou nas missões da Bósnia, Ruanda e Somália⁵⁰. Esta era uma

⁵⁰ Em Ruanda, apenas entre abril e julho de 1995 estima-se que 800 mil a 1 milhão de pessoas foram mortas. A Somália, que já havia perdido mais de 100 mil civis no final da década de 80, enfrentou mais

constatação recorrente dos palestrantes militares fundamentada na própria avaliação crítica da Organização e também de técnicos, diplomatas e acadêmicos, baseado principalmente no número de mortos nos massacres que ocorreram nestes países.

Diante disso, a ONU reuniu um grupo de especialistas para estudar as causas do fracasso e propor soluções para as operações de paz futuras. Os palestrantes do Workshop IPoC citavam que dentre os motivos apontados para o fracasso estavam o desrespeito das partes do conflito aos acordos de paz internacionais, a inexperiência do pessoal empregado na missão e a falta de *recursos* adequados por parte do Conselho de Segurança. Neste caso, por *recursos* entende-se o aparato burocrático e legal para salvaguardar as decisões e levar a cabo as tarefas no terreno.

O início dos anos 2000 marca o advento das operações multidimensionais na narrativa da ONU⁵¹ e também dos militares, burocratas e acadêmicos da área. A transição das chamadas operações tradicionais para as multidimensionais era tomada como uma *evolução*. Os mesmos palestrantes apontavam que se antes não havia regulamentos, estatutos e normas, a partir de então começa a haver um conjunto *robusto* para respaldar suas ações no terreno, desde o planejamento até a execução e avaliação das atividades. Os cursos que estávamos atendendo tinham como objetivo capacitar os soldados e os civis para atuarem nestes ambientes de acordo com o arcabouço institucional desenvolvido, a fim de aperfeiçoar a técnica da pacificação e evitar (ou ao menos minimizar) perdas humanas neste processo.

A apresentação do conjunto teórico acionado pelos militares em suas palestras faz ver o modo como eles concebem o exercício de governança do terreno. Se antes eram exigidas apenas habilidades bélicas, ao longo dos anos sua posição passou a requerer outras expertises, de cunho institucional, diplomático e estratégico. Assim, os exércitos passavam a ser não apenas instrumentos, mas atores na resolução de conflitos

baixas no início da década de 90, mesmo sob a intervenção da ONU e dos Estados Unidos. Estima-se que entre 1991 e 1995, mais de 500 mil vidas foram perdidas (a retirada das tropas americanas só se deu após as baixas de 18 soldados na Batalha de Mogadíscio em 1994). Na Bósnia, estima-se que 8.373 bósnios muçulmanos foram mortos no massacre de Srebrenica em julho de 1995. Fontes: <https://worldwithoutgenocide.org> e <https://www.irmct.org/specials/srebrenica/timeline/en/>, consultado em 3 de abril de 2020.

⁵¹ Ver mais em: <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>. Consultado em 3 de abril de 2020.

e no estabelecimento da paz, o que segundo eles exigia maiores responsabilidades. Além disso, o aumento do aparato burocrático que pautava as ações no terreno também visava o maior controle civil sobre as decisões militares, que tiveram de se adaptar a uma maior cadeia hierárquica, ao mesmo tempo em que ocupavam mais posições nestas cadeias, já que passaram a ter papel fundamental na negociação e planejamento das operações. Por isso mesmo, eram apresentados os organogramas das missões, para informar o lugar do componente militar, bem como sua autonomia de ação. Todo o *know-how* adquirido nos cursos oferecidos pela ONU e nas experiências práticas em confrontos foi também utilizado para conferir um status diferenciado aos oficiais que participavam das missões, uma vez que eles têm suas capacidades reconhecidas internacionalmente e por isso estariam dispostos a colocar este conhecimento em prática também no Brasil, se fosse necessário.

Após a apresentação deste contexto com maior ou menor riqueza de detalhes, os palestrantes prosseguiram com suas falas com foco nos aspectos das missões mais recentes, especialmente das quais eles tiveram algum tipo de participação. Neste sentido, eles pontuavam também a necessidade da observância da Carta da ONU e de outros documentos importantes que pautam a missão. Em uma das palestras o arcabouço teórico foi apresentado da seguinte forma:

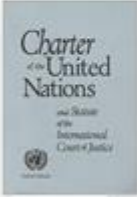


Integrated Protection of Civilians Workshop
CCOPAB - E88
Rio de Janeiro - July 2017



Legal Framework

- UN Charter
- International Humanitarian Law
- International Human Rights Law
- International Refugee Law
- Rome Statute of the International Criminal Court








- **Security Council Resolutions (Mandates)**
- **ROE & DUF (Rules of Engagement & Directives to Use Force)**
- **SOFA (Status of Forces Agreement) between UN & Host Country**
- **National laws**

8

Figura 8: reprodução do slide apresentado na palestra do Tenente Coronel C..
Fonte: arquivo da autora.

Segundo os relatos dos palestrantes, antes de começar uma missão, a ONU conta com uma equipe de enviados especiais (que geralmente é composta por civis) enviados para os países “em crise” para medir as necessidades do terreno. Isso significava quantificar a extensão geográfica do conflito, estimar a quantidade de pessoas envolvidas, informar sobre os civis em áreas de risco, além de consultar o governo local sobre uma possível intervenção. Uma vez mensurada a extensão do problema, é então definido o tamanho das forças de pacificação e como elas deverão atuar.

Na Carta da ONU, o primeiro documento da lista, os militares chamam atenção para os Capítulos VI e VII. O Capítulo VI intitulado “Sobre a resolução pacífica das controvérsias” versa sobre a resolução de controvérsias sem o uso da força militar; e o Capítulo VII, chamado “Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão” trata do uso de forças armadas na resolução dos conflitos e como deve ser sua atuação. O Relatório Responsibility to Protect (2005) versa sobre o papel dos estados e da comunidade internacional na proteção de civis e, juntamente com outros

documentos, define quais os limites para o emprego da força em uma intervenção. Em linhas gerais, o Conselho de Segurança admite que as forças militares devem sempre agir em defesa da ordem, respondendo aos ataques de forma proporcional e/ou com um nível acima de força.

Interessante notar que a MINUSTAH é uma missão de Capítulo VII, mas era frequente que eles se referissem a ela como uma missão VI ½ (seis e meio). Isso significava a resolução de conflitos de acordo com uma junção do Capítulo VI (sem uso da força) com o Capítulo VII (com uso da força militar) da Carta da ONU. Segundo o General Heleno “(...) é uma bobagem sem tamanho. Isso não existe. São artigos da Carta da ONU, então não tem missão ‘seis e meio’. Mas, na verdade, isso existe” (General Heleno, Castro e Marques, 2020, p. 40). O que o General queria dizer é que institucionalmente não existe respaldo para o uso do termo “seis e meio”. Porém, na prática, ou seja, nas atividades do terreno no âmbito de uma operação como a MINUSTAH, o componente militar deveria oferecer *support* aos outros componentes da operação e o uso da força deveria ser moderado, permitido para autodefesa, para defesa do Mandato, e para a proteção de civis, sendo que em todos os casos, eles deveriam respeitar o Princípio da Proporcionalidade.

De acordo com a Política Nacional de Defesa, vigente desde a criação do Ministério da Defesa, em 1999, a política externa brasileira era pautada pelo princípio da não-intervenção e o debate sobre o uso da força e a participação do Brasil em uma missão de Capítulo VII é extenso tanto no meio militar quanto na academia⁵². De um lado, há um argumento de que a operação de paz representaria uma exceção, já que a entrada das tropas é consentida pelo país hospedeiro e existe ainda uma série de regulamentações às quais as forças armadas devem responder durante as suas ações. De outro, entende-se que a entrada em território estrangeiro, mesmo sob estes pretextos, representaria uma transgressão ao princípio da soberania nacional.

Sendo de Capítulo VI ou VII, os relatórios do Conselho de Segurança apontam que as operações de paz são desenhadas para garantir a consolidação da

⁵² Ver Aguilar (2015), Braga (2012), Faganello (2013) e Santos Cruz (2017).

chamada *paz duradoura e autossustentável*, com base na proteção dos civis, no respeito aos direitos humanos. Sendo assim, as missões *multidimensionais* contam com membros civis e militares que devem atuar em conjunto no terreno para garantir o cumprimento do mandato de acordo com estas prerrogativas.

Neste sentido, é importante sublinhar mais uma vez que a proteção de civis é uma tarefa a ser desenvolvida conjuntamente. Em uma das palestras que acompanhei no curso, um representante da ACNUR (Agência das Nações Unidas para Refugiados) discorreu sobre como deve acontecer essa integração no terreno. Ele explicava que a atuação do componente militar junto à ajuda humanitária poderia se dar em diversas áreas como: garantia da liberdade de movimento da população e acesso a serviços essenciais como postos de saúde e escolas; garantia da circulação de trabalhadores humanitários através da escolta de comboios para distribuição de alimentos e remédios; proteção de depósitos e escritórios da ONU; e fornecimento de informações sobre a situação da segurança. No workshop também estiveram presentes representantes dos Médicos Sem Fronteiras (MsF), da Organização Internacional de Migração (IOM), do World Food Programme (WFP), e do Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM). Cada um, a seu modo, explicava como se integrava com outros elementos das operações e traziam como exemplo situações reais que eles já haviam “enfrentado juntos” a despeito de discordâncias ideológicas trazidas à tona, que pretendo também explorar adiante. O conceito de “temporalidade da emergência” (Fassin, 2010) é produtivo para pensar essa integração sob uma perspectiva crítica. O autor argumenta que a narrativa que produz um estado de exceção legítima e abre espaço para intervenções estrangeiras baseadas na emergência, sendo que elas podem ser de caráter militar e/ou humanitário, já que ambos compartilham desta mesma temporalidade.

Nas atividades que acompanhei junto aos militares eram apresentadas situações que exigiam respostas rápidas, de modo a garantir a segurança das pessoas nas áreas de conflito, sendo eles iminentes ou em curso. Os exercícios de simulação que vou mostrar aqui, bem como os que aparecem nos relatórios dos militares no terreno haitiano, ajudam a evidenciar a emergência tanto no sentido do caráter de urgência que

as ações exigem quanto no sentido de um novo padrão de interferência humanitária e militar que emerge destas operações.

No minicurso Proteção de Civis, Major G.⁵³ ministrou dois exercícios de simulação com o foco para proteção física, proteção de crianças e proteção contra a violência sexual relacionada aos conflitos. A simulação consistia na avaliação e proposição de ação do componente militar em um determinado conflito com objetivo de fazer ver a operacionalidade das convenções e normas quando aplicadas no terreno. Para isto, fomos divididos em grupos com mais ou menos dez pessoas em cada e o Major denominou o líder de cada um, que teria a função de coordenar os trabalhos da equipe e fazer a comunicação com os representantes superiores. Este tipo de divisão evidencia um traço característico do Exército que é a organização hierárquica. Recebemos um material impresso escrito em inglês⁵⁴ que apresentava duas situações de conflitos em países que recebiam tropas da operação de paz da ONU. Recebemos também um material de apoio, em que poderíamos encontrar o Mandato daquela missão, documento que versava sobre todas as ações que deveriam ser realizadas pela operação. Em seguida, encontramos as seguintes perguntas “O que o coronel poderia ter feito?”; “Como prevenir que grupos estrangeiros aterrorizem a população?”; “O que a Missão poderia fazer mais amplamente para garantir total liberdade de movimento?”.

As perguntas formuladas para a simulação exigiam respostas rápidas e estratégicas que deveriam obedecer ao conjunto de normas exposto previamente, bem como aos objetivos descritos no Mandato da Missão. O que parecia simples esbarrava em questões burocráticas, logísticas e diplomáticas, e também nas chamadas *contingências de campo*, ou seja, situações não esperadas com as quais os agentes relatavam ter de lidar diariamente.

Para garantir o controle sobre agência militar diante dos fatores que aparecem em campo, a ONU também edita três documentos que devem ser de conhecimento de todos os oficiais, são eles: Rules of Engagement (RoE); Status of the

⁵³ Major G. atuou no Batalhão de Infantaria da MINUSTAH nos anos de 2015 e 2016 e atualmente é instrutor do CCOPAB.

⁵⁴ No documento continha a marca d'água ocupando toda a página em diagonal “Simulação” e no cabeçalho a indicação “Favor não circular”, em português.

Force Agreement (SoFA) e o Memorandum of Understanding (MoU). Estes documentos são padronizados dentro da Organização e o *template* deles é utilizado em diversas missões de paz, mudando apenas o nome do país que recebe a missão e dos países que contribuem com as tropas. Apesar de ter uma estrutura pronta, alguns termos podem ser negociados de acordo com as exigências ou as necessidades de cada componente.

O RoE é um documento normativo elaborado pelo Departamento de Operações de Paz (DPKO) para cada uma das operações e informa aos Force Commanders, comandantes do componente militar, as circunstâncias e limitações no uso de força, dentro de parâmetros legais, as quais refletem orientações políticas. Como princípio básico das operações multidimensionais, a força bélica só deve ser aplicada em legítima defesa e em último caso, quando todos os meios pacíficos de resolução de pendências (negociação, persuasão, etc.) falharem. O SoFA é um acordo entre a ONU e o país que recebe a Operação de Paz. Ele versa sobre a autonomia das tropas militares no terreno e garante que elas estejam isentas de responder às leis do país que os recebe, uma vez que o estado de direito se encontra sob regime de exceção, tal qual definido nas narrativas da intervenção. Já o MOU é um documento que estabelece as responsabilidades administrativas e logísticas de cada ente do acordo entre a ONU e os países que contribuem com as tropas. Nele constam as necessidades de pagamento dos soldados e dos equipamentos fornecidos pelo governo contribuinte; os procedimentos de verificação e controle de recursos materiais como transporte, fatores de desgaste, perdas e danos, reparos, etc; as capacidades logísticas do contingente fornecido pelo governo contribuinte e os padrões de desempenho dos equipamentos de pequeno e grande porte.

O Tenente Coronel A. que atuou na Missão de Paz da Bósnia, em meados da década de 90, relata que à sua época eles ainda não contavam com o Department of Field Support (DFS), que hoje é fundamental para reconhecimento do tamanho dos conflitos para um bom planejamento de respostas. O DFS tem a função de fornecer o apoio logístico não só antes, mas também durante toda a operação. Segundo ele, é este departamento que prevê a alocação de recursos físicos e financeiros, desde os equipamentos tecnológicos até a mobília para os escritórios.

Para explicar como funciona a cadeia hierárquica da Operação, o Tenente Coronel A. me apresentou os níveis de planejamento fazendo um rascunho à mão que reproduzo digitalmente na figura abaixo. Através do desenho, ele me mostrou os níveis de planejamento *estratégico*, *operacional* e *tático*. Ao desenhar as três esferas, o tenente coronel pretende explicar como elas se conectam em diferentes escalas hierárquicas. No nível estratégico, ele me diz, o Conselho de Segurança deve se integrar com o DPKO, em Nova Iorque, para planejamento das diretrizes que vão pautar as ações no terreno. A comunicação entre o nível estratégico e operacional é feita através do Executive Special Representative of the Secretary-General (SRS), que deve se articular com os Chefes de Seção (CS), ou seja, os comandantes de cada componente da operação – militar, policial e civil – além do Residente Coordinator (RC) e também o Humanitarian Coordinator (HC). Os Chefes de Seção devem estar articulados com os membros do nível tático no terreno, ou *on the ground*, como eles dizem. O Force Commander é um chefe de Seção que transita entre as duas esferas, estando a maior parte do tempo no terreno, mas se comunicando diretamente com os níveis superiores.



Figura 7: reprodução do esboço feito à mão, em 08/11/2017

Interessante notar que na esfera estratégica estão as fases compreendidas pelos documentos de avaliação e planejamento e órgãos oficiais responsáveis apresentados nas seções anteriores (IAP handbook). Na esfera operacional está o planejamento militar simulado no Workshop, onde foi realizada a pesquisa de campo, que será explorado nas seções seguintes. E na tática está a ação a ser realizada no

terreno. Ao desenhar as três esferas, o tenente coronel mostra como estas partes se conectam em diferentes níveis de hierarquia. Os diagramas apresentados até aqui apontam para processos de produção de documentos por agentes localizados em órgãos institucionais interligados entre si, o que mostra algo importante para a análise antropológica: a relação entre o terreno (*on the ground*) e os conceitos do mundo institucional. O terreno aparece inscrito nos documentos e, ao ser amarrado a conceitos e procedimentos, cria atividades (planejamento/estratégias), que por sua vez voltam para o terreno para modificá-lo.

Em meio a tantas siglas, diagramas e funções envolvidas no planejamento de uma missão, pergunto onde estão as pessoas residentes nos locais de conflito e por quê não colocar um representante local da área que recebe a Operação. O tenente coronel explica que todos estes procedimentos envolvem o que ele chama de *know-how* e *expertise* institucional. E que há de se tomar muito cuidado para não acirrar conflitos internos e disputas por representatividade, além de não ferir o princípio de imparcialidade que a ONU deve manter. Esse princípio, no entanto, merece algumas considerações.

Segundo a ONU, a operação de paz deve respeitar três princípios: o consentimento de todas as partes – do país que recebe a operação até os que participam dela; o uso moderado da força para autodefesa ou defesa do mandato; e a imparcialidade. Nas palavras da Organização:

Imparcialidade significa não tomar partido (...) é diferente de inatividade ou de neutralidade. Imparcialidade significa o contato equilibrado e imparcial (...) as operações de paz devem ser imparciais nas negociações com as partes em conflito, mas não neutras na execução de seu mandato. (UN DPKO/DFS CPTM Version 2017. Module 1 – Lesson 1.3: Principles of United Nations Peacekeeping, p. 11).

A participação de cidadãos nacionais (no caso, haitianos) em quaisquer níveis ameaçaria este princípio, uma vez que nas negociações poderia haver muitas disputas que eventualmente desagradassem as partes e isso colocaria em risco o cumprimento dos acordos. Em uma palestra proferida no Workshop Integrado de Proteção de Civis (IPoC), um Coronel afirmou que “um acordo bom é aquele em que

todo mundo sai infeliz”. Com isso ele queria dizer que nenhuma das partes foi completamente contemplada e que, portanto, o acordo foi justo e imparcial.

Outro aspecto importante, neste sentido, é a integração entre o trabalho humanitário e o militar. Isso porque ambos partilham da mesma temporalidade e também sustentam o princípio da imparcialidade. Contudo, o documento esclarece que:

O significado é diferente. Para os atores humanitários, imparcialidade significa ser orientado unicamente pelas necessidades, prestando assistência humanitária sem discriminação com base na nacionalidade, raça, gênero, classe ou crenças religiosas ou políticas. Neutralidade para os atores humanitários significa não tomar partido em hostilidades, ou envolver-se em controvérsias de natureza política, racial, religiosa ou ideológica.” (UN DPKO/DFS CPTM Version 2017. Module 1 – Lesson 1.3: Principles of United Nations Peacekeeping, p. 11).

Para os militares, no entanto, era fundamental se envolver no conflito para garantir o cumprimento dos acordos de paz e evitar quaisquer ameaças para a implementação do Mandato da missão. Sendo assim, para eles, a premissa da neutralidade não se aplica quando um lado fere o acordo de paz e os militares são chamados a intervir (com o uso proporcional da força) para garantir a estabilidade do país.

As diferenças de definição destes conceitos para um e outro componente geram conflitos no terreno. Em entrevista para Celso Castro e Adriana Marques (2020), General Heleno discorreu sobre um atrito com os Médicos sem Fronteiras (MsF). Ele conta que as tropas montaram uma operação para pegar um “bandido” e os MsF exigiam passar pelos postos de controle sem que suas ambulâncias fossem revistadas. O general não permitiu e os membros da organização evocaram a Convenção de Genebra, que versa sobre direito humanitário. Ao que o General respondeu:

Olha. Vai me desculpar, mas Convenção de Genebra é para guerra. Para bandido, não tem Convenção de Genebra. Vai abrir a ambulância, eu vou revistar. Se ele estiver dentro da ambulância, ninguém vai matar ele na ambulância. Ele vai ser acompanhado para o hospital, e assim que ficar bom, vai ser preso e entregue para a polícia haitiana. Agora, passar nos postos sem revista da ambulância... Mas não passa mesmo! Aí é o tal negócio: quem tem a força é quem manda. Eu tenho a força. Então vai revistar. (General Heleno para Castro e Marques, 2020, p. 44).

De fato, este tipo de procedimento foi o que se tornou padrão para a atuação do componente militar durante toda a missão. Em abril de 2022, pude entrevistar o General Ajax, o último Force Commander da MINUSTAH, e ele também contou sobre as tensões com os Médicos sem Fronteiras. Ele disse que havia um mandado de prisão contra um “bandido perigoso” de Porto Príncipe e eles tiveram a informação de que ele teria levado um tiro em um confronto com outras gangues locais e que teria sido levado para um hospital de campanha. Logo que souberam, foi armada então uma força tarefa para prendê-lo na saída do hospital. A equipe do MsF, porém, não queria dar alta para o paciente enquanto as forças do componente militar estivessem ali na porta, pois eles sabiam que o indivíduo em questão seria preso e este fato poderia ferir o princípio de neutralidade que a ONG sustentava. Houve uma tentativa de negociação até mesmo com os níveis superiores da Missão, porém não houve autorização de retirada dos soldados. General Ajax me explicou que neste caso não havia o que fazer, porque a apreensão de *bandidos* fazia parte do cumprimento dos objetivos do mandato e eles estavam lá para isso. Assim, após cuidar dos ferimentos daquele indivíduo, os MsF liberaram sua saída e ele foi preso.

O caráter multidimensional da missão preconizava a cooperação entre os componentes no terreno e boa parte dos relatórios do BRABAT (Brazilian Infantry Battalion) e BRAENGCOY (Brazilian Engineering Company) traziam descrições de atividades desenvolvidas em parceria, por exemplo, escolta de comboios de ajuda, apoio logístico para entrega de medicamentos e comida, garantia da segurança no entorno das bases humanitárias, etc. No entanto, nas entrevistas para Castro e Marques (2020) os Force Commanders também teceram diversas ressalvas sobre a atuação das organizações de ajuda. General Elito afirmava que “como qualquer atividade, há ONGs que merecem um grau 10, mas há ONGs realmente que merecem grau zero. Então, cabe a nós ter essa percepção, o bom senso de valorizar quem está cumprindo o seu trabalho”. Nesse sentido, General Floriano Peixoto teceu elogios à ONG Viva Rio, que ele considera como um exemplo positivo de atuação, “A gente tinha várias parcerias. Gosto muito do Rubem [fundador da ONG]. Então, é um exemplo de uma ONG de nome, de prestígio, de resultado” (Castro e Marques, 2020, p. 129).

Todas as críticas decorrem tanto da avaliação que os militares faziam da atuação das ONGs, quanto dos conflitos entre a metodologia militar e a metodologia dos agentes humanitários, sendo que os oficiais do exército compreendiam que apenas eles possuíam a melhor expertise para desenvolver a logística mais adequada para todo tipo de intervenções. Segundo o General Pujol:

Existe um secretário-geral das Nações Unidas que disse o seguinte: ‘Os militares não são feitos para realizar operações de paz, mas são os únicos que podem realizá-las’. Porque nós temos uma capacidade de planejamento e de organização que é uma ferramenta à disposição das Nações Unidas e que nos permite atuar em diversos conflitos, em participações que já se mostraram extremamente eficientes (...) (Castro e Marques, 2020, p. 217)

A fala citada pelo General é atribuída ao secretário geral da ONU entre 1953-1961 Dag Hammarskjöld. À época, estavam em curso as primeiras operações, aquelas chamadas *tradicionais*, quando as tarefas do componente militar eram muito diferentes e sua atuação era pautada por muito menos mecanismos de controle institucional, como eles mesmos apresentaram nas suas narrativas históricas. Sob a perspectiva dos Generais, o que permite que ela ainda seja utilizada é precisamente o modo de projeção da disciplina e da organização militar, bem como seu aperfeiçoamento técnico exigido ao longo das diferentes gerações das operações de paz.

Ao longo da próxima seção, a descrição do trabalho dos militares brasileiros evidencia o planejamento e o desdobramento das ações militares, seja no que se refere aos recursos bélicos ou entre as atividades burocráticas. Nas páginas que seguem, descreverei parte do workshop que envolvia os exercícios de simulação de conflitos e como foram cumpridas as atividades propostas. O objetivo é evidenciar a técnica militar no planejamento e execução das intervenções no terreno. Também pretendo trazer os exercícios descritos nos relatórios dos Contingentes de Infantaria e de Engenharia que apresentam os resultados alcançados, as dificuldades encontradas e as possíveis soluções para levar em conta nos próximos planejamentos. Assim, pretendo fazer ver a continuidade dos *arsenais* teórico e material que conformam mais que intervenções bélicas, mas atividades de governança do terreno.

Coronel C. concordou em ceder os arquivos do Exército para que eu pudesse observar a descrição das atividades. Trata-se de relatórios semestrais que tinham como objetivo informar ao Ministério da Defesa do Brasil as experiências do contingente em exercício naquele semestre e subsidiar o preparo dos próximos contingentes para as atividades no terreno no semestre seguinte. Para ter acesso aos documentos, foi preciso assinar um termo de compromisso de não exposição dos nomes dos soldados e generais dos documentos sem prévia autorização. Após a assinatura do documento em duas vias, o Coronel salvou em meu pen drive 618 arquivos, divididos em duas pastas: BRABAT (Brazilian Infantry Battalion) e BRAENGCY (Brazilian Engineering Company). De posse deste material, eu pude conhecer as atividades desenvolvidas no terreno pelos 26 contingentes de militares brasileiros, durante os 13 anos de missão.

5.1. Workshop – trabalhando com(o) os militares

A prática relatorial, como já mencionado nos capítulos anteriores, era constante durante toda a missão. Os relatórios eram exigidos para garantir o monitoramento das ações no terreno e o posterior planejamento das demais atividades, de acordo com os resultados obtidos nas ações anteriores. Os documentos aos quais tive acesso tinham como objetivo informar à ONU as atividades já desenvolvidas, além de informar aos contingentes do semestre seguinte os sucessos e os *desafios* encontrados. De posse destas informações, os próximos batalhões de infantaria e engenharia poderiam dar continuidade às atividades, bem como planejar novas incursões. O exercício de conhecer o terreno através de mapas, gráficos, e descrições detalhadas se mostrou importante no workshop em que participei e que vou tratar agora. O intuito é apresentar o conjunto normativo que eles devem obedecer nas etapas de planejamento de suas atividades *on the ground*.

Para as atividades de simulação desenvolvidas no Workshop Integrado de Proteção de Civis (IPoC), fomos divididos em grupos e encaminhados para pequenas salas de reuniões, que já estavam devidamente arrumadas com dez mesas colocadas em roda, três computadores e duas lousas. Foram distribuídas cópias da Carta das Nações Unidas, relatórios normativos, como o Responsabilidade de Proteger (R2P) e o Guia para

o Uso da Força para o Componente Militar, além de documentos referentes ao *Mandato da Missão de Paz do Sudão do Sul (UNMISS)*, sua Resolução de abertura, acompanhada pelo Status of Force Agreement (SoFA) e pelo Memorandum of Understanding (MOU). O coordenador anunciou que aquela era uma missão de Capítulo VI, ou seja, o componente militar tinha a função de apoiar os outros componentes com o uso moderado de força voltado apenas para a proteção do Mandato. Todos os documentos foram pouco usados, uma vez que os agentes já compreendiam rapidamente a burocracia implicada naquela missão partindo apenas da informação do capítulo ao qual ela estava submetida. Tal feito pode ser analisado à luz de Leirner (2020a, p.35), que já apontava que a metodologia militar “passa por mecanismos de aprendizado baseados em mnemotécnicas e técnicas de decoração da doutrina”.

De posse destes materiais, recebemos o Cenário 1 e 2. No primeiro cenário, havia um quadro de instruções que indicava o objetivo do exercício: “aprender a usar o formato padrão do Departamento de Operações de Paz para análise das ameaças e prioridades na Proteção de Civis”. Este documento contextualizava a situação do terreno apresentando informações relevantes para o planejamento das atividades. Nele encontramos um mapa e a descrição de fatores geográficos – características climáticas, meios de subsistência, condições do terreno e das estradas, além dos países que faziam fronteiras –; os fatores sociais – número de habitantes, a quantidade de etnias que ocupavam a área; e, por fim, os fatores políticos – que eram a causa do conflito em questão, como a presença de grupos armados e/ou extremistas religiosos. Também foram disponibilizados mapas, adesivos de ONGs e de agências das Nações Unidas, folhas de sulfite, lápis e canetas.

Este tipo de descrição, contendo fatores geográficos, sociais e políticos, foi observado no início de todos os relatórios dos Contingentes do BRABAT e do BRAENGCOY. Havia uma preocupação especial em descrever o terreno urbano minuciosamente e também de mostrar a distribuição espacial das tropas, não só do Brasil, mas também dos outros países que faziam parte do componente militar. A descrição era extremamente detalhada (muito mais do que aquela apresentada na Simulação), com coordenadas geográficas, mapas, fotos, imagens de satélite,

representações gráficas e descrições detalhadas de relevo, hidrografia, vegetação, tipos de solos, clima, e malha urbana. Neste último item, a cidade de Porto Príncipe ganha destaque, pois era a área de responsabilidade (AOR) dos contingentes brasileiros. Eram destacadas as melhores rotas para adentrar aos bairros, o tamanho dos veículos que deveriam ser utilizados de acordo com a largura das ruas que eram mostradas em mapas com diferentes cores para tanques, carros ou rotas que deveriam ser seguidas a pé. Os mapas indicavam também onde se localizavam os “pontos fortes”, aqueles onde o militar poderia encontrar um refúgio e ao mesmo tempo ter uma visão ampla e precisa da sua área de responsabilidade.

No relato do General Heleno (Castro e Marques, 2020) houve a instalação de uma companhia⁵⁵ em Bel Air, de modo que o monitoramento pudesse ser mais permanente. Segundo ele, o General João Carlos Vilela Morgero identificou um ponto de elevação na *favela* e sugeriu que, com uma pequena reforma nas instalações que estavam abandonadas, aquilo poderia se tornar um *ponto forte*. O General Heleno concordou: “Você é o dono da operação aqui, pode fazer. Ele instalou uma companhia lá e mudou totalmente a feição. Foi a precursora das UPPs. As UPPs foram baseadas nessa experiência do Haiti” (Castro e Marques, 2020, p.35).

No próximo capítulo, pretendo me debruçar sobre a transposição de experiências de intervenção para evidenciar como elas se deram tanto em Porto Príncipe quanto no Rio de Janeiro. Mas por ora, é interessante apontar que existe um constante esforço de tornar os espaços legíveis aos órgãos estatais (Scott, 1998). Neste caso, para que os militares brasileiros realizem intervenções no terreno, sejam elas em favelas em Porto Príncipe ou no Rio de Janeiro, eles dispõem de mapas e outros instrumentos de georreferenciamento que permitem uma melhor observação da sua área de responsabilidade. Tais dispositivos são mais do que representações do espaço, mas artefatos que situam uma cadeia de decisões que por sua vez são tomadas no sentido de modificá-lo de acordo com a motivação da intervenção.

⁵⁵ Uma companhia é composta por entre 60 e 250 militares e comandada por um capitão.

A seguir, reproduzo dois mapas a fim de mostrar como a disposição das tropas se deu no terreno haitiano em diferentes momentos da missão, o primeiro em 2004 logo no início de sua implantação, e o segundo em 2014, dez anos depois. Sob o comando de um General Brasileiro, tropas de várias nacionalidades se distribuíam pelo país, enquanto outras ficavam na capital, Porto Príncipe. O General Santos Cruz dizia que “A hierarquia, nas Forças Armadas, funciona do mesmo jeito em tudo quanto é lugar do mundo. Um tenente brasileiro respeita um capitão da Argentina, o capitão da Argentina respeita um coronel do Sri Lanka” (Castro e Marques, 2020, p.89). Isso mostra que a organização das tropas no território era possível por causa das “patentes, que na verdade formam esta espécie de gramática universal” (Leirner, 2020a, p.75). Ao comparar os mapas, observamos um aumento do número de tropas da ONU *desdobradas* por todo o Haiti, o que significava um controle maior sobre o *terreno*, do ponto de vista militar e burocrático.

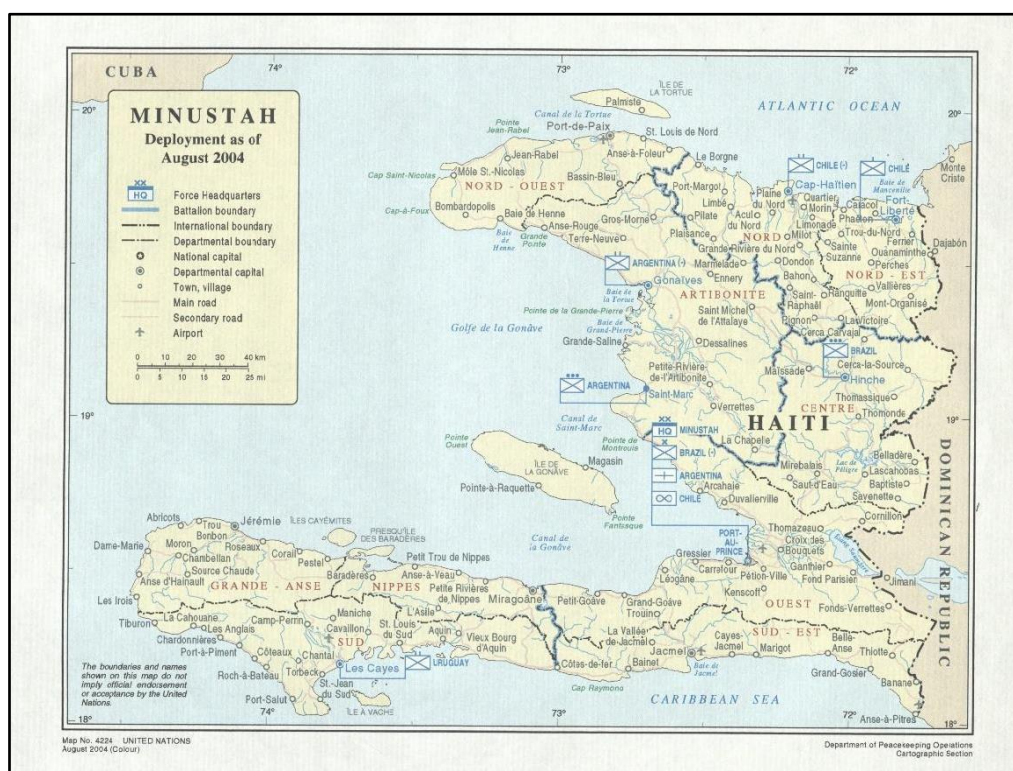


Figura 9: MINUSTAH deployment Aug, 2004.

Fonte: UN Digital Library.



Figura 10: MINUSTAH deployment Jan, 2014.

Fonte: UN Digital Library.

Diversas siglas ajudam a informar a distribuição das tropas e a quantidade de soldados, mas segundo os militares “havia muito mais para ser visto”. Durante os exercícios do workshop recebemos um material que, além dos mapas, incluía diversas etiquetas com os logos de ONGs e agências da ONU, alfinetes coloridos e canetas coloridas. Para realizar o planejamento das ações no terreno era preciso preencher duas tabelas e estudar todos os elementos que estavam no texto, colocando-os no mapa e dispondo dos códigos e dos adesivos que foram disponibilizados. Os códigos versavam sobre as bases militares presentes no local. Os adesivos eram de ONGs e outras agências que também estavam naquelas áreas e que poderiam ser parceiras no planejamento e execução das ações.

Durante o exercício de simulação, recebemos modelos de tabelas que foram reproduzidos na lousa e nos cartazes que tínhamos em mãos. Elas estão reproduzidas parcialmente aqui para fins de exemplos a partir do que copiei no meu caderno de

campo no momento da atividade. As partes em cinza são as informações colocadas gradualmente pelo grupo durante a atividade.

A sequência de planejamento que deve ser feita antes de tomar qualquer decisão envolve as seguintes etapas: 1. identificação de ameaças e vulnerabilidade; 2. desenvolvimento de planos de ação; 3. proteção e prevenção; 4. coordenação e implementação do plano de ação com vistas à proteção de civis. Era sempre reiterado nas instruções que todas as ações deveriam ser elaboradas em conjunto com os demais componentes da missão, que no caso, não estavam ali, mas os participantes deveriam pensar nas estratégias para incluí-los como se estivessem. Este momento de gerenciamento da emergência no terreno evidenciava o compartilhamento da temporalidade e das responsabilidades com o objetivo de proteger os civis.

A tabela 1 era de análise de riscos e cruzava dados da *ameaça x vulnerabilidade* em cinco colunas. Na primeira coluna, deveriam ser listadas as possíveis situações de risco, como grupos de resistência armada, conflitos e tensões fronteiriças. Na segunda, era preciso preencher a ameaça que cada elemento daqueles representava. Na terceira coluna era preciso descrever quem estava sob maior vulnerabilidade. A quarta coluna tratava do Risco e, por sua vez, era subdividida em outras duas – impacto e probabilidade – isto porque o risco era medido tendo em vista estes dois fatores: a possibilidade de acontecer e o impacto que causaria se acontecesse. Por fim, na quinta coluna, era colocada a prioridade que seria dada a cada situação baseada na análise dos elementos anteriores. A prioridade era medida de 1 a 4, de acordo com a gravidade do problema a ser enfrentado, sendo 1 a máxima prioridade e 4 a mínima. Segue o exemplo para uma das ameaças:

Tabela 1:

Situation	Threat (from perpetrators)	Vulnerability	Risk (high, medium, or low)		Priority (rank 1 – 4 based on the risk)
			impact	probability	
Lord Resistance Army (LRA) activities	- criminal acts - displacement - child recruitment - looting - LRA human rights violations	- civilians - children - women - elderly	high	high	1

Tabela 1: reprodução do trabalho realizado no workshop. Fonte: arquivo da autora.

Nos documentos dos contingentes do BRABAT não constavam tabelas como estas que preenchemos no seminário. Isso porque se tratavam de relatórios de resultados e não de planejamento. A situação do terreno aparecia na forma de descrições detalhadas que abordavam os aspectos geopolíticos do Haiti e os principais eventos que marcaram o período. Eram reportadas brigas de *ganges*, brigas entre opositores políticos, manifestações da população contra a MINUSTAH, catástrofes naturais como furacão e terremoto, enfim, tudo o que de alguma forma impactava a vida dos haitianos e que os próximos contingentes deveriam estar atentos para manter o *controle*. Neste sentido, as tabelas que acompanhavam os textos descreviam as operações já realizadas e apresentavam avaliações em termos de “dificuldades”, “soluções” e “sugestões” que seriam repassadas aos membros dos próximos contingentes.

No exercício de simulação, recebemos ainda um segundo cenário. Nele, constava um quadro de instruções com o seguinte objetivo: aprender a desenvolver um plano de ação para responder às ameaças à Proteção de Civis. O quadro advertia se tratar de uma situação ficcional, baseada nas ameaças observadas no Sudão do Sul (cenário 1). Em seguida, indicava que a tarefa era preencher a Tabela 2, identificando as ações da UNMISS (United Nations Mission in South Sudan) que poderiam garantir a Proteção de Civis de acordo com os três níveis (político, físico e ambiente de proteção),

deveriam ser levados em conta os responsáveis por cada ação, os atores externos, as limitações de recursos, e os desafios para sua implementação. Em seguida, o documento apresentava um texto sobre a tensão entre grupos rivais, utilizando nomes fictícios, e o resumo da situação em que se encontravam.

A tarefa consistia, então, em realizar um planejamento estratégico para lidar com um conflito iminente. Teríamos uma hora e meia para cumpri-la, mas deveríamos estar atentos aos fatores agravantes que seriam trazidos por um Oficial durante a atividade. Começamos tratando de um ataque iminente. Porém, meia hora depois, recebemos a “notícia” de que este ataque havia ocorrido em uma localidade específica do mapa, que nos foi informada pelo Oficial. A partir de então, o grupo passou a planejar o acesso pelas estradas disponíveis e a pesquisar se poderia contar com o apoio de organizações que estivessem no mesmo trajeto. Passada mais meia hora, recebemos a informação de que aquela era época de chuvas, o que prejudicava o acesso pelas estradas não pavimentadas da região, todas indicadas nos mapas que tínhamos em mãos, então teríamos que pensar no melhor veículo a ser utilizado neste caso.

O exercício tinha como propósito treinar os participantes nos procedimentos adotados pelo componente militar ao efetuar a intervenção no terreno. As ações a serem desenvolvidas em uma determinada localidade tinham por base os mapas que tornavam aquele espaço legível. Tais inscrições gráficas eram tomadas como representações fiéis da realidade, a partir das quais as tropas eram mobilizadas, estratégias eram elaboradas, decisões eram tomadas. Como vimos no capítulo 1, ao longo da missão a sequência de tomada de decisões partia das visitas a campo e das anotações sobre o *terreno* para produzir dados que alimentavam inscrições cartográficas. Já no caso das ações militares, as intervenções apresentam um movimento oposto – elas partem dos mapas para então planejar e levar a cabo as ações no terreno, com tanques, armas, e demais recursos necessários, de acordo com as necessidades apontadas naquela primeira sequência de dados produzidos a partir do terreno.

Ciente do conflito em andamento, fomos instruídos que deveríamos preencher a tabela que já tratava do plano de mitigação e da atribuição de

responsabilidades por cada ação. Eram quatro colunas divididas da seguinte forma: na primeira, deveriam ser elencadas as ameaças; na segunda deveriam ser listadas as primeiras ações – referentes a processos políticos; na terceira coluna eram colocadas as ações referentes à proteção física e na quarta, as ações de manutenção e prevenção de novos conflitos. Segue o exemplo para a primeira ameaça identificada, civis no fogo cruzado:

Tabela 2

Threat	Tier One (protection through political process)	Tier two (deterrence and physical protection)	Tier three (enabling protective environment)
Civilians caught in cross fire	Mitigating action: Mediation/Negotiation between both groups Support the peace processes Responsible actors: Local/National Gov. UN agencies NGOs/OCHA/Church	Mitigating action: Quick response of UN force based in the Capital; Establish a Buffer zone; DDR; Reinforce UN presence; Coordinate humanitarian Aid; Responsible actors: UN Pol/National Authorities Humanitarian agencies UN Battalions deployed in the capital	Mitigating action: Support peace agreement Monitor the Situation Coord. with humanitarian ag. and Nat Gov for further development and support actions for Koris and Tatsi alike Responsible actors: -UNMISS POC TF National/Local Gov Humanitarian actions NGO/ OCHA

Tabela 2: reprodução do trabalho realizado no workshop. Fonte: arquivo da autora.

Interessante notar que este exercício era construído em torno da proteção de civis, assim como a maior parte das ações no terreno. O termo “civil” deve receber especial atenção. Isso porque no limite, todos os que não são militares, são civis. Mas no contexto de uma intervenção, civis são as pessoas *desarmadas* que estão nas zonas de conflito. Qualquer *elemento* portando armas brancas ou de fogo é considerado uma ameaça e retratado como *bandido, rebelde, guerrilheiro*, etc. A conclusão de Fassin (2010) ajuda a jogar luz sobre estes processos. Segundo o autor,

“o esforço para alcançar a segurança humana é também um ato de produção. Ele produz “humanos” a serem protegidos por uma rede de práticas políticas e técnicas na qual atores podem ou não estar conectados com o estado” (tradução minha, 2010, p.114).

Cada informação inserida nas tabelas exigia um estudo atento do mapa e das possibilidades de ação *on the ground* (no terreno). Os textos distribuídos traziam as informações de quantos militares estavam naquela região e com quais equipamentos poderiam contar (carros, caminhões, armamentos e materiais de primeiros socorros). Também informavam sobre o elemento policial local e sobre o componente civil, por exemplo, ONGs e outras instituições de ajuda internacional que atuavam nas proximidades que deveriam ser acionadas, caso necessário.

Nas tabelas e descrições dos relatórios dos contingentes no Haiti, eram mencionados o planejamento e a realização de patrulhas em manifestações políticas, distribuição de alimentos, ou outras atividades que favoreceriam a aglomeração, para evitar conflito iminente entre as pessoas. Os oficiais faziam uso de situações reais pelas quais eles já passaram no terreno para explicar como eles se distribuíram, quais veículos utilizavam, e se foi necessário fazer uso da força. Em seguida, eles descreviam os resultados. Muitas vezes, os conflitos não ocorriam. Outras vezes, eles aconteciam, e então era descrito em termos de *magnitude* e *grau de força* que precisou ser aplicado, informando por exemplo, o número de munições utilizadas, se foi preciso dispersar a população com gás lacrimogêneo ou bombas de efeito moral, etc. Nestes casos, eles diziam que tinham de contar os feridos, os presos e, eventualmente, os mortos.

Os exercícios do workshop tinham como objetivo treinar os participantes para cumprir um conjunto de etapas e produzir um bom planejamento da intervenção, como: estudo cartográfico, estratégias de acesso, análise de riscos e definição de prioridades, ou seja, tudo o que fazia parte da tomada de decisões. É interessante aproximar essa noção da ideia de Latour ([1993] 2006) que trata da força do que ele chama de “cadeias operatórias” relacionando-as ao sucesso ou fracasso dos projetos. Segundo o autor, quanto mais forte for a cadeia, mais bem-sucedida será a experiência. Ao contrário, quando a cadeia sociotécnica é interrompida – por qualquer motivo – a experiência não alcançará êxito, ou seja, não terá capacidade de agência. Embora Latour

estivesse tratando de operações burocráticas, acredito que o conceito é igualmente produtivo para analisar os planejamentos dos militares, uma vez que é possível observar que eles buscam compor um forte sistema técnico ao planejar todas as suas atividades e produzir os efeitos desejáveis no terreno, o que configura o sucesso do planejamento.

Outra questão fundamental que emerge quando se trata dos sistemas técnicos é a materialidade e a agência dos objetos. Knappett (2008) indica que a agência pode se dar de forma não antropocêntrica, como um “processo situado em que a cultura material está enredada”. Para o autor, a cultura material não aparece como resultado da realidade social, mas sim como constituidora ou como mediadora dela. Nos relatórios dos contingentes brasileiros, a descrição de equipamentos utilizados, em estoque ou em falta, ocupava dezenas de páginas. Eles informavam os materiais disponíveis, desde armas e munições, até veículos, combustível, peças de reposição e ferramentas. A contagem desse material era importante pois corroborava com a narrativa que se desejava construir sobre a intervenção, qual seja, a de que os militares brasileiros faziam o uso *racional* da força, respeitando os acordos internacionais. Sendo assim, refletir sobre o estatuto da cultura material militar faz ver a técnica para além do caráter utilitário ou logístico, mas também ideológico que está em consonância com aquilo que se esperava da Missão.

O uso de munição nas ações levadas a cabo no terreno tem a ver com o uso proporcional da força estabelecido na Responsabilidade de Proteger. Em linhas gerais, o documento admite que as forças militares podem (e devem) sempre agir em legítima defesa e também defesa da ordem, “respondendo aos ataques de forma proporcional e/ou com um nível acima de força”. Em um dos episódios relatados nos documentos do BRABAT, a base brasileira foi atacada com pedras por manifestantes contra a MINUSTAH, ao que os militares responderam com balas de borracha e bombas de efeito moral para dispersar os envolvidos. De acordo com o documento, o uso destes materiais de força não letal respeitava o princípio da proporcionalidade e estava de acordo com as Regras de Engajamento da Missão.

Na descrição dos resultados de cada operação, os relatórios do BRABAT contabilizavam o número de *bandidos neutralizados* (mortos) ou presos, além de armas,

munições e drogas apreendidas. Aos civis que também foram mortos ou feridos por balas perdidas era atribuída a responsabilidade aos *bandidos*. A partir da análise dos ferimentos ou das cápsulas de balas encontradas nos locais, concluía-se que os disparos teriam saído de armas que não seriam do exército brasileiro.⁵⁶ A contagem das balas era fundamental para medir a força utilizada nas operações no terreno. Segundo o Coronel C. “quanto menos bala, melhor”. Isso demonstraria as qualidades dos militares enquanto mediadores de conflito com o uso mínimo da força, que era um dos princípios da missão.

Além de preencher as tabelas, cada grupo também produziu uma apresentação em *powerpoint* com as ações propostas e as justificativas de cada decisão tomada para a ação em campo. Em seguida, cada grupo apresentou suas estratégias – que eram muito parecidas – e estiveram sujeitas às críticas dos militares que coordenavam as simulações. Os coordenadores chamavam atenção para o impacto negativo ou positivo de cada decisão tomada, inclusive levando em conta a repercussão em meios de comunicação nacionais e internacionais ou entre os governos locais. Nenhuma ação era considerada errada, apenas mais ou menos adequada conforme o contexto da simulação proposto e tendo como referência as situações reais, com quais eles já tinham experiências, que frequentemente eram trazidas como exemplos.

O Major M. chamou atenção que as atividades desenvolvidas no terreno estavam sempre sob julgamento da opinião pública, seja ela local ou internacional. Enquanto este fator foi apenas mencionado rapidamente no workshop, nos relatórios do BRABAT e do BRAENGCOY, ele se mostrava uma preocupação recorrente ao longo da missão. Os meios de comunicação eram fundamentais para informar a população e também para medir o grau de satisfação com a intervenção no terreno. Os militares produziam panfletos e utilizavam estações de rádio para informar suas ações, além de concederem entrevistas para redes locais e internacionais sobre assuntos em pauta naquele momento. Nos primeiros relatórios, os militares apontavam também para atos de resistência da população à sua presença. São relatados ataques às bases da MINUSTAH e manifestações contra a presença estrangeira no país. Segundo os

⁵⁶ Esta narrativa é fortemente contestada pela população haitiana, como já foi mostrado no capítulo 2.

documentos, os atos eram em geral pacíficos, mas exigiam certo cuidado uma vez que alguns manifestantes poderiam estar armados.

Nos relatórios dos contingentes, os militares informam que desenvolveram Operações Psicológicas com o intuito de “ganhar mentes e corações”. Assim, os militares dedicavam parte de seu tempo em atividades de avaliação (através de pesquisas de opinião); propaganda (com a distribuição de panfletos sobre os soldados brasileiros); e sensibilização da população, através das Ações Cívico-Sociais (ACISO). Leirner (2020b) destaca as Operações Psicológicas (Opsis) como parte importante da doutrina militar, especialmente no âmbito das guerras de quarta geração ou híbridas.

As ACISO consistiam em atendimentos médicos e odontológicos em locais públicos, entrega de cestas básicas, entrega de presentes infantis em datas comemorativas como Páscoa e Natal, além de conversas diretas com líderes sociais. As ações de *sensibilização* tinham como objetivo melhorar a imagem do exército estrangeiro no Haiti e conseguir o apoio da população para *otimizar* seus trabalhos. Segundo os relatórios seguintes, as ACISO tiveram efeito positivo e muitos haitianos passaram a atuar como *colaboradores*, atuando voluntariamente, inclusive ajudando a identificar e encontrar criminosos. Segundo o General Paul Cruz “O estabelecimento dos pontos fortes, o estabelecimento imediato de Acisos naquelas áreas; o projetar poder sobre uma área, não com o significado de esmagar aquela área, mas de trazer para si” (Castro e Marques, 2020, p. 160).

Os militares também elaboraram o Projeto de Rápido Impacto (QIP) chamado “Alimento por Trabalho”, definido pelo relatório do contingente brasileiro como um “projeto vanguardista, idealizado pelo Batalhão e viabilizado pela parceria saudável e frutífera com a embaixada brasileira no Haiti, teve como finalidade, além de gerar empregos diretos, ensinar a população haitiana a valorizar o trabalho como meio de sustento pessoal e familiar”.

É pertinente fazer uma breve pausa para explicar com mais detalhes o Programa Alimento por Trabalho (Food for Work, FFW) porque este aparece como um tema controverso, uma vez que as prerrogativas internacionais para o combate ao trabalho escravo vetam qualquer tipo de pagamento por serviços na forma de troca de

trabalho por alimentos (Convenção de Genebra nº29, Convenção nº 105). O Food for Work foi criado na década de 70 no âmbito do World Food Programme, e desde então é implementado em vários países como Indonésia, Bangladesh, Etiópia, Índia, Haiti, dentre outros. O Programa tem como objetivo oferecer *ajuda humanitária* em casos de insuficiência alimentar causada por grandes períodos de seca, por enchentes, por outras catástrofes naturais ou pela pobreza extrema do país.

Em vez de distribuir ajuda alimentar gratuita a quem dela necessita, o conceito de alimentos por trabalho prevê que as pessoas capazes trabalhem por um salário alimentar. Os programas giram tipicamente em torno de obras públicas tais como construção de estradas ou reflorestamento, ou atividades geradoras de rendimentos como a criação de um mercado. Desta forma, os projetos esperam resolver déficits no fornecimento de alimentos e, ao mesmo tempo, melhorar as infraestruturas locais ou criar um modo de vida autossustentável, o que reforçará a capacidade da comunidade para lidar com secas ou outros impactos no futuro. (Fonte: Food-for-work in Ethiopia: challenging the scope of project evaluations. IDS Working Paper 81. Liz Humphrey. Tradução minha)⁵⁷

No Haiti, o projeto consistia então em pagar pela mão de obra local em serviços diversos, como construções de prédios ou limpeza das ruas, com kits de alimentos entregues ao final da jornada de trabalho diária. As tabelas que acompanhavam os relatórios mostravam o número de dias trabalhados, o número de trabalhadores, e a quantidade de alimentos entregue a cada um deles. Ainda de acordo com o relatório, o projeto serviu para “equilibrar o excelente trabalho operacional, com a mão amiga que tanto caracteriza o povo e as Forças Armadas brasileiras”.

Os exercícios realizados durante o workshop, bem como as atividades descritas nos relatórios, evidenciam que a técnica de pacificação se dá através do uso de documentos, equipamentos bélicos, estratégias psicológicas e, claro, recursos humanos capacitados para *impor* um certo tipo de ordem naquele terreno. Apreender as sequências operacionais de cada atividade (estratégias de acesso, análise de riscos, definição de prioridades) era fundamental para a tomada de decisões. A repetição constante de siglas, referências e normas e o planejamento cartesiano faz parte do treinamento militar que neste caso não estão voltados apenas para a *neutralização* do

⁵⁷ Fonte: <https://www.ids.ac.uk/download.php?file=files/Wp81.pdf>. Acesso em 11 de fevereiro de 2022.

conflito, mas também para a proteção de civis, em torno da qual se conforma um tipo específico de governança, como tenho argumentado até aqui.

Tanto nos exercícios quanto nos relatórios do Exército Brasileiro, a presença dos habitantes locais aparece de duas formas: ou eles eram *bandidos*, portanto, alvos a serem atacados, ou eram *civis*, ou seja, vítimas em potencial que deveriam ser protegidas. Neste sentido, o uso de operações psicológicas dentro da doutrina do Human Terrain System (HTS) era fundamental para exercer seu poder sobre uma determinada população. Contudo, se Leirner (2020b) mostra que se tratava de utilizar estas técnicas junto com o OODA (observe, orient, decide, act) para *escalar* o conflito, nas operações de paz elas eram utilizadas sobretudo para *neutralizar* os conflitos também através da realização de operações psicológicas, com o intuito de aumentar seu controle sobre o terreno e sobre a população. Além disso, *neutralizar* conflitos também significava evitá-los, o que denotaria o sucesso da missão de *estabilização*, que é entendida como a ausência de conflitos armados no terreno, de modo a garantir as condições para o desenvolvimento das capacidades de governança do país.

Através dos relatórios periódicos dos contingentes brasileiros no Haiti e também de suas apresentações nas palestras que acompanhei, pude observar as atividades do Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) desenvolvidas em terreno haitiano. As principais se referiam ao contato (ou aproximação) com a população utilizando vídeos, cartazes, faixas, banners, panfletos, adesivos e brindes diversos “com o objetivo de estimular a população a colaborar e não interferir nas ações das tropas da MINUSTAH e denunciar a ação de bandidos que ameacem a segurança e a estabilidade da área de responsabilidade (area of responsibility, AOR)”. A presença de intérpretes e de lideranças haitianas e reuniões ou eventos organizados pelos militares também aparecia como fundamental para estabelecer um *contato positivo* com a população. Além disso, atividades com crianças também eram desenvolvidas – como brincadeiras, jogos, oficinas de pinturas de desenhos que posteriormente as crianças levavam para casa “com o intuito de *atingir*, secundariamente, os pais”.

Alguns contingentes relataram o uso de pesquisas de opinião junto à população haitiana, “a fim de realizar o mapeamento humano da AOR do Btl (área de

responsabilidade do batalhão)”. No entanto, um dos contingentes apontou que realizou o monitoramento do nível do apoio popular à tropa por diversos meios, “exceto pesquisa sistemática, a qual seria contaminada por estar sendo realizada por um integrante da própria força avaliada”. Ainda de acordo com o relatório, houve uma tentativa da ONG Viva Rio de conduzir a pesquisa empregando exclusivamente cidadãos haitianos como pesquisadores, contudo “não encontrou voluntários dispostos a atuar nas áreas por nós solicitadas”. Segundo a perspectiva militar, isso se devia ao grau de relacionamento das lideranças comunitárias com as gangues existentes em sua área de influência. Sendo assim, o documento era categórico no seu diagnóstico e resolução: “Nenhuma liderança local sobrevive sem esse tipo de simbiose com o crime. Sendo assim, faz-se importante a presença de oficiais do DOP acompanhando as reuniões e adequando a escolha e promoção do líder mais conveniente aos interesses da tropa atuante”.

Apesar destas dificuldades em acessar as opiniões dos haitianos de maneira adequada, os relatórios apontavam grande satisfação da população com a missão e, como era destacado, especialmente com a atuação dos soldados brasileiros. As estratégias para “conquistar mentes e corações”, segundo eles, objetivavam a paz duradoura, que pode ser definida como a manutenção de um terreno sem conflitos para que os outros objetivos do mandato da missão – quais sejam, aqueles relacionados com o desenvolvimento das capacidades institucionais e de governança – pudessem ser atingidos.

Sendo a opinião pública um dos principais indicadores do sucesso da missão, eles também mapeavam e monitoravam opiniões contrárias. No relatório de um dos contingentes eram apontados:

- 1) alguns elm [elementos] universitários (classe alta, com viés ideológico e que tentam passar a imagem de que as tropas da MINUSTAH são uma força de ocupação e não força de apoio à reconstrução/reestruturação);
- 2) alguns políticos e apadrinhados com interesses políticos específicos;
- 3) ex-integrantes do exército e aspirantes a compor o exército, que pensam que a MINUSTAH está lhes tirando a oportunidade de trabalho.

Trago esses excertos para evidenciar que os militares consideravam as operações psicológicas tão importantes quanto as bélicas, por vezes até mesmo mais

relevantes, uma vez que estas últimas estavam mais sujeitas à avaliação da população por serem mais “visíveis” e, conforme eles fazem questão de mostrar, a opinião pública era fundamental para medir o sucesso de suas intervenções. Interessante notar que a *neutralização* – de bandidos e de conflitos – dependia de classificações duais do *terreno* humano, tanto no momento de planejamento quanto no momento de avaliação. As categorias *civis* versus *bandidos* definiam as posições de proteção versus as de ataque, respectivamente. Os efeitos de se pensar dessa maneira dual em cada etapa das atividades corroboram uma narrativa que embasa e justifica o movimento seguinte.

Observa-se então um ciclo de ações no terreno haitiano que, como mostrei no capítulo 1, depende de uma avaliação do *terreno*, do planejamento, execução e monitoramento das atividades, e então de outra avaliação do *terreno* que vai pautar o planejamento de outras atividades e assim sucessivamente. No caso dos militares, que tinham como objetivo a neutralização dos conflitos de gangues e a estabilização das áreas ocupadas por esses grupos armados, se tratava então de prender ou *neutralizar* os *bandidos* e, em seguida, estabelecer o domínio das áreas através da presença maciça dos soldados em patrulhas ou em *pontos fortes*. Para manter este domínio, era fundamental, para eles, conquistar o apoio da população através das estratégias descritas anteriormente. Isso porque o aumento da sensação de segurança local evidenciaria o sucesso da intervenção da Missão e, no limite, este era o resultado reportado à ONU e que entraria nos indicadores de *sucesso* dos relatórios.

Assim, para militares, burocratas e acadêmicos das áreas de Ciência Política, Segurança ou Relações Internacionais, o planejamento envolve a transformação de ideias em atividades no terreno, e isso depende dos recursos humanos, financeiros e logísticos, à disposição num determinado período de tempo e espaço e também de classificações duais sobre aquela população. É possível observar um trânsito de ideias e conceitos entre as áreas que usam os mesmos termos e, inclusive, chegam às mesmas conclusões e diagnósticos. Portanto, em uma operação deste tipo, a ênfase nos instrumentos de *controle* – do terreno e das populações – é adotada por acadêmicos e burocratas como a principal estratégia para a *consolidação* da paz.

Müller e Steinke (2018) usam de maneiras diferentes os termos peace keeping (manutenção da paz) ou a peace enforcement (imposição da paz) e pacification (pacificação). Os autores argumentam que “a imposição da paz (entendida como um conjunto de práticas, atores e normas de segurança) é uma forma de gestão da segurança que pode ser analisada como pacificação” (2018, p. 230). Nesse sentido, eles elaboram uma análise crítica da pacificação no sentido de mostrar que ela não tem como fim a garantia da soberania territorial centrada no Estado. Antes, ela configura um “espaço político no qual diversos agentes interagem na representação de interesses convergentes ou conflitantes”. O argumento de Müller e Steinke caminha no sentido de mostrar como a pacificação tende a normalizar várias formas violência que emergem dessa interação. Trago estes autores, então, de modo a questionar a ideia de que a multiplicação de instrumentos de controle funciona como uma boa estratégia para a consolidação da paz.

A restauração da democracia haitiana, com a promoção de eleições livres e diretas, era uma das prioridades do mandato da missão. Ao componente militar cabia a responsabilidade de garantir um ambiente pacífico e sem conflitos entre grupos rivais para que o pleito eleitoral pudesse acontecer sem perturbações. Para garantir o andamento pacífico das eleições, as tropas do componente militar estiveram nas ruas com tanques e os soldados fizeram o monitoramento das manifestações a favor e contra os candidatos que concorriam à presidência. Além disso, os oficiais garantiram a segurança dos locais de votação e, em seguida, o transporte das urnas e das cédulas.

General Ajax, que atuou como *Force Commander* entre os anos de 2015 e 2017, discorreu sobre feito na entrevista concedida em abril de 2022 e argumentou que os militares brasileiros “participaram ativamente da reconstrução da democracia haitiana”. O mesmo fato foi apresentado no Simpósio “Brasil no Haiti: um caso de sucesso”, em que o Coronel R. exibiu em sua palestra fotos do dia da eleição, com haitianos nas filas de votação, com documentos em mãos, sorrindo ao lado dos soldados.

Contudo, é importante pontuar que, após ser adiada diversas vezes por “questões de segurança”, a eleição de 2016 contou com baixíssima participação da

população. Dos 11 milhões de habitantes, aproximadamente 5 milhões estavam registrados para votar, e destes apenas 1,2 milhão compareceram às urnas, ou seja, 21% do total de votantes⁵⁸. Deste total, o candidato vencedor, Jovenel Moïse, obteve aproximadamente 590 mil votos, e se elegeu, portanto, com 55% dos votos válidos. Segundo o relatório do Institute for Justice & Democracy in Haiti (IJDH), tamanha taxa de abstenção seria indicativa de uma crise de representatividade no país. No entanto, como a lei eleitoral haitiana não previa um quórum necessário para que a eleição fosse considerada válida, o pleito foi legitimado por todos os órgãos nacionais e internacionais.

Ao longo deste capítulo, tenho abordado as atividades do componente militar evidenciando como elas podem ser entendidas como atividades de controle do terreno para a instalação de um sistema político – a democracia – e de suas instituições, baseadas nos princípios do respeito aos direitos humanos e que favoreça o desenvolvimento econômico. Leirner (2020b) argumenta que a guerra não é continuidade da política, uma vez que elas não apresentam a mesma temporalidade. No caso das operações da ONU, no entanto, é possível observar uma relação de continuidade entre a paz e a política, que operam na mesma temporalidade. A intervenção é tão mais bem-sucedida quanto mais ela cria elementos políticos funcionais e visíveis à comunidade internacional.

Neste sentido, a exibição das fotos de um dia de votação no Haiti aparece como a materialização dos objetivos previstos no mandato da missão. A partir da perspectiva da cooperação internacional, a promoção das eleições, juntamente com as imagens de um povo supostamente feliz por aquele momento, evidenciava mais um êxito da MINUSTAH. Além disso, as imagens também são utilizadas para reforçar um aparente apreço dos militares pelas instituições democráticas, o que é fundamental para as narrativas que justificam e legitimam suas ações posteriores no Brasil, especialmente na área política.

⁵⁸ Fonte: Haiti's Unrepresentative Democracy: Exclusion and Discouragement in the November 20, 2016 Elections, IJDH, February 2017. Disponível em: <http://www.ijdh.org/wp-content/uploads/2017/02/Haitis-Unrepresentative-Democracy.pdf>. Consultado em: 14 de abril de 2021.

As imagens de sucesso produzidas pela missão – sejam elas em forma de tabelas, relatórios, mapas ou mesmo fotos – evidenciam uma relação com o terreno que é feita numa cadeia de inscrições, no cruzamento de dados, e também na referência de documentos que dialogam entre si e fazem ver um país estabilizado. Neste processo, a missão constrói sua própria imagem ao jogar luz sobre os elementos institucionais e sobre os principais eventos que denotariam o cumprimento do Mandato, como a realização de eleições ainda que com o menor quórum de participação popular de toda a história. Os dados, neste caso, quantitativos, são obliterados em nome da narrativa que se pretende contar, a de que a missão foi bem-sucedida em reconstruir a democracia haitiana.



Figura 11: reprodução da imagem da palestra final do I Encontro Anual da REBRAPAZ.

O efeito de uma paz negociada por uma operação da ONU deve ser criar as condições para reconstruir as capacidades institucionais através da estabilização do Haiti. A estabilização do terreno é garantida pela presença do componente militar, ao

qual também cabiam atividades de governança. A ênfase nos resultados positivos da operação garante a credibilidade dos acordos internacionais e também dos agentes que dela fizeram parte. Neste sentido, a *confiança* na missão é um lema que ajuda a criar as narrativas de sucesso que legitimaram a continuidade da atuação dos militares brasileiros para além do Haiti. Os reflexos que isso causou na política nacional do Brasil serão analisados no próximo capítulo.

Capítulo 6. Efeitos no Brasil

Internacionalmente, o trabalho dos soldados brasileiros recebeu até mesmo um nome: *Brazilian Way of Peacekeeping* – o jeito (ou jeitinho) brasileiro de fazer a paz, como eles diziam nos eventos. A abordagem supostamente mais humanizada do Exército Brasileiro é tomada como um diferencial positivo nas atividades realizadas no Haiti. Em todos os eventos que participei a narrativa deste suposto diferencial brasileiro era acionada e os militares explicavam que este tipo de abordagem era baseado no conceito de *aproximação* da sociedade civil. Eles faziam isso patrulhando as áreas de responsabilidade a pé (ao invés de sair em tanques), aprendendo o básico de crioulo, ou sempre contando com a presença de intérpretes para conversar com a população e entender suas demandas; evitando o uso de óculos escuros e fazendo contato olho no olho, tudo isso a fim de ganhar a confiança dos habitantes daquela área. É importante ressaltar, porém, que a população haitiana tem denunciado e pedido reparação pelos vários abusos de poder e violência excessiva aplicada pelas tropas da ONU, especialmente as brasileiras.

A natureza multidimensional da missão também exigia a cooperação entre os componentes militar, civil e policial no terreno. Para tanto, era fundamental ter uma boa relação com tropas de outros países, com agentes do componente civil, com organizações não-governamentais e com outras instituições que realizavam trabalho humanitário no Haiti. Entretanto, nas entrevistas com Castro e Marques (2020), os Force Commanders também fizeram várias ressalvas sobre o desempenho das organizações humanitárias. O General Santos Cruz cita os Médicos sem Fronteiras, a Cruz Vermelha e os Parceiros da Saúde como "as ONGs mais sérias e prestigiadas" (a despeito das diferenças de metodologias de trabalho que eles sustentam). O General Floriano Peixoto reclamou porque no momento do terremoto o número de ONGs se multiplicou, mas "o relacionamento com as ONGs poderia ter sido melhor se elas tivessem a lucidez de nos

procurar e ver de que forma poderiam ser úteis e nos ajudar" (Castro e Marques, 2020, p. 128).

Neste sentido, o *desdobramento* militar no terreno é mais do que a mobilização de tropas, é também sobre encontros e disputas com outros tipos de abordagens. As críticas dos militares aos outros agentes foram baseadas tanto em sua avaliação do trabalho das ONGs quanto nos conflitos entre a metodologia dos militares e a metodologia dos agentes humanitários. Os oficiais do Exército Brasileiro entenderam que eles eram os únicos com a melhor expertise para desenvolver a logística mais adequada para todos os tipos de intervenções. O General Santos Cruz disse "eles [os agentes humanitários] podem estar no meio de um fogo cruzado e não são pessoas preparadas para isso" (Castro e Marques, 2020, p. 94). Isso tem a ver com o que Leirner (2020b, p. 70) chamou de "projeto de domesticação da sociedade", que é a tentativa dos militares de projetar sua própria organização no terreno. Esta já era uma doutrina estabelecida que agora aparece com mais força tanto na esfera internacional quanto doméstica. Esse *modus operandi* ganha mais legitimidade quando a "domesticação do terreno" é exatamente o que se espera de uma intervenção para garantir a paz.

Pretendo aqui mostrar como os militares brasileiros incorporaram em suas práticas a lógica de coordenação e diplomacia exigida na operação e tomaram posse de uma estrutura ideológica e doutrinária na qual é seu papel garantir a estabilidade também no Brasil. Esta análise destaca as consequências da participação das forças armadas no Haiti para a política nacional brasileira, que na hipótese de Piero Leirner "abriu a janela para algo maior: a 'mobilização' para a guerra híbrida" (2020b, p. 231). Neste tipo de guerra, as batalhas acontecem principalmente no campo do conhecimento, e todas as fronteiras entre civil e militar, guerra e paz, diplomacia e conflito, são difusas.

Do ponto de vista militar, há muitos fatores que causam preocupações de segurança. As áreas marginalizadas, o tráfico de drogas e a presença de grupos armados são considerados os principais problemas que causam instabilidade tanto no Haiti quanto no Brasil. As narrativas da crise de segurança legitimaram a intervenção federal nas favelas do Rio de Janeiro, utilizando as mesmas táticas que aprenderam durante a

MINUSTAH, incluindo o uso da noção *by all necessary means*, ou seja, por todos os meios necessários, o que significava que não havia restrições para o uso da força (mesmo letal).

José Genoíno⁵⁹, em entrevista concedida em novembro de 2021, conta que à época em que exerceu a função de assessor do Ministro da Defesa esteve no Haiti por duas vezes, visitando as instalações da MINUSTAH e fazendo as patrulhas junto aos contingentes brasileiros que, segundo ele, sempre o receberam muito bem. Durante as visitas, Genoíno relata que havia um clima amigável, até de descontração entre os militares. Ele perguntava então onde estava o conflito, a situação de extrema violência, e os soldados admitiam que não havia mais aquele cenário. Ele diz: “fiquei lá andando com as tropas, aquelas patrulhas com roupa camuflada, armas sofisticadas, os melhores fuzis, as melhores metralhadoras, mas cadê o conflito? Não tinha! O Haiti não tinha poder bélico nenhum, era uma coisa desproporcional”. Assim, segundo ele, até mesmo os soldados tinham conhecimento que o problema era de natureza estrutural, era uma questão de política pública e não apenas de segurança. Por isso houve uma tentativa de mobilização para a instalação de uma fábrica de asfalto, uma base do SAMU, e uma hidrelétrica de pequeno-médio porte no território haitiano. No entanto, os militares relatavam a Genoíno que a ONU nunca se mostrou aberta a estas ideias. O batalhão de engenharia (BRAENGCOY) chegou a instalar a fábrica de asfalto e a realizar benfeitorias no entorno da base militar em Porto Príncipe. Esta ação, inclusive, está nos relatórios do Contingente de Engenharia quando descrevem as atividades daquele semestre.

As visitas ao país permitiram a Genoíno observar que ali já estava se montando “uma grande expertise militar de um novo tipo de enfrentamento urbano que era mais sofisticado do que os termos da antiga GLO”, uma vez que no Haiti não havia guerra civil, as funções dos militares se relacionavam mais à estabilização do terreno através do desarmamento das chamadas *ganges*.

A Lei Complementar 97, de 1999, regulava o uso das Forças Armadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, sob o poder que lhes é atribuído no artigo 142 da Constituição Brasileira. Os primeiros movimentos neste sentido foram a

⁵⁹ José Genoíno foi Deputado Federal pelo PT/SP e assessor especial do Ministro da Defesa na gestão de Nelson Jobim e de Celso Amorim.

ocupação do Complexo do Alemão, em 2010, e posteriormente do Complexo da Maré, em 2014. Em julho de 2017, a intervenção militar foi autorizada em todo o Estado do Rio de Janeiro. De acordo com Neiburg (2020):

Houve dezenas de tais operações nas últimas décadas para proteger altos funcionários e grandes eventos internacionais, assim como para responder a crises em estados brasileiros causadas por greves policiais. No entanto, as intervenções no Rio de Janeiro tiveram um tom especial: além do envio de milhares de tropas, elas foram explicitamente legitimadas pela experiência supostamente adquirida pelas forças armadas brasileiras no Haiti.

Em 2013, o Ministério da Defesa sofisticou a concepção da segurança urbana e moldou o novo protocolo para a implantação das forças militares nas esferas domésticas, a chamada Garantia de Lei e Ordem (GLO). O documento não evocava a caracterização de um "inimigo", como no caso de uma guerra regular, ao invés disso, ele traz o termo "forças oponentes", o que provocou muitos debates devido à vasta gama de elementos que poderiam ser englobados nesta definição, como:

- a) movimentos ou organizações;
 - b) organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados etc;
 - c) pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações, provocando ou instigando ações radicais e violentas; e
 - d) indivíduos ou grupo que se utilizam de métodos violentos para a imposição da vontade própria em função da ausência das forças de segurança pública policial
- (Ministério da Defesa, Garantia de Lei e Ordem, 2013, p. 28 e 29)

Tais definições geraram debates importantes no campo progressista que exigia uma revisão a fim de não abrir brecha para a criminalização de movimentos sociais. No Manual de 2014, o termo “forças oponentes” já não aparece mais, sendo substituído por Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOPOP) definidos como:

Pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

(Ministério da Defesa, Garantia de Lei e Ordem, 2014, p.15)

Graham (2017) chamou de “auto colonização” o processo de transpor experiências de intervenções internacionais dentro dos próprios países, especialmente

nos grandes centros urbanos. Isso acontece porque a percepção de ameaças de “insurgência urbana” justifica o controle através da presença militar nas cidades. O autor mostra que tal conceito se amplifica nas narrativas da securitização e pode abarcar desde ações de grupos armados até manifestações populares de reivindicações políticas, ou seja, todos os cidadãos passam a ser tratados como ameaças, como é o caso da definição de “forças oponentes” nas operações de GLO. Além disso, Graham argumenta que os próprios espaços urbanos são mais que os lugares da intervenção, eles são tomados também como partes da ameaça.

É interessante fazer uma pausa para analisar esse ponto com mais atenção. Tanto no Haiti quanto no Rio de Janeiro, os espaços dos morros e das comunidades são vistos como *ameaças*. Isso porque se trata de ambientes aparentemente desordenados do ponto de vista do Estado, que só enxerga estabilidade onde existe uma ordem reconhecida institucional e burocraticamente. Considerados espaços *instáveis* e, conseqüentemente, potenciais ameaças para ordem política vigente, eles são *palco* de intervenções legitimadas justamente por essas definições.

Os efeitos destas intervenções para quem mora nas favelas de Porto Príncipe ou do Rio de Janeiro são desastrosos, e não por coincidência são relatados nos mesmos termos nas duas cidades. Apesar dos manuais da ONU e mesmo das GLO prezarem pela proteção de civis, são inúmeras denúncias de abusos de força e já são incontáveis os números de vítimas de balas perdidas. Organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, ONGs, associações da sociedade civil denunciam que os responsáveis por estas mortes são os militares. No documentário *Right Now I Want to Scream* (Agora eu quero gritar), os produtores trazem narrativas de moradores do Complexo do Alemão, Manguinhos, Complexo de Maré e Salgueiro que sofreram com as intervenções em novembro e dezembro de 2019. O mesmo documentário traz as falas de moradores de Cité Soleil que sofreram com a intervenção da MINUSTAH nos anos 2005 e 2006, quando as tropas estavam sob o controle do General Heleno. Ambas as narrativas são muito parecidas o que evidencia um padrão *modus operandi* das ações das forças armadas. Os moradores do Haiti, por exemplo, contam que parentes foram feridos ou mortos por balas de soldados da ONU, e que eles sabiam a origem dessas munições porque aquelas

não eram do mesmo tipo que havia no país. No Rio de Janeiro, mães de crianças vítimas de balas perdidas contam que elas partiam do Exército, de soldados muitas vezes encapuzados e sem identificação nos uniformes.

O documentário traz um trecho de uma entrevista do General Heleno que considero pertinente reproduzir aqui com o objetivo de jogar luz sobre a transposição não só da expertise militar, mas também do aparato jurídico ao qual suas decisões e ações estariam submetidas.

A nossa regra de engajamento no Haiti era uma regra de engajamento altamente flexível que dava ao comandante da cena o poder de ferir e chegar ao ferimento letal daquele sujeito que tivesse ato ou intenção hostil. Ou seja, um sujeito armado de fuzil assaltando, roubando carga, ele passa a ser um alvo e a partir daí eu posso eliminá-lo. [...] E quem fizer esta ação está isento de responsabilidade jurídica. Essa é a segurança jurídica que nós temos brigado muito. Melhorou com a história de ser julgado na justiça militar. (General Heleno, entrevista para Globo News, 17/02/2018)

As regras de engajamento se referem ao conjunto jurídico que versava sobre a autonomia do componente militar no terreno haitiano. De modo geral, elas versavam sobre os direitos e obrigações, e sobre os limites do uso da força, como já apontado no capítulo anterior. Importante reforçar, no entanto, que estes documentos da ONU garantem que os militares fiquem isentos de responder às leis do país que os recebe, já que este se encontra em estado de exceção e, portanto, não se configura como um estado de direito, tal qual definido nas narrativas da intervenção. Os soldados eram igualmente isentos de responder pelas mortes causadas uma vez que as operações eram baseadas nas supostas necessidades do terreno, com o fim último da sua estabilização *by all necessary means*.

General Ajax, na entrevista que realizei em abril de 2022, também disse que no âmbito das operações de paz, a autonomia dos militares é mais garantida. O que se observa, então, é que há um alargamento da tolerância jurídica em nome do objetivo do Mandato, qual seja, a estabilização de um país. Já nas GLO, de acordo com o general Ajax, os militares estavam mais submetidos à avaliação popular e política, devido aos deputados e ministros que junto com os movimentos sociais ajudam a cobrar o cumprimento de direitos humanos nas intervenções que aconteciam nos morros do Rio

de Janeiro. Nesse sentido, *by all necessary means* não é uma expressão que se aplicaria nas GLO e isso limitava o uso da força nas operações em território nacional.

Em entrevista para Müller e Steinke (2018), um soldado brasileiro declarou: "o conhecimento que é gerado no Haiti se transforma em doutrina militar". Além da GLO, os militares também revisaram e consolidaram o Manual de Campanha EB20-MC-10.217 publicado em 2015. Este documento estabelecia as três fases para o uso da força em contextos domésticos. A primeira (intervenção) tinha como foco principalmente as ações coercitivas, ou seja, aquela de imposição da paz no terreno, através da neutralização de conflitos e de bandidos. A segunda fase (estabilização) referia-se à estabilização quando há um equilíbrio entre ações coercitivas e construtivas. A terceira fase (normalização) visava o desenvolvimento de um ambiente que permita a retomada do controle estatal sobre a área (EB20-MC-10.217 – p. 2-10). Não por acaso, estas três fases também podem ser identificadas no desenvolvimento das operações da ONU – imposição, manutenção e construção da paz. O documento inteiro, inclusive, traz definições, gráficos e metodologias que muito se assemelham com aquelas encontradas nos manuais internacionais. Este ponto merece atenção, uma vez que se trata justamente dos parâmetros que eles importaram da cooperação internacional para aumentar seu poder institucional dentro do Brasil.

Vou tomar como exemplo os objetivos do mandato da MINUSTAH e relacionar com os objetivos do uso do componente militar em operações de pacificação descritas no Manual de Campanha de 2015. Em linhas gerais, como venho abordando, a missão da ONU no Haiti visava a estabilização do terreno para que o processo constitucional e político pudesse se desenvolver. Nesse sentido, era necessário garantir o apoio a um Governo de Transição, com a restauração e manutenção do Estado de direito, da segurança pública e da ordem pública. Era necessário também garantir a operacionalidade da Polícia Nacional Haitiana, através de sua reestruturação e reforma, e proceder com os programas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) de grupos armados. A missão também previa, como já foi apontado, restaurar a democracia haitiana através da promoção de eleições livres e diretas. Tudo isso seria feito com a assistência (*assist*) e o apoio (*support*) do componente militar no sentido de

garantir a segurança das pessoas, das instalações e a estabilidade do terreno, de modo que as capacidades institucionais ficariam a cargo do componente civil junto ao governo do Haiti.

Embora reconheçam que “nas Op Pac não existe solução exclusivamente militar” (4.1.3. EB20-MC-10.217), a metodologia apresentada no Manual de Campanha, para alcançar o objetivo – ou, nas palavras deles, o Estado Final Desejado (EFD) – aponta para a presença constante do componente militar, em maior ou menor grau, como mostra a figura abaixo:

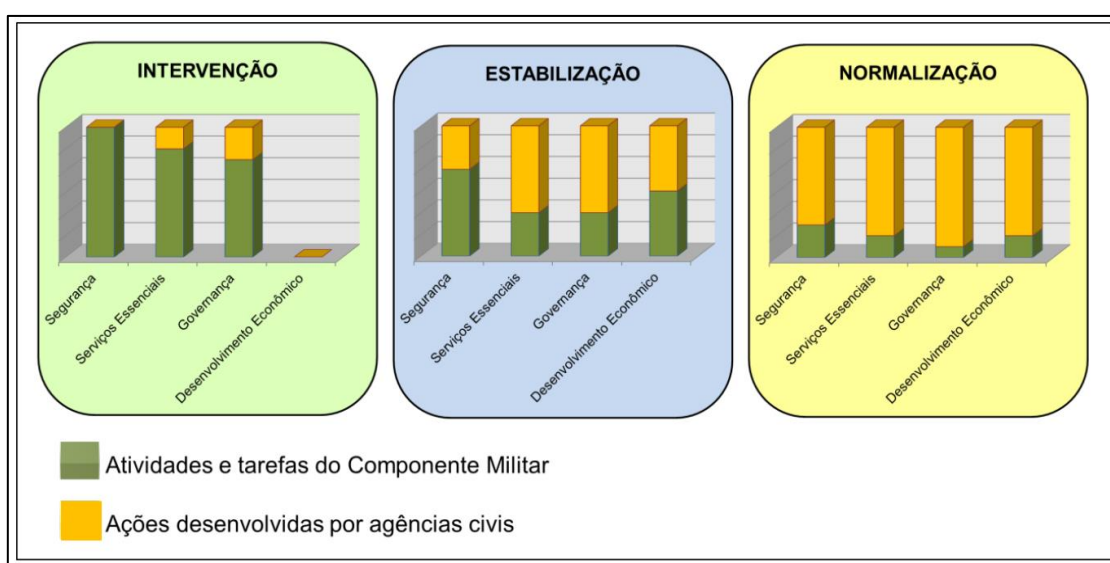


Figura 12: Natureza e responsabilidades nas atividades, tarefas e ações nas fases da Op Pac. (EB 20-MC-1.217)

Os gráficos (não por acaso nas cores da bandeira nacional) evidenciam que mesmo após a fase de intervenção – quando a força bélica é teoricamente mais necessária e por isso mais presente – o componente militar continua fazendo parte dos quadros das capacidades institucionais imprescindíveis para garantir um ambiente seguro e estável. Apesar do Manual também apontar que a interferência militar deveria ocorrer apenas até que fosse possível a retomada das funções do Estado (seja em âmbito nacional ou internacional), observa-se ainda sua presença na fase de normalização, inclusive em atividades de governança e de desenvolvimento econômico, embora não fique claro qual seria o seu papel nestas áreas.

Em 2017, o Manual de Campanha para Operações de Pacificação foi revogado e um novo manual chamado apenas de Operações foi lançado. Assim como o anterior, ele apresenta os aspectos doutrinários para o emprego de forças terrestres (F Ter):

A F Ter deve estar em permanente estado de prontidão para atendimento das demandas da defesa nacional, a fim de contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. (Fonte: EB70-MC10.223, p. 1-1, 2017)

Este Manual abrange todas as operações em que o Exército pode ser requerido, como operações *ofensivas, defensivas, e de cooperação e coordenação com agências*, que são as mais comuns em situação de não-guerra, seja em território nacional ou internacional. São elas: a) garantia dos poderes constitucionais; b) garantia da lei e da ordem; c) atribuições subsidiárias; d) prevenção e combate ao terrorismo; e) sob a égide de organismos internacionais; f) em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e g) outras operações em situação de não guerra (EB70-MC10.223, p. 3-15, 2017).

Durante a administração Michel Temer, as intervenções militares na esfera doméstica se multiplicaram, em 18 meses foram 11 operações de garantia da lei e da ordem (GLO), como apontou o próprio Ministro da Defesa Raul Jungmann⁶⁰. O golpe que depôs a presidente eleita Dilma Rousseff em 2016 teve a participação e o endosso de um grupo de militares que se colocaram como o poder mediador para garantir a democracia no Brasil e, desde então, conseguiram ocupar mais e mais espaços de poder. Durante as eleições de 2018, eles apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro, tendo como vice, inclusive, o general da reserva Hamilton Mourão. Seu principal adversário, o ex-presidente e então candidato, Luiz Inácio Lula da Silva estava liderando todas as

⁶⁰ Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/em-evento-sobre-seguranca-no-rio-jungmann-defende-pacto-nacional-para-enfrentamento-ao-crime>. Acesso em 29 de abril 2022.

pesquisas, porém através de uma manobra judicial ele foi condenado pelo Juiz Sergio Moro.⁶¹

Em uma tentativa de ganhar o apoio popular e ter sua vitória garantida, inúmeras notícias falsas foram *disparadas* nas redes sociais. Elas se concentraram nas narrativas contra a corrupção, violência, drogas, além de agendas conservadoras, como o discurso de ódio contra minorias e o desmantelamento de políticas públicas de inclusão social. Além disso, utilizaram o suposto sucesso da operação de paz e das intervenções nas favelas do Rio de Janeiro para consolidar o argumento de que somente os militares teriam a competência técnica para "impor a ordem" e governar o país.

O candidato de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro venceu as eleições e escolheu Sergio Moro como Ministro da Justiça, o que destacava o viés político da prisão de Lula. Além disso, o presidente equipou o estado com mais militares em altos cargos de comando. Seis dos onze Generais que participaram da MINUSTAH estão ou estiveram no governo:

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira – ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional;

General Carlos Alberto dos Santos Cruz – Secretaria de Governo;

General Floriano Peixoto Vieira Neto – Secretaria Geral da Presidência da República;

General Ajax Porto Pinheiro – assessor especial do presidente do Supremo Tribunal Federal;

General Edson Leal Pujol – chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia, e em seguida Comandante do Exército Brasileiro;

General Luiz Eduardo Ramos – Secretaria Geral da Presidência da República.

⁶¹ Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou todos os processos contra Lula e considerou que a atuação de Sérgio Moro foi parcial. Fonte: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&tip=UN>. Acesso em 17 de setembro de 2021.

Além destes, que desempenharam papel de Force Commanders, o General Fernando Azevedo e Silva, que atuou como Chefe de Operações da MINUSTAH, esteve à frente do Ministério da Defesa e foi designado para ocupar a Diretoria Geral do Tribunal Superior Eleitoral. Porém, “em virtude de questões pessoais de saúde e familiares” o General da reserva não assumiu o cargo.

A presença de militares de altas patentes que passaram por cargos importantes em missões da ONU proporciona uma espécie de legitimidade e profissionalismo à nova administração. Além destes, muitos outros também fazem parte dos quadros. De acordo com uma pesquisa do Tribunal de Contas da União, existem mais de 6 mil cargos civis sendo ocupados por militares⁶².

Este não é um cenário novo, já que eles ocupam cargos dentro dos departamentos públicos desde a ditadura, como mostrou Suzeley Mathias (2004). Para além de analisar a presença quantitativa no governo, a autora analisou a importância que tiveram na formulação e implementação de políticas governamentais entre os anos de 1963 a 1990, fenômeno que ela chama de “militarização da burocracia”. A análise de Mathias ilumina os processos que passamos recentemente. A partir do golpe de 2016, e mais ainda após as eleições de 2018, os militares assumiram cada vez mais os cargos civis e sua presença significaria um aumento do *ethos* militar na máquina pública com o mesmo objetivo que a autora apontou anteriormente, qual seja, garantir uma estabilidade do sistema político vigente.

Considerando o número de cargos ocupados por oficiais da ativa e da reserva no governo atual, é possível dizer que os militares continuam eficientes na tarefa de ocupar a burocracia. Mais que isso, além de ocuparem os cargos, eles ainda garantem que outros gestores que os ocupem também estejam alinhados com o governo, como afirma o General Luiz Eduardo Ramos:

Temos um quadro de quem vota e de quem não vota com o governo. É o que eu digo: quer fazer parte do governo? Tem de fazer parte do governo de fato. Hoje eu tenho esse controle. Sei exatamente o nível de fidelidade dos parlamentares. Ou você é governo ou não é. Antes, um parlamentar vinha aqui sozinho e pleiteava um cargo. Eu via que ele votava com a gente e o

⁶² Fonte: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal>. Acesso em 29 de abril de 2022.

atendia. Mas quantos votos ganhava? Apenas um. Agora, a negociação é com os partidos. A fidelidade é uma responsabilidade dos partidos. O senador Ciro Nogueira, presidente do PP, tem sessenta votos. Por isso, ele tem espaço no governo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ele assumiu o compromisso de ser governo. Exijo um nível de fidelidade de ao menos 80%.

(Fonte: <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/luiz-eduardo-ramos-e-ultrajante-dizer-que-o-exercito-vai-dar-golpe/>)

Ao ocuparem a burocracia e ainda se cercarem de aliados políticos, os militares *projetam* seu ethos de modo a garantir total controle na formulação de políticas e na gestão dos recursos públicos. Estas manobras, que inclusive são operadas dentro de princípios institucionais legais, têm por objetivo afastar a oposição e reiterar as narrativas de que as forças armadas possuem o *know-how* necessário para fazer a gestão política, além de resolver os problemas de violência, tráfico de drogas, corrupção, ou qualquer questão social que escolham como *alvo*.

José Genoíno, em nossa entrevista, apontou que isso faz parte de uma tradição militar de se pensar como “forças salvacionistas”. Analisando a posição das forças armadas desde a República Velha, observa-se que elas sustentaram a ideia de que os políticos eram velhos incompetentes, corruptos, e não eram capazes de defender o país. A partir daí, ele explicava, que surgiu a ideia do militar antipolítico. Isso juntava-se à tradição positivista do Exército, de se pensar como uma elite intelectual, que teria os meios técnicos mais precisos para garantir a organização da sociedade. E por fim, eles ainda se apoiavam em uma tese pungente à época de que a miscigenação fazia do povo brasileiro, um povo fraco. Portanto, seria preciso uma força tutelar *virtuosa* para dirigir esse povo fragilizado. Em suas palavras: “Então essa concepção cultural, ideológica, e política, que eu chamo de doutrina, fundamenta o mito da superioridade, o mito salvacionista. Nesse sentido, eles trazem o prestígio da experiência do Haiti para se projetar mais uma vez como uma *força virtuosa*, que organiza uma sociedade que não teria capacidade para se resolver sozinha”.

Do ponto de vista da política externa, Genoíno aponta que a MINUSTAH já nasceu com seu conteúdo equivocado, com um efetivo montado para guerra em um lugar em que não havia guerra. E, segundo ele, “o Brasil aceitou passivamente as condições definidas pela ONU, mas a gente tinha que ter decidido em que condições iria

mandar as tropas para o Haiti, a natureza e os rumos da operação”. No início da gestão de Celso Amorim (em 2011), começou a ser discutida a retirada das tropas, porém o Brasil não tinha autonomia para tal. A questão foi levada ao Conselho de Defesa Sul-Americano, e era uma reivindicação dos movimentos sociais do Haiti, com os quais o Brasil tinha relações, através dos movimentos sociais. Contudo, segundo Genoíno, “o prestígio que o Brasil tinha para cumprir o que a ONU mandava, não se revertia para interferir nessas decisões”.

Além disso, ainda há de se considerar o papel do Itamaraty durante a operação. De acordo com José Genoíno, a política da institucionalidade com a ONU era executada primariamente pelo comandante das tropas do Haiti, pelo comandante do Exército Brasileiro e pelo Ministro da Defesa, de modo que a diplomacia do Itamaraty atuava apenas como uma *avalista* da presença do Brasil no Haiti. Tal situação beneficiava as forças armadas que aumentaram seu poder institucional da operação e sua expertise para, mais tarde, fazer a transposição de experiências no Brasil e se colocarem na posição de guardiãs da estabilidade – no exterior e também dentro do país – através da manipulação de recursos legais para ampliar seu controle sobre as contas e as políticas públicas.

Ao todo 26 países enviaram tropas para a MINUSTAH, muitos deles também atuam como Force Commanders em outras operações de paz da ONU. Não se tem registro, no entanto, da transposição dessa expertise para o âmbito político nacional de nenhum outro país, como se tem no Brasil, onde eles chegaram a efetivamente ocupar o cargo mais alto do poder executivo. Quando perguntei a Genoíno o que faltou para controlar o poder militar no Brasil, ele aponta que do ponto de vista da política interna do Brasil, a esquerda nunca enfrentou a questão militar. Ele diz que “ora a esquerda teve ilusão no militar nacionalista, legalista, ora a esquerda teve a ilusão no militar revolucionário”, e trouxe como exemplo de militares Luís Carlos Prestes, Siqueira Campos, Carlos Lamarca e Henrique Teixeira Lott. Contudo, segundo Genoíno, as duas visões estão equivocadas. Para ele, “as forças armadas devem estar sempre subordinadas à soberania popular e às instituições do estado democrático de direito”.

Tudo isso já apontava para a necessidade de reorientação do papel político e constitucional das Forças Armadas no país. Genoíno lembra que o Brasil foi o observador⁶³ das negociações de paz em El Salvador, entre a guerrilha e as forças da paz na década de 90, inclusive tendo o General Villas Boas como representante do Brasil neste processo. Segundo Genoíno, essa geração de Generais se politizou no resgate da ditadura, na defesa do regime autoritário e nas experiências de paz junto à ONU – desde El Salvador, até o Haiti, o Congo, e outras missões. O que falta, porém, em sua opinião, é “discutir a defesa como política pública, discutir orçamento e prioridades, colocar exigências claras sobre a supremacia do poder civil, sobre a concepção de integração das três forças, porque a política de defesa não pode ser um assunto apenas de militar, tem que ser um assunto da política, da sociedade, da academia, dos pesquisadores”.

Enquanto o campo progressista não organiza o controle civil sobre as forças armadas, em um outro campo se formam estratégias para ocupar o poder independente do governo que venha a se eleger. Este é o caso do “Projeto de Nação – o Brasil em 2035”, que teve sua cerimônia de lançamento no mês de maio de 2022. Elaborado pelo Instituto General Villas Boas, Instituto Sagres e Instituto Federalista, o documento aponta para uma “Estratégia Nacional (ou Política Nacional, ou Grande Estratégia, ou ainda, Plano de Estado)” e apresenta propostas divididas em sete eixos⁶⁴ para serem colocadas em prática até 2035. Para tanto, é prevista a criação de um Centro de Governo, que seria um órgão independente da administração federal (leia-se: de qualquer presidente que venha a ser eleito), no sentido de garantir a implantação e o monitoramento desta nova grande estratégia. As intenções e os desdobramentos da implementação destas propostas estão sendo avaliados por pesquisadores da área como preocupantes porque isso significa a presença permanente de um projeto militar

⁶³ General Ajax Porto Pinheiro atuou como observador na Missão de El Salvador. Em nossa conversa, ele me explicou que sua função era observar o cumprimento (ou não) dos Acordos de Paz recém-criados no país de modo a evitar a deflagração de um novo conflito.

⁶⁴ Os sete grandes eixos são: I. Geopolítica Mundial; II. Governança Nacional; III. Desenvolvimento Nacional; IV. Ciência, tecnologia e educação; V. Saúde; VI. Segurança e defesa nacional; VII. Segurança pública.

na política por meio de uma “administração paralela” que independe do projeto civil manifestado através do voto.⁶⁵

O que é interessante notar, para os fins do argumento que tenho abordado nesta tese, é que se as Forças Armadas serão sempre instrumentos do Estado e não agentes de governo, como foi reiterado nas falas dos militares com quem conversei, o que se vê no Plano de Nação 2035 é a consolidação de uma estratégia bem definida para garantir um tipo de Estado específico ao qual eles querem servir. Um Estado que é pautado ainda pela suposta ameaça de elementos ideológicos, que não é laico, que apresenta uma agenda neoliberal de desenvolvimento voltada para privilegiar as elites empresariais, e que tem as FFAA como garantidoras desse Estado de Direito. Nesse sentido, a própria escrita do documento – com a participação do General Villas Boas – e o seu lançamento, que contou com a presença do vice-presidente General Hamilton Mourão –, também atualiza a doutrina militar que os coloca como detentores das melhores capacidades de comando do país.

Os generais que participaram da MINUSTAH contribuíram com sua *expertise* para o reordenamento da doutrina nacional da força terrestre (FT - 35) baseados nas doutrinas norte-americanas, com as quais tiveram mais contato durante a missão. A partir de 2010, o General Villas Boas, que coordenava o escritório de projetos do Exército Brasileiro, começou a fazer este novo desenho dos manuais a partir das teorias do Human Terrain System (HTS), sendo esse terreno agora o da mente, com ênfase nas operações psicológicas para dissuasão do inimigo. Neste contexto, como indica o trabalho de Silva (2013), o Haiti foi tomado como modelo para pensar essas novas teorias e abordagens. A relação Haiti-Brasil, que já era reiterada nas falas dos Generais, tal como mostra Castro e Marques (2021), e que foi mobilizada até por setores da sociedade civil, como a ONG Viva Rio, que abordei no Capítulo 3, serviu para legitimar o discurso de que os problemas do Brasil só poderiam ser vencidos por uma força militar. O que procurei evidenciar, então, é que os efeitos da MINUSTAH não estão limitados ao

⁶⁵ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/05/25/projeto-militar-e-ter-administracao-paralela-ao-presidente-diz-pesquisador.htm> Acesso em 25 de maio de 2022.

território haitiano e nem ao período de vigência da missão. Eles ecoam até hoje ao som dessa marcha que os levaram a ocupar a política institucional.

Qualquer governo que seja eleito nas próximas eleições, portanto, terá de enfrentar a questão do comando civil das Forças Armadas. Isso significa colocá-las definitivamente no papel de instrumentos do Estado, garantir a democracia, e discutir um projeto de nação de maneira ampla, com a inclusão de diversos setores da sociedade, de modo horizontal.

Considerações finais

Os painéis de Cândido Portinari que decoram o hall da Assembleia Geral da ONU lembram a todos que ali passam sobre o mandato desta Organização, criada para responder institucionalmente a questões como *paz, desenvolvimento e combate à pobreza*. A série “Os retirantes” (1944-1945), do mesmo artista, é conhecida mundialmente e retrata migrantes nordestinos, corpos esqueléticos, bebês mortos, semblantes tristes e fatigados. A potência dos quadros está na possibilidade de abrir reflexões sobre questões comuns, sem, contudo, descontextualizá-las. Diante de obras como as de Portinari, as pessoas enxergam processos históricos que elas viveram ou conheceram em contextos particulares, mas que podem ser igualmente retratados por figuras como as que ele pintou. As obras de arte são apreciadas, assim, pelo efeito de conexão e afetação que elas causam.

Nos documentos da cooperação internacional também são criadas imagens de questões sociais. Através de métricas, cálculos, e tabelas são estabelecidos padrões com a intenção de aferir aquilo que é considerado um “problema” e, então, apontar soluções pragmáticas para resolvê-lo. O efeito é o contrário daquele causado pelas obras de arte. Se no campo artístico os quadros estimulam reflexões a partir da sensibilização para questões comuns a experiências diversas, no campo burocrático as generalizações institucionalmente legitimadas pelos padrões numéricos promovem a desconexão e o apagamento de nuances de contextos particulares. Como mostrei na primeira parte desta tese, a começar pela sua padronização estética, os documentos trazem um conjunto de dados quantitativos, analisados sob uma ótica técnica comparativa que tem como objetivo classificar os países e as populações de modo a posicioná-los em uma escala evolutiva de desenvolvimento social.

Para tanto, existe um exercício constante de produção de indicadores, a partir de metodologias e fórmulas complexas para a transformação de fenômenos

sociais em números. Tudo isso para se chegar em valores absolutos que permitam inferir as condições de vida de um país sem que seja preciso sequer localizá-lo no mapa, conhecer sua história, ou olhar para uma imagem de seu povo. A partir destes dados quantitativos, uma série de ações são previstas para torná-los melhores – o que significa mobilizar recursos humanos e financeiros, conhecimentos técnicos e uma série de instituições para a criação, a implantação e o monitoramento de projetos voltados para seu desenvolvimento. Do ponto de vista da cooperação internacional, é assim que se promove a melhoria de vida de uma população e, conseqüentemente, se eleva sua posição no *ranking* mundial.

Em nações que passam por conflitos de ordem interna que as forças armadas locais não conseguem conter, a ONU entra com o seu aparato mais *robusto*: a operação de estabilização com a presença de um componente militar, os chamados *capacetes azuis*. Trata-se de um exército multinacional formado pelos países membros da Organização que contribuem com militares de diversas patentes com a missão de estabilizar um país estrangeiro de acordo com regras e normas estabelecidas em seu Mandato.

A operação de paz envolve então a presença de um componente militar para a estabilização de um *terreno* supostamente em conflito para que, em seguida, o componente civil possa promover as atividades de desenvolvimento social e de fortalecimento institucional do país. Estes esforços resultam no que eu chamei aqui de “paisagem estatizada”, ou seja, a construção e implantação de estruturas institucionais reconhecidas internacionalmente como necessárias para garantir o bom funcionamento de uma sociedade. Importante dizer que tais estruturas se pautam por uma noção de estado de direito que está assentada nos princípios ocidentais da democracia representativa e do livre mercado.

Como mostrei nos dois primeiros capítulos, o trabalho dos tecnoburocratas na sede da ONU é o mesmo, seja na divisão da África Oriental seja na divisão do Haiti. A sistematização dos dados, a padronização dos processos e a análise técnica dos resultados são tomadas como ideais e essenciais para o bom funcionamento não só da própria máquina burocrática, mas de toda a sociedade que ela pretende gerir. Este,

aliás, é o principal fundamento dos conceitos de eficácia e eficiência das organizações envolvidas nesses processos.

A produção de informações sobre um país constitui, assim, um certo tipo de estrutura narrativa própria das organizações internacionais, qual seja, uma prática relatorial realizada no sentido de produzir imagens do *terreno*, que estará constantemente sob intervenções diversas a partir da produção de novas imagens. Este conjunto de imagens forma a paisagem estatizada, ou seja, um exercício constante de construção e monitoramento dos dispositivos institucionais para a gestão do *terreno* – este, que eu coloquei em itálico ao longo deste texto a fim de destacar que é o que emerge da prática burocrática – sendo ele parte, mas não a totalidade do que de fato é o terreno haitiano.

A produção dos documentos na ONU se aproxima muito da produção de documentos já conhecida no campo acadêmico, como apontou Annelise Riles (2001, 2006). A autora afirma que a distância analítica produtiva entre categorias teóricas destas modalidades é criada no ato etnográfico, e se torna o próprio objeto da etnografia (2006, p.88). Assim, tornar essa distância visível é a principal contribuição da escrita antropológica. É o que permite a produção de peças textuais com resultados diferentes daqueles produzidos pelas instâncias burocráticas que possuem caráter de avaliação e diagnóstico que, por vezes, também são reproduzidas em textos acadêmicos de outras áreas do conhecimento.

Portanto, se a burocracia sempre busca padronizar e generalizar, a etnografia pode trazer o que de mais específico existe em um determinado campo, de modo a jogar luz em (e pensar sobre) outros contextos, inclusive (ou talvez, principalmente) o nosso próprio. O deslocamento da estética e dos conteúdos dos documentos da MINUSTAH para a forma da escrita etnográfica permitiu evidenciar o efeito desses artefatos, qual seja, a produção da paisagem estatizada. A etnografia revela que a estabilização do *terreno* depende de uma engenharia social que produz dados e planeja ações para conter tudo aquilo que a máquina burocrática enxerga como *caos* e *colapso*, ou seja, tudo o que está fora dos padrões.

Inspirada por Trouillot (2016), que propôs juntar as diferentes tradições historiográficas – haitiana e estrangeira –, procurei então contribuir para a criação de uma outra narrativa sobre a intervenção estrangeira na história recente do país, de modo a mostrar como o conceito de *paz* é mobilizado para operar silenciamentos de experiências e expectativas haitianas até os dias atuais.

A etnografia da MINUSTAH cumpriu dois objetivos: evidenciar as estruturas narrativas expressas na padronização das práticas burocráticas da ONU e, ao mesmo tempo, contrastá-las com outras estruturas narrativas, como as dos movimentos sociais do Haiti. Ao fazer este movimento, tentei mostrar como a paisagem estatizada erguida pela cooperação internacional pouco ou nada corresponde ao Estado-nação almejado pelos haitianos. Além disso, argumentei que este descompasso alimenta conflitos que a ONU pretendia resolver.

A pesquisa entre os militantes e também entre os documentos dos movimentos sociais de Porto Príncipe mostrou que a operação não conseguiu produzir um consenso entre as perspectivas haitianas a respeito da presença internacional no país, como pude explorar na segunda parte da tese. Ao contrário, as forças de paz são percebidas como parte da estrutura de dominação estrangeira sobre a população e as falas dos militantes apresentam uma relação de continuidade entre a colonização e o sistema capitalista neoliberal que se instalou no país. Eles apontam que a missão não pretende mudar esta estrutura e que, neste modo de produção, a mão-de-obra pode não ser mais a escrava, mas ainda é a mais barata do mercado, o que resulta em condições de fome, extrema pobreza, e baixo índice de desenvolvimento. A desigualdade social resultante deste modelo é reconhecida pelos militantes e pelas organizações internacionais como um catalisador de conflitos internos. No entanto, a saída para resolvê-los, do seu ponto de vista, é bem diferente do que aquela proposta pela paisagem estatizada da MINUSTAH.

A ideia de Revolução é pulsante nas narrativas dos movimentos sociais e por isso eu a analisei como um gênero discursivo histórico, uma linguagem de poder, que eles mobilizam para falar de seu passado e também para definir aquilo que esperam para seu futuro. Segundo esta perspectiva crítica, é necessária uma ruptura e uma

mudança de sistema para melhorar efetivamente as condições de vida da população e reconstruir o país. A Revolução Haitiana foi um momento ímpar de realização dos ideais de liberdade e igualdade, e abertura para uma nova ordem possível.

A perspectiva de uma ruptura radical com o sistema por meio da revolução é diametralmente oposta ao objetivo de estabilização da operação de paz. Quando estive no Haiti, os militantes me falaram que não era desejável que se estabilizasse aquela situação. O que eles me diziam era que havia uma situação de desigualdade social, agravada pelo capitalismo exploratório, que a MINUSTAH não resolveria. As soluções que eles vislumbravam estavam para além das instituições que fariam parte da paisagem estatizada. As estratégias de mudança social dos militantes não passavam pelas vias burocráticas.

Também oposto à burocracia está o Surrealismo Negro, um grupo de artistas que já na década de 1920 falava sobre formas de engajamento coletivas e amplas, baseadas na congruência dos seus ideais de superação de uma ordem vigente de exploração e de exclusão. Interessante notar que os surrealistas brancos, como André Breton, Nancy Cunard, David Roediger, Pierre Mabille, René Crevel, em diálogo com as produções dos intelectuais caribenhos, como Aimé Césaire, Wifredo Lam, René Belance, e Etienne Lero, passaram a se denominar como “traidores da raça”. Fazendo menção ao manifesto do grupo surrealista de Chicago, Franklin Rosemont explica que eles [os surrealistas brancos] entendem que a branquitude nunca foi um valor positivo e que “longe de ser uma entidade tangível, muito menos uma categoria científica, a “raça branca” é uma ideologia social historicamente construída – em outras palavras, uma ficção mortal” (Rosemont, 1998, p. 18). Os manifestos de outros grupos surrealistas, como o de Madrid (1925) e o de Paris (1932), também consideravam fundamental a abolição da branquitude para a derrubada definitiva da ordem colonial e eurocêntrica, responsável pelas grandes catástrofes da humanidade, como a exploração de recursos naturais e a opressão de populações.

André Breton em entrevista para René Bélance, poeta surrealista haitiano, reforçou que o surrealismo sempre esteve do lado dos negros e “contra todas as formas de imperialismo e banditismo branco” (Rosemont, 1978, p. 256). Breton endossou ainda

sua profunda admiração pela Revolução Haitiana. Tendo sido realizada por negros escravizados, ela se tratava justamente da abolição de um sistema imposto pelos brancos colonizadores. Do ponto de vista surrealista, esta revolução nunca seria impensável. Pelo contrário, ela reforça o argumento do grupo que afirma que a liberdade não é e não pode ser uma abstração. O Surrealismo Negro traz então as premissas de um pensamento libertário e o comprometimento com processos criativos de resistência. Parece ser potente, portanto, me aliar também a elas para levar adiante a proposta desta etnografia de superar os silenciamentos estéticos e textuais da burocracia ocidental.

Em 1945, enquanto estive no Haiti, Breton encerrou sua série de palestras citando o escritor comunista haitiano Jacques Roumain, que havia morrido no mesmo ano.⁶⁶ Reproduzo-a aqui na sua totalidade:

É verdade, somos pobres, somos infelizes; é verdade, somos miseráveis. Mas irmão, isso é só porque somos ignorantes: ainda não sabemos que força somos, uma força unida, todos os negros das planícies e das colinas, em solidariedade. Um dia, quando percebermos esta verdade, nos levantaremos das profundezas e da amplitude da terra para nos unirmos numa assembleia geral dos Mestres do Orvalho, em um grande esforço coletivo dos trabalhadores da terra para acabar com a miséria e plantar uma nova vida.

Este trecho da obra de Roumain complementa as falas de David, que indicavam que o Haiti não é um país pobre, mas sim empobrecido pelas grandes potências que não cessam de explorá-lo. Ao mesmo tempo, a passagem endossa a posição de Didier que prezava pela unidade dos trabalhadores, especialmente os camponeses, para uma nova ordem social mais igualitária. A citação ressoa ainda a fala de Boumba, um dos meus primeiros interlocutores no Haiti, que disse que o país tinha sim seus problemas, mas que eles sabiam resolvê-los, eles já haviam feito isso antes.

A libertação do Haiti, no entanto, custou caro e durou pouco. O país teve de pagar uma vultosa indenização à França pela sua independência e, ao longo do século XX, sofreu com as sucessivas invasões imperialistas, como os militantes contaram no capítulo 4. Suas narrativas revelam o que, para eles, são as verdadeiras motivações da

⁶⁶ Breton, 1945, *Speech to Young Poets*, in Rosemont, 1978, p. 260.

presença estrangeira no país desde 1915, passando pelo apoio à ditadura de Duvalier, até chegar no golpe da década de 90 e início dos anos 2000. As narrativas haitianas sobre o passado jogam luz sobre as análises que eles elaboram sobre o presente, ao mesmo tempo em que também operam como um vetor para o futuro. Dessa forma, usando as lentes da colonização e exploração, os líderes dos movimentos sociais com quem conversei enxergam a história se repetir e argumentam contra as narrativas institucionais da ajuda internacional. Segundo eles, para além dos interesses econômicos nos recursos naturais e na exploração da mão de obra barata, o que as grandes potências ainda desejam é manter o Haiti subjugado, para que não seja visto como exemplo bem-sucedido de revolução negra.

E já que os militantes apresentam uma veia marxista, é conveniente retomar o autor na sua frase clássica: “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.” (Marx, 1852). Os haitianos veem a história se repetir mais que duas vezes. Se na primeira ela aconteceu com a tragédia da colonização, ela aparece como farsa nos motivos expressos para justificar as sucessivas invasões que o país testemunhou mesmo após a independência, nas interferências na política interna com financiamentos estrangeiros às ditaduras, e até hoje, adentrando o século XXI, sob a forma de missões de paz. A mudança estrutural que os militantes haitianos almejam, portanto, não vai se dar através da ajuda da ONU. Pelo contrário, eles apontam que o aparato internacional opera justamente no sentido de conter um potencial levante das massas ao sufocar suas manifestações políticas e influenciar até mesmo decisões tomadas dentro da arena democrática.

A vocação revolucionária dos movimentos sociais haitianos nos instiga a jogar nova luz sobre conhecidos referenciais teóricos da Antropologia. A importância do gênero discursivo histórico que evoca a Revolução como uma linguagem de poder também incita uma leitura deste acontecimento como mito de origem fundador de uma nação. Nesse sentido, vale a pena também retomar Sahlins ([1990] 2008), que mostra que os eventos no presente são interpretados de acordo com uma estrutura mítica, ou seja, o mito é o elemento articulador que dá sentido às narrativas. De acordo com o autor, estrutura e história estão, portanto, diretamente implicadas, o que ele chama de

“mitopraxis”. Sendo a “estrutura” as condições materiais e simbólicas de existência, uma vez que são identificadas, elas fomentam respostas que remetem a uma narrativa mítica que vai informar a ação a ser tomada diante dos acontecimentos. A partir da leitura que os militantes haitianos apresentaram dos eventos históricos nos termos de exploração, opressão, luta de classes, e resistência, emergiram elementos comuns que serviram para, no passado, fermentar a Revolução que culminou na libertação de um sistema opressor. Uma vez que eles percebem estes elementos aparecerem novamente na forma de novas opressões, a resposta será informada por aquela estrutura conhecida e já bem-sucedida: a necessidade de ruptura radical. Assim, a ideia da Revolução é atualizada.

Como argumentei no capítulo 4, as mobilizações em Porto Príncipe expressavam formas próprias de fazer política localizadas fora do campo institucional. Estas formas parecem encontrar ecos no manifesto “Légitime Défense”, do surrealista caribenho Etienne Léro que afirma: “somos contra todos os cadáveres: administrativos, governamentais, parlamentares, industriais, comerciais e todos os outros” (Léro, 1932 apud Rosemont and Kelley, 2009). Dessa forma, com o mesmo propósito, os movimentos elaboram continuamente modos diversos de resistência, que vão desde expressões artísticas até a tomada das ruas em grandes manifestações e confrontos.

A comunidade internacional, por sua vez, continua elaborando respostas àquilo que enxerga como *caos* e *violência* no terreno haitiano e, então, realiza interferências em nome da paz e da estabilidade. A situação de *crise* e *quase colapso* que os documentos que precederam a MINUSTAH descreviam, nada mais é do que a possibilidade de uma ruptura com o sistema vigente. Instalam-se assim diversos aparatos institucionais de controle para que essa ruptura não aconteça. E assim a história se repete no país.

Por fim, a etnografia da MINUSTAH também permitiu mostrar que seus efeitos não se encerraram no território haitiano, como argumentei na terceira parte. Durante os treze anos da missão, o Brasil foi comandante do componente militar e isso gerou consequências importantes também para a nossa política interna. Como discutido exhaustivamente no capítulo 6, a experiência no Haiti foi aproveitada no Brasil em áreas

diversas – desde as intervenções nos morros do Rio de Janeiro até os níveis superiores da política institucional – sendo que a maior parte dos Generais que estiveram na missão foram chamados a ocupar cargos importantes no governo que se instalou no poder em 2018. O reconhecimento internacional pelos serviços prestados pelos militares brasileiros no Haiti foi mobilizado de modo a legitimar e atualizar uma narrativa já antiga na tradição das Forças Armadas de se pensar como uma elite política, que domina os meios mais racionais e eficientes para gerir uma população, ainda que os resultados destes últimos quatro anos mostrem o contrário.

Esta tese é e ficará datada. Tanto por conta do tema, uma vez que a MINUSTAH é uma missão que acabou quando esta pesquisa começou, em 2017, quanto por conta do momento em que foi escrita, entre os anos de 2018 e 2022, o período mais sombrio para o país após a redemocratização. Eu não poderia, portanto, me furtar de tecer algumas considerações a este respeito.

Durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro, um grupo de militares – ao qual se pode chamar de “partido” (Marcelo Pimentel, 2021) ou “consórcio” (Leirner, 2020b) – governou o país de acordo com estratégias de “guerra híbrida”. Neste campo, o próprio presidente produzia tensões que eram acirradas ou resolvidas dentro do meio militar, garantindo a eles amplo controle das narrativas geralmente operadas por oficiais de patentes mais altas, como os generais, sendo alguns deles, inclusive, ex-comandantes da missão da ONU, como mostrei nos capítulos 5 e 6.

Não é preciso entrar no mérito dos temas destas tensões e nem seria possível, já que elas eram criadas e alimentadas quase que diariamente. O que importa aqui é chamar a atenção para o fato de que se tratava de disputas de narrativas. No cerne destas batalhas estava a legitimidade para governar o Brasil e nos últimos quatro anos os oficiais das forças armadas atuaram no sentido de garantir que eles mesmos parecessem os mais capacitados para tal.

A etnografia da MINUSTAH evidenciou a produção de discursos hegemônicos e o exercício de engenharia social para a criação de uma paisagem estatizada mediada pelas organizações internacionais. O componente militar teve papel fundamental para a construção e manutenção desta paisagem no Haiti. Segundo os

documentos que acompanhavam a missão, o uso da força era necessário para manter a estabilidade do *terreno* de modo que as ações do componente civil pudessem se desenvolver em segurança. Ao longo do texto, mostrei que as atribuições do componente militar exigiam mais do que as tradicionais capacidades bélicas. Na missão multidimensional, os Generais e as tropas brasileiras tiveram que dominar estratégias de gestão do terreno, integração com os outros componentes e produção textual para descrever e justificar as ações no terreno. Por isso mesmo, os Force Commanders eram mais que instrumentos de execução, eles faziam parte do planejamento de atividades cujos efeitos eram a criação e o fortalecimento de dispositivos de segurança que se tornariam parte das políticas públicas do Haiti.

A experiência da Missão foi reconhecida internacionalmente como “bem-sucedida” e foi replicada no Brasil, nas intervenções que o Exército realizou nas comunidades do Rio de Janeiro. A pesquisa se deu, portanto, em meio a efeitos que não pararam de reverberar e que, por vezes, fizeram da escrita um exercício de metalinguagem. Isso porque ao mesmo tempo em que analisava o uso dos dados para a criação da imagem de um *terreno* dentro das definições do campo burocrático, bem como o exercício de gestão de território por parte de todos os componentes da MINUSTAH, eu observava também o Brasil sendo produzido por aqueles que estiveram na Missão e que por isso mesmo apareciam como capazes de gerir um país. O material gerado, neste sentido, é inesgotável.

Apesar de datada, então, esta tese não se encerra aqui. Se existem limitações analíticas para o contexto mais atual do Brasil, elas se devem ao cuidado de manter um afastamento temporal necessário para observar os acontecimentos e também de manter o foco no argumento que se construiu aqui a respeito dos aparatos que se erguem e são erguidos por uma operação de paz.

Nesse sentido, foi preciso também o mesmo cuidado ao olhar para a situação atual do Haiti. Logo após a MINUSTAH, foi criada a *Mission Des Nations Unies pour L'appui à la Justice en Haïti* (MINUJUSTH), que deu continuidade à construção da paisagem estatizada que a ONU criou no terreno haitiano. Esta missão tinha o objetivo de reestruturar o sistema de justiça do país e já não contava com o componente militar,

uma vez que a Polícia Nacional Haitiana teoricamente já estava equipada para exercer suas funções. Em seguida, em 2019, foi criado o *Bureau Intégré des Nations Unies en Haïti* (BINUH), uma missão política que visa *fortalecer* a estabilidade, a boa governança, e o estado de direito, além de proteger e promover os direitos humanos. A proliferação de diferentes tipos de intervenção evidencia que a manutenção da paisagem estatizada é constante e deve ser realizada com o apoio internacional através da presença das agências e dos técnicos da ONU no país.

No entanto, tal presença não conseguiu evitar e nem conter novas crises internas no país. Em julho de 2021, o então presidente Jovenel Moïse foi assassinado e o Primeiro Ministro Ariel Henry assumiu a presidência. Desde então, conflitos entre gangues têm se acirrado. Através de mensagens em redes sociais, meus interlocutores me enviam as notícias de jornal que contam que as gangues tomaram o controle dos portos e da distribuição de combustíveis, o que tem gerado uma crise de abastecimento e de energia. Em julho de 2022, o Secretário Geral da ONU decidiu por estender o mandato da BINUH por mais um ano e solicitou consultas ao “Governo do Haiti, países e organizações regionais relevantes em relação a possíveis opções para oferecer maior apoio aos esforços da Polícia Nacional Haitiana no combate dos altos níveis de violência das gangues” (Conselho de Segurança, ONU, S/RES/2645 (2022)).

No início de outubro, o Primeiro-Ministro do Haiti pediu oficialmente ajuda de tropas internacionais especializadas para combater as gangues armadas e restabelecer a normalidade do abastecimento de combustíveis e energia no país. A resolução do Conselho de Ministros também pede ajuda humanitária para conter um novo surto de cólera que atinge a população. A solução, no entanto, não foi consensual. Os membros do Senado já manifestaram discordância com a presença de tropas estrangeiras novamente no terreno. A sociedade civil também mostrou insatisfação. Louis-Henri Mars, coordenador da ONG Lakou Lapè, afirmou ao jornal The Guardian: “Toda vez que há intervenção, o mesmo sistema permanece em vigor. Estaremos de volta à estaca zero com líderes ilegítimos que estão lá apenas para sugar o dinheiro do

país”.⁶⁷ Sua fala reitera a posição que já havia expressado quando estive com ele em Porto Príncipe, em novembro de 2018, como abordei na segunda parte da tese. Grandes manifestações tomam as ruas de Porto Príncipe novamente se mostrando contrárias à intervenção militar estrangeira. “Moman revolisyon an rive” – o momento da revolução chegou – diz o ex-senador Jean Charles Moïse, do Petit Dessalines, principal partido de oposição no país.⁶⁸ A necessidade de uma ruptura radical com o sistema aparece mais uma vez nos discursos, nos cartazes, e nos desejos dos haitianos.

Ao longo do texto mostrei que a máquina burocrática apenas ouve e enxerga aquilo que é produzido nos seus próprios termos. De modo que mesmo as manifestações de desaprovação e repúdio por parte dos haitianos deveriam ser feitas de acordo com moldes institucionais específicos. Isso faz parte do planejamento e funcionamento da paisagem estatizada, que é habitada pelos técnicos – estrangeiros e haitianos – treinados nesta metodologia burocrática. Procurei mostrar também as estruturas criadas dentro da própria ONU para lidar com os efeitos negativos de sua presença no país e a mobilização de aparatos jurídicos haitianos e internacionais que atuam no sentido de exigir a devida reparação dos danos causados pelos chamados *peacekeepers*. Tais esforços, no entanto, parecem insuficientes, uma vez que a resposta é sempre a multiplicação de mecanismos de controle *dentro* da paisagem.

Por isso mesmo, os movimentos sociais também se colocam à parte do mundo institucional. Os documentos produzidos por eles não apresentam a estética reconhecida pela ONU. Suas manifestações extrapolam até mesmo os papéis e circulam por outras vias. O descontentamento é expressado através de grandes manifestações que tomam as ruas, mas também das músicas de *rara* e dos grafites nos muros em Bel Air, como mostrou Kivland (2012). Essa disputa que acontece fora dos espaços institucionais é coerente com os ideais dos militantes haitianos que são anticapitalistas

⁶⁷ Fonte: <https://www.theguardian.com/world/2022/oct/09/more-bullets-more-bloodshed-haiti-aid-groups-warn-against-request-for-foreign-forces>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

⁶⁸ https://www.telesurenglish.net/news/Time-for-Revolution-Has-Come-Haitian-Opposition-Leader-Says-20221019-0007.html?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=whatsapp&utm_source=im
Acesso em 20/10/2022.

e anti-imperialistas. De acordo com eles, a mudança no sistema não se dará *dentro* do sistema.

A perspectiva revolucionária – do passado e do presente – é manifestada em lugares diversos e reverbera significados em comum a respeito de uma visão de futuro propriamente haitiana que é reconhecida pela alta diplomacia de outras nações negras. Na reunião do Conselho de Segurança da ONU, em Nova Iorque, para discutir a questão do Haiti em julho de 2022, o representante queniano Martin Kimani fez menção à “magnífica Revolução de 1791 que deu o primeiro golpe crítico na escravidão em massa dos povos africanos” e que, portanto, “a África lhes deve todo o apoio e o Quênia está pronto para cumprir com esta obrigação”.⁶⁹ Kimani acena em solidariedade e respeito nos termos de uma dívida histórica para com a revolução que libertou as pessoas escravizadas, o que ressoa os princípios do pan-africanismo e também do Surrealismo Negro. Nas premissas deste movimento artístico estavam a crítica aos valores ocidentais, a recusa a todo tipo de opressão – entendida como consequência da supremacia branca europeia –, e a luta por uma “sociedade realmente livre baseada na plena igualdade e solidariedade global de todos os povos” (Rosemont, 1998). Nesse sentido, a Revolução Haitiana é motivo de especial inspiração e Toussaint L’Ouverture é, inclusive, considerado o primeiro grande herói dos surrealistas (Rosemont and Kelley, 2009). Na pequena viela de Fort National, David Oxygene me contou sobre os feitos revolucionários dos pais da Nação, L’Ouverture e Dessalines, a quem bradou e foi replicado em coro pelos seus colegas que estavam ali presentes. David dizia que os heróis de outrora conseguiram “mudar as estruturas da mente” e, então, romper com a ordem vigente que os oprimia. Por fim, ele reforçou que para resolver os problemas do Haiti era preciso compreender melhor a história para, mais uma vez, promover uma grande ruptura e efetivar as mudanças sociais desejadas. Na sala do Conselho de Segurança, Kimani apontou para a falta de unidade sobre uma visão inclusiva do futuro do país e recomendou que a ONU seja sempre guiada pela convicção de que o Haiti tem a capacidade de obter estabilidade.⁷⁰ Nesta etnografia da MINUSTAH, argumentei que

⁶⁹ <https://media.un.org/en/asset/k1v/k1va47rjlt> . Acesso em 10 de outubro de 2022.

⁷⁰ <https://media.un.org/en/asset/k1v/k1va47rjlt> . Acesso em 10 de outubro de 2022.

uma visão inclusiva de futuro diz respeito a ampliação do diálogo com os diversos setores da sociedade haitiana para vislumbrar projetos de desenvolvimento e soberania para além dos modelos institucionais importados pela cooperação internacional. E tudo isso, por fim, encontra ecos nas propostas Surrealistas que falavam sobre o poder de uma imaginação libertária para superar a hegemonia imperialista, que nada tem de utópico (ou surreal) pois foi justamente o que, no passado, tornou possível a Revolução e a Independência do Haiti.

No mesmo sentido contra hegemônico caminham então: os haitianos, que se recusam a fazer parte de uma paisagem estatizada criada pela interferência internacional; os surrealistas, que recusavam os ideais da branquitude, do capitalismo, do liberalismo, e concepções clássicas das artes; e, como não poderia deixar de ser, esta tese, que não carregou a pretensão de criar conceitos ou teorias que dessem conta de toda complexidade da racionalidade da ONU, dos haitianos ou dos militares. Esta etnografia da MINUSTAH oferece mais do que *munição* para diagnósticos e avaliações que também caminhariam pelas vias institucionais. A Antropologia permite experimentos mais produtivos com a escrita. Assim, através dos deslocamentos entre campos muito diversos ao longo desta pesquisa, procurei abrir brechas para superar os silenciamentos impostos não só pela burocracia, mas por peças textuais que resultam em narrativas homogeneizantes a respeito do Haiti. Esta tese abre a possibilidade de análises sobre as intervenções internacionais no país a partir de perspectivas muito bem localizadas, de modo a iluminar o passado de experiências que aponta para um horizonte de expectativas mais criativas a respeito de modelos possíveis de nação.

Referências

- AGUILAR, Sérgio. L. C. Operações de paz: novos mandatos e suas implicações para os países Contribuintes com Tropas. **História e Cultura**, Franca, v.4, n.1, p.254-276, mar. 2015.
- ATASSIO, Aline. **A Escola de Sargento das Armas: Um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do exército**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UFSCar. 2012.
- BECKETT, Greg. **There is No More Haiti: Between Life and Death in Port-au-Prince**. Oakland: University of California Press, 2019.
- BERSANI, Ana Elisa. **O extra(ordinário) da ajuda: Histórias não contadas sobre desastre e generosidade na Grand'Anse, Haiti**. Dissertação de Mestrado. IFCH – UNICAMP. 2015.
- BIRUK, Crystal. **Cooking Data: Culture & Politics in an African Research World**. Durham, NC: Duke University Press, ISBN 9780822370895 (paperback), 277 pages. 2018.
- BRAGA, Carlos Chagas Vianna. *O uso da força nas operações de paz: solução ou problema? O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Org: Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília: Ipea, 2012.
- BRAUM, Pedro. Frustração. In **Conversas etnográficas Haitianas**, editado por Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens. 2020.
- BRAUM, Pedro. **Rat pa kaka: política, desenvolvimento e violência no coração de Porto-Príncipe. Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social: Museu Nacional, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2014.
- BOELLSTORFF, Tom. Making big data, in theory. **First Monday**, 18(10). UC Irvine Previously Published Works. Doi:10.5210/fm.v18i10.4869. 2013.
- BULAMAH, Rodrigo C. **O cultivo dos comuns: notas etnográficas sobre parentesco, economia e magia no norte do Haiti**. Dissertação de Mestrado. IFCH – UNICAMP. 2013.
- BULAMAH, Rodrigo C. **Ruínas circulares: vida e história no norte do Haiti**. Tese (doutorado). IFCH – UNICAMP. 2018.
- BUTLER, Judith. Performative Agency. **Journal of Cultural Economy**, Vol. 3, No. 2, DOI: 10.1080/17530350.2010.494117. 2010,
- CASTILHO, S. R. R. (Org.); SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.); Teixeira, C. Costa (Org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. 1.ed. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 256p. 2014.
- CASTRO, Celso (Org.); MARQUES, Adriana. A. (Org.). **Missão Haiti: a visão dos force commanders**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. v. 1. 247p

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 240p.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1990.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 207p.

BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. "Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro". **Revista de Antropologia**. São Paulo, Vol. 43, no. 2, 2000.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **MINUSTAH e a diplomacia solidária: criação de um novo paradigma de operações de paz?** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFSCar. 2009.

CRUZ, Carlos Alberto dos Santos; PHILLIPS, William R., CUSIMANO, Salvator. **Improving Security of United Nation Peacekeepers: We need to change the way we are doing business**. United Nations. New York. 2017. Disponível em:
https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving_security_of_united_nations_peacekeepers_report.pdf

DALMASO, Flávia. **Magia em Jacmel: uma leitura crítica da literatura sobre o Vodun haitiano à luz de uma experiência etnográfica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**, São Paulo, Edusp. 1998

DOMINGOS NETO, M.. O Militar e a Civilização. **Tensões Mundiais (Impresso)**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 37-70, 2005.

DUBOIS, Laurent, **Haiti: The Aftershocks of History**. Metropolitan Books, Nueva York, 434p. 2012.

ENGLUND, Harri. **Prisoners of Freedom: Human Rights and the African Poor**. Berkeley and Los Angeles. University of California Press. 2006. 247pp.

ESCOBAR, Arturo. Imagining a Post-Development Era. In: Edelman, M.; Haugerud, A. (Org.). **The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 341-351.

EVANGELISTA, Felipe Andrade Silva. **Construções do "fracasso" haitiano**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação Mestrado em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – UFRJ, 2010. 173 p.

FAGANELLO, Priscila Liane Felt. **Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília. FUNAG. 2013.

FASSIN, Didier. Humanitarian Reason: **A Moral History of the Present**. University of California Press. 352p. 2012

FASSIN, D. & PANDOLFI, M.. **Contemporary States of Emergency: The Politics of Military and Humanitarian Interventions**. New York, Zone Books. 2010.

FERGUSON, James. **The Anti-Politics Machine: 'Development,' Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho**. Minneapolis & London. University of Minnesota Press. 1990. 320pp.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos, V)

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. **A governamentalidade**. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 277-293.

FOX, Jonathan. Advocacy research and the Word Bank: Propositions for discussion. In: Edelmean, M.; Hauerud, A. (Org.). **The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism**. Oxford: Blackwell Publishing, p. 306-312. 2005.

GOIS, Diego Araújo. **A Viva Rio no Haiti: Uma análise das ações sociais da ONG e da sua participação na MINUSTAH**. Mestrado em Relações Internacionais. USP. 2019.

GONÇALVES, Israel Aparecido. **A repercussão pública da participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2011)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. UFSCar. 2011.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: O Novo Urbanismo Militar**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo. Boitempo. 2016.

GUPTA, Akhil. **Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India**. Durham and London: Duke University Press. 2012.

HANDERSON, Joseph. **Vodu no Haiti – Candomblé no Brasil: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo Afro-Latino-Americano**. Tese de doutorado. Pelotas, 183p. 2010.

HARPER, Richard. **Inside the IMF - An Ethnography of Documents, Technology and Organisational Action**. Academic Press. San Diego. 1998.

HARPER, Richard. The Social Organization of the IMF's Mission Work: An Examination of International Auditing. In **Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy**, Marilyn Strathern, editor. London: Routledge. 2000.

HOFFMAN, Maria Barroso. **Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional. Tese (Doutorado). 2008.

HULL, Mathew S. **Government of Paper: The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan**. Berkeley (California): University of California Press, 320 p. 2012.
doi:10.1017/S0165115316000619. 2016.

- HURBON, L. **O Deus da resistência negra: o vodu haitiano**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.
- Ingold, Tim. "Toward an Ecology of materials", **Annual Review of Anthropology**, n.41, pp.427-442. 2012.
- _____. "Trazendo coisas de volta à vida, emaranhados criativos num mundo de materiais", **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n.37, Porto Alegre, pp.25-44. 2012.
- _____. When ANT meets SPIDER: Social theory for arthropods, In Knappett, C. & Malafouis, L. (eds.), **Material agency: towards a non-anthropocentric approach**, Springer, 2008.
- JAMES, C. R. L. **Os jacobinos negros**. São Paulo, Boitempo editorial. 2000 [1938].
- JAMES, Erica. **Democratic Insecurities: Violence, Trauma and Intervention in Haiti**. Berkeley: University of California Press. 2010.
- KAUR, A., & RAVENSBERGEN, S. **History as Renegade Politics: An Interview with Ann Laura Stoler**. *Itinerario*, 40(3), 377-387.
- KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 56, 2013, p. 112-143 <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100007>
- KIVLAND, Chesley. **Expressions of Occupation**. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review Online*. <https://polarjournal.org/2012/11/01/expressions-of-occupation>. 2012.
- KNAPPETT, C. & MALAFOUIS, L. "Material and nonhuman agency: an introduction", In Knappett, C. & Malafouis, L. (eds.), **Material agency: towards a non-anthropocentric approach**, Springer, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past: On the Semantics of Historical Time**. New York, Columbia University Press, 2004 [1985].
- LATOUR, Bruno. "Ethnography of a 'high-tech case: about Aramis", In Lemmonier, P. (ed.), **Technological Choices: transformation in material cultures since Neolithic**, Routledge, London and New York, pp.372-398. (1993) 2006.
- LEE, S., & BARTELS, S. "They Put a Few Coins in Your Hand to Drop a Baby in You": A Study of Peacekeeper-fathered Children in Haiti. **International Peacekeeping**, 1–33. doi:10.1080/13533312.2019.1698297. 2019.
- LEIRNER, Piero. **Mini-manual da hierarquia militar: uma perspectiva antropológica**. São Carlos: IndePub, 144 p. 2020a.
- LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda Editorial. 329 p. 2020b.
- LEIRNER, Piero C. **A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares**. *Mana (UFRJ)*, v. 15, p. 59-89. 2009.
- LEIRNER, Piero C. O Estado como fazenda de domesticação. **Revista de Antropologia da UFSCar – R@U**, v.4, n.2, jul.-dez., p.38-70, 2012.

LEIRNER, Piero. **Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro/ São Paulo, FGV/FAPESP, 1997.. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 125p.

LEZAMA, Paula Vasquez. Compassionate Militarization: The Management of a Natural Disaster in Venezuela. In FASSIN, Didier & PANDOLFFI, Mariella (eds) **Contemporary states of emergency The Politics of Military and Humanitarian Interventions**. Zone Book, New York, 2010.

LI, Tania Murray. **The Will to Improve: Governmentality, Development, and the Practice of Politics**. Durham, NC: Duke University Press, 2007. 392p.

MARCELIN, Louis H. **A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano**. Mana, v. 5, n. 2, p. 31–60, 1999.

MAKAREMI, Chowra. Utopias of Power: From Human Security to the Responsibility to Protect. In FASSIN, Didier & PANDOLFFI, Mariella (eds) **Contemporary states of emergency The Politics of Military and Humanitarian Interventions**. Zone Book, New York, 2010.

MARCELIN, Louis. H. **In the Name of the Nation: Blood Symbolism and the Political Habitus of Violence in Haiti**. American Anthropologist, v. 114, n. 2, p. 253–266, jun. 2012.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, [1852] 2006.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A Militarização da Burocracia**. São Paulo: FAPESP/Editora da UNESP, 2004. 226p .

MATHIAS, Suzeley Kalil. 50 anos depois... e os militares, ainda são os mesmos?. **Historiæ**, v. 5, p. 116-139, 2014.

MATTEI, Ugo, NADER, Laura. Plunder. **When the rule of Law is illegal**. London: Blackwell Publishing, 2008

MCFALLS, Laurence. Benevolent Dictatorship: The Formal Logic of Humanitarian Government. In FASSIN, Didier & PANDOLFFI, Mariella (eds) **Contemporary states of emergency The Politics of Military and Humanitarian Interventions**. Zone Book, New York, 2010.

MERRY, Sally Engle. **The Seductions of Quantification, Measuring Human Rights Gender Violence and Sex Trafficking**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2016, pp. 272.

MÉTRAUX, Alfred. **Le Vaudou haïtien**. Paris: Gallimard. 1995 [1958].

MINTZ, Sidney. **O Poder Amargo do Açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife: Ed. Universitária, 2003.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. **Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs**. 1a. ed. São Carlos: EDUFSCar, 230pp 2014.

MORAWSKA, Catarina; RIBEIRO, Magda dos Santos. “Notas sobre as intersecções entre Estado, Ciência, Capitalismo: desafios etnográficos em torno da técnica e da política”. **Revista de Antropologia da UFSCar – R@U**, v. 10, n. 1, 2018.

MOSSE, D. Anti-Social Anthropology? Objectivity, Objection, and the Ethnography of Public Policy and Professional Communities. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, Vol. 12, No. 4, pp. 935-956. 2006.

- MOYA PONS, Frank. **La dominación haitiana**, 1822-1844. Santo Domingo: Librería La Trinitária, 2013.
- MÜLLER, Frank & STEINKE, Andrea. Criminalising encounters: MINUSTAH as a laboratory for armed humanitarian pacification, **Global Crime**, **19:3-4**, 228-249, DOI: 10.1080/17440572.2018.1498336. <https://doi.org/10.1080/17440572.2018.1498336>. 2018.
- MÜLLER, Markus-Michael & STEINKE, Andrea. The geopolitics of Brazilian peacekeeping and the United Nations' turn towards stabilisation in Haiti, **Peacebuilding**, **8:1**, 54-77, DOI: [10.1080/21647259.2018.1491277](https://doi.org/10.1080/21647259.2018.1491277) . 2020.
- MURPHY, M. **The Economization of Life**. Durham, NC: Duke University Press. 2017.
- NEIBURG, Federico. **Haiti. Perspectivas Etnográficas Sobre um Espaço (Inter)nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- NEIBURG, Federico [org]. **Conversas etnográficas Haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens. 2019.
- OPHIR, Adi. The Politics of Catastrophization: Emergency and Exception. In FASSIN, Didier & PANDOLFFI, Mariella (eds) **Contemporary states of emergency The Politics of Military and Humanitarian Interventions**. Zone Book, New York, 2010.
- PERIN, Vanessa. A política dos documentos: notas sobre a resistência ao programa ProSavana no norte de Moçambique. In MORAWSKA, Catarina (org) **Engajamentos coletivos nas fronteiras do capitalismo**. EdUfscar. 227p. 2022.
- PIARROUX, Renault. **Choléra. Haïti 2010-2018: histoire d'un désastre**. CNRS Editions. Paris. France. 2019.
- PRICE-MARS, Jean. **La Vocation de l'élite**, Port au Prince: Presses Nationales d'Haïti. 1919.
- PROSPER, Mamyrah. "New Haitian social movements: Alternative modernities, (trans)local nationalisms, and solidarity economies". Florida International University. ProQuest ETD Collection for FIU. <https://digitalcommons.fiu.edu/dissertations/AAI3721545>. 2015.
- RAMSEY, K. **The spirits and the law: vodou and power in Haiti**. Chicago: University of Chicago Press. 2011.
- RIBEIRO, G. L. (Org.); Mathews, G. (Org.); ALBA, C. (Org.). **Globalization from below. The World's Other Economy**. Londres: Routledge, 2012. April. 1991.
- RILES, Annelise. **Documents: Artifacts of Modern Knowledge**. University of Michigan Press, 2006.
- _____. **The Network Inside Out**. University of Michigan Press, 2001
- ROBINSON, Cedric. **The Terms of Order: Political Science and the Myth of Leadership**, North Carolina: The University of North Carolina Press. (1980 [2016])
- _____. **Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition**, London: Penguin. (1983 [2021])
- _____. **An Anthropology of Marxism**, London: Pluto Press. (2001 [2019])

RODNEY, Walter. **Como A Europa Subdesenvolveu a África**. Coleção de Leste a Oeste. Tradução: Edgar Valles Lisboa: Seara Nova. 418p. 1975.

ROE, Emery M. Development narratives, or making the best of blueprint development. In: Edelman, M.; Haugerud, A. (Org.). **The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 313-322.

ROSEMOND, Franklin [ed]. Surrealism: Revolution against whiteness. **Race Traitor 9th issue**. 1998. <https://libcom.org/article/race-traitor-9> .

ROSEMOND, Franklin and KELLEY, Robin D. G. **Black, Brown, & Beige: Surrealist Writings from Africa and the Diaspora**. Surrealist Revolution Series. 416p. University of Texas Press. 2009.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich**. Tradução e apresentação: Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1990] 2008.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAGÁS, Ernesto. **“A Case of Mistaken Identity: Antihaitianism in Dominican Culture,”** Disponível em <https://ufdc.ufl.edu/UF00066464/00139/1x>. 1993. Consultado em 23/03/2021.

SCHULLER, Mark, **Killing with Kindness. Haiti, International Aid, and NGOs**. Rutgers University Press, Nueva Jersey. 256p. 2012.

SCHULLER, Mark. “Gluing Globalization: NGOs as Intermediaries in Haiti.” **Political and Legal Anthropology Review**, Volume 32, Issue 1 (May): 84-104. Republished on online issue, new postscript. 2009.

SCHULLER, Mark. **Humanitarian Aftershocks in Haiti**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press. 2012.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have failed**. New Haven, CT & London: Yale University Press, 1998. 445 p.

SEGUY, Franck. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano. 2009. 218f.** Dissertação (Mestrado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SEITENFUS, R. De Suez ao Haiti: participação brasileira nas operações de paz. In: FUNAG (Org.). **O Brasil e a ONU**. Brasília: Funag, 2008.

_____. **Legislação Internacional**. Barueri, SP: Manole, 2004;

_____. **A ONU e a epidemia de cólera no Haiti**. Alameda Editorial. 2019

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. “Coercive Accountability: the Rise of Audit Culture in Higher Education”. In: STRATHERN, Marilyn (Ed.). **Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy**. London & New York: Routledge, 2000. p. 57-89.

_____. **Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power.** London & New York: Routledge, 1997. 294 p.

SILVA, Fernando Valentini. **O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes.** Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME. 2013.

SILVA, Kelly Cristiane da. **As nações desunidas. Práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste.** 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 1. 457p. 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.); CASTILHO, S. R. R. (Org.); Teixeira, C. Costa (Org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações.** 1.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2014. 256p.

STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain - Thinking Through Colonial Ontologies.** Princeton University Press. Princeton and Oxford. 2009.

STRATHERN, MARILYN (ed.). **Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the academy (EASA).** x, 310 pp., London, New York: Routledge, 2000.

STRATHERN, Marilyn. The tyranny of transparency. **British Educational Research Journal**, vol 26, p 309-321. 2000.

TAVERNIER, LaToya. "The Stigma of Blackness: Haitians, Dominicans, and Antihaitianismo in the Dominican Republic." *Socialism and Democracy*, 2009.

THOMAZ, O. R. **Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti.** Cadernos de Campo, São Paulo, n. 20, 2012.

_____. Haitian elites and their perceptions of poverty and of inequality. In: Elisa P. Reis; Mick Moore. (Org.). **Elite Perceptions of Poverty & Inequality.** 1a.ed. London / New York: Zed Books, p. 127-155. 2005.

_____. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86: 23-50, mar. 2010. 42(1), pp. 125–38. DOI : 10.1086/318437
Published by: The University of Chicago Press.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti, State Against Nation: The Origins and Legacy of Duvalierism.** New York, Monthly Review Press. 1990.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Anthropology of the State in the Age of Globalization'- Close Encounters of the Deceptive Kind. **Current Anthropology**, ON behalf of Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research Stable URL:
<http://www.jstor.org/stable/10.1086/318437>. 2001.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past. Power and production of History.** Beacon Press. Boston. 20th anniversary edition. 2005 [1995].

VALENTE, Renata Curcio. **Acordos, projetos e programas: uma abordagem antropológica das práticas e saberes administrativos da GTZ no Brasil.** Rio de Janeiro, UFRJ. E-papers. Laced. 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. Edição:18ª edição. São Paulo: Editora: CULTRIX .1970.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. rev. Téc. Gabriel Cohn, 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa; rev. Téc. Gabriel Cohn, 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2012.

WEST, Harry G. **Kupilikula: o poder e o invisível em Mueda, Moçambique**. Tradução de Manuela Rocha. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009 [2005], 436 pp.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras. (1942 [2008]).

WOLF, Eric. **A Europa e os Povos sem História**. São Paulo: EDUSP, 2005.

WOLF, Eric. **Pathways of power: building an anthropology of the modern world**.

Eric Wolf with Sydel Silverman. University of California Press, Berkeley and Los Angeles. 2001.

Documentos Consultados

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/RES/1542 (2004)**. Résolution 1542 (2004) Adoptée par le Conseil de sécurité à sa 4961 e séance, le 30 avril 2004. 30 de abril de 2004. Nova York. Disponível em < <http://minustah.unmissions.org/sites/default/files/res1542.pdf>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/RES/2645 (2022)**. Résolution 2645 (2022) adopted by the Security Council at its 9095th meeting, on 15 July 2022 . 15 de julho de 2022. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/3981455?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/RES/2243 (2015)**. Résolution 2243 (2015) Adoptée par le Conseil de sécurité à sa 7534 e séance, le 14 octobre 2015 . 14 de outubro de 2015. Nova York. Disponível em < http://minustah.unmissions.org/sites/default/files/sc_res_2243_fr_0.pdf >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/2004/300**. Report of the secretary-general on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. 16 de abril de 2004. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/519750?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/2004/698**. Report of the secretary-general on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. 30 de agosto de 2004. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/529419?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/2012/678**. Report of the secretary-general on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. 31 de agosto de 2012. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/733475?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/2014/162**. Report of the secretary-general on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. 7 de março de 2014. Nova York. Disponível em < <http://minustah.unmissions.org/sites/default/files/n1424889.pdf>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/2014/617**. Report of the secretary-general on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. 29 de agosto de 2014. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/778536?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **S/2016/753**. Report of the secretary-general on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. 31 de agosto de 2016. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/839962?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/58/800**. Interim budget for the United Nations Stabilization Mission in Haiti for the period from 1 May to 31 Dec. 2004 : report of the Secretary-General. 17 de maio de 2004. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/521603?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/59/288**. Budget for the United Nations Stabilization Mission in Haiti for the period from 1 May 2004 to 30 June 2005 : report of the Secretary-General. 17 de maio de 2004. Nova York. Disponível em < <https://digitallibrary.un.org/record/531845?ln=es> >

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations, Art. IV, Feb. 13, 1946, 1 U.N.T.S. 15.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. 16 jun. 1945.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Model of the Status of Force Agreement.<
http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/SOFA_with_TCCs.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Model of Memorandum of understanding
< http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/MOU_with_TCCs.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução final da World Summit Outcome 2005.
Disponível em:
<https://www.un.org/en/preventgenocide/adviser/pdf/World%20Summit%20Outcome%20Document.pdf#page=30>.

WORLD BANK. Looking Beyond Government-Led Delivery of Water Supply and Sanitation Services: The Market Choices and Practices of Haiti's Most Vulnerable People. **WASH Poverty Diagnostic**. Washington, DC. Disponível em:
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28997>. 2017.